



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS MESTRADO PROFISSIONAL

PATRÍCIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

**A CONSTRUÇÃO AUTÔNOMA DE PETIÇÕES POR PESSOAS PRIVADAS DE
LIBERDADE DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO, BAHIA: UMA
PESQUISA DE NATUREZA INTERVENTIVA**

SALVADOR - BA

2024

PATRÍCIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

**A CONSTRUÇÃO AUTÔNOMA DE PETIÇÕES POR PESSOAS PRIVADAS DE
LIBERDADE DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO, BAHIA: UMA
PESQUISA DE NATUREZA INTERVENTIVA**

Dissertação apresentada, ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação I, como requisito essencial para realização de pesquisa de mestrado para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pereira

SALVADOR-BA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

G149c Galdino, Patrícia Carla Vasconcelos

A construção autônoma de petições por pessoas privadas de liberdade da colônia penal de Simões Filho Bahia: uma pesquisa de natureza interativa / Patrícia Carla Vasconcelos Galdino - Salvador, 2024.

214 f.: il.

Orientador: Antônio Pereira.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2024.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Educação de jovens e adultos – Simões Filho (BA). 2. Prisioneiros – Educação – Simões Filho (BA). 3. Prisioneiros – Letramento – Simões Filho (BA). 4. Petição. 5. Intervenção pedagógica. I. Pereira, Antônio. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

CDD: 365.660098142

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de
11/10/13, seção 1, pág. 13.)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - MPEJA



FOLHA DE APROVAÇÃO

“A CONSTRUÇÃO AUTÔNOMA DE PETIÇÕES POR PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO, BAHIA: UMA PESQUISA DE NATUREZA INTERVENTIVA”

PATRICIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional - MPEJA, em 18 de dezembro de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia composta pela Banca Examinadora:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Antônio Pereira Santos'.

Prof. Dr. Antônio Pereira Santos (UNEB)
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Andrea Betania da Silva'.

Profa. Dra. Andrea Betania da Silva (UNEB)
Doutorado em Cultura e Sociedade
Universidade Federal da Bahia

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcia Rejania Lemos de Souza'.

Profa. Dra. Marcia Rejania Lemos de Souza (UEL)
Doutorado em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este estudo ao meu Deus, fonte de minha alegria e amparo, que me sustenta desde o ventre de minha mãe e dos braços protetores de meu pai. Aos meus pais, meus maiores referenciais. Tenho a honra de ser filha de quem sou: Elisabete, minha mãe querida, referência de ser humano, mulher de fibra na transitoriedade da vida, com amor, seguro firme sua mão. Gerval Vasconcellos, meu saudoso pai, que partiu em 2016, mas não me deixou só, pois trouxe o alento dessa nova empreitada na educação em prisões, lugar onde aprendi e aprendo ricas lições, pois como diz Paulo Freire, pilar dessa pesquisa, “mulheres e homens, nos tornamos seres” Obrigada pai por ser exemplo com sua sabedoria de leitor voraz, de homem valioso e questionador do propósito da existência humana na Terra. Guardo no meu coração sua presença terna, como um sussurro suave que me guia. A todos que me apoiaram nessa travessia, em especial, aos meus educandos da Colônia Penal de Simões Filho, Bahia.

AGRADECIMENTOS

A minha mais sincera gratidão *aos educandos da Educação de Jovens e Adultos* em situação de privação de liberdade do Anexo do Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira, pela generosidade em compartilhar seus saberes e pela confiança depositada nesta pesquisa científica de caráter pedagógico dialógico freireano, com viés no letramento jurídico e o direito de petição, da pessoas privada de liberdade, por compreenderem a relevância do estudo, suas potencialidades autorais e seu ativismo social. Espero suscitar que essa prática seja difundida para outras unidades prisionais.

Agradeço ao Dr. Tarcísio Santiago, Diretor da Unidade Prisional de Simões Filho Bahia, as Secretarias de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP) e de Educação (SEC) por seu pronto atendimento e facilitação no desenvolvimento da pesquisa. Em particular, ao Sr. Amarildo Monteiro, servidor, profissional do direito nas assistências e parceria no trato humanizado com os educandos. Aos profissionais e gestores, M^a. Maria das Graça Reis Barreto, Dr. Everaldo Carvalho, Dr. Vitor Hugo Barreto Galdino, Prof. Clécio Rosa, Profa. Irlene Santana, Profa. Nivalda Matos, Nailton Rocha e tantos outros que com lisura e competência favoreceram o bom desenvolvimento das práticas escolares. Faço um reconhecimento especial aos professores da educação em prisões, aos meus colegas professores da Colônia, time de excelência, com os quais divido meu fazer pedagógico diariamente e a todos os servidores da Colônia Penal de Simões Filho, BA. Policiais penais, seguranças, psicólogas, parceiros intersetoriais com quem compartilhei e compartilho momentos marcantes e desafiadores.

Meu agradecimento se estende à Equipe Gestora do Colégio Sede e do Anexo, aos educadores e aos funcionários, que, ao fortalecerem nossas ações, reconhecem a relevância da Educação em Prisões, acreditando na transformação através da educação em um ambiente tão desafiador. Cada sujeito, com suas cicatrizes e marcas na alma, torna-se um ser melhor, mais valoroso à medida do tempo, espaço e aprendizados. Assim, esse convívio e troca, embora às vezes contraditórios, têm sido fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional, além de serem uma fonte de motivação para fazer mais e melhor pelo aprimoramento das práticas pedagógicas com sujeitos tão diversos.

Sou grata a todos os colegas de profissão e colaboradores, ao longo de minha trajetória educacional nos diferentes seguimentos, que atuei e que me moldaram na profissional que me tornei, a contribuição de cada um de vocês foi fundamental, grata por ter tido a oportunidade de aprender e evoluir ao lado de pessoas tão competentes, dedicadas e inspiradoras, tenho um

pouco de cada um em mim. Confesso que foi o que me valeu nos cinco primeiros anos que desbravei solitária o chão da prisão.

Agradeço sinceramente à minha primeira turma de educandos de 2016, na Colônia, que me acolheu com tanto carinho e me ensinou a interpretar novas perspectivas e a compreender melhor as necessidades e o contexto dos educandos privados de liberdade.

Aos meus irmãos queridos, amor genuíno, a todos, o meu carinho e respeito. Sou muito afortunada pelo berço de minha origem, dos cuidados e ensinamentos recebidos de minha família. Ao meu parceiro, esposo amado, Vitor Hugo, presente de Deus em minha vida, grande incentivador e colaborador de minhas trajetórias com os privados de liberdade, homem gentil e idôneo que me ensinou olhar o mundo por outras lentes. Aos meus filhos queridos, Lara Elisabeth e Cauã, nossos maiores tesouros, que cresçam, fortaleçam sua fé, com dignidade e humanidade.

Aos meus colegas mestrandos da turma dez e aos professores doutores do MPEJA, pelo belo encontro e inesquecíveis trocas. Ao Grupo de pesquisa GEPALE-BA, na pessoa da queridíssima Profa. Dra. Edith Marias de Farias com os deleitosos estudos das Concepções Freireanas, pilar dessa pesquisa. A Universidade do Estado da Bahia-UNEB e com carinho a secretária do MPEJA sra. Nildete Barbosa por sua gentileza e apoio tão necessários. Aos meus amigos queridos que me fortalecem e me incentivam a ser uma pessoa melhor no mundo, pela grandeza de seus sentimentos e gestos, os tenho na mais alta estima. A Minha cunhada Claudiolanda Galdino, amiga e apoiadora, encorajadora de horas incontáveis de audições e leituras, gratidão.

Às Profas. Dra. Márcia Rejania Lemos de Souza (membro externo) da Universidade de Londrina Paraná- UEL e Profa. Dra. Andrea Betânia da Silva (membro interno) da Universidade do Estado da Bahia –UNEB por acreditarem na proposta de pesquisa e por suas contribuições valiosas durante a Qualificação; a Profa. Dra. Valuza Saraiva pelo incentivo para minha inscrição e participação na seleção do Mestrado Profissional da Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) divisor de águas em meu fazer pedagógico, obrigada, luz!

Aos doutores e teóricos que, com coragem e dedicação, transformam a educação da EJA, especial em prisões, promovendo a esperança e a liberdade através do conhecimento e da pesquisa. Por fim, ao Prof. Dr. Antônio Pereira, meu orientador, pelo bom direcionamento da pesquisa, suas leituras, esclarecimentos e contribuições.

A todos vocês e demais colaboradores nessa árdua caminhada, o meu querer bem.

EJA EM PRISÕES

Você já ouviu da EJA - Educação de jovens e adultos? Que é mais que ALFALETRAR. É acreditar no cidadão, com direitos garantidos pela constituição. É fazer com dignidade, olhar de humanidade, sem vetar a liberdade e resgatar a identidade.

Seus saberes valorizar, nas salas de aula trabalhar, um novo olhar, das tantas desigualdades sociais, que ali também há.

No chão da escola da prisão, quimeras erradicar, o analfabetismo e o baixo letramento amenizar, com recursos e bons programas, a pesquisa realizar, pela beleza que Paulo nos ensinou a enxergar.

É preciso ofertar e amar a quem se quer qualificar, preparar para voltar à sociedade e transformar, militante pela educação, pois o sonho não deve tardar.

Patrícia Carla Vasconcelos Galdino

RESUMO

Esta pesquisa de intervenção pedagógica teve como objetivo investigar a eficácia de uma abordagem formativa no ensino da escrita de petições, melhorando a proficiência linguística de doze educandos em privação de liberdade do regime semiaberto, da escola Anexo do Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira, situado na Colônia Penal de Simões Filho- BA, especificamente voltada para educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do tempo formativo I, Eixo III, matriculados nas séries iniciais, no estágio silábico alfabético e alfabético com idades entre 22 e 40 anos. A intervenção combinou práticas pedagógicas específicas com análise de conteúdo, focando no impacto dessas ações no processo de aprendizagem. A pesquisa concentrou-se na aplicação de oito oficinas pedagógicas desenvolvidas com base e destaque na pedagogia de Paulo Freire, ancorados também em Magda Damiani, Emília Ferrero, Ana Teberosky, Magda Soares e em pesquisadores da educação em prisões como Elenice Onofre, Julião, Roberto da Silva, Antônio Pereira entre outros. Os objetivos específicos foram: 1. Desenvolver e aplicar um projeto de intervenção pedagógica fundamentado na abordagem dialógica; 2. Analisar o processo de aprendizagem dos educandos em relação ao letramento jurídico e ao entendimento de petições e 3. Avaliar o impacto da intervenção para futura incorporação do gênero textual petição no currículo de ensino da EJA com pessoas em privação de liberdade. As oficinas pedagógicas foram adaptadas ao contexto da Unidade Prisional (UP), visando tanto a construção de habilidades de letramento quanto a produção autoral através do gênero textual petição. A metodologia envolveu a aplicação prática dos conceitos de Paulo Freire, com foco na reflexão crítica e na contextualização do aprendizado por práticas educativas reais. Os resultados e análises subsequentes examinaram a evolução das competências linguísticas dos participantes, a evolução das práticas pedagógicas implementadas, e a relevância da inserção do gênero petição no processo de ensino-aprendizagem. As conclusões destacam as implicações da intervenção para o aprimoramento da proficiência linguística dos educandos privados de liberdade no gênero petição, que ancora o desenvolvimento da pesquisa, para a potencial aplicação social da língua a partir de suas demandas do sistema prisional e melhor entendimento ao explorar a releitura do mundo através da corporificação da palavra, refletidas nas percepções, crenças e ações de suas perspectivas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Privados de Liberdade. Letramento. Intervenção Pedagógica. Petição.

ABSTRACT

This pedagogical intervention research aimed to investigate the effectiveness of a formative approach in teaching petition writing, improving the linguistic proficiency of twelve students deprived of liberty in the semi-open regime, from school of the Dr. Berlindo Mamede de Oliveira State College, located in the Simões Filho Penal Colony, BA. This intervention specifically aimed at students from Youth and Adult Education (EJA) of formative time I, Axis III, enrolled in the initial grades, in the alphabetic and alphabetic syllabic stage with ages between 22 and 40 years old. The intervention combined specific pedagogical practices with content analysis, focusing on the impact of these actions on the learning process. The research focused on the application of eight pedagogical workshops developed based on and highlighted by Paulo Freire's pedagogy, also anchored in Magda Damiani, Emília Ferrero, Ana Teberosky, Magda Soares and in prison education theorists such as Elenice Onofre, Julião, Roberto da Silva, Antônio Pereira among others. The specific objectives were: 1. Develop and apply a pedagogical intervention project based on the dialogic approach; 2. Analyze the students' learning process in relation to legal literacy and understanding petitions and 3. Evaluate the impact of the intervention for future incorporation of the textual genre petition in the EJA teaching curriculum with people deprived of liberty. The pedagogical workshops were adapted to the context of the Prison Unit (UP), aiming both at building literacy skills and at authorial production through the textual genre petition. The methodology involved the practical application of Paulo Freire's concepts, focusing on critical reflection and the contextualization of learning through real educational practices. The subsequent results and analyzes examined the evolution of the participants' linguistic skills, the evolution of the pedagogical practices implemented, and the relevance of inserting the petition genre in the teaching-learning process. The conclusions highlight the implications of the intervention for improving the linguistic proficiency of students deprived of liberty in the petition genre, which anchors the development of the research, for the potential social application of the language based on its demands in the prison system and better understanding when exploring the reinterpretation of the world through the embodiment of words, reflected in the perceptions, beliefs and actions of their perspectives.

Keywords: Youth and Adult Education. Deprived of Liberty. Literacy. Pedagogical Intervention. Petition.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação da Bahia
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CPSF-BA	Colônia Penal de Simões Filho, Bahia
CRC	Central de Registro de Custódia
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
IBGE	Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Informações Penitenciárias Lei de Execução Penal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
PDNEDH	Política e das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos
PEEPs	Planos Estaduais de Educação em Prisões
PNE	Plano Nacional de Educação
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PPP	Projeto Político Pedagógico Secretaria de Educação do Estado da Bahia
RELIPEN	Relatório de Informações Penais
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Públicas
SISDEPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais Diretoria de Inteligência Penitenciária
SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
STJ	Supremo Tribunal de Justiça

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Vista panorâmica da Colônia Penal de Simões Filho – Ba.....	30
Figura 02 - Edificação da Escola de Vinculação. Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira em Simões Filho-Bahia.	32
Figura 03 - Edificação da Escola Anexo do Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira - Colônia Penal de Simões Filho, Bahia.....	33
Figura 04 - Imagem da aplicação do questionário.....	72
Figura 05 - Imagem da Roleta de palavras.....	73
Figura 06 - Imagem das palavras escritas pelos educandos.....	79
Figura 07 - Imagem do desenho do Estudante “Sr. Gigante”.....	80
Figura 08 - Imagem do desenho do Estudante “Ted”.....	81
Figura 09 - Imagem do desenho do Estudante “Jogador”.....	82
Figura 10 - Foto do desenho do Estudante “Hollywood”.....	83
Figura 11 - Imagem do desenho do Estudante “Velocidade Máxima”.....	83
Figura 12 - Imagem do desenho do estudante “Profissão Perigo”.....	84
Figura 13 - Imagem do desenho do estudante “Reloginho”.....	86
Figura 14 – Imagem da Atividade Chuva de Ideias.....	89
Figura 15 - Imagem da Atividade sobre Direito Constitucional.....	92
Figura 16 - Imagem da Exibição do vídeo.....	92
Figura 17 - Imagem do jogo de palavras sinônimas.....	98
Figura 18 - Imagem do acróstico.....	99
Figura 19 - Atividade Complete com a Palavra.....	101
Figura 20 - Associativa de palavras e conceitos.....	102
Figura 21 - Estudo da letra da canção Cálice de Chico Buarque.....	119
Figura 22 - Escrita do estudante Sr. Cabeça.....	124
Figura 23 - Escrita do estudante Sr. Gigante.....	125
Figura 24 - Imagem da Atividade Elementos da Petição.....	126
Figura 25 - Ficha de Dados Pessoais.....	133
Figura 26 - Imagem da Participação do Policial Penal - Sr. Amarildo Monteiro.....	138
Figura 27 - Registro da Atividade com a Participação do Sr. Amarildo Monteiro.....	138
Figura 28 – Folha Provisória da Petição.....	145
Figura 29 – Folha Modelo da Petição Definitiva.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriculados do Sexo Masculino - Semestre Letivo: jan. a jun./2023	28
Quadro 2 - Dados de Matrícula - Semestre Letivo 2023 – UP S. Filho/BA	28
Quadro 3 - Grau de Instrução da População Carcerária Sexo Masculino - Brasil x Bahia – 2023	29
Quadro 4 - Atividade sobre os Direitos Constitucionais	93
Quadro 5 - Régua de destaque dos anos de Repressão e Ditadura Militar no Brasil.....	123
Quadro 6 - Elementos da Estrutura de Petições	127
Quadro 7 - escrita dos participantes	130
Quadro 8 – Construção argumentativa.....	141
Quadro 9 - Respostas dos Educandos sobre a oficina.....	148
Quadro 10 - Questões/categorização da entrevista coletiva.....	160
Quadro 11 - Depoimentos/análise dos educandos	163
Quadro 12 - Depoimentos/análise dos educandos	165
Quadro 13 - Depoimentos/análise dos educandos	166
Quadro 14 - Depoimentos/análise dos educandos	167
Quadro 15 - Depoimentos/análise dos educandos	168
Quadro 16 - Depoimentos/análise dos educandos	170
Quadro 17 - Depoimentos/análise dos educandos	173

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A PESQUISA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COMO CAMINHO METODOLÓGICO DO ALFALETRAR EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO-BA	22
2.1	A PESQUISA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	23
2.2	A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	25
2.3	OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	26
2.4	O LÓCUS DA PESQUISA.....	27
2.5	O PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	36
2.6	ANÁLISE DE DADOS	37
2.7	ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	39
3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: OS REFLEXOS NA EJA EM PRISÕES	41
3.1	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	41
3.2	A EDUCAÇÃO EM PRISÕES.....	45
4	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ADULTOS: O GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO COMO ELEMENTO DE GARANTIAS DE DIREITOS AO PRESO	59
4.1	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	59
4.2	GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO	65
5	ANÁLISE DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM O GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO	71
5.1	DESCRIÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS OFICINAS	71
	<i>Primeira Oficina de sensibilização para a pesquisa interventiva</i>	72
	<i>Segunda Oficina: os fundamentos dos direitos humanos</i>	86
	<i>Terceira Oficina: tipologia da petição</i>	100
	<i>Quarta Oficina: aspectos teóricos e práticos de petições</i>	125
	<i>Quinta Oficina: petições: características, tipos e estruturas</i>	134
	<i>Sexta Oficina: características, tipos de petições</i>	140
	<i>Sétima Oficina: produção de petição judicial</i>	150

<i>Oitava Oficina: análise da produção das petições</i>	156
5.2 A PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS SOBRE O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DO GÊNERO PETIÇÃO	160
5.2.1 Ampliação da educação como elemento principal das oficinas no gênero textual petição	161
5.2.2 Dificuldades de aprendizagens na construção da petição	164
5.2.3 A petição como possibilidade real de busca por direitos	167
5.2.4 Esperanças a partir da aprendizagem sobre petição.....	172
5.2.5 Mudanças esperadas em relação as oficinas	178
5.3 PERCEPÇÃO DA PESQUISADORA-DOCENTE SOBRE AS OFICINAS	179
6 CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE A: PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	196
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO	210
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA	212
ANEXOS	213
ANEXO A: OFÍCIO AO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS – SIMÕES FILHO, BA	213

1 INTRODUÇÃO

O tema letramento jurídico na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em prisões com um foco específico no direito de petição e ampliação do gênero textual petição, surgiu de minhas experiências enquanto docente, na Colônia Penal de Simões Filho, Bahia (CPSF-BA). Atuando com alfabetização e letramentos de pessoas privadas de liberdade, percebi que essas pessoas se interessavam muito em como redigir petições jurídicas para acesso a algum tipo de direito. A chamada escrita formal não constava como um conteúdo possível no nosso plano de trabalho, pois os casos que aconteciam na Colônia os professores e outros profissionais tentavam de alguma forma resolver. Apesar disso passei a questionar sobre o tipo de solução que dávamos e a refletir que deveríamos incluir também uma prática de alfabetização e letramento em textos do gênero petição, desenvolvendo a proficiência oral e escrita dos educandos em privação de liberdade.

Emília Ferreiro (1985) desenvolveu suas teorias sobre a psicogênese da língua escrita com ênfase na alfabetização. Segundo Ferreiro, os jovens e adultos constroem seu entendimento sobre a linguagem e adquirem leitura e escrita ao longo do tempo por meio de interações com textos do contexto social e cultural que o cerca em seu ambiente. Apesar de seu trabalho ter sido principalmente voltado para a infância, seus princípios sobre o desenvolvimento cognitivo da escrita são igualmente aplicáveis à educação de jovens e adultos. Ao considerar o aprendizado da escrita como um processo evolutivo e cognitivo este pode ser adaptado para atender às demandas de educação de jovens e adultos, a exemplo da educação em prisões com pessoas com pouca habilidade de leitura, escrita limitada e baixo letramento.

Ana Teberoski (1985) e o letramento, amplia a teoria de Ferreiro ao discutir o letramento de uma alfabetização contextualizada e social. A autora entende que o letramento não se limita ao que acontece na escola, mas se amplia com as interações cotidianas, práticas sociais de letramento que ajudam a construir e compreender a escrita de maneira mais contextualizada e funcional. Ambas têm abordagens distintas e complementares. Os conceitos de Ferreiro e Teberoski, nesse âmbito, podem ajudar a melhorar a proficiência linguística e letramento dos educandos, com adaptações da metodologia, práticas pedagógicas viáveis, a partir das necessidades específicas dos grupos, na instrumentalização da palavra, para melhor compreensão dos direitos e do sistema jurídico.

Magda Soares (2021), também corrobora ao dizer que ensinar a ler e escrever, é mais que o reconhecimento de letras e sons, promovendo compreensão mais profunda das relações linguísticas e incentivando a leitura e escrita de forma mais significativa. São habilidades

complementares indissociáveis que devem ser desenvolvidas simultaneamente.

Sobre a relação alfabetização e letramento (ALFALETRAR), Magda Soares (2021, p. 37) afirma que embora sejam termos distintos, ao mesmo tempo são “interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento”, sendo que este último só “desenvolver-se na dependência por meio da aprendizagem do sistema de escrita”.

Essa questão de alfaletramento, a partir de Soares e pensando no contexto, da escrita formal me levou a questionar os conteúdos curriculares que já vinha trabalhando em sala de aula com os educandos. Tais conteúdos, embora importantes, não permeavam os conhecimentos da escrita formal de documentos exigidos em situações pontuais, que muitas vezes são tidos como desnecessários, ou mesmo em desuso, mas a realidade penal vem mostrando que ainda é importante e que o preso necessita desse conhecimento para ter acesso a direitos no interior do sistema prisional como um todo.

Esta pesquisa nasceu da necessidade de ampliação vocabular para melhor leitura e escrita dos educandos da Colônia Penal Simões Filho, Bahia, visto que ainda é precário o letramento e a reflexão crítica, portanto, é uma pesquisa que pretende dar-lhes a oportunidade de adquirir conhecimentos judiciais pela escrita formal na ampliação do gênero textual petição de uma visão política e técnica para que eles possam reverter possíveis situações de negação de direitos dentro da Colônia Penal, a exemplo, produzir suas próprias petições judiciais, no resgate de suas identidades, socialização de valores e ideias, pela conquista dos seus direitos, através do poder da oralidade e da escrita, que vejo tão frágil e carente nesta localidade em que exerço minha prática profissional com sujeitos tão diversos.

Na prática profissional com sujeitos diversos, o poder da oralidade e da escrita é essencial para o desenvolvimento do letramento que, conforme Ferreiro e Teberoski (1985), é um processo que vai além da técnica de aprender a ler e escrever. Segundo ela, letramento envolve o uso e a compreensão da escrita em diversos contextos sociais e culturais dos sujeitos. É também um processo contínuo, construído através da interação com a escrita na vida prática. Ferreiro destaca que o letramento é influenciado pelas experiências e práticas individuais, sendo essencial na participação e identidades social das pessoas como ser social.

Paulo Freire (1989) também nos faz refletir quando discute a importância de um entendimento profundo da sociedade e da cultura popular, especialmente no contexto da educação de adultos e da necessidade do ativismo social. Muitas pessoas que vivem em más condições de vida, segundo ele, têm dificuldade de entender como a sociedade realmente

funciona, não por incapacidade mental, mas pela limitação ou manipulação de informações.

Assim para Freire é preciso fazer um esforço crítico investigativo para lidar com essa falta de compreensão e ajudar as pessoas a se verem como sujeitos ativos e combinar a leitura do mundo com a leitura da palavra, pois segundo Freire (1989, p. 18) [...], leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas. O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizados e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador. Ele ainda afirma:

Se às grandes maiorias populares lhes falta uma compreensão mais *em oca* em torno de como a sociedade funciona, não porque sejam, digo eu naturalmente incapazes, mas por causa das condições precárias em que vivem e sobrevivem, porque vem sendo proibidas de saber, a saída é a propaganda ideológica, a “*sloganização*” política e não o esforço crítico através do qual homens e mulheres se vão assumindo como sujeitos curiosos, indagadores, como sujeitos em processo permanente de busca, de desvelamento de *raison d'être* das coisas e dos fatos. Daí que, no horizonte da alfabetização de adultos, por exemplo, eu me ache, desde faz muito tempo, insistindo no que venho chamando “leitura do mundo e leitura da palavra”. Nem a leitura apenas da palavra, nem a leitura somente do mundo, mas as duas dialeticamente solidárias (Freire, 1992, p. 54).

Ao longo de oito anos como professora regente no tempo formativo I, segmento I, etapas II e III em sala multisseriada na educação escolar formal do Sistema Prisional do Estado da Bahia, no distrito de Palmares em Simões Filho, pude perceber a constante incidência do analfabetismo e o letramento funcional na unidade prisional em que atuo. Além dessa carência, também notei que muitos fatores externos interferem na dinâmica e devem ser considerados importantes nas suas especificidades materiais e imateriais, para proporcionar um satisfatório processo ensino-aprendizagem nessa modalidade.

A exemplo, podemos observar o fator emocional, muito latente, que perpassa o cognitivo, a ausência de recursos materiais e humanos, a grande rotatividade dos presos, pois o processo judicial transita paralelo ao educacional, bem como o despreparo dos internos no trato com o coletivo, que gera hostilidade, ruídos de comunicação, desesperança, dúvidas, incertezas e incredulidade nas ações do jurídico e até mesmo do processo pedagógico e suas benfeitorias. A cada novo e diferente grupo de educandos matriculados, custodiados pelo Estado, esse perfil descrente e mais desesperançado se evidencia na pouca procura pela escola. No entanto, ressalto que a escola no espaço prisional tem êxitos muito significativos que a fazem permanecer, resistir e alargar a oferta pelos bons resultados de boas práticas como a que relato a seguir, que me faz acreditar e perseverar na pesquisa em questão como forma de contribuição para minimizar as discrepâncias da disparidade educacional, social e econômica, promovendo

melhor perspectiva política e humana desses sujeitos de direito.

O exercício de práticas pedagógicas que possibilitam a reflexão e o processo de humanização é uma intencionalidade na Colônia, os temas sugeridos e discutidos na sala de aula são referenciais de estudo e fonte de saber da Educação de Jovens e Adultos - EJA, que dão continuidade ao pensamento livre nos espaços físicos disponíveis, da biblioteca, do pátio, da cela, todos explorados pelos educandos na prática da leitura de imagens, linguagens diversas e variados gêneros textuais como: biografia, bilhete, diário, entrevista, receita, poesia, e-mail, , textos musicados, cânticos e leituras de cunho religioso muito praticado no ambiente prisional entre outros.

As tarefas propostas nas aulas são vivenciadas, experimentadas e registradas em impressões dos educandos colaboradores entre si e o professor pesquisador por meio de áudios, desenhos, escrita viva. Adotamos “padrinhos” de sala e sela, que acompanham e participam da análise, das correções e de novas orientações das tarefas contextualizadas a cada oficina. São observados as dificuldades e os avanços no reconhecimento fonológico, uso das onomatopeias, a associação de imagens, acompanhamento das cópias simples, interpretação ou produção textual para socialização nas rodas de conversa. As temáticas da rotina da Colônia e as tarefas sugeridas nas aulas, são próximas da realidade do indivíduo preso, pois o pano de fundo é referencial para o aluno questionar sua condição atual e buscar mudança futura pelo conhecimento que o liberta.

O trabalho pedagógico exercido na Colônia é de fundamental importância para o processo reflexivo dos educandos, por exemplo, em virtude dos 100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922, um estudante que participava ativo nas etapas de construção do Projeto Escolar Colônia Modernart, a poucos dias da culminância e encerramento do semestre, demonstrou menor interesse, ausentando-se dos ensaios, observando-nos de longe, num ostracismo e quadro depressivo a olhos vistos. Como já é característico do ambiente instável da prisão, a chegada morosa e repentina do “extrato das condenas” do processo jurídico de cada um, afeta o comportamento e rendimento dos internos em sala de aula. Porém, a longa ausência desse estudante, tão participativo, ao final do projeto e a resistência dele em atender ao meu chamado fez-me investigar, mesmo que superficialmente, o que ocorria.

Por vezes, tentei aproximação e entendimento como habitualmente o faço na captação e no incentivo a permanência de todos na escola. Busquei entender o porquê de seu afastamento e do seu comportamento estranho, até que, dentro dos limites cabíveis enquanto professora e em respeito ao sigilo do histórico criminal do estudante, obtive informação técnica do servidor, responsável por agilizar e assessorar as demandas de presos sem acompanhamento jurídico, o

qual faz uma belíssima ação de atendimento aos apenados. Esta ação é pioneira e é desenvolvida com respaldo na lei dentro da Colônia de Simões Filho, na prestação de serviço jurídico em parceria com a Comarca Local e do Poder Judiciário do Estado da Bahia, na figura do servidor público e profissional do direito, devidamente credenciado e lotado nesta unidade prisional.

As mudanças de comportamento e humor, sejam por ansiedade ou sintomas de depressão, são oscilações constantes no meio estudantil das prisões, precisam ser observadas e trabalhadas para encaminhamento profissional especializado de psicólogos e psiquiatras a serviço na unidade prisional. Nesta investigação e direcionamento, descobrimos que este aluno, se deu conta, segundo o servidor, de uma informação extraoficial não favorável a este, via internet e por familiares durante uma visita de rotina. Na pesquisa feita sobre a real situação do interno, de fato, foi verificado uma possível regressão de regime, o que explicaria seu estado psicológico abalado. Feito o levantamento do processo de pena, tempo de cumprimento da mesma, foi detectada a ausência de uma petição inicial no processo. Sendo assim, numa ação conjunta, este fato resultou num acompanhamento e orientação técnica para corrigir essa ação mesmo que tardia.

A partir dessa situação real, comecei a perceber que era preciso incluir de maneira mais efetiva os conhecimentos do gênero textual petição no processo de alfabetização e letramento para os internos da Colônia, pois era um conteúdo que, apesar de trabalhado outros gêneros, a ausência deste em específico, impossibilitava alcançar outros resultados esperados por eles e pelos professores, já que o nosso papel ali é também de vigilância do cumprimento dos direitos da pessoa em privação de liberdade.

Retornando à questão, a ação conjunta, servidor, professora e outros colegas apoiadores, de posse dos dados e com empenho na leitura, foi possível construir “a quatro mãos” uma petição judicial que resultou no deferimento e liberação do estudante, bem como elevação de seu estado psicológico, de autoestima pessoal e de grupo. Coincidentemente, no dia do evento, na presença dos demais educandos, visitantes da área jurídica, equipe de servidores, autoridades da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) e da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), participaram na culminância do projeto supracitado e a ação coletiva teve êxito favorável, com a chegada do Alvará de Soltura.

O fato inusitado e surpreendente, ocorrido justo no dia da apresentação, trouxe, além de muita comoção aos presentes, sob aplausos e falas emotivas, a inquietação, reflexão do papel da escola e do professor na educação em prisões, tanto da ótica do aluno, quanto do próprio professor, nas intervenções pedagógicas pertinentes, como, por exemplo, a construção do documento e produção escrita dos sujeitos. Esta ação e empenho que intitulo a quatro mãos,

resultou além da liberação do estudante, valorização e reconhecimento das práticas educativas na prisão pela comunidade, o que potencializa o fazer pedagógico da educação nestes espaços de privação de liberdade e negação direitos fundamentais, para a transformação de si mesmo e de seu mundo.

Preocupada em como melhor otimizar e ampliar a prática pedagógica na alfabetização e letramento de adultos da Colônia, é que surge a questão de investigação: *De que maneira um processo de intervenção pedagógica no gênero textual petição potencializa o desenvolvimento da proficiência linguística dos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, na construção autônoma de petições no exercício de seus direitos?*

Entende-se proficiência linguística, segundo um conselho de avaliação e a comparação das habilidades linguísticas, é a habilidade de um indivíduo em utilizar uma língua de maneira eficaz e abrangente, na compreensão, expressão oral, leitura e produção escrita adequada ao contexto. Esta comunicação eficaz, envolve fluência, precisão e espontaneidade no uso do vocabulário, gramática, pronúncia e compreensão auditiva.

Nessa perspectiva, sustenta-se a hipótese de que a ampliação vocabular do gênero textual petição, contribuirá para conferir autonomia e qualidades ao indivíduo inerentes a esse paradigma do “novo homem”. Em consonância com as concepções freireanas, percebe-se a importância crucial da ação educativa, frente à inércia resultante da uniformidade de pensamento. Segundo Freire (2022, p. 72), apenas quando os oprimidos conseguem identificar claramente o opressor e se envolvem na luta organizada por sua libertação, começam a acreditar em si mesmos, transcendendo, portanto, sua “convivência” com o regime opressor.

Propomos como objetivo geral: *compreender como um processo de intervenção pedagógica de letramento jurídico em gênero petição, pode impulsionar o desenvolvimento da proficiência linguística dos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, na construção autônoma de petições no exercício de seus direitos.*

Os objetivos específicos foram: a) construir e aplicar um projeto de intervenção pedagógica no contexto do *letramento jurídico em gênero petição*, b) avaliar o processo da intervenção pedagógica no gênero textual petição com os educandos da Colônia Penal Simões Filho – BA, como forma de inserir tal gênero no planejamento curricular do ensino de linguagem na EJA com pessoas em privação de liberdade.

Optamos por uma pesquisa de natureza interventiva do tipo pesquisa de intervenção pedagógica combinada com análise de conteúdo, explorando e integrando práticas educacionais específicas, pela participação efetiva dos internos na condição de educandos dessa experiência, a partir dos resultados encontrados durante a pesquisa, nas transcrições de falas, observações

de sala de aula e suas produções com carga emocional ou simbólica. É um tipo de pesquisa que produz conhecimentos práticos com os sujeitos em foco, sendo assim escolhida por ser a mais adequada e está focada nos educandos, homens sentenciados do regime semiaberto da Colônia Penal de Simões Filho - BA (CPSFBA). Os fundamentos que sustentam esta pesquisa é a concepção de educação em Paulo Freire, a noção de alfalettar de Magda Soares, a noção de aprendizagem de Vygotsky. Apesar das prisões, recorreremos aos estudos de Foucault, Onofre, Roberto da Silva, Timothy Ireland, Antônio Pereira, entre outros.

No primeiro capítulo da pesquisa buscamos estabelecer as bases para a compreensão da educação de jovens e adultos no contexto de prisões, abordando desde o contexto, justificativa, o problema, os sujeitos e os objetivos que norteiam a investigação. Em seguida, um segundo capítulo traz a pesquisa de intervenção pedagógica como uma metodologia inovadora, explorando sua estrutura, os sujeitos envolvidos e o impacto das práticas educativas no cárcere.

O terceiro capítulo se propõe a contextualizar a educação em prisões dentro de um panorama educacional mais amplo, analisando as interconexões da EJA com os movimentos sociais e a luta por direitos de grupos historicamente marginalizados em condições de vulnerabilidade. Dando seguimento, no quarto capítulo, abordamos a alfabetização e letramento de adultos, com ênfase no gênero textual petição, que se revela um elemento fundamental para garantir os direitos dos educandos com a escuta dos sujeitos e a análise de dados estatísticos que nos permitem relacionar e refletir a ausência de políticas públicas eficazes, bem como compreender como a EJA atua como um instrumento de reparação social e inclusão desses indivíduos.

No capítulo cinco, apresentamos a análise da intervenção pedagógica focada no gênero textual petição, discutindo os resultados obtidos e o impacto das oficinas na formação dos educandos da referida Colônia Penal. A prática pedagógica é descrita em detalhes, ressaltando a abordagem dialógica freireana como um meio viável de promover a participação e o engajamento dos educandos. E por fim, sintetizamos os principais achados e reflexões acerca da intervenção pedagógica realizada na unidade prisional. A discussão final busca ressaltar a importância da educação em prisões para a transformação social e o fortalecimento dos jovens e adultos privados de liberdade, destacando mudanças desde o nível de proficiência linguística dos educandos, sua conscientização da valorização da identidade social, na luta por efetivação de direitos, além de sugerir caminhos para futuras pesquisas e práticas educativas de letramento jurídico na escola em prisões.

2 A PESQUISA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COMO CAMINHO METODOLÓGICO DO ALFALETRAR EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO-BA

Esta pesquisa é de natureza interventiva (Pereira, 2013, 2019, 2021, 2022, 2023; Pereira, Sousa, 2024; Pereira *et al.*, 2024) do tipo intervenção pedagógica (Damiani, 2013), que enfatiza os aspectos psicológicos e pedagógicos, considerando os saberes dos participantes, nas relações subjetivas que são estabelecidas entre eles e o mundo para a compreensão do contexto no qual estão inseridos, suas experiências, dificuldades e conhecimento compartilhados enriquecendo-se mutuamente sob a mediação e análise da ótica do pesquisador. É uma pesquisa que produz conhecimentos com os sujeitos em foco, sendo assim escolhida por ser a mais adequada ao estudo proposto de construção coletiva, pois se baseia nos educandos, homens, pessoas sentenciadas do regime semiaberto da Colônia Penal de Simões Filho - BA (CPSF).

O significado da pesquisa interventiva, segundo Pereira (2013, p. 23) além de produzir conhecimento científico, dá-se pelo envolvimento de grupos, comunidades, indivíduos em vulnerabilidade e singularidade. A concretização dessa pesquisa requer “definir princípios metodológicos claros a fim de construir a ação transformadora desde a definição dos sujeitos, os objetivos, objeto de estudo, procedimentos, contextos etc.”

Este tipo de pesquisa possibilita esclarecimento e transformação que envolve aspectos psicológicos pela partilha de suas vivências com pesquisadores e demais envolvidos, de suas lutas, dores e dificuldades de superação do contexto de vida em que se encontram, posto que

Os estudos de Pereira sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos da pesquisa de intervenção em educação dão conta de se tratar de uma natureza de investigação prática, fundamental para o campo da educação que é permeada por ciências da prática, por exemplo, a pedagogia. Este autor conceitua a pesquisa interventiva como: “conjunto de metodologias de investigação que intervêm na educação de modo multireferencial para produzir conhecimentos científicos com os coletivos sociais sobre suas condições, objetivas e subjetivas, intencionando a transformação crítica de tais condições” (Pereira, 2019, p. 35).

Em seus estudos, este autor afirma que a educação é um campo epistemológico que requer uma rigorosa práxis, criativa, investigativa e de sistematização de conhecimentos, através de métodos interventivos apropriados, portanto é uma:

natureza de pesquisa que requer do pesquisador o ato de criação permanente para concretizar a relação dialética investigação e intervenção. Encontra na educação essa possibilidade por ser organicamente uma práxis social, portanto lugar de pesquisas da ação, da intervenção que toma a manifestação da prática para compreender sua essência e desta operar a mudança necessária (Pereira, 2021, p. 38).

No mestrado profissional, a natureza dessa pesquisa é corporificada na relação dialética ensino-aprendizagem, sendo um deleite para possível solução de problemas humanos e legitimação de sua natureza investigativa e interventiva pedagógica (Pereira, 2013, 2019).

Pereira e Sousa (2024) ao analisar a relação entre pesquisa interventiva em EJA e Análise Cognitiva (AnCo) diferenciam a natureza de pesquisa do método de investigação:

É importante entender que enquanto a natureza tem relação direta com a intenção do tipo de conhecimento que é produzida por ciência, o método é o concretizar essa intenção. Portanto, o método de investigação é fundamental para que um problema no campo da ciência seja respondido, mas isso não significa trilhar seu caminho rigidamente sem a possibilidade de mudança consciente de percurso sempre que a relação objeto-sujeito necessitar. E sistematizar esse processo de ressignificação da caminhada é fundamental desvelar métodos (Pereira; Sousa (2024, p. 3).

Os fundamentos epistemológicos na construção e produção dos conhecimentos, alicerçam e favorecem fazer modificação ao ambiente social, especialmente para os que se encontram em situação de privação de liberdade. O ambiente escolar é um espaço rico da dimensão humana, repleto de diversidades e especificidades que favorecem resultados variados no alcance de suas múltiplas possibilidades (Pereira, 2022, p. 23). Em pesquisa recente sobre a produção de conhecimento da EJA, Pereira *et al.* (2024, p. 479) afirmam que a pesquisa interventiva “coaduna com o pensamento de Paulo Freire quando diz que não basta constatar os fenômenos físicos, químicos, históricos, sociais, políticos, educativos, mas é preciso agir sobre a realidade para transformar”.

2.1 A PESQUISA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

O método de pesquisa intervenção pedagógica, bem-conceituado e disseminado por Damiani *et al* (2013), promove investigação e planejamento sistemático de prática pedagógica, a fim de inovar possíveis melhorias no processo de ensino aprendizagem de sujeitos participantes dessas interferências. As inquietações do profissional de educação em obter resultados mais efetivos de seus educandos, o faz reavaliar e buscar novas ações que gerem mudanças no seu fazer pedagógico e eventual transformação do meio social.

Dessa forma, a Pesquisa de Intervenção Pedagógica se dá no sentido de focar

necessidades dos educandos para potencializar suas aprendizagens. Para isso, faz-se necessário saber como pensam, expressam-se e interagem com os conteúdos formativos, conforme sustenta Damiani (2014, p. 371), ser o tipo de pesquisa que “envolve interferências realizadas em processos educacionais, com base em um dado referencial teórico, tendo o propósito de produzir avanços em tais processos, avanços esses avaliados ao término das ações interventivas”. Portanto, como metodologia, há que se fazer um diagnóstico dos educandos na escrita e na leitura, com base em alguns pontos de chegada necessários a essa etapa da EJA em que estão matriculados.

Assim, ancorar o desenvolvimento da pesquisa na linguagem a partir de uma perspectiva dialógica, resultante das interações estabelecidas entre os seres humanos que compartilham uma dada cultura, ressalta (Damiani, 2014). Isso sem perder de vista o que a autora, com base em Vygotsky e Bakhtin, elucida:

A linguagem como lugar de interlocução; como ação que constitui e modifica os processos psíquicos do sujeito; como elemento de mediação entre o ser humano e o mundo circundante. A linguagem interpretada como interação verbal entre os membros de uma determinada cultura corresponde à noção de ser humano como alguém que interage por meio das relações interpessoais, mediadas pela linguagem (Damiani; Alves, 2014, p. 368).

Segundo Damiani, o método de pesquisa interventiva pedagógica, diminui a distância entre teoria e prática no relato de experiência, por seu caráter de resolução de problemas práticos ou tentativa de solução com produção à luz do conhecimento científico. Teoria e práticas são indissociáveis, pois permitem reflexão teórico-científica da prática pedagógica, a qual possibilita ao educador compreender o educando e o contexto sociocultural em que está inserido. Damiani *et al.* (2013), destacam que, as pesquisas do tipo intervenção pedagógica, são:

[...] investigações que envolvem o planejamento e a implementação de interferências (mudanças, inovações) – destinadas a produzir avanços, melhorias, nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam – e a posterior avaliação dos efeitos dessas interferências (Damiani *et al.*, 2013, p. 58).

O destaque conferido pelos autores ao “planejamento”, à “implementação” e à “avaliação” busca evidenciar o status de pesquisa aplicada para as intervenções, cuja finalidade é “contribuir para a solução de problemas práticos” (Damiani *et al.*, 2013, p. 58).

A pesquisa de intervenção pedagógica segundo Damiani, compreende cinco etapas:

- 1) Planejamento e implementação de interferências, envolve o estudo de estratégias, métodos para adquirir conhecimento prévio que orientará o desenvolvimento da intervenção;
- 2) Aplicação da intervenção é colocada em prática, podendo ocorrer a implementação de mudanças visando alcançar os objetivos desejados e resolver os problemas identificados;
- 3) Intervenção e coleta de dados durante a ação, momento crucial para avaliar o impacto da intervenção e verificar se os objetivos foram alcançados;
- 4) Análise rigorosa e sistemática dos dados obtidos, visando fornecer uma compreensão objetiva do impacto da intervenção e identificar áreas de sucesso ou possíveis melhorias;
- 5) Elaboração do relatório final com base na análise dos dados que documenta todo o processo, desde a investigação inicial até a avaliação dos resultados. O relatório deve ser claro, completo e transparente, incluindo conclusões derivadas dos dados, recomendações para futuras ações e, se aplicável, uma reflexão sobre lições aprendidas durante o processo de intervenção.

Essas etapas compõem um ciclo garantindo uma abordagem sistemática e informada, fundamental para o sucesso global do processo e para a obtenção de percepções valiosas para aprimoramentos. Freire, em sua obra, *Professora Sim, Tia Não*, reitera:

Não posso estar seguro do que faço se não sei como fundamentar cientificamente a minha ação, se não tenho pelo menos algumas ideias em torno do que faço, de por que faço, para que faço. Se pouco ou nada sei sobre ou a favor de que e de quem, de contra que, e contra quem faço o que estou fazendo ou farei (Freire 1997, p. 40).

Os trabalhos de investigações dos professores da educação básica ao reavaliarem e reanalisarem suas próprias práticas, promovem aprimoramento e ganhos incomensuráveis para a formação do indivíduo, especialmente os do cárcere nesse “encontro amistoso” de partilha entre o professor e os educandos.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

A organização da pesquisa se deu a partir das etapas apontadas por Damiani, foram aplicação e avaliação do projeto pedagógico da intervenção (em anexo). A coleta de dados considerou oito oficinas formativas utilizando-se de alguns instrumentos e dispositivos de investigação tais como:

- a) Construção, aplicação e avaliação do projeto de intervenção;
- b) Gravação em áudio das práticas das oficinas e descrição tais práticas no diário de campo da pesquisadora. Nesse registro, as impressões, sentimentos e concepções da prática serão preponderantes para percepção da evolução das habilidades e competências desenvolvidas no processo de letramento de petição;
- c) Entrevista coletiva com os educandos avaliando o processo pedagógico das oficinas;
- d) Organização, análise e interpretações dos dados recolhidos durante a aplicação do projeto de intervenção.

Os resultados (Capítulo 5) da pesquisa refletiram tal organização: descrição das práticas pedagógicas e relações interpessoais que ocorreram nas oficinas, análise da entrevista coletiva com os educandos e por fim as percepções da pesquisadora-docente sobre a pesquisa e o processo pedagógicos das oficinas.

2.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

As oficinas contaram com os educandos devidamente matriculados nos turnos matutino e vespertino das Etapas III e II na Colônia Penal de Simões Filho. Todos foram acompanhados, porém devido à grande rotatividade dos trâmites judiciais, ao longo do estudo, 12 educandos serviram de amostra da intervenção aqui proposta, seguindo a disposição das aulas ministradas na Colônia, sem causar choque de horários ou interesse na rotina do grupo estudantil e da Colônia Penal Simões Filho, pois se faz necessário considerar o ritmo local e avanços judiciais dos educandos ao longo dos semestres, pela dinâmica natural do processo penal que corre paralelo ao processo educacional.

De fato, a rotatividade na entrada e saída, ou o tempo de permanência dos privados de liberdade não podem ser negligenciados, pois o tempo de permanência na escola é influenciado diretamente pelos resultados dos processos jurídicos com avanço ou regressão do regime de pena. O que determina seu desligamento escolar automático na Unidade Prisional (UP) em questão. A mudança de regime progressão ou regressão, por sua vez, refere-se ao sistema ou conjunto de regras da lei que determinam as condições e a duração da pena de um indivíduo sentenciado, de acordo com a natureza do crime, reincidência e outros fatores administrativos. Os regimes judiciais nas instituições variam nos níveis de segurança e tratamento dentro do sistema penitenciário. O regime fechado é mais rigoroso e o semiaberto ou aberto são mais brandos como na Colônia Penal de Simões Filho.

Quanto ao perfil dos educandos, estes foram homens entre 22 a 40 anos e observou-se que a maioria possuía um histórico de longos períodos de pena, o tempo de escolaridade era baixo, com muitos tendo apenas alguns anos de educação formal, muitas lacunas da prática educacional a serem preenchidas, mas que podem ser abordadas por meio da valorização das experiências de vida, tornando o aprendizado mais relevante e significativo. Outro ponto observado é que o interesse na participação em clubes de leitura, por alguns, é uma excelente oportunidade que favorece integrando atividades de leitura e escrita, bem como a presença do suporte e apoio jurídico na UP, também é um elemento importante a ser considerado, visto que lhes traz confiança nas ações integradas.

A análise do perfil dos educandos da EJA revelou características importantes para a compreensão de suas necessidades e desafios. E não menos importante, um outro ponto relevante a se considerar, é o tempo de estudo dos participantes na Unidade Prisional (UP), que varia significativamente, com alguns educandos tendo apenas meses de estudo, enquanto outros têm vários anos podendo ser promovidos a outro seguimento. Esse tempo de exposição e prática na UP é crucial para realizar um trabalho mais sistematizado na busca por melhoria da proficiência linguística dentro da instituição. Além de favorecer as parcerias Intersetoriais no acompanhamento e cuidado dos educandos na oferta de serviços e formação não escolarizada, que propicia um trato humanizado e fortalecimento dos direitos humanos no cárcere, na promoção de um ambiente abrangente e respeitoso. Tais ações contribuíram para o desenvolvimento integral dos educandos, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira satisfatória e empática.

2.4 O LÓCUS DA PESQUISA

A Colônia Penal de Simões Filho é situada no distrito de Palmares, município de Simões Filho – BA, possui uma população carcerária nas séries iniciais do fundamental I e II e com algumas exceções no ensino médio. Parte do ensino fundamental incompletos e uma parcela de não alfabetizados. A educação escolar funciona no local com relativa procura de educandos regularmente matriculados na rede pública de educação na parceria entre Secretarias de Administração Penitenciária (SEAP) e a Secretaria da Educação do Estado (SEC).

O quadro 1 a seguir apresenta o número total de matriculados do sexo masculino em situação de privação de liberdade, no Brasil e na Bahia, de acordo dados estatísticos do Sistema Penitenciário, disponibilizados no Relatório de Informações Penais (RELIPEN) da Secretaria Nacional de Políticas Públicas (SENAPPEN), bem como, o total de matriculados na Unidade

Prisional (UP) de Simões Filho, constante na base de dados da própria UP.

Quadro 1 - Matriculados do Sexo Masculino - Semestre Letivo: Jan a Jun/2023.

Total de matriculados em unidades prisionais		
BRASIL	BA	UP-SF (*)
123.695	3.523	75

Fonte: Dados do SENAPPEN / Unidade Prisional Simões Filho/BA, 2023.

Revela-se- no Quadro 1 dados significativos sobre a população masculina matriculada em unidades prisionais no Brasil durante o semestre letivo de janeiro a junho de 2023. Com um total de 123.695 matriculados, a cifra destaca a magnitude do desafio enfrentado pelo sistema prisional no país. Na Bahia, com 3.523, e a Colônia Penal de Simões Filho, com 75 matriculados, exemplificam a discrepância e necessidade de bons programas educacionais para ampliação e qualificação da oferta nas unidades prisionais baianas. Esses números refletem a realidade da educação nas prisões e enfatizam a necessidade e importância de investimentos em políticas públicas na modalidade de educação EJA no âmbito das prisões, a se tomar como referência a referida unidade penal de Simões Filho, Bahia no combate ao analfabetismo e garantia do estudo continuado.

Quadro 2 - Dados de Matrícula - Semestre Letivo 2023 – UP S. Filho/BA

Segmento I/Turma	Pavilhão A			Pavilhão B		
	N. Educandos			N. Educandos		
	Fev.	Abr.	Jul.	Fev.	Abr.	Jul.
Etapa II	17	10	12	16	13	09
Etapa III	18	10	08	21	08	03
Etapa IV	--	09	11	--	08	09
Etapa V	---	12	13	--	12	06
Total	35	41	44	37	41	27

Fonte: SEC/SEAP/CPSF-BA / Dados da autora, 2023

Na Colônia Penal de Simões Filho BA, o número de internos oscila na capacidade máxima de 200 a 250 custodiados. Já os de matriculados, chegam a uns 30 por cento do total de presos. Existe uma tímida procura por atividades educativas, porém com ascendência significativa devido a ampliação da oferta estabelecida atendendo uma das metas do Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado da Bahia de 2014-2024. A Colônia Penal teve sua oferta ampliada no ano de 2022 para homens sentenciados do regime semiaberto.

Quadro 3 - Grau de Instrução da População Carcerária Sexo Masculino - Brasil x Bahia - 2023

Nível de Escolaridade da População Carcerária Sexo Masculino									
BRASIL X BA	Analfabetos	Alfabetizados	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Acima do Superior
BRASIL	14058	22675	277732	67970	102185	72356	7002	4212	4706
BA	581	659	6322	1347	1525	908	78	58	3
%	4,13	2,91	2,28	1,98	1,49	1,25	1,11	1,38	0,06

Fonte: SISDEPEN, 2023.

O Quadro 3 revela uma discrepância significativa entre o grau de instrução da população carcerária masculina no Brasil e na Bahia em 2023. No Brasil, a maioria dos privados de liberdade apresentam nível de escolaridade fundamental incompleto (277.732), enquanto na Bahia esse número é muito menor (6.322). A alta taxa de não alfabetizados e o baixíssimo acesso ao ensino superior na Bahia, representando apenas 0,06% da população carcerária, indicam desafios socioeconômicos e educacionais para o Estado. A baixa porcentagem de alfabetizados (2,91% na Bahia), também destaca a necessidade urgente de políticas de educação e inclusão para esses sujeitos de possibilidades e de direitos.

É imperativo ressaltar que, não obstante os dados apresentados nacional e local, ensejem uma análise da condição de privação de liberdade, que denotam as ambivalências inerentes à dinâmica do sistema capitalista, sobretudo quando se trata da interpretação dos indicadores numericamente observados do perfil dos presos. Nesse contexto, propõe-se uma reflexão sobre as questões sociais e econômicas que permeiam a contemporaneidade da sociedade brasileira pela dívida histórica advinda do regime cruel de servidão no Brasil.

No sistema prisional brasileiro, existem três tipos principais de regimes de cumprimento de pena criminal. O regime chamado fechado é o mais severo, os internos ficam em unidades prisionais com alta segurança e não têm direito a atividades externas, apenas laborais e educativas internas. Já o regime semiaberto, do contexto dessa pesquisa, os internos podem participar de atividades laborais e educativas internamente e externamente. E por fim, o regime aberto que é o mais brando, podendo os internos a depender dos seus processos, obter o benefício de mais liberdade, a exemplo, de trabalhar durante o dia e voltar para uma casa de albergado à noite. Os regimes, segundo a lei, buscam atender e equilibrar a segurança social, seguindo protocolos pelo cumprimento da pena.

No regime semiaberto, as ofertas e oportunidades de participar de atividades laborativas ou educacionais durante o dia criam um diferencial na dinâmica do lugar que transmitem sensação de tranquilidade aparente. As unidades prisionais podem oferecer cursos de alfabetização, ensino fundamental e médio, além de programas de qualificação profissional e educação superior, dependendo dos recursos disponíveis. O objetivo é proporcionar aos privados de liberdade a chance de produzir conhecimentos e desenvolver habilidades que podem facilitar a reintegração social e resgate de suas identidades. A educação não só contribui para a formação pessoal das pessoas em privação de liberdade, mas também para a construção de uma perspectiva mais esperançosa no futuro pós cárcere.

Uma colônia penal, de acordo com a terminologia presente em dicionários, é a de um estabelecimento humano utilizado para o exílio de indivíduos detidos e sua separação da população em geral, por meio de sua transferência e alocação em um local remoto, frequentemente constituído por uma ilha afastada ou território colonial. Comumente, o termo “colônia” é aplicado a comunidades prisionais controladas por guardas. Historicamente, as colônias penais, como comunidades de prisioneiros, têm sido utilizadas como espaços de trabalho penal, sustentadas economicamente pelo Estado.

A Colônia Penal de Simões Filho, retratada na figura 01, foi oficialmente inaugurada em 16 de julho de 2007, com o objetivo de abrigar indivíduos cumprindo penas no regime semiaberto. Composta por 58 celas e com capacidade para aproximadamente 250 pessoas, essa unidade atende às exigências legais estabelecidas pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH).

Figura 1 – Vista panorâmica da Colônia Penal de Simões Filho – Ba



Fonte: Seap, Bahia, 2016. ABNT VER

A imagem acima retrata a vista panorâmica da Colônia Penal de Simões Filho, destacando dois estacionamentos, a entrada da unidade e dois pavilhões distintos, na estrutura projetada de segurança e custódia de presos do regime semiaberto. Cada pavilhão oferece áreas específicas para a convivência dos internos, uma sala de aula, uma biblioteca e pátio.

É importante ressaltar que cada unidade prisional a depender do regime de pena, estrutura e infraestrutura, tem suas características próprias que interferem no perfil da oferta da educação nesses espaços. Geralmente, os privados de liberdade do regime semiaberto, estão mais próximos do fim da pena e podem receber benefícios como a saída temporária monitorada por tornozeleira eletrônica. A supervisão é menos rigorosa em comparação ao regime fechado, contudo esses benefícios podem variar conforme o estado e a situação individual de cada processo.

Anteriormente, somente a Colônia Penal Lafayette Coutinho, em Salvador, atendia aos condenados à pena em regime semiaberto ou aos que tinham direito à progressão de regime. Nós da Colônia Penal, somos semiabertos e por isso mesmo somos uma colônia que oferta atividades educacionais e laborativas em pequena escala.

A atividade laborativa de presos com respaldo na lei de execuções penais de 1984, acontece sob forma de incentivo às empresas que participam de licitação, com isenção fiscal para exploração do espaço da prisão e do serviço de mão de obra barata já alocada sob vigilância e responsabilidade do Estado. Assim, o interno que trabalha, recebe em pecúnia seu percentual de salário, além dos dias remidos no seu cálculo de pena garantidos em lei. Instalações como de fábrica de tinta, automotiva, alumínio, etc., são exemplos das já implementadas, e que alternaram implantação ao longo dos anos na Colônia de Simões Filho -BA, como a lavanderia e panificadora que foram desativadas, permanecendo atualmente uma fábrica de tinta e automotivos. Outras instalações da estrutura física na Colônia são os setores administrativos, jurídico, defensoria, a Central de Registro de Custódia (CRC), que é o departamento responsável pelo registro e controle de informações relacionadas aos apenados, como dados pessoais, registros de entrada e saída, movimentações e documentos legais.

A integração entre os setores, chamada de intersetorialidade nas prisões é fundamental para promover uma abordagem integrada e mais eficiente no sistema penitenciário, melhorando a qualidade dos serviços prestados e o trato humanizado aos privados de liberdade. A colaboração entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social e segurança, possibilita uma gestão mais integrada. As parcerias estratégicas entre as secretarias SEC/SEAP fortalecem essas ações com respeito a determinação da lei e a valorização da dignidade do ser.

A educação na Colônia de Simões Filho acontece nos dois pavilhões existentes, vinculada por uma escola estadual regular extramuros. O Colégio Dr. Berlindo Mamede de Oliveira, situado no centro da cidade de Simões Filho como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Edificação da Escola de Vinculação. Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira em Simões Filho-Bahia.



Fonte: Google Map, 2023¹

A figura 2 mostra a fachada da escola vinculada à parceria entre as secretarias SEC e SEAP, localizada na cidade de Simões Filho, onde a instituição escolar reafirma seu compromisso com a educação no sistema prisional. Já a figura 3 retrata a vista da sala de aula das séries iniciais, do pavilhão A, dentro da Colônia Penal de Simões Filho, que possui acesso livre dos educandos, comunidade em geral.

1 Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Colegio+Estadual+Doutor+Berlindo+Mamede+De+Oliveira/@-12.7911711,-38.404957,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x7166caae968c7b7:0xcda65e03fceb93cc!8m2!3d-12.7911763!4d-38.4023821!16s%2Fg%2F1yfjqbk72?authuser=0&entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTA-yOS4wIKXMDSOASAFQA%3D%3D Acesso em: 12 out. 2023

Figura 3 - Edificação da Escola Anexo do Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira - Colônia Penal de Simões Filho, Bahia.



Fonte: Registro da autora, 2024

O anexo, assim chamado, conta com a supervisão da unidade prisional e com a coordenação pedagógica da Secretaria de Educação presente na unidade. As aulas ocorrem apenas nos turnos diurno, pelo difícil acesso à unidade prisional que se localiza à margem da rodovia, além da falta de estrutura física local e pessoal de segurança para a oferta do turno noturno. As matrículas são constantes e voluntárias ao longo do ano letivo. Os recursos escolares e alimentos são fornecidos à medida das possibilidades pela assistência da direção escolar. As ações pedagógicas, intervenções e rotina escolar são reportadas a direção geral da escola sede e seguem o calendário oficial da Rede Estadual de Ensino.

A divulgação da oferta da educação escolarizada e atividades educacionais na Colônia Penal de Simões Filho se dá por convite do letreiro da sala que é integrada ao pátio, do grito no gradil pelos servidores e o chamado “carteiro”, pelos apelos do professor, pela recomendação de familiares, servidores, médicos, psicólogos, dentista, advogados ou ainda por outro interno que busca se informar da presença da educação e do seu direito legal ao estudo já conhecido de outra unidade prisional ou por fim, pela curiosidade das ações ali realizadas. Vale ressaltar, que o benefício da remição de pena nas horas estudadas é o atrativo inicial e a posteriori maior conscientização de outros ganhos.

No sistema penal brasileiro, a remição de pena é a redução do tempo de prisão do sentenciado como reconhecimento por atividades laborais ou escolares que contribuem para sua reintegração social. A Lei de Execução Penal (LEP), regulamenta a remição por trabalho 7.210/1984 ou estudo 12.433 /2011. Em 2021, a Portaria 391/21 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) com a nota técnica do CNJ introduziu a remição por leitura, permitindo que os privados de liberdades reduzam suas penas ao ler livros e elaborar resenhas remindo até 48

dias no ano. Essa portaria estabelece que cada livro lido e resenhado reduz 4 dias de pena, incentivando reabilitação e reintegração social dos leitores em privação de liberdade.

Apesar dos avanços, na perspectiva de Roberto da Silva (2011) a educação nas prisões não deve ser tratada de forma superficial, banal, diferenciando-se da abordagem simplista adotada no ambiente de trabalho. O autor mostra-se cético em relação à eficácia do sistema de remição por tempo de trabalho, no qual a cada três dias trabalhados, um dia de pena é reduzido. De acordo com Silva, esse mecanismo não tem contribuído para criar uma cultura laboral significativa dentro das prisões, nem para o desenvolvimento satisfatório de ocupações qualificadas. De acordo Roberto da Silva (2011),² [...] se o governo quer introduzir a educação como política pública, é preciso conciliar os objetivos. Reitera ainda:

Rejeitamos tentar atribuir à educação um papel que é de outras instâncias da sociedade. A educação não pode assumir a tarefa de diminuir a lotação do presídio ou diminuir a reincidência criminal, ou ainda, a violência e fugas dentro das prisões. O autor ainda reitera que o papel da educação é aumentar a capacidade e as habilidades dos cidadãos para que tenham melhores condições para concorrer às oportunidades que a sociedade cria. Se o detento quiser continuar na carreira do crime, não é a educação que vai convencê-lo a cair fora. [...] (Silva, 2011)³.

Entre 1993 e 2008, foram apresentados projetos de lei visando modificar a Lei de Execução Penal (LEP/84), buscando reformular o artigo relacionado à remição de pena pelo trabalho, incluindo a possibilidade de remir a pena através do estudo. O benefício da progressão de regime penal aos detentos que se dedicavam aos estudos seguia critérios diferenciados, mas mantinham o mesmo objetivo inicial da remição pelo trabalho.

Infelizmente, o meio acadêmico perdeu o professor Roberto da Silva, que faleceu neste mesmo ano, figura cuja sabedoria e legado marcaram profundamente todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecer e aprender com a sua jornada excepcional, transformando seu caminho de grandes desafios em aprendizado de sólida e reconhecida carreira acadêmica, superando todas as expectativas enquanto egresso do sistema penitenciário brasileiro. O que parecia um cenário de fracasso se transformou em uma trajetória brilhante, de dedicação, resiliência e talento inquestionáveis, deixando suas contribuições, seu legado para o meio acadêmico e para a educação em prisões, servindo de referência e inspiração para todos que acreditam na transformação do ser humano.

2 Roberto da Silva, de 52 anos, estudioso da área de educação no sistema prisional professor, mestre e doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP) - Entrevista por: Vanessa Fajardo, portal G1, São Paulo. 2011

3 *Id, ibid.*

Pela ótica de Roberto da Silva, as demandas por remição educacional, via Projeto de Lei Complementar, não contemplaram conceito e avaliação das experiências decorrentes desde 1984, por intermédio da remição laboral em prisões em face de fundamentarem suas proposições em argumentos que sustentassem a eficácia da medida proposta. Silva salienta que o intuito dos legisladores é “Legislar sobre o caos! [...]” (Silva, 2011, p.81), segundo o autor, dificulta a tarefa de gerir as transformações ocorridas no sistema prisional, decorrentes da elevação dos índices de encarceramento frente à fragilidade do Estado em gerenciar o sistema prisional.

A duração e permanência no desenvolvimento do proposto educacional respeita o ritmo e o chamado do processo judicial como a rotina da unidade, as audiências de custódia, outros serviços, além da rotatividade dos processos judiciais como progressão e regressão de regime que acontecem paralelo ao processo educacional. Através da rotina de acolhimento, resgate de sua identidade, da escuta humanizada, numa abordagem diversificada de compartilhamento e socialização de ideias, neste espaço intitulado espaço do pensamento, com os recursos eletrônicos disponíveis e também materiais escolares, à medida das possibilidades, pois assim como nossos colegas extramuros precisamos usar de nossa criatividade, o fazer pedagógico com paletes, reciclados, doações, dos materiais permitidos pela equipe de segurança etc.

Tratamos de temas geradores escolhidos e trabalhados com eles assim como em qualquer outra escola pela pedagogia de projetos, conectando-se e desconectando do contexto real que os cerca. Alçamos voo para além das grades nos diferentes gêneros textuais e linguagens, no compromisso e comprometimento com o saber, no senso de coletividade despertado no grupo de estudo no que tange às relações afetivas que possam surgir na construção do corpo da escola.

Na pedagogia de projetos, a linguagem desempenha um papel crucial ao buscar conferir ao processo educacional características de contextualização, envolvimento e significância para os educandos. Esta abordagem pedagógica se propõe a oferecer uma experiência de aprendizado mais prática e aplicada, particularmente no que concerne ao desenvolvimento das habilidades linguísticas. O trabalho com linguagem na escola da Colônia Penal, envolve a abordagem de ensino que busca integrar diferentes habilidades e competências por meio de projetos que são significativos e relevantes para os educandos. Seguimos passos na escolha do tema que seja relevante e do interesse dos educandos a fim de explorar várias habilidades linguísticas, como leitura, escrita, escuta e fala. Sempre munidos de um planejamento com objetivos de aprendizagem bem definidos, além de recurso mínimo e um cronograma para aplicação das atividades propostas. Estas atividades são diversificadas com produção oral e

escrita envolvendo linguagem teatral com pequenas dramatizações, debates, entrevistas, que conte com a colaboração de todos os participantes individual ou grupo. Todos sempre observados e avaliados ao longo do projeto por seus progressos, com sutileza e leveza nas intervenções e redirecionamento para atividades produtivas, como por exemplo, no campo midiático pelo uso das tecnologias possíveis no espaço da prisão, culminando sempre com uma apresentação dos resultados, através de exposições, apresentações orais, criação de materiais visuais, ou outros formatos que permitam compartilhar o aprendizado desde as rodas de conversas e reflexões sobre o processo de aprendizagem. Os alcances desses projetos, a conscientização da aplicabilidade desses conhecimentos apresentados em diferentes contextos, incentivam docentes e discentes a analisarem o que aprenderam e como podem aplicar esse conhecimento.

Ao integrar a linguagem de maneira intrínseca aos projetos, busca-se promover uma compreensão mais profunda e uma internalização mais eficaz dos elementos linguísticos, ao mesmo tempo em que propicia aos educandos um ambiente educacional que se alinha às demandas contemporâneas de uma educação mais dinâmica e interativa.

2.5 O PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

O presente projeto, almejou aprofundar a compreensão acerca do processo de intervenção pedagógica, especificamente no âmbito da produção de textos de escrita formal do tipo petição, visando sua potencial contribuição para o desenvolvimento no campo do letramento. O projeto concentrou-se na análise da eficácia dessa abordagem pedagógica como um meio de aprimoramento educacional, direcionado a indivíduos reclusos na Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, o projeto completo se encontra nos apêndices.

O propósito da pesquisa buscou não apenas elucidar os aspectos intrínsecos do referido processo de intervenção pedagógica, mas também destacar sua relevância como um instrumento catalisador no contexto educacional de indivíduos privados de liberdade. A escolha específica pela produção do gênero textual petição é meio para compreensão das normas linguísticas e formais, pois seguem regras específicas em termos de linguagem, estrutura e formato que fortalecem as habilidades e competências linguísticas e cognitivas dos participantes. Trouxe conscientização sobre a importância do contexto, pois a escrita formal, muitas vezes está vinculada a contextos específicos, como órgãos governamentais. Promoveu a responsabilidade e ética, desenvolveu a capacidade argumentativa e incentivo à cidadania ativa, visto que, compreender como escrever uma petição pode preparar os educandos a

participarem ativamente na esfera pública. Eles podem aprender a redigir petições, outra forma de comunicação que expressa suas opiniões e preocupações de maneira satisfatória.

Inicialmente, a avaliação diagnóstica sugerida no projeto, desempenhou um papel crucial ao auxiliar na identificação das necessidades individuais e no mapeamento do nível de conhecimento prévio dos participantes. Todo processo foi avaliado quanto ao planejamento, execução do mesmo, além de proporcionar uma comparação criteriosa dos resultados alcançados pelos participantes, possibilitando também uma autoavaliação e reflexão crítica sobre o aprendizado obtido após a intervenção.

Ao dirigir nosso olhar para a Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, reconhecemos a necessidade de considerar não apenas os benefícios intrínsecos ao processo de alfabetização e especialmente o letramento, mas também a potencialização das garantias constitucionais e protagonismo dos indivíduos encarcerados. A educação emerge, assim, como um vetor crucial para a promoção da ressocialização e para a mitigação das disparidades sociais, alinhando-se aos princípios basilares consagrados na Constituição Federal (CF). Na instrumentalização desses indivíduos com feitura de suas próprias petições, ganha-se o protagonismo pela construção e resgate de sua própria identidade na escrita autoral.

2.6 ANÁLISE DE DADOS

Franco (2005), contextualiza historicamente a preocupação em compreender o significado das mensagens ao longo dos tempos, e ao introduzir as bases teóricas da Análise de Conteúdo, destaca que este procedimento pode ser concebido como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que emprega métodos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens. De maneira enfática, ressalta a importância de iniciar a análise a partir da mensagem, que pode assumir formas verbais (orais ou escritas), gestuais, silenciosas, simbólicas, documentais. Em suma, a Análise de Conteúdo, conforme delineada por Franco, é uma abordagem metodológica essencial, destacando a importância da escolha do método de tratamento de dados com base epistemológica buscando extrair conhecimentos profundos sobre as condições de produção e recepção das mensagens analisadas.

A proposta de Análise de Conteúdo envolve também a categorização, que segundo Franco (2005), é um passo crucial no processo de organizar e classificar dados ou informações textuais relevantes para extrair significados e interpretar os resultados de maneira mais sistemática. É importante que o pesquisador defina claramente as categorias antes do início da análise para garantir consistência e confiabilidade nos resultados.

Desse modo, a abordagem metodológica delineada por Franco não apenas fornece um método de tratamento de dados, mas também destaca a importância da base epistemológica na escolha do método, buscando extrair conhecimentos profundos sobre as condições de produção e recepção das mensagens analisadas, que emerge como uma ferramenta essencial para a compreensão aprofundada dos dados coletados com fidelidade e lisura nos resultados.

Se faz necessário, estabelecer os parâmetros pertinentes, diretrizes claramente estabelecidas e critérios específicos que demandam um conhecimento mais abrangente e criterioso por parte dos pesquisadores, pois a compreensão destas nuances se revela imperativa, uma vez que a escolha e aplicação do método de tratamento de dados impactam diretamente na qualidade e confiabilidade dos resultados obtidos.

Conforme bem delineado por Pereira (2022), a expressão "Tendão de Aquiles" emergiu como pertinente metáfora ao indicar que a vulnerabilidade intrínseca às pesquisas é identificada na etapa de análise de dados, destacando-se como o cerne frágil da investigação científica em múltiplos domínios do conhecimento. A meticulosa análise dos dados configura-se como uma faceta crucial na sustentação da pesquisa e na conferência de confiabilidade aos resultados obtidos. Esta intrincada demanda, por conseguinte, acarreta fragilidades nos desfechos das pesquisas, especialmente no contexto de estudos intervencionais no âmbito educacional. Nesse contexto, os discentes de mestrado e doutorado se deparam com desafios durante a condução e exposição dos resultados, os quais necessitam refletir de maneira congruente o contexto intrínseco à investigação empreendida.

A metodologia da Análise de Conteúdo, almeja discernir a essência subjacente às expressões verbais, promovendo uma avaliação sistemática e objetiva das comunicações. Esta abordagem, meticulosamente aplicada, visou descrever minuciosamente o conteúdo presente nas mensagens, bem como as simbologias, aqui especialmente marcadas no contexto penitenciário.

Desse modo, a escolha da técnica de análise de conteúdo nesta pesquisa se deu por categorias na análise do diagnóstico, das produções ao longo das oficinas, dos depoimentos dos educandos sobre a intervenção na entrevista coletiva e nos textos produzidos, com base em pressupostos da escrita formal.

Essa perspectiva enfatiza a relevância de examinar não apenas o que é evidente ou visível, mas o que está nas entrelinhas e nas camadas mais profundas de significado que não estão explicitamente declaradas. A semântica, dentro desse cenário, assume um papel crucial na avaliação e interpretação, acrescentando para uma compreensão abrangente do tema em estudo.

Franco destaca a relevância teórica na Análise de Conteúdo, a autora aborda a importância de um plano de pesquisa abrangente, destacando a integração entre teoria, coleta, análise e interpretação de dados. Argumenta que toda análise requer comparações contextuais, orientadas pela sensibilidade, intencionalidade e competência teórica do pesquisador. Vale destacar Pedro Demo (1993) quando disse da importância de abordarmos o reconhecimento de maneira criativa e crítica pela constante construção e reconstrução do conhecimento, levando em consideração as diversas fontes de dados, informações e experiências provenientes de diferentes emissores, seus progressos, sua autonomia e construção ética civilizatória aqui sugerida nas produções autorais.

Assim, esta pesquisa, buscou compreender de que maneira as intervenções pedagógicas impactam o processo de aprendizagem e como o conteúdo curricular pode ser estruturado para melhor atender às demandas dos educandos em privação de liberdade, promovendo um aprendizado mais prático e significativo, a partir dos resultados encontrados durante a pesquisa, nas transcrições de falas, observações de sala de aula e produções dos educandos.

2.7 ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

O projeto de intervenção visou a implementação de oficinas pedagógicas com ênfase no gênero textual petição, com o objetivo de desenvolver habilidades linguísticas e letramento jurídico com pessoas em contexto de privação de liberdade do regime semiaberto. A proposta se baseou nos princípios pedagógicos freireanos, promovendo uma abordagem dialógica e crítica, necessária para a redação de petições judiciais como uma prática de autonomia e reivindicação de seus direitos junto ao poder judiciário. O projeto envolveu uma série de atividades, incluindo a aplicação de questionários, entrevista, dinâmicas de grupo e debates, visando a construção progressiva de habilidades linguísticas e o entendimento das estruturas textuais numa produção escrita formal.

A metodologia adotada para o projeto foi prática e acessível, com o uso de recursos visuais, atividades lúdicas e leitura interativa para engajamento e facilitar a aprendizagem dos educandos participantes. A proposta incorporou um desenvolvimento reflexivo, oferecendo devolutiva construtiva e modelagem dos textos produzidos, o que permitiu a percepção das características da escrita, aprimorar e evoluir seus avanços na organização, oralidade e escrita de forma gradual. Além disso, a proposta se preocupou em estimular a autoconfiança e a autoestima dos educandos, reconhecendo a importância da dignidade e potencial de todos, o que é crucial para um aprendizado harmonioso em um ambiente tumultuado de privação de

liberdade.

Os objetivos específicos do projeto compreenderam a construção de uma intervenção pedagógica baseada na pedagogia de Paulo Freire, a análise do processo de aprendizagem dos educandos e a avaliação da intervenção no ensino-aprendizagem da escrita formal. A relevância do projeto foi evidenciada pela necessidade de inclusão e cidadania através da aquisição da palavra e do resgate da identidade dos indivíduos privados de liberdade. A proposta não só buscou aprimorar as habilidades redacionais dos participantes, mas também contribuir para a luta contra as desigualdades sociais, garantia de direitos e o resgate da cidadania dos educandos, bem como, indiretamente, proporcionar harmonia e benefícios para a dinâmica do dia a dia da comunidade na prisão, suas famílias e a comunidade em geral.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: OS REFLEXOS NA EJA EM PRISÕES.

Entrelaçando saberes educativos, no amplo campo da educação, três categorias de estudo surgem como protagonistas cruciais, cada qual com seu conjunto distintivo de desafios e potenciais: alfabetização e letramento, Educação de Jovens e Adultos (EJA) em prisões e escrita formal. Embora à primeira vista possam parecer discretas em seus objetivos e aplicabilidades, um olhar mais apurado revela uma intrincada teia de conexões que transcende os limites convencionais e educacionais. Esta exploração busca, portanto, não apenas delinear as nuances individuais de cada categoria, mas também identificar os pontos de interseção que as unem nesse tripé, promovendo uma compreensão mais holística e interdisciplinar do panorama educacional contemporâneo.

3.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino regular na idade completa. A EJA busca proporcionar a esses indivíduos a oportunidade de concluir os estudos. A modalidade da educação de jovens e adultos é resultado da conscientização e luta de movimentos sociais ao longo da nossa história, na busca por reparação legítima de direitos cerceados por um período escravagista desumano, letal e devastador que assolou e ainda reverbera no seio da sociedade brasileira.

No Brasil, as batalhas por democracia e garantia de direitos, ainda hoje, são necessárias no embate e na criação de políticas públicas que intervenham, tragam provisão e prestação de serviços a diferentes grupos de pessoas estigmatizadas e rejeitadas pela sociedade por tabus e preconceitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Ao longo de décadas, o descaso e a desvalorização do indivíduo “marginalizado” pela escravatura e por conseguinte separação de classes sociais, é motivo das inúmeras desigualdades que adoecem e empobrecem o país, em especial o povo negro e pobre brasileiro.

Essa ausência de ações provedoras de condições mínimas de preparo intelectual e estruturação dos direitos universais, favorecem os descontroles sociais tão nocivos e crescentes em nossos dias nos comprovados altos índices de violência, analfabetismo e encarceramento em prisões.

Nossa Constituição Federal (CF) de 1988, assegurou o reconhecimento e manutenção da necessidade do direito à escola, no preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No âmbito das unidades prisionais, a escola é elemento fundamental para a ideia de dignidade humana, tão essencial no entendimento aos direitos humanos e fator potencializador para autonomia do ser, nas atividades propostas de reintegração do indivíduo oprimido, destituído temporariamente de sua cidadania plena. Para Freire:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser-menos. Como distorção do ser-mais, o ser-menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra que os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (Freire, 2022 p.41).

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988, garantiu a educação como direito fundamental para todos. A educação em prisões sendo um direito assistido, ampliou e possibilitou o surgimento de novos entendimentos e novas leis de garantias para os privados de liberdade. A Lei de Execução Penal (LEP) 7.210/1984 que dá remição pelo trabalho aos apenados, foi alterada na Lei 12.433/2011, a assistir também o direito à remição de pena por estudo aos privados de liberdade, em nome da inclusão social e da transformação do indivíduo preso.

Diante dos índices de analfabetismo no Brasil, é crucial uma implantação de novas formas de ensino e programas para tentar atenuar as discrepâncias no sistema educacional brasileiro e diferenças socioculturais que permeiam a sociedade na contemporaneidade e comprometem o futuro dos jovens. Como resquício da concepção compensatória de educação de jovens e adultos Di Pierro (2005, p. 1118), diz: “[...] inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência”.

Os estudos de Di Pierro (2000, 2005, 2015) em defesa da educação de jovens e adultos tratam da relação intrínseca no combate à desigualdade e ao analfabetismo, da ausência da cultura do direito à educação escolar obrigatória da Infância à idade adulta, da percepção pessoal das vítimas de analfabetismo quanto à violação de direitos ao invés de responsabilizar o governo, das críticas às políticas emergenciais de alfabetização, do combate à discriminação contra os analfabetos e as consequências sociais; da alfabetização como um direito fundamental para todos os cidadãos, nas diversas esferas da sociedade, refutação da perspectiva negativa sobre analfabetos considerados despreparados para a participação plena na sociedade. Sempre enfatizando que o analfabetismo não é apenas uma questão educacional, pois é uma questão

complexa que envolve exclusão, discriminação de gênero, socioeconômica e racial.

A importância da educação como ferramenta essencial no combate à desigualdade social e ao analfabetismo apresentada pela autora, destaca a relação intrínseca entre a educação de jovens e adultos e a redução da desigualdade tão combatida por Paulo Freire em sua busca por mitigar a discriminação e reparar a dívida histórica causada pela escravidão. Ambos reconhecem que a educação vai além do aspecto meramente educacional, abrangendo dimensões sociais, culturais e históricas que são cruciais para a participação plena na sociedade. A convergência dessas perspectivas reforça a ideia de que a educação é um meio poderoso para enfrentar desafios sociais e promover a igualdade.

Paulo Freire, patrono da educação no Brasil, implementou o projeto de alfabetização de 380 trabalhadores em Angico-RN em 1963 que foi sufocado pelo golpe militar de 1964 na tentativa de resgate social, pela perspectiva de uma educação libertadora, autônoma, que visava mitigar a discriminação e trazer reparação da dívida secular da herança cultural no Brasil, pelo advento perverso da escravidão, abstração de suas identidades, violação do direito natural do indivíduo estigmatizado pela pedagogia hegemônica. Vale ressaltar, que entre os participantes em Angico, existiram educandos privados de liberdade e suas esposas.

Nossa escola, em 2021 na comemoração dos cem anos de Paulo Freire, teve a oportunidade única de receber um vídeo de Dona Fátima Freire, filha de Paulo Freire, que deixou uma impressão marcante em todos os educandos. Em seu rico depoimento, Dona Fátima, compartilhou momentos dolorosos de sua infância, revelando de memória e com visível emoção, um momento de visita ao pai no cárcere, quando levava feijão no ônibus, acompanhada da mãe. Seu forte relato e reflexão sobre o que ainda garota pensava a respeito do que ocorria, da violência e de como puniam seu pai por dizer e fazer o bem, não apenas destacou o contexto de repressão, mas também falou da luta da família, da resiliência, do sofrimento familiar, uma realidade compartilhada por muitos internos. Mesmo com uma condição econômica um pouco mais favorecida do que a dos demais, Dona Fátima demonstrou, independentemente disso, que a dor e a luta pela dignidade e pela esperança são universais. Essa reflexão inspirou os jovens da Colônia a compreenderem que, apesar das circunstâncias, existia uma conexão profunda de sua história e a deles pelo contexto de privação de liberdade. Dona Fátima deixou uma mensagem especial aos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, de otimismo e perseverança em suas práticas escolares como forma de esperança e que certamente marcou cada um deles.

Freire com sua pedagogia crítica, centrou na conscientização, promovendo a participação ativa dos educandos e visando a superação das relações tradicionais de poder no

ambiente educacional. A compreensão crítica da realidade e do contexto social dos educandos, é defendida por capacitá-los a compreenderem e transformarem ativamente o mundo ao seu redor. Para ele, o diálogo é elemento essencial para a aprendizagem, concebendo a educação como um processo dialógico no qual professores e educandos trocam conhecimentos e experiências de maneira participativa. Segundo Freire a alfabetização crítica vai além da simples aquisição de habilidades linguísticas, pois esta busca desenvolver a capacidade dos educandos de ler criticamente o mundo, compreendendo as estruturas de poder e promovendo a busca por transformações sociais. Apesar de não ter desenvolvido teorias específicas para a educação em prisões, o olhar freireano pode ser aplicado neste contexto. Saviani (1993) afirma:

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (Saviani, 1993, p. 66).

Essa brilhante reflexão revela que para alcançar a liberdade, é necessário compreender e superar as estruturas de poder existentes e destaca que é importância uma reforma profunda na educação, começando dentro das escolas, para combater os padrões educacionais dominantes. Urge entender e questionar esses padrões, as forças emergentes da sociedade, representadas pelas camadas populares e pela própria escola, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática. Isso não se limita apenas ao acesso à educação, mas também à qualidade do ensino oferecido, buscando uma abordagem mais justa e inclusiva.

Saviani, (1996) eleva a educação brasileira do nível do senso comum para o da consciência filosófica, ressalta a necessidade de ultrapassar uma visão educacional fragmentada, sem coesão e implicitamente entendida, buscando alcançar uma abordagem educativa unificada, coerente e explicitamente elaborada. Ele enfatiza sua abordagem da relação entre senso comum e filosofia como uma luta hegemônica, destacando o papel da educação na elevação do nível cultural das massas e na transformação do proletariado em uma força hegemônica. Discute a importância da reflexão filosófica e da construção da consciência filosófica para a educação, enfatizando a necessidade de estratégias que desarticulem os elementos ligados aos interesses dominantes e os rearticulem em torno dos interesses populares. Saviani aborda questões metodológicas, como a passagem do empírico ao concreto pensado, e destaca que a educação é uma atividade que pressupõe a heterogeneidade no ponto de partida e a homogeneidade no ponto de chegada. Ressalta a importância da educação como instrumento

de luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita a transformação revolucionária da sociedade.

3.2 A EDUCAÇÃO EM PRISÕES

A educação em prisões é um direito previsto na Constituição Brasileira e na Lei de Execução Penal. Segundo a LDB, a educação é definida como um processo de desenvolvimento pessoal e social, que deve ser oferecido em diversos níveis e modalidades, com o objetivo de proporcionar aos cidadãos a capacidade de participação ativa na vida social. O papel da educação em prisões para muitos é contribuir com a (re)socialização do apenado, reintroduzindo-o na sociedade após seu cumprimento de pena, atribuindo-lhe apenas a relação de “integração” e “(re)integração” estabelecida no campo institucional, legitimando concepções de comportamentos e valores de ordem meramente social.

A educação em prisões é vista como uma ferramenta para inserir o indivíduo de volta à sociedade, mas essa reintegração muitas vezes se baseia em conceitos sociais preestabelecidos.

Nessa perspectiva, a discussão sobre a educação em prisões não é apenas relevante, mas também está integrada em um contexto mais amplo de saberes educativos, reforçando a ideia de que a educação prisional não deve ser isolada, mas sim entendida como parte de uma rede complexa de interconexões no cenário educacional contemporâneo. Essa abordagem mais ampla e integral busca não apenas compreender as nuances individuais de diferentes categorias educativas, mas também identificar os pontos de interseção entre elas, incluindo a educação em prisões, para uma compreensão mais abrangente do panorama da educação atual.

Da mesma forma, a EJA no cárcere, é fruto de longas discussões sobre reintegração social da pessoa privada de liberdade. A Lei 12.433/2011, foi divisor de águas para remição da pena por estudos na contagem de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar e em um terço quando concluir alguma etapa de ensino que seja certificado. A presença da educação no espaço da prisão fortalece a luta contra problemas sociais em meio às grades.

Barreto (2017) salienta:

Diante da evidente necessidade de um PPP em prisões ser construído na perspectiva de um Projeto envolvendo os atores sociais da prisão, da educação e da sociedade mais ampla, faz-se necessário aos processos de elaboração desse Documento, promover a intersetorialidade, interdisciplinaridade e integralidade, especificamente na perspectiva da posituação dos Direitos Humanos. Em relação ao campo político, o PPP deve ser um Documento que busque estratégias e alternativas de enfrentamento da disciplina e da rotina prisional e articulação no sentido de garantir a efetivação do direito à educação. No campo pedagógico deve ser considerado a Modalidade de

Ensino (EJA), as práticas pedagógicas coerentes com o contexto cultural dos estudantes, o tempo e o espaço da prisão. Quanto ao currículo, embora a educação nesse espaço esteja vinculada as Diretrizes de Jovens e Adultos, deve-se atender a diversidade de identidade dos sujeitos, a questão de classes, de etnia, religião, de gênero e de geração (Barreto, 2017. p. 90 -91).

Segundo Barreto e Araújo (2021), há uma necessidade eminentemente forte de reconstrução da educação escolar na prisão, articulando-se essa ação com as políticas públicas propostas para a efetivação da educação nesses espaços. Isso implica repensar o trabalho educativo, pois ele reflete nas ações daqueles que aprendem. O papel do professor, o seu conhecimento crítico e articulado com a realidade de se educar em espaços de privação de liberdade, bem como a capacidade de atrelar os currículos propostos à realidade das pessoas privadas de liberdade, têm relevante impacto na humanização do sujeito, favorecendo o seu estar, agir e ser no mundo, pois é a educação que possibilita, ao longo da história, esse processo de construção.

Barreto (2017) analisa que a Educação para Jovens e Adultos (EJA) em prisões enfrenta desafios significativos devido à desconsideração e negligência, evidenciando a "sucateização" do ensino pela falta de recursos e práticas pedagógicas inadequadas. Os dispositivos legais e Projetos Político Pedagógicos (PPP) muitas vezes não se alinham com as necessidades reais dos educandos em privação de liberdade, resultando em propostas pedagógicas desajustadas às condições do ambiente prisional. Segundo ela a ausência de estratégias pedagógicas eficazes e a implementação inconsistente dos PPP revelam a necessidade urgente de reformulação. A escola, frequentemente vista como um espaço de vigilância, não consegue promover uma educação que humanize e inclua os educandos, exacerbando lacunas existentes. Ainda Barreto diz que a EJA deveria oferecer uma educação que "integresse" os indivíduos a um projeto social mais amplo, mas a falta de recursos, formação adequada para professores e políticas públicas efetivas fragmenta e desarticula o ensino. Para uma educação efetiva e inclusiva, é essencial revisar e adaptar continuamente o PPP, engajando a comunidade escolar e ajustando-o às novas políticas e contextos sociais, promovendo dignidade e o direito à educação para todos.

Julião (2016) faz um panorama da política de educação no sistema prisional brasileiro, destacando a importância legal e normativa atribuída à educação como um direito fundamental de todos, conforme estabelecido na Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a LEP reforçam a necessidade de proporcionar oportunidades educacionais aos detentos, visando à ressocialização e ao pleno desenvolvimento individual. As diretrizes nacionais aprovadas buscam garantir a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, incorporando os princípios da legislação educacional e dos direitos

humanos.

Apesar dos avanços legais e normativos, Julião (2016) destaca desafios na implementação efetiva da política educacional no sistema prisional brasileiro. A Lei nº 12.433, aprovada em 2011, possibilita a remição de parte da pena por meio do estudo, reconhecendo a educação como prática ressocializadora. No entanto, a realidade prisional no Brasil ainda enfrenta obstáculos, como a falta de acesso à educação básica e o número significativo de detentos analfabetos. Embora a legislação brasileira seja reconhecida internacionalmente, o autor ressalta a necessidade de transformar essas diretrizes em práticas educacionais efetivas no ambiente prisional.

Os estudos de Julião (2003,2005, 2009, 2015), apresentam uma visão crítica sobre a trajetória histórica da educação para jovens e adultos no sistema penitenciário brasileiro, a evolução das práticas, desde experiências voluntárias e improvisadas até a implementação de políticas públicas mais estruturadas, os avanços significativos, mas também ressalta desafios persistentes na efetiva implementação da educação no sistema para garantir o direito à educação a todos os presos, expressa preocupação, especialmente na análise crítica do papel da educação no contexto penitenciário brasileiro.

A análise retrospectiva feita pelo autor, sobre a LEP de 1984 destaca a importância dessa legislação como um marco temporal crucial para entender a evolução das políticas penitenciárias no Brasil. A LEP representou um avanço significativo ao descentralizar práticas de controle e métodos de aplicação de penas, acompanhada pela criação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Essa fase inicial da legislação foi caracterizada pela busca por uma política penitenciária mais eficaz.

Dentro da LEP de 1984, destaca-se o debate sobre a abordagem à violência, com divergências entre defensores de penas severas e adeptos de penas alternativas com foco na reeducação. O Título II da LEP enfatiza a "assistência educacional" e reconhece a educação como um direito dos internos, promovendo a harmonização social dos condenados e internados. As alterações legislativas, como a Lei nº 13.163 de 2015, reforçaram os direitos à educação, incluindo o ensino médio vinculado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a universalização da educação em prisões, com envolvimento ativo dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Antes da LEP, as experiências educacionais no cárcere eram limitadas, com iniciativas voluntárias e registros de difícil acesso. Entre 1984 e 2005, experiências locais organizadas por Estados diversificaram-se, alinhando-se com a Constituição Federal de 1988, que se comprometeu com a educação como direito universal. No entanto, somente em 2001, o Plano

Nacional de Educação (PNE), abordou explicitamente a educação prisional em resposta aos compromissos internacionais. A análise destaca também a resistência inicial à remição pela educação, superada com a pacificação do entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2007, contribuindo para a institucionalização e regulamentação legal das práticas de ensino e ampliando os debates sobre educação e remição pelo estudo.

Ao longo dos anos, alinhando normativas e ações com os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, o reconhecimento da importância da ressocialização dos indivíduos privados de liberdade e a compreensão de que a educação desempenha um papel crucial nesse processo têm orientado as iniciativas desenvolvidas pelo Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na promoção da educação no ambiente prisional, implementadas visando proporcionar aos detentos o acesso a oportunidades educacionais, considerando não apenas a dimensão punitiva da pena, mas também a perspectiva de reintegração social, que preconizam a dignidade da pessoa humana e o fomento à educação como instrumento de transformação social, especialmente no contexto carcerário.

A busca pela excelência em políticas públicas e estratégias para demandas atuais, pela construção de um futuro mais promissor e sustentável, tem promovido uma análise criteriosa a partir das lacunas identificadas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que visam promover uma abordagem mais estratégica e holística, capaz de enfrentar os desafios emergentes com eficácia.

Como referência ao PNE de 2014, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2024 apresentou contribuições significativas para o Projeto de Lei do PNE 2024-2034, diferenciando-se do último plano nacional. Alguns pontos destacados incluem a renovação de propostas anteriores. A CONAE contou com a participação de representações de vários setores, incluindo entidades educacionais e órgãos do poder público. O tema central da CONAE foi "PNE (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável". A conferência avaliou os problemas e necessidades educacionais do país, visando a elaboração de novas metas e estratégias para superar desigualdades e garantir o direito à educação de qualidade para todos.

A Conferência reuniu além de autoridades, palestrantes, 1.847 delegados eleitos nas etapas estaduais, municipais e distrital, representaram diversos setores educacionais. Houve enfoque na Inclusão e Diversidade. O evento trouxe uma ampla Discussão e Avaliação de Emendas para a composição do Documento Base. O apoio da liderança nacional do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, destacaram a importância da educação para o desenvolvimento do país. A conclusão e entrega

do Documento Final, encerrou com a aprovação do Documento, resultante das discussões entre os delegados. O Fórum Nacional de Educação (FNE) entregará o documento ao Ministério da Educação, subsidiando o Projeto de Lei do novo PNE a ser enviado ao Congresso Nacional. A expectativa é que haja ampla discussão no Parlamento, com a participação da sociedade civil e da comunidade acadêmica.

O documento do CONAE 2024-2034 destaca várias proposições relacionadas à educação, incluindo Educação como direito fundamental, Adaptação de currículos, Formação de educadores, parcerias com instituições, Combate ao preconceito e estigma. Com proposições relevantes da Educação como direito fundamental para promover e garantir a implementação da Política e das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (EDH) em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, visando a justiça social e cidadania plenas, na adaptação de currículos, adequar e efetivar os projetos político-pedagógicos e planos de desenvolvimento institucional da educação pública, privada e filantrópicas, a formação de educadores apoio a programas e ações de formação em direitos humanos em todas as instituições educativas do país com parcerias com instituições na transversalidade da EDH nas políticas públicas, especialmente com universidades e institutos federais, além do combate ao preconceito e estigma em ambientes educativos baseados no antirracismo, antissemitismo, igualdade de gênero, proteção e atenção às diversas comunidades, reduzindo a violência e todos os tipos de preconceito e discriminação. Pela distribuição de material didático escolar voltado aos direitos humanos, respeitando especificidades identitárias.

A CONAE de 2024 desempenhou um papel crucial na definição das diretrizes para o Projeto de Lei do PNE 2024-2034. A importância da CONAE também se destaca pelo tema central focado na garantia da educação como direito humano, justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. A inclusão de representantes de diferentes setores, incluindo pessoas com deficiência, evidencia o comprometimento com a diversidade. Enfim, a expectativa é que o novo PNE seja amplamente discutido, promovendo um diálogo aberto e colaborativo para moldar o futuro da educação no Brasil.

As ações assertivas de parceria com diversos colaboradores, geram medidas significativas como a tradução para o português de 28 (vinte e oito) decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo CNJ, que fortalecem a aplicação dos direitos humanos no contexto da privação de liberdade no Brasil. A disponibilidade dessas decisões em língua portuguesa, aliada à inovação tecnológica do painel interativo, marca um avanço importante na promoção da justiça e no compromisso contínuo do Poder Judiciário com os direitos fundamentais em prol da justiça e dos direitos humanos. O objetivo principal desta

tradução é muito importante por catalisar mudanças significativas na área de privação de liberdade no Brasil, pois fornece aos magistrados brasileiros uma ferramenta valiosa para compreender e aplicar a jurisprudência interamericana. A finalidade do projeto abrange decisões emitidas no período de 1999 a 2020, alinhando-se à Recomendação CNJ n. 123/2022.

A atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021-2030 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, também representa um marco significativo ao incorporar, pela primeira vez, a definição de prazos, indicadores, priorização e coordenação por parte do Governo Federal para alcance das metas estipuladas e documentadas. A publicação do decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021, solidifica esse compromisso e comprometimento. Das prerrogativas delineadas no PNSP, 13 metas são primordiais numa abordagem sistêmica e coordenada, que incluem melhorias no atendimento a grupos vulneráveis evidenciando uma postura proativa do Governo Federal em abordar os desafios inerentes à segurança pública em aprimorar a eficácia e a eficiência das políticas de segurança, integrando estratégica e sistematicamente a segurança pública no país.

Atualmente, as parcerias do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), e o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), celebraram um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de promover a execução de ações destinadas a ampliar e qualificar a oferta de Educação Básica na modalidade EJA para a população prisional. O acordo visa superar o analfabetismo e elevar a escolaridade entre as pessoas custodiadas nos sistemas penitenciários dos Estados e do Distrito Federal. Os objetivos incluem universalizar a alfabetização, ampliar e qualificar a oferta da EJA, fomentar atividades educacionais complementares e promover a participação da população prisional no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), assegurando colaboração mútua para garantir recursos humanos, materiais e instalações entre outras ações que geram grandes expectativas no contexto da educação em prisões.

Outrossim, seguimos com as preocupações paralelas a grande expectativa de transformação do cenário atual das prisões brasileiras, natural por diversas razões e incertezas sobre o futuro ou mudanças iminentes por crises e conflitos de políticas que não sejam de governo e que não favoráveis a pessoas em condições de vulnerabilidade social.

Onofre (2016), expressa uma visão crítica sobre a condição dos indivíduos que são ideologicamente equiparados aos "pobres" que estão envolvidas em um conflito entre suas necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. Elas são consideradas

fruto da segregação, desajuste social, miséria, drogas, egoísmo e perda de valores humanitários.

Segundo a autora, a condição que coloca essas pessoas na categoria de "marginais" e "bandidos", resulta numa dupla exclusão. A autora enfatiza que as prisões são vistas como redes de relações sociais que promovem violência e despersonalização dos indivíduos. O modelo de sua arquitetura e as rotinas impostas aos condenados evidenciam um desrespeito aos direitos humanos e à vida. O que nesse contexto descrito por Elenice Onofre, destacam-se as disparidades entre a teoria e a prática, entre os objetivos das políticas públicas penitenciárias e as práticas institucionais correspondentes. Essas disparidades representam um obstáculo significativo para qualquer iniciativa de reinserção social dos indivíduos sentenciados. De acordo Onofre (2016, p.44) “Pensar o sistema penitenciário e a instituição prisão em diálogo com outros sistemas e espaços nos parece uma forma de abrir brechas, pequenas fendas que possam anunciar possibilidades de enfrentamento dos paradoxos entre punir e educar”.

Na instituição prisional, a abordagem sugerida por Onofre (2016), envolve pensar nas práticas sociais dentro da prisão como oportunidades como forma de lidar com os paradoxos entre punir e educar através da Pedagogia Social. Ela propõe analisar a prisão como uma instituição socioeducativa pode abrir espaço para perceber as práticas existentes no espaço da prisão como formas de educação. A autora destaca que o convívio na prisão, as aprendizagens e o respeito exigem ao outro um olhar mais amplo sobre o papel educativo da instituição, mesmo em um contexto que é predominantemente associado à punição. Essa perspectiva pode ser parte de um esforço para promover uma abordagem mais humanizada e integrada no sistema prisional.

A promoção de experiências educativas nas prisões, para Onofre (2016) é delineada através de três eixos interligados: a transversalidade no sistema prisional, nas práticas sociais e nas ações educativas. A abordagem centrada na transversalidade fundamenta-se na concepção de que a educação é um processo contínuo, ocorrendo ao longo da vida e em diversos contextos. Nesse viés, considerar as práticas sociais, tanto escolares quanto não escolares, desenvolvidas dentro das unidades prisionais, surge como uma estratégia para revelar possibilidades de harmonizar o conflito inerente à punição e à educação. A transversalidade possibilita a formulação de propostas educativas mais significativas durante a privação de liberdade, até o momento da conquista da liberdade.

Nesse contexto de transversalidade, a parceria entre instituições educacionais e órgãos de justiça, como o CNJ, torna-se fundamental. A atuação conjunta visa alinhar as práticas educativas com as diretrizes e recomendações estabelecidas por tais organizações, promovendo a efetividade e a qualidade do processo educacional dentro do sistema prisional.

A transversalidade no âmbito educativo, aliada à parceria com órgãos de justiça cria uma ponte entre a formulação de propostas educativas mais significativas durante a privação de liberdade e o momento da conquista da liberdade. Essa interligação fortalece o compromisso com a ressocialização e a reintegração social, garantindo que o processo educacional esteja alinhado com os princípios da justiça e das recomendações estabelecidas pelos órgãos competentes.

A parceria com os órgãos de justiça e educação, a exemplo do CNJ e suas recomendações, como a Lei de nº 44/2014, dispendo sobre o oferecimento de atividades educacionais complementares para efeito de remição da pena, Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), ENCCEJA, remição pela leitura e demais programas de profissionalização, possibilitam avanços significativos para a reintegração e ressignificação da pessoa presa.

É de grande destaque a Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre remição de pena por meio da leitura, é relevante porque estabelece procedimentos e diretrizes, além de definir os critérios de validação de sua dissertação acompanhada de avaliação de resumos ou discussões orais, textos imagéticos sobre o conteúdo para garantir a legalidade e a efetividade do benefício.

Nesse âmbito, o entendimento da retextualização defendida por Luiz Antônio Marcushi (2019) enriquece o contexto da remição de pena, por não se limitar à reescrita de resumo de textos em palavras, pode se estender na criação de textos imagéticos, não escritos, com comunicação visual, imagens e símbolos utilizados para transmitir significado, expressar ideias, sentimentos ou informações, sendo também uma forma legítima de compreensão e reflexão sobre o conteúdo lido ou estudado. Esta compreensão ampliou as possibilidades de remição e tem contribuído muito para um avanço significativo nas políticas de Remição pela Leitura, com respaldo legal na nota técnica 391/21, favorecendo o processo de aprendizagem, os programas de reinserção e retorno de pessoas privadas de liberdade ao convívio em sociedade, desmistificando esta dicotomia.

Os moldes do cárcere no controle do Estado na execução de penas a muito é questionada por autores e profissionais penais, como Rodrigues (2000), que afirma: “o sistema carcerário brasileiro é ultrapassado, pois não visa modificar a personalidade do apenado”. Nelson Mandela (Krolak, 2019, p. 5) reforçou a sua compreensão da centralidade da dignidade humana ao afirmar que: “Ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado em suas prisões. Uma nação não deveria ser julgada pela forma como trata os seus cidadãos das classes mais elevadas, mas os das menos elevadas.”. (Torres, *apud* Ireland. 2019)

A despeito das disposições legais que respaldam a relevância da educação no processo

de reinserção social, a sociedade depara-se com obstáculos significativos em aceitar ex-detentos de volta, refletindo preconceitos arraigados e dificuldades em transpor estigmas pré-estabelecidos. Nesse contexto, emerge o dilema da ressocialização, evidenciando a crucial importância da educação no interior das prisões, conforme preconizado pelas Regras Mínimas para o Tratamento de Presos da ONU, conhecidas como as Regras de Mandela.

Para Ireland (2011), a superlotação no sistema prisional brasileiro é destacada como a característica mais proeminente, agravada pela política de penitenciarismo. A crescente população carcerária cria uma demanda que compromete severamente os deficientes serviços de educação, saúde e assistência social nas prisões. O autor ressalta que apesar da aparente organização, as prisões são descritas como ambientes marcados por caos, barulho e tensões palpáveis, impondo restrições à liberdade e suprimindo a independência e autonomia dos indivíduos. A sobrevivência na instituição requer conformidade e capacidade de adaptação às regras, resultando em aprendizados voltados para a rápida saída da prisão, mas que não preparam efetivamente para a reintegração na sociedade.

As facetas dos desafios enfrentados pelo sistema carcerário brasileiro com a superpopulação carcerária é um problema estrutural que impacta diretamente a oferta e a qualidade dos serviços essenciais, a falta de espaço e recursos adequados para proporcionar condições dignas de vida e oportunidades de reabilitação para os detentos. A análise ressalta a importância de políticas que visem não apenas a punição, mas também a reabilitação e a reintegração social do apenado.

A problemática dos desafios educacionais na população carcerária é destacada por Ireland ao ressaltar a intrincada teia de questões relacionadas à baixa escolaridade e à dupla negação enfrentada por indivíduos nesse contexto. A estigmatização decorrente do rótulo de analfabetismo e criminalidade contribui para a marginalização dessas pessoas, mesmo diante do reconhecimento jurídico do direito à educação como um meio essencial para a ressocialização.

Seguindo a análise de Ireland, a opinião pública muitas vezes percebe os investimentos em educação no sistema prisional como dispêndios supérfluos, desconsiderando a perspectiva de que a educação desempenha um papel fundamental na transformação positiva desses indivíduos. A sociedade, por sua vez, defronta-se com desafios no reconhecimento dos esforços de ressocialização, revelando uma lacuna entre a percepção pública e a compreensão plena do direito à dignidade humana no âmbito da população carcerária.

Ireland (2011), afirma que ser preciso estabelecer metas de oferta e educação de qualidade para todos na EJA em prisões, pois para o mesmo não equivale, bem como, se

questiona quanto a relevância da educação para jovens reclusos.

A questão levantada por Ireland sobre "qual seria uma educação socialmente relevante para jovens reclusos?" é pertinente. É fundamental considerar não apenas o aspecto quantitativo da oferta educacional, mas também a qualidade e a relevância dos conteúdos abordados. Uma educação socialmente relevante para jovens reclusos deve ser adaptada às suas necessidades específicas, levando em conta as circunstâncias que os levaram à prisão, bem como as habilidades e competências necessárias para uma reintegração bem-sucedida na sociedade.

A crise no sistema prisional e a ineficiência da pena de prisão provocam descrédito e consequências à sociedade em geral. As más condições de sobrevivência nas unidades prisionais, instalações impróprias, péssima alimentação e higiene, não favorecem a ação socializadora e a reconstrução da dignidade do indivíduo preso, reincidindo na prática de novos delitos e fortalecimento de facções criminosas.

Roberto da Silva (2020) ressalta que, do reconhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 ao reconhecimento do direito dos presos à educação, em 2010, a oferta de uma educação transformadora no combate a opressão, humilhação e desumanização, precisa ser significativa e respeitar os direitos e garantias fundamentais das pessoas em privação de liberdade, vistas, à necessidade da dignidade da pessoa humana numa sociedade dita civilizada. A abordagem do autor destaca o progresso significativo para o reconhecimento do direito dos presos à educação como ferramenta transformadora no enfrentamento da opressão, humilhação e desumanização, assegurando a dignidade da pessoa humana mesmo em contextos de privação de liberdade. Para ele a promoção desses direitos fundamentais contribui para uma sociedade verdadeiramente civilizada. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a educação como um direito fundamental de cada indivíduo, destacando sua importância na promoção da dignidade e liberdade.

Contudo, ao adentrar o ambiente prisional, observa-se uma disparidade entre o reconhecimento teórico desse direito e sua aplicação na prática. A negligência desse direito essencial não apenas impacta a qualidade de vida dos indivíduos encarcerados, mas também pode comprometer a possibilidade de sua reintegração na sociedade após o cumprimento da pena. A oferta de estudo na prisão perpassa uma série de obstáculos e limitações práticas.

Nessa perspectiva, a assistência educativa no interior das prisões, seja de natureza escolarizada ou não, torna o ambiente mais apaziguador e esperançoso com a prática freireana libertadora e o respaldo da legislação ressocializadora.

Os Planos Estaduais de Educação em Prisões (PEEPs), instituídos pelo Decreto 7.626/2011, tratam da condução e do planejamento da EJA em prisões, em atendimento à

diversidade e à formação dos profissionais do sistema prisional de acordo com a realidade de cada estado da união.

O estudo de Pereira (2018), sobre a EJA no sistema prisional brasileiro, apresenta uma análise abrangente e crítica de diversos aspectos relacionados à Educação na Prisão. Ao discutir obstáculos à emancipação, o autor questiona a natureza adaptadora e funcionalista da educação prisional, explorando a possibilidade de uma abordagem emancipadora nesse contexto. Pereira também aborda a marginalidade ampliada pela prisão, reflexiona sobre o paradoxo na “educação prisional” e questiona a eficácia da pedagogia da reincidência em contraste com a pedagogia da resiliência para superar erros e adversidades. O estudo destaca a crítica à produção do delinquente pelo Estado e enfatiza a importância de uma concepção crítica de educação nos âmbitos escolar, profissional, moral e de direitos humanos. Além disso, sua pesquisa analisa o papel do Art. 10 da Resolução do Conselho Nacional Penitenciário e dos PEEPs, evidenciando sua influência no planejamento educacional integrado, na adesão dos estados ao apoio financeiro e na implementação da EJA nos espaços prisionais, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Em termos simples, os PEEPs, mostram que as ideias sobre educação são variadas, mas afirmam seguir principalmente os princípios de Paulo Freire, bem como a estrutura do currículo não é diferente da usada nas escolas estaduais, sendo organizada de forma disciplinar, mas com alguns elementos interdisciplinares. A alfabetização dos internos é feita por meio de programas estaduais que seguem a abordagem do Programa Brasil Alfabetizado em termos pedagógicos e financeiros, não havendo uma proposta específica de alfabetização focada nos problemas enfrentados pelos presos, o que é altamente questionado por Pereira.

Por outro lado, desde a implementação do primeiro PEEPs, observa-se um contínuo aumento na quantidade de Unidades Escolares e vagas em todo o território baiano. O estudo aprofundado e conduzido por Barreto e Dias (2021), mostra que o estado da Bahia ostenta uma estrutura de escolarização abrangente, abarcando a Educação Básica em todas as suas etapas na modalidade de EJA.

O reconhecimento oficial da importância da educação para jovens e adultos no sistema prisional em documentos de conferências nacionais e no Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014-2024 ressalta a relevância desse tema nas políticas educacionais. Observam-se avanços e falhas significativas, que destacam a existência de diretrizes nacionais, na orientação das práticas educativas nesse ambiente, evidenciando um esforço normativo para a arquitetura prisional, incluindo espaços educativos, laborais, esportivos e de lazer, indicando uma preocupação em criar ambientes propícios para o aprendizado. Por outro lado, percebe-se falhas

em relação ao baixo acesso à educação para os presos, pela ínfima parcela dos apenados envolvidos em atividades educativas, destacando uma disparidade entre a legislação e a oferta efetiva de educação nas prisões e insuficiente no número de matrículas, não havendo um crescimento sustentável, levantando dúvidas sobre sua capacidade de atender adequadamente à demanda por educação no sistema prisional.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, destaca-se por aprovar o PNE com uma vigência de dez anos. O PNE estabelece diretrizes essenciais para o sistema educacional brasileiro, como a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade da educação, a valorização dos profissionais da educação, e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Além disso, a lei define metas a serem cumpridas, estabelece mecanismos de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, e promove a colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios na implementação das estratégias do PNE. O texto também ressalta a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e a realização de conferências nacionais de educação para avaliar e subsidiar futuras políticas educacionais.

A oferta da educação em prisões é baseada na LDB pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010 para o pleno desenvolvimento do educando, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A princípio, as áreas de conhecimento para aprendizagem em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que os educandos da educação básica de todo o Brasil, precisam desenvolver em seus anos escolares, pois é um documento norteador para a educação básica, que tem o potencial de influenciar diretamente a distribuição de recursos e a qualidade do ensino.

No entanto, esta não contempla a modalidade da EJA. A exclusão da EJA na BNCC acarreta diversos prejuízos, impactos significativos para os sujeitos, pois traz invisibilidade, desvalorização de suas necessidades na busca por uma educação formal, desigualdade de oportunidades, fragilização da política educacional dessa parcela da população, enfraquecendo os esforços para garantir o acesso, permanência e sucesso dos jovens e adultos na educação formal. Sua ausência dificulta a construção de currículos adequados, alinhados às suas necessidades e características, a ausência de referência das diretrizes na formação de professores para atuarem na EJA entre outros assegurando a equidade educacional e promovendo uma abordagem mais abrangente e inclusiva na formulação de políticas e práticas educacionais.

Analisar a BNCC, requer uma postura crítica, reflexiva e propositiva por parte dos educadores verificando cuidadosamente seus elementos, aliado a um posicionamento ético e comprometido com a formação integral dos educandos, para contribuir com a efetiva implementação de práticas pedagógicas que efetivamente atendam às exigências da contemporaneidade e promovam uma educação de qualidade para todos os seguimentos educacionais.

Ao discutir a BNCC é essencial considerar as dimensões éticas e políticas que permeiam as escolhas curriculares. A promoção da equidade, a valorização da diversidade e a preparação dos educandos para os desafios do século XXI são aspectos cruciais a serem contemplados nas análises e implementações curriculares. A BNCC não deve ser encarada de forma estática, mas sim como um documento passível de revisões e atualizações. A dinâmica da sociedade, as transformações tecnológicas e as novas demandas educacionais exigem uma constante reflexão e adaptação das práticas pedagógicas, incorporando novos saberes e abordagens.

Nessa lógica, a necessidade de compreender diversas dimensões da prática educativa social, está alinhada a adaptação das práticas pedagógicas, especialmente quando se trata de lidar com populações excluídas nos espaços carcerários. Se faz importante abordagens educativas que considerem aspectos éticos, políticos e sociais, buscando uma educação mais inclusiva e adaptada às demandas contemporâneas.

Pereira (2011) aborda a Educação-Pedagogia no contexto carcerário, situando-a no campo teórico e prático da Educação-Pedagogia Social, especialmente na modalidade de Educação de Adultos e enfatiza a necessidade de compreender as diversas dimensões da prática educativa social, justificando a Pedagogia Social pela necessidade de defender uma cidadania para além do capital e ressaltando a importância da educação dialógica no cárcere. Em síntese, o autor ressalta a importância da Educação-Pedagogia Social Carcerária como uma prática educativa multidimensional para a humanização das populações excluídas nos espaços carcerários.

Rodrigues e Oliveira (2019, p 71-94) examinam os discursos de ressocialização pela educação presentes nos documentos escolares de centros de educação em penitenciárias estaduais do Paraná, enfatizando a centralidade da ressocialização como objetivo primordial no ambiente prisional. Numa abordagem documental, focalizam a análise de projetos político-pedagógicos, regimentos escolares e propostas pedagógicas curriculares, onde observam as condições estruturais em diferentes instituições por meio de uma lista de checagem abrangente, abarcando espaços como salas de aula, bibliotecas e laboratórios. As autoras problematizam a interação entre as ações das gestões do atendimento educacional e o cumprimento da pena,

destacando a tensão entre a função pedagógica de reeducação e a ênfase na segurança, evidenciando a fragilidade das intervenções nesse contexto. Destacam a necessidade urgente de iniciativas que promovam a emancipação humana no ambiente prisional com construção de um projeto político-pedagógico colaborativo entre os profissionais do sistema prisional, alinhado com a Educação Social e a Pedagogia Social, como forma de busca enfrentar os desafios do encarceramento, reiterando a importância central da ressocialização nas prisões.

Para Onofre (2014) o empoderamento e a autonomia pelo conhecimento é dado pela escola e isto faz dela o lugar, local de comunicação e referenciais de construção da identidade e resgate da cidadania perdida. Onofre (2014) também diz:

Os problemas na área de educação são complexos e não existem respostas imediatas as soluções rápidas ou soluções rápidas para eles, o que justifica a necessidade de estudos, reflexões e, especialmente a formulação de projetos sociais e educacionais voltados para os excluídos, os marginais, os insatisfeitos, os não clientes, a maioria perdedora (Onofre, 2014, p. 11).

O retorno aos estudos na EJA é particularmente desafiador, especialmente para aqueles que se encontram presos, tornando a recuperação do tempo perdido uma tarefa ainda mais árdua. As lembranças da ausência de vida escolar ou da evasão revelam as decepções causadas por fracassos associados a fatores sociais, econômicos e institucionais, criando uma interligação entre os fracassos identificados e os desafios educacionais. No contexto prisional, as atividades educacionais não são apenas marcadas por esse estigma, mas também pela imposição de processos de admissão e testes de obediência, conhecidos como "as boas-vindas". Esses rituais de iniciação, conforme descritos por Onofre (2007), têm o propósito de proporcionar uma clara noção da situação do novato, transmitindo as "regras da casa" - um conjunto explícito de prescrições e proibições que delineiam as principais exigências em relação à conduta do indivíduo privado de liberdade.

Por ser a escola uma importante ferramenta de transformação social em processos de socialização, reintegração de pessoas que anseiam por liberdade. O sujeito da EJA em prisões é sujeito de possibilidades, através da humanização e consciência crítica despertada pelo professor, diante da realidade dura do universo do cárcere, articulando ao currículo sugerido relevância e produção no processo ensino aprendizagem.

4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ADULTOS: O GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO COMO ELEMENTO DE GARANTIAS DE DIREITOS AO PRESO

É preciso ouvir, dar oportunidade, igualdade de direitos aos sujeitos. A formação do sujeito da EJA deve cumprir as funções de reparadora, equalizadora e qualificadora pelo direito que lhes foi negado, pela correção do tempo não estudado, mesmo que tardio, além de ofertar e ampliar conhecimentos científicos de qualidade.

Jane Paiva (2006) destaca vários tópicos importantes em sua pesquisa sobre a EJA no contexto brasileiro, analisando os movimentos, experiências e práticas que ampliam a educação para aqueles que tiveram esse direito negado. A autora utiliza as matrizes conceituais de direito e democracia para abordar a questão da inclusão na EJA em sociedades democráticas. Esses conceitos são vistos como fundamentais para ampliar a compreensão da educação nesse contexto contemporâneo. O direito à educação é histórico e gradual, resultado de lutas por novas liberdades contra velhos poderes que questiona sobre as concepções de alfabetização e escolarização na educação de jovens e adultos.

A autora destaca a complexidade das concepções da EJA, que vão além da mera alfabetização e resgatam a ideia de educação continuada ao longo da vida, numa abordagem baseada em redes e complexidade, reconhecendo que o conhecimento é produzido em sistemas complexos e considerando a necessidade de uma inteligência que integre o mental, os sentimentos e o corpo. Nesse contexto, este capítulo objetiva conceituar alfabetização, letramento e o gênero textual petição.

4.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A educação é um direito humano previsto na Carta Magna da Constituição Brasileira (1988) e na LEP (2011) que expressa o cumprimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas prisões. Com base nos dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico 2022, a população brasileira alcançou a marca de 203.062.512 habitantes e a taxa de analfabetismo no país registrou uma diminuição de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022. Apesar da queda de 0,5 pontos percentuais, é preocupante constatar que o Brasil tem quase 10 milhões de brasileiros que ainda não sabem ler e escrever. Os dados também revelaram uma concentração em estados do Nordeste e a relevante disparidade entre os índices de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas que é de 7,4%, mais que o dobro da taxa observada entre pessoas brancas que é de 3,4%.

O artigo 11 da Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1997), que aborda a alfabetização de adultos, destaca a dimensão política do desenvolvimento intelectual tão enfatizado por Paulo Freire pela importância da educação como um instrumento de libertação e inclusão social.

Freire (2022), complementa que “a palavra liberta, inclui, humaniza”. Assim, sendo um ato político, o desenvolvimento intelectual, traz a compreensão de mundo, poder de síntese, plenitude e segurança no acesso à informação e consequente defesa dos seus próprios ideais. O artigo 11 da Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1997), declara sobre a alfabetização de adultos:

A alfabetização, concebida como conhecimento básico e habilidades necessárias a todos num mundo em rápida transformação, é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas – a maioria mulheres – que não têm a oportunidade de aprender nem mesmo de se apropriar desse direito. O desafio é oferecer-lhes esse direito. Isso implica criar pré-condições para a aprendizagem por meio da conscientização e do empoderamento. A alfabetização é também um catalisador para a participação em atividades sociais, culturais, políticas e econômicas, e para a aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 1997, p. 5).

De acordo com Soares (2003), a alfabetização é um processo complexo que vai além do simples aprendizado das letras e seus sons. Ela defende uma abordagem mais ampla e contextualizada da alfabetização, considerando diversos aspectos linguísticos, sociais e culturais. Esta envolve compreensão, significado e inserção crítica no mundo letrado, proporcionando aos indivíduos as habilidades necessárias para participar ativamente na sociedade, pois não se resume apenas ao domínio do código escrito. Ela destaca a importância de uma abordagem que leve em consideração a diversidade linguística e cultural dos educandos, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos prévios.

A autora destaca a necessidade de uma alfabetização que vá além da sala de aula, integrando práticas de leitura e escrita no cotidiano dos educandos, onde a linguagem esteja presente de maneira significativa e funcional. Freire (1967, 1968), conceituou a alfabetização de maneira única e transformadora em sua abordagem pedagógica, desenvolveu sua teoria principalmente no contexto da alfabetização e letramento de adultos, e sua perspectiva é conhecida como "alfabetização crítica" ou "educação popular".

Segundo Freire, a alfabetização não se resume apenas ao ensino mecânico de letras e palavras, mas é um processo mais amplo de conscientização e libertação por capacitar as pessoas a compreenderem criticamente o mundo ao seu redor, questionarem as estruturas de poder e participarem ativamente na transformação da sociedade.

Assim refletindo Freire, entender o que está acontecendo ao redor é mais importante do que apenas saber palavras. Assim o diz:

A leitura de mundo precede a da palavra” (Freire,1989). O entendimento da realidade é base para a construção do raciocínio sobre os vastos assuntos que exigem senso crítico. “O sistema escrito é produzido historicamente pela humanidade e utilizado com os interesses políticos de classe [...] (Freire, 1996, p.60).

Adicionalmente, os estudos de Soares (1986, 1998, 2003), sobre alfabetização e letramento, refletem que não existe um método único para se seguir, e sim, a adequação à necessidade do estudante pela autonomia e destreza do professor em perceber como melhor aprende o seu aluno, discutindo diferentes abordagens e suas implicações no processo de ensino. O que também explora Ferreiro e Teberoski, no conceito de alfabetização e letramento, que segundo elas, vai além da simples decodificação de letras e palavras, e discute a importância de uma abordagem mais ampla e contextualizada da linguagem escrita, aprofunda suas reflexões sobre alfabetização e letramento, explorando as relações entre esses dois processos e destacando a importância de ir além da simples decodificação.

A temática da alfabetização e letramento no contexto educacional denota a inexistência de uma abordagem metodológica universalmente aplicável pelas necessidades individuais do aprendiz. Cabe ao educador ter autonomia e discernimento para identificar aprendizado mais eficaz para cada aluno nesse processo. Numa pedagogia exploratória, compreensiva considerando a variabilidade na assimilação do conhecimento.

A integração dos dois processos educacionais, ALFALETRAR, termo criado por Soares, é de sua importância porque, ao adquirir habilidades são capazes de interpretar e analisar de modo coerente a produção de textos e participar mais ativamente na sociedade como cidadãos letrados. Assim, essa combinação promove a educação de modo relevante para mais que decifrar palavras, juntos no “ALFALETRAR”, inclui a interpretação de informações, para questionar e compreender os diferentes contextos sociais de forma crítica e autoral.

Nessa longa e árdua empreitada, é tarefa diária seguir na procura de soluções viáveis, para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. A alfabetização de jovens e adultos nas prisões, propõe além do “ALFALETRAMENTO”, trabalhar a ressignificação de conceitos para uma melhor condução de suas escolhas e possível mudança social.

Aprofundando as concepções pedagógicas de Magda Soares sobre a alfabetização e letramento, a autora nos contribuiu na análise das inter-relações entre esses dois processos que segundo ela, ganha sinergia entre si para uma formação educacional integral. Das concepções

pedagógicas, Vygotsky nos diz:

O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas. O aprendizado não altera nossa capacidade global de focalizar a atenção; ao invés disso, no entanto, desenvolve várias capacidades de focalizar a atenção sobre várias coisas (Vygotsky, 1984, p. 108).

Para Vygotsky (1984), a linguagem é um componente essencial no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, agindo como uma ferramenta mediadora que conecta o indivíduo ao mundo social e cultural ao seu redor. A interação social, mediada pela linguagem, desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento cognitivo, especialmente na Zona de Desenvolvimento Proximal.

Vygotsky destacou que a forma como as pessoas usam a linguagem é fortemente moldada pelo ambiente cultural ao seu redor. Aprender a linguagem acontece em um ambiente social e cultural, e as palavras que usamos e os conceitos que aprendemos têm significados que refletem a cultura. Portanto, o processo de adquirir linguagem está diretamente ligado à cultura na qual se está inserido.

O teórico contribuiu de modo brilhante seu estudo sobre o desenvolvimento humano que significativamente para a compreensão da linguagem e da aprendizagem. De acordo com Vygotsky, a linguagem desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e na aquisição de conhecimento.

A apropriação dos conhecimentos linguísticos traz emancipação e dignidade nitidamente constatadas na autonomia dos discursos na presença de autoridades. O letramento social é a capacidade comunicacional na forma oral em situações coloquiais, de raciocínio e concatenação de ideias. De acordo Roberto da Silva (2020):

Ter habilidade no trato com as figuras de autoridade ou demonstrar empatia pelas pessoas são habilidades mais importantes do que saber empregar corretamente os pronomes de tratamento ou pronomes gentílicos. [...] a compreensão do processo é mais importante do que o aprendizado de detalhes operacionais, ou seja, na área de Linguagens a habilidade de se comunicar, por exemplo, é mais importante do que saber regras gramaticais (Silva 2020, p.33).

Alfabetização é um tema central nas políticas educacionais em todo o mundo. A capacidade de ler e escrever é fundamental para o desenvolvimento individual, para a participação na vida social e o progresso econômico. Aqui no Brasil, essa temática vem sendo discutida por diferentes correntes pedagógicas através de vários autores relevantes ao longo do tempo como Paulo Freire na sua abordagem pedagógica centrada no aluno, na alfabetização

crítica, que vai além da simples decodificação de palavras, mas também compreende o entendimento do contexto social e a capacidade de refletir criticamente sobre a realidade. A renomada educadora brasileira Magda Soares, com as diferentes perspectivas teóricas e práticas relacionadas ao ensino da leitura e escrita projeta e amplia o conceito de letramento a essa discussão.

A alfabetização e letramento, em especial para sujeitos privados de liberdade, têm sido objeto de estudo no contexto brasileiro e destacada a partir da década de 1990, quando começaram a ser mais discutidas e implementadas as questões sobre a EJA passaram a ser uma pauta relevante no sistema prisional. A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 7.210/1984 garantiram o direito à educação para os detentos, reconhecendo a importância da ressocialização por meio do acesso à educação. A partir desses marcos legais, diversas ações foram desenvolvidas para promover a alfabetização e letramento dentro do sistema prisional.

Historicamente, a EJA é uma modalidade de reparação social que visa garantir direitos de aprendizagens para sujeitos excluídos em condição de vulnerabilidade. Nos últimos anos, vários autores brasileiros têm contribuído para a discussão sobre uma educação emancipatória na EJA. Eles têm explorado os pilares fundamentais para uma abordagem que promova a emancipação dos educandos, considerando suas realidades e desafios. Esses estudos apresentaram as bases de uma educação emancipatória para todos. São eles a exemplo de: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria Clara Di Pierro, Saviani, Carlos Rodrigues Brandão, Elenice Onofre, Elionaldo Julião, Roberto da Silva, Timothy Ireland entre tantos outros, que desempenham papéis importantes na formulação de conceitos e práticas que buscam superar desigualdades educacionais, promovendo uma educação que considere as especificidades da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Nesse contexto, a categoria Competências Redacionais no Cárcere, proposta nessa pesquisa, é trabalhada de forma ainda muito restrita.

No presente levantamento de pesquisas, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável por avaliar os programas de pós-graduação em todo o Brasil, constatou-se produções acadêmicas na área de Educação, totalizando 328.807 trabalhos, dos quais 1.256 correspondem a dissertações. Ao analisar o subcampo da Alfabetização, observamos que, nos últimos 20 anos, foram registradas

Por outro lado, o descritor petições foi alvo de atenção acadêmica, totalizando 317 produções e 3 dissertações. A temática do Letramento também se destacou com 6.589 produções, das quais 24 foram dissertações, fornecendo uma visão abrangente e detalhada do cenário educacional e social explorado nas pesquisas conduzidas no período considerado.

Dos trabalhos aqui numericamente mencionados especificamente em (2015, 2018 e 2022), pelo viés de uma abordagem inovadora no estudo dos gêneros textuais, especificamente ofícios e memorandos estes foram discutidos e aplicados, contribuindo para o fortalecimento do que chamaram de Letramento jurídico.

Assim sendo, este é o hiato que tomamos diante da fragilidade de alfabetização e especialmente do letramento na formação dos educandos da Colônia Penal, no que se refere ao gênero textual petição, perpassando pelo entendimento no campo jurídico para pessoas em privação de liberdade, vislumbrando aplicar um projeto de natureza interventiva pedagógica proporcionando uma experiência de aprendizagem para pessoas com baixo letramento nas séries iniciais na EJA no cárcere, culminando para além da compreensão e familiaridade com termos jurídicos, um ensaio da produção autoral de petições judiciais simples.

Essa abordagem é desafiadora, tanto nos aspectos técnicos quanto nos pedagógicos, por seguir algumas diretrizes no intuito de estimular a alfabetização e melhorar o letramento dos educandos da Colônia. É importante desenvolver a autonomia para uma produção autoral, melhorando seu entendimento no campo do jurídico, para quiçá possibilitar tomadas de decisões mais informadas aos direitos individuais. A reivindicação legal perante o sistema judicial e melhor compreensão da literatura de documentos legais, pode facilitar a comunicação com outras pessoas, o aguarde com o coletivo e preparação para a reintegração na sociedade civil, com mais responsabilidades e opções legais de entendimento podendo contribuir para um processo judicial mais justo e transparente.

Ao discutir letramento, educação em prisões e escrita jurídica, encontrei três pesquisas próximas do que este trabalho pretende nos últimos 10 anos do banco de dissertações da Capes. A primeira pesquisa sobre "Petições de mulheres em São Paulo (1796 a 1816): estratégias de sobrevivência", realizada no ano de 2022 em São Paulo, explorou treze petições escritas por mulheres livres e forras entre 1796 e 1816, provenientes do Arquivo do Estado de São Paulo. Inovadora ao revelar estratégias de sobrevivência dessas mulheres na sociedade da época, proporcionando uma compreensão valiosa de suas ações diante de adversidades e preconceitos.

A segunda destacada é a pesquisa intitulada "Letramento para mulheres privadas de liberdade: formação leitora sobre gêneros textuais jurídicos" (2018, Londrina, Paraná): Esta pesquisa sobressaiu ao trabalhar com sete mulheres encarceradas em Londrina, Paraná, identificando e tratando da falta de habilidade delas na compreensão de textos jurídicos. O objetivo principal foi fornecer suporte pedagógico para o desenvolvimento da competência de leitura de gêneros textuais jurídicos. Os resultados revelaram desempenho razoável na compreensão leitora reflexiva desses textos especializados, indicando que o método adotado

pode contribuir significativamente para a capacitação e inclusão social dessas mulheres privadas de liberdade.

A terceira pesquisa *A Importância do Letramento nas Correspondências Oficiais-Memorandos e Ofício* (2015) em Brasília, teve um enfoque inovador no estudo dos gêneros textuais da Redação Oficial, com ênfase apenas em Memorandos e Ofícios.

Neste panorama, a natureza política e ideológica do currículo na educação em prisões é fundamental para impulsionar a inclusão social e realizar mudanças significativas no processo de escolarização dos detentos. Valorizar pesquisas que inovem e ajustem o currículo de acordo com a realidade dos presos é condição necessária para alcançar verdadeiramente inclusão.

Essa necessidade ganha ainda mais destaque com os avanços normativos na educação para pessoas privadas de liberdade. Esses avanços têm motivado educadores e instituições acadêmicas a investigarem como a educação pode criar ambientes propícios para transformações positivas, inspiradas nas ideias de Paulo Freire. Essa abordagem abre caminhos para a construção de ambientes prisionais mais favoráveis ao desenvolvimento humano e à reinserção social.

Por fim, a proposta da pesquisa traz possíveis mudanças pela inclusão social e vislumbra um futuro onde a educação desempenha um papel fundamental na quebra de ciclos de criminalidade, promovendo potencial para verdadeiras transformações individuais e coletivas no contexto prisional.

4.2 GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO

As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não leem livros, jornais, revistas, não sabem redigir um ofício, um requerimento, uma declaração, não sabem preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever um simples telegrama, uma carta, não conseguem encontrar informações num catálogo telefônico, num contrato de trabalho, numa conta de luz, numa bula de remédio [...] (Soares, 1998, p. 45-46).

A crítica da autora sobre a falta de preparo na formação das pessoas para lidar com diferentes gêneros textuais, se relaciona diretamente com a importância da habilidade da escrita formal como as de uma petição judicial. O enfoque na comunicação clara e precisa, seguindo princípios como clareza, precisão e objetividade, destaca a necessidade de uma formação que instrumentalize os indivíduos não apenas na alfabetização formal, mas também no letramento do uso prático da leitura e escrita em contextos específicos como nas prisões.

A escrita formal de petições visa a comunicação clara e precisa, seguindo normas da língua portuguesa. Essa forma de comunicação deve atender a princípios como legalidade, formalidade e impessoalidade. Para alcançar qualidade, é essencial apresentar clareza, precisão, concisão, objetividade, uniformidade, coesão e coerência. Outro aspecto crucial considerado é a inteligibilidade, especialmente em correspondências legais. O texto deve evitar ambiguidades, escolher vocabulário apropriado, e desenvolver ideias principais de forma ordenada, evitando períodos longos. Além de concisão no uso dos recursos linguísticos, buscando expressar a ideia de maneira direta, evitando excessos, sendo desafiador a construção das petições autorais.

A escrita formal é um estilo de comunicação de linguagem mais cuidadosa, clara e objetiva, comumente utilizada em situações, profissionais, acadêmicas ou jurídicas com vocabulário e expressões mais adequadas e sofisticadas, no entanto, deve-se desmistificar a dicotomia de menor valor entre linguagem oral e escrita como salienta Marcushi (2019) ao abordar a retextualização. Segundo o autor, é uma forma de transformação de um texto em outro para atender diferentes contextos e necessidade de comunicação sem perder sua ideia central, mesmo variando entre oralidade e escrita.

Ao integrar esses princípios no processo de letramento jurídico da EJA, por meio de uma abordagem menos convencional prática e contextualizada, propomos facilitar a aplicação dessas habilidades no cotidiano escolar da prisão para o desenvolvimento da escrita formal com entrelaçamento ao princípio da cidadania e a valorização do “continuum entre oralidade e escrita” no estudo com gêneros textuais.

O conceito de “continuum entre oralidade e escrita” descreve como a comunicação não se divide estritamente entre fala e escrita, mas a forma variável que abrange diversas formas de expressão da comunicação. Essa abordagem considera a oralidade e a escrita como semelhante e não oposta como se possa imaginar. São sequenciais, contínuos, pois a comunicação pode se manifestar em várias formas que combinam elementos de ambos os modos de expressão da língua.

Na oralidade, a espontaneidade e interatividade da fala se dá através da comunicação imediata e menos formal. Segundo Luiz Antônio Marcushi (2019) as conversas informais e discursos improvisados exemplificam o valor linguístico da oralidade tanto quanto da escrita, a exemplo de uma dinâmica, atividade oral provocativa aqui sugeridas nas oficinas pedagógicas. A escrita por ser mais planejada e formal, aparenta maior controle sobre o conteúdo e a forma, o que salienta o entendimento comum de maior valorização na comunicação entre os homens.

Sendo assim, tanto na oralidade ou na escrita, muitos gêneros textuais apresentam características de ambos os modos. As mensagens de texto e e-mails, por exemplo, tão

corriqueiros, podem variar em formalidade e frequentemente misturam elementos da oralidade com a estrutura da escrita, destacando a complementaridade entre ambos. Os blogs e postagens em redes sociais que adotam uma linguagem mais informal e pessoal, de modo semelhante à fala, produzem o formato escrito. Este “continuum”, isto é, sem interrupções, nos ajuda a compreender a flexibilidade da comunicação e a diversidade dos gêneros textuais, que se adaptam a diferentes contextos e propósitos como nos acometem as petições judiciais nos âmbitos das prisões.

Estabelecer uma conexão as informações judiciais e o letramento no cotidiano do educando, implica na aplicabilidade dos princípios da escrita formal no contexto do aprendizado desses adultos. Esse escopo concentra-se, em particular, naqueles que estão atualmente se inserindo no processo de letramento, aprimorando suas aptidões em leitura e escrita formal, visando sua futura capacidade de reivindicar direitos enquanto indivíduos em processo de aprendizagem, privados de liberdade.

Certamente, a habilidade de redigir petição é importantíssima para os educandos, pois permite uma melhor comunicação com o sistema jurídico, a família e a sociedade. Essa competência não apenas atende às necessidades práticas, mas também desempenha um papel de ativismo social, importante na reabilitação dos educandos.

O direito de peticionar é importante por várias razões. Podemos destacar inicialmente, a importância dessa habilidade na comunicação em geral com o Jurídico, com advogados, defensores públicos e outros profissionais do sistema. A capacidade de entendimento de termos e códigos podem ser cruciais para movimentar e expressar adequadamente questões legais de solicitação de informações, ou apresentação recursos.

Os internos frequentemente buscam benefícios, como liberdade condicional, progressão de regime, revisão de processos ou participação em programas de ressocialização, visitação, documental, entre outros. Assim eles poderiam formular pedidos de maneira clara e persuasiva e lograr possível êxito no pleito de seus benefícios.

Outro ponto não menos importante é o contato com a família e amigos, pois a escrita pode ser utilizada para se comunicar com outras pessoas fora do ambiente prisional, bem como intensificar o hábito de redigir seus resumos de livros com fins de remição de pena. São outros ganhos que possibilitam manter a esperança, os laços familiares, solicitar apoio emocional e assistências. Além de favorecer no registro de reivindicações e possíveis queixas das suas condições de detenção e encaminhamento às autoridades.

A aprendizagem do gênero petição em ambientes de privação de liberdade se revela como uma ferramenta poderosa para a promoção da justiça e da cidadania, conforme garantido

pela LEP no Brasil. O artigo 41 da referida lei confere aos internos o direito de representação e pedido de revisão de suas condenações, possibilitando a comunicação direta ou por intermédio de seus defensores com as autoridades competentes. Nesse contexto, o domínio do gênero textual petição, não apenas amplia a capacidade de expressão e argumentação dos detentos, mas também fortalece sua habilidade de redigir representações de maneira mais eficaz e fundamentada.

Além disso, a escrita de petição oferece aos internos, uma ferramenta crucial para o exercício pleno de seus direitos, contribuindo para a garantia de condições dignas e respeito aos direitos fundamentais no sistema prisional. Ao dotar os educandos da habilidade de redigir sua petição de maneira clara e precisa, a aprendizagem torna-se fortalecimento, permitindo que os educandos exerçam seu direito de defesa e representação de forma mais direta.

Assim, investir na instrução de petição no ambiente prisional não apenas atende às disposições legais, mas também representa um passo significativo na promoção da justiça e da reintegração social. Essa abordagem no contexto prisional também se alinha a uma compreensão histórica da criminalidade que reconhece a influência de fatores sociais, econômicos e ambientais na formação do comportamento criminoso. Desde o final do século XIX, pensadores como Enrico Ferri destacaram a necessidade de considerar tais elementos para compreender a complexidade da criminalidade.

Ao contextualizar a relevância do gênero textual petição, é possível estabelecer uma ponte com a visão de Ferri, que, ao complementar a teoria de Cesare Lombroso, enfatizou a importância dos fatores sociais e econômicos na predisposição a comportamentos criminosos que em sua obra "Sociologia Criminal", introduziu a ideia do "criminoso nato", atribuindo características físicas e antropológicas como indicadores dessa predisposição. Ambos contribuíram para o desenvolvimento do pensamento criminológico.

Nesse sentido, a aprendizagem de petição não apenas instrumentaliza os internos a redigir na busca de benefícios, mas também atua como um instrumento de fortalecimento e enfrentamento que contradiz às influências sociais e econômicas deterministas que podem ter contribuído para seus percursos no sistema prisional.

A ampliação do gênero textual petição pode, de fato, ter um impacto positivo nas condições de vida no cárcere, especialmente se considerarmos que uma petição elaborada de próprio punho, pode ajudar a estreitar, abordar e resolver questões específicas enfrentadas pelos educandos. Além disso, a ampliação deste gênero textual pode contribuir para uma consciência crítica mais ativa e contextualizada em defesa dos direitos e melhorias.

Neste viés, ao relacionarmos educação, cárcere e poder da escrita, podemos citar Freire,

pois embora não tenha abordado explicitamente prisões, o poder da escrita, em sua vasta obra, contribuiu de maneira significativa para a compreensão das dinâmicas sociais, educacionais e de justiça. Sua pedagogia crítica, delineada em obras emblemáticas como "Pedagogia do Oprimido", propõe uma reflexão profunda sobre a relação intrínseca entre educação, consciência crítica e transformação social.

Freire, ao enfatizar a importância da educação como instrumento de força, convida-nos a considerar a influência da alfabetização não apenas como uma habilidade técnica, mas como um meio de conscientização e libertação fundamental na busca pela emancipação individual e coletiva.

Ao refletir sobre a questão da criminalidade, podemos inferir que a ausência de uma educação que promova a consciência crítica pode contribuir para a perpetuação de desigualdades e injustiças, fomentando ambientes propícios ao surgimento de comportamentos delituosos. Nesse contexto, é imperativo considerar o poder da escrita não só como meio de adquirir habilidades formais, mas também como promoção da justiça social diante do cenário da criminalidade, sendo um instrumento eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através do processo contínuo de conscientização, poder e transformação.

Algumas das principais ideias e abordagens de Emília Ferreira traz valiosas contribuições quanto a abordagem no campo do letramento em contextos reais, numa perspectiva social do letramento compreendido como uma prática social, contextualizada em diversas esferas da vida, como família, escola e comunidade, pois influencia diversas relações sociais, econômicas e culturais.

Paulo Freire e suas ideias influentes sobre educação, letramento e justiça social nos oferecem considerar tal relação pela sua pedagogia crítica, que enfatiza a importância da educação como ferramenta poderosa de transformação social. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Freire nos convida a discutir o conceito consciência crítica para os indivíduos na busca por libertação. As suas opiniões sobre letramento e educação sugerem conexões com o modelo de educação e a perpetuação das estruturas de poder que oprimem os receptores passivos do conhecimento.

No contexto da criminalidade, pode-se argumentar que a falta de acesso à educação de qualidade pode contribuir para desigualdades sociais e aumentar a probabilidade de envolvimento em atividades criminosas. Além disso, o poder da escrita e do letramento, pode ser visto como um meio de expressar-se, advogar por mudanças sociais e desafiar sistemas opressivos. O que o mesmo destaca "Educação como prática de Liberdade".

Sua pedagogia crítica oferece entendimento e empoderamento que se intersectam em

contextos sociais mais amplos. Paulo Freire pela sua abordagem crítica, relacionou a leitura e escrita às experiências de vida dos educandos, propôs uma educação que permitisse entender e questionar a realidade social e política ao seu redor.

Vários teóricos além de Freire, abordaram a importância da leitura e escrita no processo de aprendizagem, especialmente no contexto de alfabetização e letramento. Como os sociólogos Basil Bernstein e Pierre Bourdieu, que exploraram a relação entre linguagem, poder e estrutura social. Eles argumentaram que os documentos legais e o domínio de registros formais da linguagem são cruciais para a mobilidade social.

Brian Street conhecido por seu trabalho na chamada "abordagem ideológica" da alfabetização, enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de práticas de leitura e escrita em diferentes contextos culturais que denotam como a escrita formal reflete e perpetua as normas e valores de determinadas comunidades. James Paul Gee, linguista que propôs a ideia de "alfabetização social", argumenta que a leitura e a escrita devem ser incorporadas em diferentes contextos como parte integrante da alfabetização e letramento necessário para a participação efetiva na sociedade.

Estas contribuições nos trazem a compreensão da leitura e escrita como atividades socialmente situadas, destacando a importância de considerar os documentos oficiais como parte integrante do processo de alfabetização para um desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais contextualizadas e relevantes para os educandos, especialmente para indivíduos presos como os da Colônia Penal.

5 ANÁLISE DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM O GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre o gênero textual petição, detalhando a aplicação e o impacto de um projeto de intervenção pedagógica fundamentado na abordagem dialógica freireana. Buscamos responder a seguinte questão de investigação: *De que maneira um processo de intervenção pedagógica no gênero textual petição potencializa o desenvolvimento da proficiência linguística dos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, na construção autônoma de petições no exercício de seus direitos?* Na primeira parte dos resultados, é feita uma descrição das oficinas realizadas, nas quais se busca desenvolver o letramento jurídico dos educandos e aprofundar o entendimento sobre petições, aperfeiçoando o nível de proficiência linguística e discussões críticas para fomentar o ativismo social dos sujeitos. Na segunda, avalia o processo de aprendizagem dos educandos e o impacto da intervenção pedagógica, com o objetivo de considerar a futura incorporação do gênero textual petição no currículo de ensino da EJA para pessoas em privação de liberdade. Dessa forma, o capítulo oferece uma visão abrangente das práticas e resultados obtidos, destacando os avanços e as áreas do conhecimento a serem aprimoradas.

5.1 DESCRIÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS OFICINAS

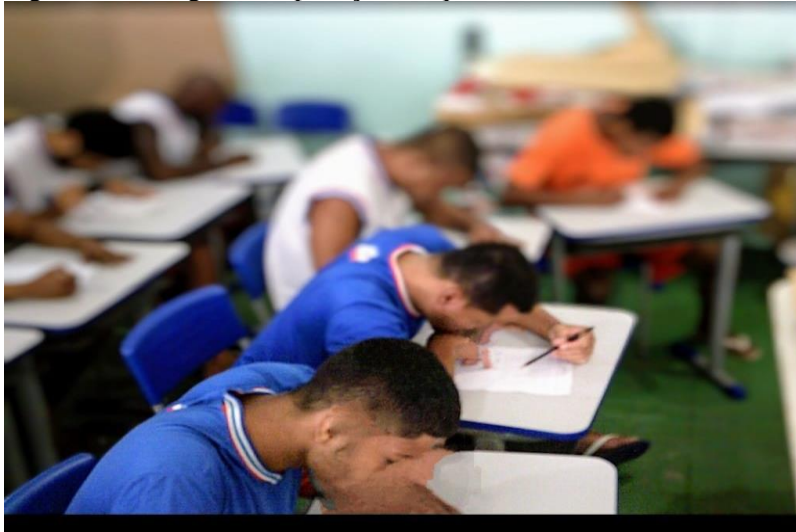
Antes das oficinas formativas, sobre gênero textual petição, com o objetivo de identificar o perfil e o grau de conhecimento dos participantes, em relação aos textos jurídicos e analisar maiores demandas, houve um primeiro encontro que começou com uma explicação detalhada sobre a natureza da pesquisa e dos instrumentos utilizados como questionário, dinâmica de “Chuva de Ideias” e entrevista coletiva a serem aplicados, garantindo que todos os participantes compreendessem a importância e a relevância do levantamento de dados para a pesquisa, bem como do sigilo da pesquisa na identificação dos participantes.

Num diálogo aberto, foram esclarecidas dúvidas e passadas instruções sobre como responder às perguntas do questionário e ao final do encontro foi realizada uma avaliação do processo, onde os participantes puderam expressar suas experiências por meio de oralidade, escrita ou desenho simples. Esse feedback permitiu ajustar as intervenções pedagógicas de acordo com as demandas identificadas, garantindo que as oficinas fossem mais eficazes e direcionadas às necessidades reais dos 12 participantes que se habilitaram de forma espontânea e que aqui serão tratados por codinomes.

Cada oficina se deu nos turnos das aulas com duração de 3 horas, respeitando a dinâmica interna da UP, no seu ritmo e a proposta do ambiente até a chegada da chamada “Rampa”, momento da contagem e distribuição das refeições.

A imagem a baixo registra o momento da aplicação do questionário estruturado para levantar as ideias iniciais dos educandos, perfil de leitores, histórico familiar, grau de conhecimento, entendimento, importância dos direitos e textos jurídicos. Este foi preenchido em silêncio pelos participantes com alguma mediação.

Figura 04 - Imagem da aplicação do questionário

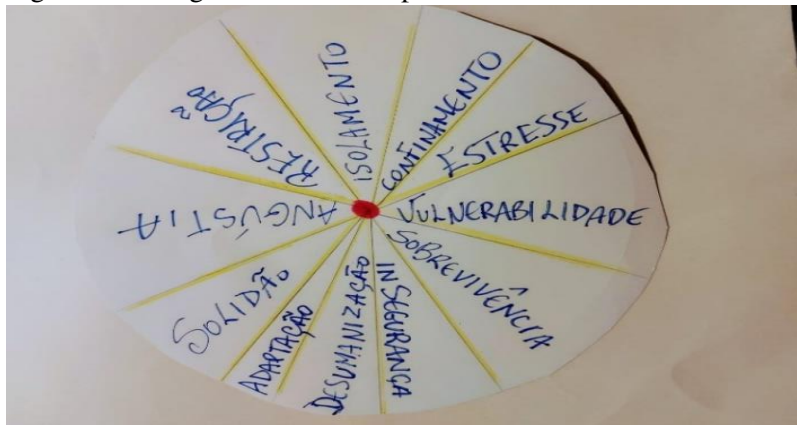


Fonte: Registro da autora, 2024.

Primeira Oficina de sensibilização para a pesquisa interventiva

Sobre a dinâmica intitulada “Chuva de ideias”, esta foi aplicada como atividade complementar ao questionário para melhor diagnosticar a partir de uma provocação reflexiva de um sentimento, aos desafios diários na prisão. O objetivo era captar a expressão das emoções diante dos desafios enfrentados pelos participantes no sistema prisional e promover a reflexão coletiva identificando demandas dos indivíduos privados de liberdade na Colônia Penal de Simões Filho, BA. Foram feitos registros em áudio e notas das contribuições dos educandos, nitidamente engajados pela temática e envolvidos pela ludicidade da atividade. Foi utilizada uma roleta (figura 05), colocada no centro da roda de conversa com 11 palavras provocativas, bem como foi explicado sobre o uso da roleta e das novas palavras sugeridas, tais como: Solidão, Angústia, Restrição, Isolamento, Confinamento, Vulnerabilidade, Insegurança, Estresse, Desumanização, Adaptação e Sobrevivência.

Figura 05 - Imagem da Roleta de palavras



Fonte: Registro da autora, 2024.

A imagem ilustra a roleta de 11 palavras, projetada para provocar uma chuva de ideias e reflexões na roda de conversa. Durante a dinâmica, organizados em círculo, cada participante contribuiu expressando resposta pessoal de seus conhecimentos, opiniões e percepções sobre os benefícios do direito: "Quais são as principais emoções e desafios enfrentados no sistema prisional para sua sobrevivência diária?" As respostas foram muitas, por exemplo:

Sr. Gigante, assim como se intitulou perante o grupo, disse ter dificuldade de lidar com a ansiedade pelo desejo de estar o quanto antes com sua família para cuidar das gêmeas recém-nascidas. Sr. Cabeça ressaltou a angústia que sente ao pensar que se vê envelhecendo e que passou metade de sua vida na prisão. Sr. Ted disse que seu sentimento era de desesperança após longos sete anos de desamparo da família e sem perspectivas de ver a rua. Sr. Caramelo disse que sofre com o estresse provocado por outros internos. Sr. Oclinhos disse sentir raiva e frustração pelas condições precárias e a falta de controle sobre a própria vida.

As falas dos educandos refletem muitas emoções que revelam dificuldades e más experiências em um contexto de opressão. O Sr. Gigante ao expressar a ansiedade de um pai ausente, ressaltou a importância do afeto familiar. Isso corresponde à visão de Paulo Freire sobre o valor da afetividade no processo de aprendizado e transformação social, onde o amor e a solidariedade são elementos fundamentais para a superação em condições de vulnerabilidade. Já o comentário de Sr. Cabeça, ao refletir sobre o seu envelhecimento e a vida na prisão, trouxe a crítica de Onofre e Foucault ao sistema que marginaliza e desumaniza o indivíduo, revelando como o ambiente do cárcere pode furtar a esperança exaltando apenas a punição. As prisões, segundo Foucault (1987), possuem mecanismos internos de repressão e punição que ultrapassam o castigo da "alma"[...] (Foucault, 1987, p.13-14).

Por outro lado, Elenice Onofre argumenta que a escola é vista como uma comunidade onde os educandos podem quebrar hierarquias, respeitar e valorizar as diferenças. Ela

potencializa processos educativos e permite a (re) conquista da cidadania, apesar do contexto repressivo. A dicotomia sugere que, enquanto a prisão é um espaço que limita e marginaliza, a escola pode servir como um ambiente de esperança e transformação para os educandos, especialmente o que afirmo perceber ao promover práticas educativas inclusivas, de pertencimento que desafiam o notório estado de opressão e intranquilidade emocional que os afetam.

Por sua vez, as experiências do Sr. Ted, que lida com a desesperança, e do Sr. Caramelo, que enfrenta constantemente o estresse provocado por outros internos, mostram a necessidade de ter diálogo, para os ajudar a entender melhor suas situações e a se libertarem do que os afligem. Freire defendia que a conscientização dos indivíduos sobre suas realidades poderia levar à transformação, e isso é relatada na frustração do Sr. Oclinhos, que se sente impotente diante de condições precárias em sua rotina de privação de liberdade. Sua raiva pode canalizar resistência a mudança e desestímulo, o que ainda Freire ressalta que a educação deve ser um ato de liberdade mesmo em situações adversas, sendo possível encontrar lugar para a reflexão crítica e a ação transformadora de nossos educandos pelo resgate de suas identidades e autonomia.

À medida de cada palavra trazida pela roleta, ocasionando uma “Chuva de Ideias”, houve momentos de intensa emoção, revelação de aspectos delicados da rotina na prisão, de denúncia e associação a trechos de canções de crítica social oriundas do seu universo musical que enriqueceram a dinâmica. O estudante Ted cantou o refrão da música do Olodum “...não, não brigue, não mate, não morra, não! Porque a vida é preciosa e não deixe passar em vão...” O grupo seguiu a canção em voz alta e precisou ser retomada a atenção para prosseguir com novo giro da roleta.

A ordem aleatória das palavras gerou expectativa e grande participação do grupo dos doze que se mantiveram comprometidos com a atividade. Existiu dúvida no significado da palavra *vulnerabilidade* que foi explicada como condição de fragilidade, de poder sofrer prejuízos ou danos. Bem como o termo *restrição* foi dito como limitação ou imposição que reduz a liberdade ou a capacidade de agir para que os educandos fizessem suas inferências. Após trazido o significado, facilmente foi feita a associação do termo com suas vivências.

Na sequência, os participantes foram compartilhando suas opiniões, emoções e desafios enfrentados com base em suas experiências no confinamento carcerário e manuseio com os documentos jurídicos. Vejamos os depoimentos:

Esse lugar é um verdadeiro inferno. A solidão é o pior castigo, mas aprendi a encontrar forças no Deus que me sustenta. (Sr. Ted)

Sr. Cabeça tomou a palavra e verbalizou: “Esperar sem saber o que se passa com o processo é angustiante. Muitas vezes, o documento chega e nós não entende e vira um novo problema. É como que se esqueceu de nós. A gente não é nada pra eles. (Sr. Cabeça)

A cabeça não para e essa rotina me consome, não quero mais voltar para esse lugar. A gente se acostuma na força para não pirar. A gente briga com nós mesmos. (Sr. Gigante)

Tenho pouca leitura, mas tenho esperança em Deus. A sensação é horrível de não saber o que fazer, entender o que tá acontecendo é muito importante. (Sr. Itinga)

Essas falas expressam uma profunda reflexão sobre a experiência do encarceramento, revelando as dores e as dificuldades enfrentadas pelos educandos. Vamos analisá-las à luz do pensamento Freireano, que enfatiza a educação, a conscientização e a humanização nas relações, pode-se fazer uma reflexão dos depoimentos trazidos pelos participantes da experiência do encarceramento. Sr. Ted: “Esse lugar é um verdadeiro inferno. A solidão é o pior castigo, mas aprendi a encontrar forças no Deus que me sustenta.” Destaca uma experiência comum do sentimento de solidão que o assola e que certamente aos olhos de Paulo Freire ressaltariam a importância da esperança e da fé como formas de resistência. Sr. Ted, busca forças na espiritualidade, como forma de ressignificação da dor e uma tentativa de encontrar sentido no que está vivenciando. Sr. Itinga também acrescenta: “Tenho pouca leitura, mas tenho esperança em Deus. A sensação é horrível de não saber o que fazer. Entender o que está acontecendo é muito importante.” Existe a esperança em Deus, assim como para Sr. Ted, que revela uma forma de resiliência, mas resalto se fazer necessário também a ação. Quando Sr. Itinga traz à tona a importância do conhecimento e da compreensão vislumbro essa ação por mudança.

Sr. Cabeça: “Esperar sem saber o que se passa com o processo é angustiante. Muitas vezes, o documento chega e nós não entende e isso vira um novo problema. É como se esquecessem de nós. A gente não é nada pra eles.” O sentimento de Sr. Cabeça reflete o que ele chama de desumanização do sistema penal, onde os sujeitos se tornam invisíveis para a sociedade. E mais uma vez imaginemos Freire quando defende a educação como um ato de liberdade, sendo necessário ter consciência e criticidade perante situações limitantes. Assim, a falta de compreensão dos documentos jurídicos não só gera angústia, mas também uma sensação de impotência perante o que diz respeito a suas vidas dentro do sistema. Para Sr. Gigante que disse: “A cabeça não para e essa rotina me consome, não quero mais voltar para esse lugar. A gente se acostuma na força para não pirar. A gente briga com nós mesmos.” Nesse momento o estudante expressa a luta interna que muitos enfrentam. Diante dessa afirmação, é

indispensável um acompanhamento mais frequente pela necessidade do diálogo, do esclarecimento. Freire nos mostra essa necessidade e a importância da escuta ativa, do trato individualizado e atento ao emocional dos educandos. Tais depoimentos reforçam a luta constante por dignidade e compreensão dentro de um sistema que muitas vezes ignora suas humanidades, mas que segundo Paulo Freire (ano) essa luta é essencial para transformar a realidade contra a opressão.

No decorrer que cada palavra era selecionada na roleta e colocada na roda, apesar do ambiente ter se enchido de vibração e motivação devido ao formato envolvente da atividade, o entusiasmo inicial deu lugar a momentos de silêncio e expressões visuais de indignação e revolta, conforme os participantes aprofundavam suas falas de suas vivências e sentimentos especialmente como angústia, estresse e desumanização.

Sr. Gigante: “Sinto como se o tempo não passasse, isso me aperta o peito, fico pilhado.”

Sr. Cabeça: “Isso aqui ninguém pode imaginar como é, só passando na carne, é barulhento, cheio de contenda, espera, espera, o tempo não passa. É como se eu estivesse sempre em alerta, sem paz. Por isso gosto da escola, é meu porto seguro. As pessoas vêm aqui pra ver bicho e não espera ver gente, entendeu? Poucas pessoas olha pra gente como vocês da educação.”

A fala de ambos reflete profunda experiência humana de pessoas privadas que pelo tempo e pelas circunstâncias, desenvolvem uma ansiedade que dificulta a paz interior na rotina de encarceramento. Eles expressam a luta diária dos conflitos e do sobressalto do inesperado constante. A escola, nesse contexto, de fato é bálsamo que humaniza e faz valer horas de estudo e socialização diante de desafios e entraves ao longo do dia. Vive-se um dia de cada vez no enfrentamento da indiferença e desvalorização do ser. Uma educação que reconheça e valorize essas experiências, é fundamental como nos afirma Freire: “Não há diálogo sem amor, e o amor é uma condição de possibilidade do diálogo.” (Freire, 1994, p. 58), o autor discute a importância do diálogo, empatia na educação, pelo o ato educativo que como ato libertário, é prática ativa dos envolvidos que se veem mutuamente. Ele enfatizava que a educação deve estar atenta às realidades dos educandos, promovendo uma conscientização crítica que possibilite a transformação de suas realidades.

Freire (1994, p.48), endossa e defende que “a humanização é a vocação do ser humano” e que a desumanização, por sua vez, é descrita como “uma distorção da vocação de ser mais”. Segundo ele, embora a desumanização seja uma realidade histórica, “não é um destino contra o qual não se possa lutar”, e deve ser combatida através da educação e da conscientização dos sujeitos.

Esses momentos foram cuidadosamente observados e anotados pela pesquisadora. Repentinamente, o estudante Caramelo gritou: “Quero sair desse inferno! ”. E o estudante Ted completou: “O povo lá fora não tem ideia do que a gente passa aqui dentro.”. Em seguida, o estudante participante Cabeça, pediu a vez e fez uma reflexão de como enfrenta sua dura realidade na rua e na cadeia com trecho de uma outra canção: “...periferia, onde mora o cidadão, sobreviver não é pra “vacilão”. E complementa: “Aqui eles joga o que chama de lixo, nós é nada pra eles”. A roleta inicialmente trouxe dinamismo e euforia, mas também em seguida um tom melancólico refletindo a cada palavra um sentimento de tristeza em relação à realidade dura e implacável das dificuldades ou verdades difíceis da vida vivida por muitos ali.

[...] é preciso, no entanto, afastar-se de qualquer postura ingênua das possibilidades do papel da escola dentro do sistema prisional, mas nesse espaço, o aprisionado pode buscar a sua identidade e o diálogo, reconstruir a sua história e valorizar em muitos momentos a aprendizagem. Embora não se possa afirmar que isso aconteça em todos os casos, esse é um traço bastante peculiar que por vezes se apresenta. O encarceramento, ainda que considerado um castigo justificado, não pode levar consigo a privação dos direitos humanos, entre os quais se configura o direito à educação. As minorias mais desfavorecidas são as pessoas não alfabetizadas, e em um mundo dominado por mensagens escritas, o saber ler e escrever é considerado conhecimento básico e ferramenta essencial para o progresso educacional (Onofre, 2011, p. 19).

A citação destaca a complexidade do papel da educação no sistema prisional, enfatizando que, embora o encarceramento seja um castigo considerado justificado, não deve implicar a violação dos direitos humanos, especialmente o direito à educação. A possibilidade dos educandos privados de liberdade reconstruírem suas identidades e histórias através da aprendizagem é apresentada como uma oportunidade valiosa, que pode, em alguns casos, promover um senso de valor e autonomia para tomar decisões, agir por sua própria vontade, valores e interesses pessoais. A autora também ressalta a desigualdade enfrentada por esses sujeitos marginalizados, menciona os não alfabetizados, desprestigiados pelo mundo que prioriza a comunicação escrita, sublinhando que a educação é uma ferramenta fundamental para o progresso, mas não a única com essa responsabilidade. De fato, em ambiente de privação de direitos, a presença da educação é extremamente cara, pois promove entre outros, um pouco de dignidade, humanidade e possibilidade de transformação na vida desses educandos, o que ainda de maneira otimista nos diz Freire (1995, p. 96): “[...] a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submeter é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”.

As palavras e frases ditas pelos educandos na chuva de ideias ao giro da roleta, nos

fornece um panorama complexo e sofrido de percepção de mundo. Denotam uma mistura de críticas ao sistema, mas também de luta por justiça e direitos humanos. Nitidamente existe o reconhecimento da importância dos direitos humanos e o desejo de superação, apesar dos sentimentos não positivos associados à experiência prisional, como raiva e insatisfação. A revolta e o ódio em relação ao sistema são evidentes, destacando uma falta de justiça e a privação de direitos, mas também há uma ênfase na coragem necessária para enfrentar essas adversidades apesar das dificuldades.

A luta por justiça e direitos humanos, é enriquecida por conceitos presentes na obra de Freire, especialmente no que diz respeito ao direito à educação que segundo ele é um direito inalienável que se estende a todos, incluindo os privados, para Paulo não deve haver negação o acesso ao conhecimento. Assim ao reconhecer esse direito, apesar das circunstâncias, Freire afirma que “o opressor se desumaniza ao desumanizar o oprimido”, ele destaca a interdependência entre opressão e liberdade.

A constante luta por direitos não é apenas uma reivindicação por melhorias nas condições de vida, mas um chamado para que toda a sociedade reflita em conjunto valores e conceitos que regem as relações humanas mais complexas. Isso se relaciona diretamente às falas dos educandos, no curso das reflexões que permearam todo o encontro e ao que Silva (2009) nos convida a pensar:

Afrodescendentes, nordestinos e moradores de morros, favelas e periferias urbanas compõem a maioria da população prisional, com participação cada vez mais crescente[...]. As definições clássicas de crime, de pena e de prisão não são mais suficientes para explicar os processos sociais que estamos vivenciando nesse século XXI, marcado pelo acirramento das desigualdades sociais, da pobreza e do desemprego [...] (Silva 2009, p.105).

O pensamento de Silva sobre a predominância de grupos sociais marginalizados na população prisional, nos faz refletir sobre a complexidade dos problemas sociais contemporâneos e sugere que o sistema penal deve ser reavaliado, pois a criminalização de certas populações se torna uma resposta simplista a questões estruturais mais profundas.

A fala do estudante Ted nos ajuda a pensar na relação ensino-aprendizagem quando ele diz que: "sei o que é, mas não com essas palavras". Revela uma situação comum na comunicação: a dificuldade em expressar conceitos complexos ou específicos devido a limitação vocabular. A necessidade de alguns esclarecimentos do significado das palavras como desafio e vulnerabilidade, ocorre pelo déficit vocabular presente que aparece na fala do estudante Ted que disse: “Sei o que é, mas não com essas palavras”.

Nesse viés Paulo Freire nos convida a refletir sobre o verdadeiro propósito da educação, nos lembra que o aprendizado não deve ser um processo unidirecional, deve ser uma troca rica que instrumentaliza e emancipa os envolvidos no processo de aprendizado, que fomenta uma sociedade mais justa e crítica. “A educação deve ser um ato de amor, e não de dominação” (Freire, 1970, p. 85).

A dificuldade que o estudante tem em expressar conceitos específicos, faz pensar Emília Ferreiro quando destaca que o letramento não é apenas sobre a decodificação de palavras, mas também sobre a compreensão dos conceitos e a capacidade de usá-los em contextos apropriados. Nesse sentido, também, Sr. Ted pode ter uma compreensão intuitiva dos conceitos de “desafio” e “vulnerabilidade”, mas não conseguiu associá-los com precisão às palavras certas devido à falta de vocabulário adequado, pois a construção de significado e vocabulário fazem parte desse processo de letramento. A outra fala do estudante Cabeça com o trecho da canção “...sobreviver não é pra vacilão”, exalta a necessidade de resistência e astúcia para enfrentar as adversidades da vida dura na rua, na periferia ou na cadeia.

Ferreiro tinha razão ao afirmar que o letramento vai além da simples decodificação. Ao falar de aspectos cognitivos e sociais do processo, reitera que: “o letramento envolve a compreensão e a construção de significados, e não se limita à decodificação de palavras” (Ferreiro, 1999, p. 45).

Ao término da dinâmica, seguindo a abordagem pedagógica, cada participante recebeu um pequeno papel colorido de 4 pontas para escrever três ou quatro palavras que refletissem aspectos emocionais e estruturais de sua visão de mundo e do sistema prisional como mostra a imagem abaixo.

Figura 06 - Imagem das palavras escritas pelos educandos



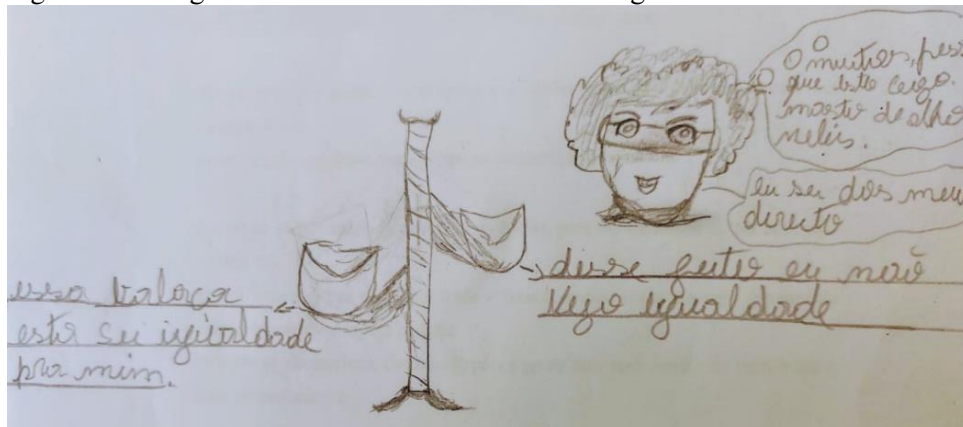
Fonte: Registro da autora, 2024.

Como resultado dessa atividade, a cada conjunto de palavras apresentadas pelos educandos como dor, fé, mudança, são desafios e ao mesmo tempo esperança nitidamente

refletidas do estado emocional e das condições em que vivem na prisão. Palavras como ódio, injustiça, privação de direitos e liberdade podem expressar uma perspectiva profundamente desfavorável e crítica, apontando para a percepção de que o sistema prisional é injusto e punitivo. Já direito, justiça, liberdade, felicidade e amor trazido pelos educandos, refletem valores e ideais que são muitas vezes buscados como alternativas ou soluções para os problemas relativos ao sistema prisional que podem representar um desejo por um tratamento mais justo e humanizado.

O encontro foi concluído com uma avaliação expressa através da oralidade, escrita ou desenho simples de algo que simbolizasse a justiça e seu desejo por justiça. Nos desenhos entregues pelos educandos, observa-se uma gama de sentimentos, percepções, aspectos do sistema prisional e a visão de mundo dos educandos. Notadamente percebemos nas imagens, falas, expressões e gestos que o estudante sente como impacto não positivo e deseja reverter essa situação para alcançar uma participação mais efetiva, informada e inclusiva. Por exemplo, um dos desenhos transparece tal ideia na (Figura 7) que faz uma crítica à justiça e à percepção de igualdade. Uma balança, que simboliza a justiça, está desigual, e nos olhos, uma venda, que dá ideia de que a justiça deve ser cega, mas sua venda não é real, o que sugere que há uma falta de imparcialidade.

Figura 07 - Imagem do desenho do Estudante “Sr. Gigante”



Fonte: Registro da autora, 2024.

Constata-se que, sem uma boa proficiência, o estudante tem dificuldades de entender o que está escrito, de se expressar sobre temáticas, de fazerem inferência, limitando seu desempenho escolar, capacidade de engajamento, causando danos emocionais por não entenderem seu contexto e a si próprios. O não saber e como acessar seus direitos, também reduz entendimento para o sistema jurídico, menos informação e maior vulnerabilidade quanto a seus processos na capacidade de exercer plenamente seus direitos e deveres no processo

democrático. Assim apreendemos que a instrumentalização é condição indispensável para desenvolver a habilidade de expressar ideias, ser crítico, consciente na luta por direitos. Este entendimento está alinhado com a visão de Paulo Freire, que argumenta que a educação é essencial para o engajamento crítico e consciente nas questões sociais, promovendo cidadania.

Refletindo sobre o exposto, em contextos de vulnerabilidade, como as prisões, a pouca instrumentalização pode levar à manipulação do indivíduo, por falta de acesso a informações ou quase nenhuma proficiência linguística, que os fazem aceitar passivamente a manipulação de uma realidade eventualmente distorcida. Sem o conhecimento necessário, tornam-se mais suscetíveis à manipulação como nos salienta Freire (1970), da relevância da educação crítica como uma forma de emancipação, ao argumentar que a prática pedagógica deve promover a conscientização e a reflexão crítica sobre a realidade, permitindo que os indivíduos entendam sua condição e se tornem agentes de transformação em seu mundo. Para ele a educação é fundamental para evitar a conformidade e a manipulação do ser ao afirmar da necessidade de uma “prática educativa que liberta” (Freire 1970, p. 81).

As imagens a seguir, são de alguns desenhos feitos pelos educandos que retratam e representam com simbolismo, conceitos e carga emotiva ao final do encontro.

Figura 08 - Imagem do desenho do Estudante “Ted”



Fonte: Registro da autora, 2024.

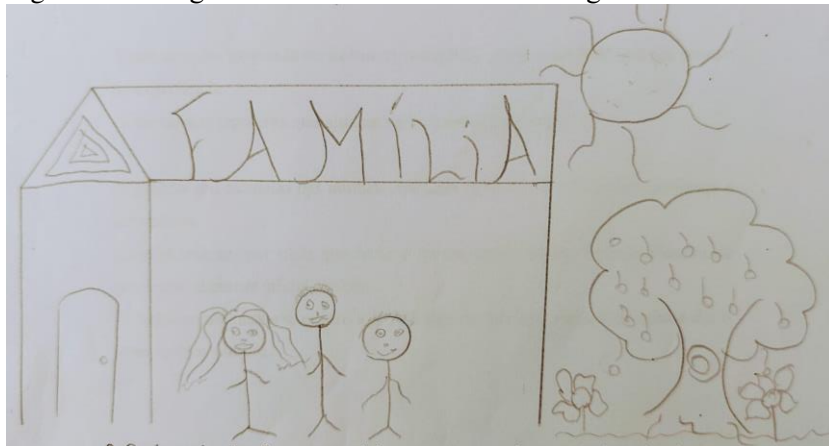
A figura 08 transmite a sensação de aprisionamento que impede a liberdade, e o grito de “quero sair daqui” reflete a frustração e o desejo de libertação.

Nesta etapa, os educandos trouxeram alguns depoimentos ao entregar seus desenhos como foi o caso de Sr. Ted que acrescentou dizendo: “ Ô meu Deus! Quero minha liberdade de volta, voltar a sonhar”. A prisão não é só esse lugar que não posso sair, minha mente tá presa também. Isso machuca, é muita dor.” Diante dessa fala, compreender o impacto do confinamento e dos direitos cerceados na vida dos educandos, nos reporta ao pensamento de

Freire, quando afirma: “a opressão e a exclusão não são apenas realidades físicas, mas também emocionais e intelectuais” (Freire, 1996, p. 47). Percebemos que o depoimento revela que o confinamento não é apenas uma privação da liberdade de caráter físico, mas também mental com requinte de desumanidade.

As experiências dos educandos, através de suas falas e desenhos, nos mostram que a falta de oportunidade e o cerceamento dos direitos reforçam o ciclo de opressão, desvalorização do homem que os distanciam do sonho de Paulo de uma sociedade mais justa e igualitária.

Figura 09 - Imagem do desenho do Estudante “Jogador”



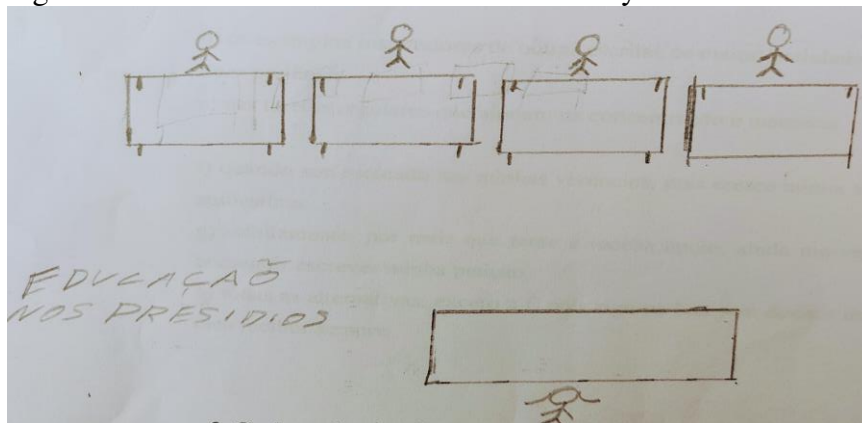
Fonte: Registro da autora, 2024.

A figura 09 representa a ideia de lar, com a palavra “família” no telhado, simbolizando a proteção, abrigo emocional, espaço seguro de refúgio, acolhimento e força. Reforça a importância dos laços familiares para o estudante e construção positiva para o desenvolvimento pessoal e social do estudante.

Pela perspectiva de Lev Vygotsky, que em sua teoria sociocultural enfatiza a importância das interações sociais no desenvolvimento humano, o desenho pautado na questão familiar, reitera o que fora dito pelo autor quanto aos vínculos familiares e comunitários desempenharem um papel crucial na formação do indivíduo.

Já na figura 10, o educando Sr. Hollywood, configura uma sala de aula no espaço da prisão, simbolizando a educação escolarizada na Colônia, com a disposição das mesas e cadeiras e a professora destacada entre os educandos. Essa configuração enfatiza a figura da educadora como líder, numa unidade masculina, na mediação do aprendizado, promovendo um ambiente de respeito e colaboração. O que inspira valorização da figura feminina na educação em prisões.

Figura 10 - Foto do desenho do Estudante “Hollywood”



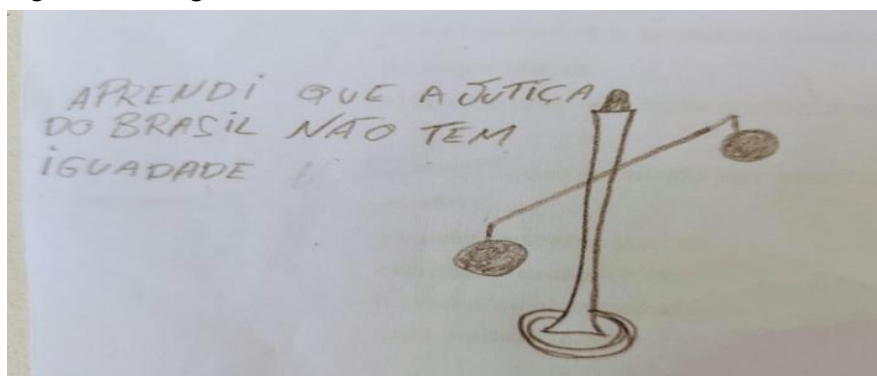
Fonte: Registro da autora, 2024.

Sobre o significado da educação para os presos, Pereira (2011) aborda:

Legalmente, a educação no cárcere é um tipo de educação de adultos que visa escolarizar, formar e qualificar pessoas temporariamente encarceradas para que, depois que cumpram o tempo de privação da liberdade, possam reinserir-se com dignidade no mundo social e do trabalho, já que essas pessoas, em sua maioria, têm baixa ou nenhuma escolarização. Nesse sentido, grande parte dessas pessoas presas necessita de uma educação ampla e diferenciada para que adquiram conhecimentos, saberes e práticas que lhes possibilitem a (re)construção de sua cidadania, se é que em algum momento de sua vida social e produtiva ela foi ou se sentiu cidadã (Pereira, 2011, p. 40).

Nesse contexto, o desenho que representa a sala de aula no espaço da prisão, também se alinha ao que Pereira (2011) diz ao ressaltar a importância da educação no cárcere como uma forma de escolarização. A sala de aula se torna um espaço de esperança e potencial, conforme destacado por Pereira, essa abordagem enfatiza a importância da educação no cárcere como um meio de promover a transformação pessoal e facilitar o retorno digno desses indivíduos à sociedade. O educando Sr. Velocidade Máxima na figura 11 disse: “Aprendi que a justiça do Brasil não tem igualdade”.

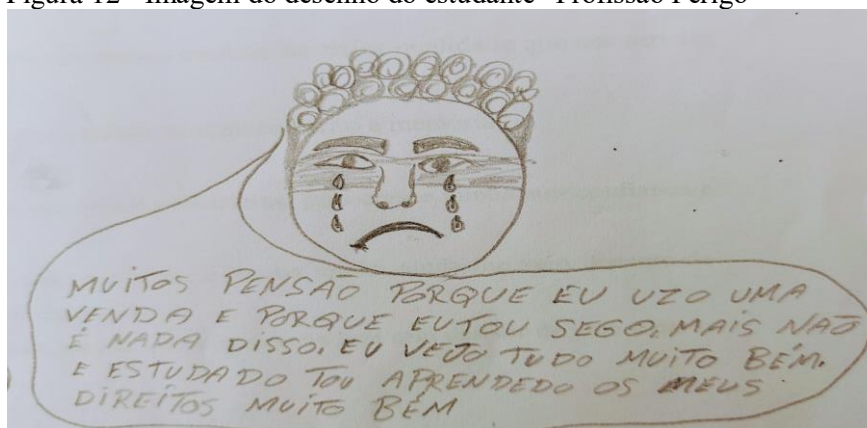
Figura 11 - Imagem do desenho do Estudante “Velocidade Máxima”



Fonte: Registro da autora, 2024.

Essa figura representa a crítica à desigualdade na justiça brasileira e a balança pendendo para um lado sugere que há uma disparidade no tratamento das pessoas e nos processos judiciais. O educando Sr. Profissão Perigo expressa seu sentimento na figura 12, “Muitos pensão que porque uzo uma venda e porque eu tou sego mais não é nada disso. Eu vejo muito bém tô estudando, aprendendo meus direitos muito bém.”

Figura 12 - Imagem do desenho do estudante “Profissão Perigo”



Fonte: Registro da autora, 2024.

A figura acima, expressa uma poderosa mensagem sobre conscientização e empoderamento. O rosto que chora, associado a venda nos olhos, simboliza a percepção de vulnerabilidade ou injustiça sofrida pelo educando. Na frase que diz: “muitos pensam que, porque uso uma venda, sou cego, mas não é nada disso. Eu vejo muito bem. Estou estudando, estou aprendendo os meus direitos”. Esta fala reflexiva destaca a importância da educação e do conhecimento para ele.

Os depoimentos dos educandos Sr. Velocidade Máxima e Sr. Profissão Perigo, apesar de seus erros gramaticais e ortográficos, refletem uma crítica profunda à desigualdade no sistema de justiça brasileiro. Ao constatar desigualdades, reconhece a disparidade que muitos enfrentam, indicando que o sistema falha em tratar todos de forma desigual. A metáfora da venda nos olhos, na verdade, sugere uma percepção aguçada da realidade no seu entorno, mostrando uma visão realista que vai além do aparente e traz um alerta de que ele está se educando para entender e pleitear seus direitos. Esses depoimentos associados aos desenhos, do homem que chora e da balança desigual, se entrelaçam para ilustrar a dolorosa realidade da injustiça no país.

O choro, por exemplo, simboliza o sofrimento e a frustração, reflete a voz dos oprimidos tão bem descritos por Paulo Freire, vistos como marginalizados por um sistema que não oferece igualdade. Por sua vez, a balança representa a disparidade no tratamento das pessoas, onde a justiça deveria ser imparcial, mas, na prática, é desequilibrada para muitos, sendo captada com

consciência na fala do educando quando disse que: “Aprendi que a justiça no Brasil não tem igualdade”, exaltando uma das premissas fundamentais da educação libertadora proposta por Paulo Freire pela luta por emancipação do oprimido na crítica à opressão, sugerindo que a verdadeira educação deve levar à reflexão sobre a realidade social.

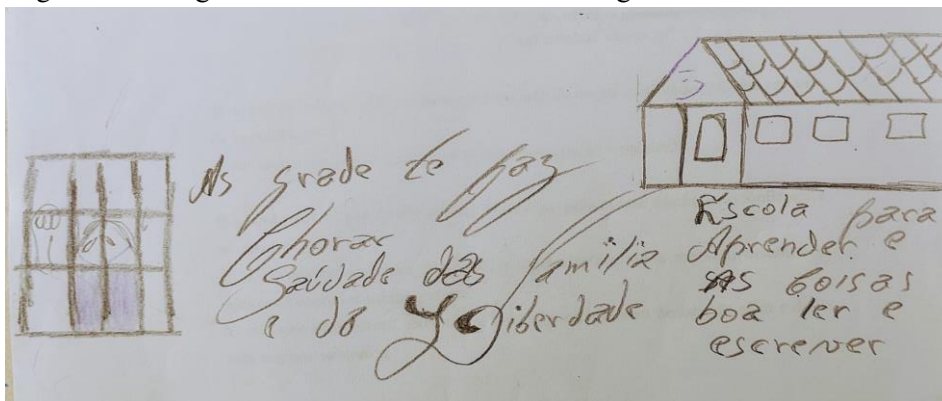
Desse modo a crítica à desigualdade na justiça brasileira se alinha com o pensamento freireano, pois nos desafia a questionar e transformar as estruturas injustas que perpetuam a dor e a exclusão, especialmente nas prisões. Ainda sobre o desenho da balança que pende para um lado, serve como um chamado à ação, incentivando cada um de nós a lutar por um sistema mais justo e equilibrado, onde todos sejam ouvidos e tenham oportunidades iguais. Assim, a partir dessa conscientização, podemos construir uma sociedade que não apenas reconheça, mas também atue contra as injustiças em geral.

Em um novo depoimento, Sr. Cabeça, afirmou: “Vivemos injustiça e desigualdades a cada hora de nossa vida. Aqui, na escola, é a única hora que esqueço um pouco disso, e eu aprendo coisas novas, me sinto bem. Pra eles lá fora somos invisíveis porque tenho pouco estudo, somos lixo”. Ao ouvirmos tal depoimento, refletimos Paulo Freire e Magda Soares, que falam sobre a importância de uma educação que liberta e transforma. Freire (1970, p. 75), cita que a educação deve ser um ato de liberdade, um processo que nos permita pensar e refletir sobre a realidade. Por sua vez, Magda Soares (2002, p. 23), grifa que o letramento é fundamental para a inclusão social, bem como para a cidadania. Essa fala do educando nos inspira a crer que compreender sua condição, já é o início da luta contra a injustiça e a desigualdade.

Assim o nosso desafio é maior do que apenas aprender a ler e escrever; é sobre adquirir consciência crítica nesse educando de realidade tão desafiadora. Compreendemos que o pouco letramento é reflexo de um sistema que marginaliza e maltrata para além das grades. Como Soares e Freire, vislumbramos uma educação que possibilite o empoderamento e a inclusão social de indivíduos que possam reivindicar efetivação de direitos com participação ativa na sociedade.

A seguir o desenho da figura 13, ceta e comprova o impacto emocional da privação de liberdade pela ótica do educando em prisões, ao mencionar a escola como um lugar para “aprender as coisas boas” e “ler e escrever”, reconhecendo a participação da prática educativa por sua experiência no cárcere e sua esperança de um futuro melhor.

Figura 13 - Imagem do desenho do estudante “Reloginho”



Fonte: Registro da autora, 2024.

A figura do Sr. Reloginho traz uma mensagem forte sobre a dor da separação e a busca por esperança. A frase “a grade te faz chorar, saudade da minha família” enfatiza o impacto emocional da privação de liberdade. Ao mencionar a escola como um lugar para “aprender as coisas boas” e “ler e escrever” sugere uma busca por conhecimento e um futuro melhor.

Segunda Oficina: os fundamentos dos direitos humanos

A segunda oficina pedagógica foi realizada no dia, 13 de maio de 2024, após o primeiro encontro com os participantes, esta foi organizada para promover a reflexão dos educandos privados de liberdade sobre o sistema legal e seus direitos constitucionais. O conteúdo abrange o sistema legal, direitos individuais, acesso à justiça, o Art. 41 da Lei de Execução Penal e a Declaração dos Direitos Humanos. A metodologia inclui dinâmicas de grupo com perguntas sobre direitos, exibição de vídeo educativo, atividades de identificação de direitos em diferentes situações sociais, jogos interativos e uma tarefa criativa para reforçar o entendimento. A avaliação consiste em escrever uma palavra sobre um direito constitucional aprendido e sua importância.

Cada um dos conteúdos é fundamental para garantir clareza e efetividade na comunicação jurídica. Destaca-se a importância da linguagem formal para evitar gírias e assegurar um vocabulário técnico mais adequado. É essencial estruturar a petição com coesão e coerência nas informações para apresentar os pedidos de forma clara, assim sendo o exercício de um pedido simples de namoro é um bom começo para a compreensão. E, no que diz respeito ao Art. 41 da Lei de Execução Penal, o objetivo é a tomada de consciência do direito peticional do preso que garante apresentar solicitações e reivindicações à autoridade competente, assegurando o acesso à justiça e a defesa de seus direitos.

Começamos com uma discussão aberta sobre o conceito de direitos constitucionais e sua importância na sociedade, utilizando perguntas para estimular a participação como: Você sabe o que é um direito constitucional? Já ouviu falar da Declaração dos Direitos Humanos? Exibimos um vídeo com uma canção sobre Direitos Humanos e distribuimos temas sociais para que os participantes identificassem os direitos envolvidos. Para consolidar o aprendizado, realizamos atividades lúdicas como bingo de palavras e jogos de encaixe, além de uma tarefa criativa onde os participantes criaram acrósticos com as palavras “direito” e “cidadania”. Ao final, cada participante escreveu um direito constitucional aprendido, que serviu para avaliar a eficácia da oficina.

Cada estudante construiu sua própria cartela com pelo menos seis direitos, numa sequência aleatória com palavras ligadas aos direitos constitucionais que incluem a liberdade de expressão, o direito à vida, a igualdade perante a lei, o direito à educação, o direito à saúde, a proteção à propriedade, os direitos políticos, o direito de reunião, o direito de associação, as garantias processuais, a liberdade religiosa, o acesso à justiça, o direito ao trabalho, o direito à privacidade e o direito de ir e vir. Esses direitos foram estudados em sua essência, como direitos para garantir a dignidade e a cidadania de todos. Em seguida em papezinhos, num sorteio, os tipos de direitos foram sendo trabalhados e preenchidas as cartelas com ludicidade aprendendo de forma descontraída e leve.

Atividades lúdicas, como sorteios, tornam o aprendizado mais dinâmico, significativo e envolvente. Magda Soares, enfatiza a importância da educação contextualizada e reflexiva. De fato, essa metodologia favorece o aprendizado, facilitando o diálogo e a construção do conhecimento em grupo nitidamente perceptível pela calorosa participação dos educandos.

A pesquisadora guiou a oficina abordando aspectos fundamentais do sistema legal e dos direitos humanos seguindo o planejamento que aborda o conteúdo sobre direitos humanos que está diretamente relacionado ao processo de fazer petições, através de perguntas norteadoras para que se entendam aspectos legais do conhecimento do direito, acesso à justiça, procedimento e garantias. As perguntas foram enumeradas e discutidas nesta sequência: 1A. O que é um direito constitucional? 2B. Você já precisou invocar algum direito seu em alguma situação específica? 3C. Na sua opinião, qual é a função ou propósito de um direito na sociedade? 4D. Qual é a importância de aprender sobre os direitos e como fazer reivindicações? 5E. Você poderia mencionar alguns exemplos de direitos que as pessoas têm? 6F. Quais são os direitos constitucionais garantidos às pessoas privadas de liberdade? 7G. Qual o único direito negado a pessoas privadas de liberdade? 8H. Já ouviu falar da Declaração dos Direitos Humanos? 9I. O que tinha mudado na vida do preso após a Declaração dos Direitos Humanos?

Cada pergunta foi elaborada para explorar e expandir o conhecimento dos participantes sobre tópicos cruciais da Declaração dos Direitos Humanos, como o funcionamento das petições judiciais no contexto prisional. O estímulo à reflexão crítica do entendimento dos participantes foi fomentando um diálogo significativo e educativo sobre esses temas essenciais. Foi enriquecedor o diálogo sobre a Declaração dos Direitos Humanos e o funcionamento das petições judiciais no contexto do cárcere, o diálogo possibilitou partilhas e reflexões profundas entre os educandos. Sr. Cabeça destacou a importância das petições em função de sua realidade, de desejar escrevê-la o quanto antes. O entendimento dessa ferramenta para garantia de seus direitos é muito estimulante, pois permite que os participantes reconheçam o poder da escrita em suas vidas. Sr. Ted comentou sobre ser uma forma de mudar sua realidade, lutar por seus direitos. Esse diálogo não apenas ampliou o entendimento sobre os desafios enfrentados, mas também trouxe consciência e desejo de ter autonomia na luta por direitos por si mesmos.

No contexto da EJA em prisões, essa perspectiva dos direitos é crucial, pois a educação para pessoas em situação de privação de liberdade é uma forma de reconhecimento de sua dignidade e direitos humanos reafirmados na Constituição Federal Brasileira e em diversos tratados internacionais como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que reafirmam que todos têm direito à educação, independentemente de sua condição. Assim a educação nas prisões não só proporciona acesso à educação, mas também reafirma o direito à dignidade humana.

A discussão interativa para estimular a reflexão e entendimento, baseou-se nas perguntas sobre o que é um direito constitucional e o que mudou na vida do preso após a Declaração dos Direitos Humanos.

A oficina utilizou o formato de semicírculo, facilitando a interação e o debate entre os participantes. A professora afixou as perguntas na lousa, gradativamente apresentadas, à medida da construção do pensamento, e que serviram como base para uma reflexão coletiva e anotações no quadro de preenchimento individual das possíveis respostas com associação de letras que foram distribuídas para cada participante, sendo uma atividade associativa.

Figura 14 – Imagem da Atividade Chuva de Ideias



Fonte: Registro da autora da pesquisa. Maio, 2024.

Durante a roda de conversa, os educandos debateram suas ideias e os conceitos relacionados ao sistema legal, direitos individuais e constitucionais, processo judicial e a importância do acesso à justiça. Sr. Reloginho logo na primeira pergunta escreveu esta frase numa folha de papel: “todos nós temos direitos de ser livre. Quebrando as augemas dos preconceitos.”. Sr. Cabeça disse: “Eu desde cedo acreditei na minha força, do que esperar da justiça” Eu cresci na batalha”. Sr. Hollywood acrescentou: “A luta é de todo dia se você quer ser alguém de respeito.” Sr. Ted falou: “Cresci sabendo que as coisas são diferentes pra mim pela cor da minha pele”, mas eu sei que todos temos que ter os mesmos direitos, mas na real não é assim”.

Tais depoimentos refletem a luta contínua contra a opressão e desigualdades sociais. A luta por direitos humanos e a necessidade de combater preconceitos enraizados na sociedade que vivemos. Sr. Cabeça dá ênfase a crença na sua força pessoal em vez da confiança na justiça institucional, ao tempo que Sr. Hollywood ressalta a luta diária como essencial para conquista o respeito. Creio que dessas falas, nasce o primeiro passo para mudança pela forma de resistência à opressão que revelam no combate a preconceitos. Nessa ótica se alinham as ideias de Paulo Freire sobre a conscientização crítica do indivíduo, onde a resistência e a perseverança são importantíssimas para promover mudanças significativas.

Por sua vez, Sr. Ted nos faz refletir sobre a realidade das desigualdades raciais, para que reconheçamos a necessidade de direitos iguais, pois a luta é desigual.

Goffman (1988) sobre o estigma revela como a sociedade constrói um padrão ideal que marginaliza para aqueles que não se “encaixam” em padrões físicos e sociais. São as chamadas características que fogem ao considerado “padrão normal, resultando em rotulações não afirmativas, como feio ou sem valor que acarretam marcas, cicatrizes na vida das pessoas.

No contexto dos privados de liberdade, o acentuado da cor preta nessa perspectiva de encarceramento é evidente, um reflexo da sociedade que muda, mas não deixa de seguir perpetuando estigmas, diferenças que desumanizam esses grupos e suas culturas. Assim, a análise de Goffman nos convida a refletir criticamente sobre a necessidade de uma perspectiva antirracista, no reconhecimento e valorização da diversidade cultural, combatendo estigmas, a marginalização e promovendo a inclusão de todos.

Goffman sobre estigma e marginalização ressoa profundamente com as ideias Fanon sobre a negritude e a luta antirracista, pois os indivíduos estigmatizados pela discriminação, encontram abismo de desumanização que prejudica sua identidade e interações sociais. Fanon (2008) enriquece o tema ao enfatizar que a experiência da negritude é uma parte inseparável da identidade do negro, como uma marca, um sinal de renegação no mundo, sendo necessária a luta antirracista que não é apenas como uma responsabilidade individual, mas uma jornada coletiva que deve contaminar e inspirar outros. Assim, tanto Goffman quanto Fanon destacam que a luta contra a opressão.

Sendo a identidade de um negro, inseparável de sua negritude, a única maneira de lidar com o racismo é através da ação e do engajamento na luta contra ele. Porém sem se restringir apenas aos negros, devendo-se incluir e solidarizar de modo unificado contra todas as injustiças sofridas por todos os grupos dos oprimidos. Assim esses depoimentos nos mostram que a luta pelos direitos humanos é multifacetada e requer ações afirmativas como salientou Sr. Reloginho, é preciso quebrar as algemas dos preconceitos. Ambos abordaram a realidade da marginalização e estigmatização e juntos, eles nos convocam a lutar em uma perspectiva antirracista.

A frase escrita por Sr. Reloginho: “todos nós temos direitos de ser livre. Quebrando as algemas dos preconceitos”, logo no início da discussão, apesar dos erros de ortografia e gramática acentuados neste e outros textos escritos pelos educandos, é fundamental para entender a alfabetização e o letramento em contextos sociais diversos como o nosso. Soares (2015), por exemplo, conclama educadores e a sociedade a agirem considerando o contexto

cultural e linguístico dos indivíduos pela necessidade de compreensão e urgência no campo da educação, com engajamento na alfabetização e no letramento dessas pessoas quando disse:

Nós, os da área da Educação, estamos permanentemente diante de um apelo para a compreensão, acompanhado de um apelo para a ação... Tenho me atribuído a pesquisa e a ação no campo do ensino da língua materna – da alfabetização e do letramento, da leitura e da escrita, da formação de leitores e da formação de professores; [...] propiciar [...] o domínio da língua às crianças e aos jovens que estão nas escolas públicas, aqueles que não são herdeiros, como bem qualifica Bourdieu. Esses educandos enfrentam obstáculos sociais, econômicos e culturais que se sustentam quase sempre pelo poder da língua e só podem ser enfrentados com o poder da língua (Soares, 2015)⁴.

É relevante também recordar Paulo Freire (1982, p.11), quando afirma: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, valorizando a experiência vivida e a cultura dos indivíduos no processo de aprendizagem em contexto crítico respeitando as vozes e as histórias dos educandos.

Falar sobre direitos e liberdade é altamente freireano quando usa a frase "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire 2022, p.71). Esse pensamento reflete a visão de Freire sobre a importância da ação coletiva e da educação como um meio de promover a liberdade e os direitos de todos. A frase ressalta a ideia de que a verdadeira liberdade e a emancipação vêm de nós, conforme destaca, Freire (1989, p.85) A liberdade é a possibilidade do ser humano ser o que é e tornar-se mais. E essa liberdade só pode ser alcançada na prática da liberdade, na prática da própria construção da liberdade, na prática da liberdade de aprender e de ensinar. Assim a luta pela liberdade não é apenas um esforço pessoal, mas também uma ação coletiva para derrubar barreiras e preconceitos que limitam a verdadeira emancipação humana.

Na sequência, foi realizada uma enquete em um quadro (figura 15), abordando os direitos constitucionais, com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento dos participantes acerca da existência e abrangência dos diversos direitos. Os educandos foram convidados a assinalar os direitos constitucionais que conheciam, permitindo assim uma análise preliminar da familiaridade dos participantes com as diferentes garantias e proteções estabelecidas pela Constituição.

4 SOARES, Magda. *Palavras da laureada Magda Soares no Discurso do Prêmio Almirante Álvaro Alberto-2015 - Área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes*. Disponível em: <https://www.ce-ale.fae.ufmg.br/pages/view/discursos-de-magda-soares.html>

Figura 15 - Imagem da Atividade sobre Direito Constitucional

NOME:	
DIREITO CONSTITUCIONAL. Marque um X no que você conhece.	
1 acesso à saúde, educação, moradia, assistência social, segurança alimentar e condições de trabalho dignas.	
2 racial, étnica, religiosa, de gênero, orientação sexual.	
3 direito à cultura, à participação cultural e à proteção do patrimônio cultural.	
4 votar e ser votado, participar de eleições e concorrer a cargos públicos.	
5 liberdade de expressão, liberdade de religião, liberdade de associação, direito à privacidade, direito à vida e à integridade física.	
6 acessos à saúde, educação, moradia, assistência social, segurança alimentar e condições de trabalho dignas.	
7 proteção do meio ambiente e o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Esta atividade foi composta de alguns direitos constitucionais que não foram reconhecidos pelos educandos no quadro acima, tais como: patrimônio cultural, direito à cultura, liberdade de associação, direito à privacidade, direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, proteção do meio ambiente e proteção contra expropriação arbitrária.

Na sequência foi exibido um vídeo musical sobre Direitos Humanos, "A música que todos deveriam saber a letra", dando voz aos 30 artigos da Declaração dos Direitos Humanos, vídeo em homenagem ao seu 70º aniversário⁵, com participação especial de artistas renomados para reforçar a importância dos direitos humanos na sociedade, destacando o refrão **#SãoSeusDireitos.**

Figura 16 - Imagem da Exibição do vídeo



Fonte: Registro da autora, 2024.

5 Videoclipe do Conselho Nacional dos Direitos Humanos: "A música que todos deveriam saber a letra". Comemorando os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H_qP2vx4Sk. Acesso em: jul./2024

O vídeo Declaração dos Direitos Humanos (DDH) foi assistido em silêncio e chamou atenção especialmente pelo estilo pop na letra e melodia da canção, o que despertou bastante interesse e agregou repertório para suas respostas. Ao final do vídeo, foi abordado o Art. 41 inciso XIV da LEP, fomentando uma nova discussão calorosa sobre direitos humanos na perspectiva do direito de petição do preso possibilita e incentiva os educandos a discutirem seus próprios direitos enquanto pessoas privadas de liberdade.

Após a exibição do vídeo, foi entregue aos educandos uma folha com o quadro 4 (abaixo), contendo os direitos constitucionais, convidando-os a marcar um "X" na coluna ao lado dos direitos que identificaram durante a apresentação. Essa atividade permitiu avaliar quais direitos constitucionais eles reconheceram e compreenderam a partir do conteúdo exibido.

Segue o quadro com os direitos constitucionais mencionados no vídeo:

Quadro 4 - atividade sobre os Direitos Constitucionais

Direitos Constitucionais	Marcar com X
Direito à vida	
Direito à liberdade de expressão	
Direito à igualdade	
Direito à educação	
Direito à saúde	
Direito à propriedade	
Direito ao trabalho	
Direito à privacidade	
Direito à segurança pessoal	
Direito à assistência social	

Fonte: elaborado pela autora, 2024

Num segundo momento como forma de fixação, com pausas, os educandos fizeram a leitura das imagens e a cada quadro do vídeo congelada pela pesquisadora, teceram comentários e destacaram situações sociais identificando os direitos dos cidadãos em diferentes contextos e de suas experiências. Sr. Ted interpelou perguntando o que significava a palavra reivindicar. Sr. Caramelo disse: “guerrear por nossas coisas” e Sr. Ted completou: “mas é pra na hora que eu for falar, saber se expressar, já ter o conhecimento do que tá falando pra se expressar perante a sociedade, né?”

Em um exemplo concreto, o diálogo entre os educandos Sr. Ted e Sr. Caramelo pode ser utilizado para ilustrar a importância de compreender profundamente o conceito de

“reivindicar” para que os educandos possam se expressar de maneira eficaz sobre seus direitos e responsabilidades. Quando Sr. Ted pergunta o que significa “reivindicar”, e Sr. Caramelo responde que é “guerrear por nossas coisas”, Sr. Ted enfatiza a necessidade de não apenas lutar pelos direitos, mas também de ter o conhecimento necessário para se expressar com clareza na sociedade.

Nesta situação sobre a questão da compreensão do conceito, Magda Soares e Emília Ferreiro, nos enfatizariam que o entendimento profundo de termos é essencial para que os educandos possam se expressar adequadamente sobre seus direitos e responsabilidades. Para ambas, um processo de reflexão e diálogo, exige e pode significar aprendizado da linguagem, entre outros ganhos como a ideia de cidadania trazida nessas falas, que vão além de saber ler e escrever, pois trata-se de desenvolver uma consciência crítica para reconhecimento e a articulação de direitos, através do debate de conceitos, ajudando-os a se expressar de maneira mais clara e consciente.

Este diálogo reflete a importância de preparar os educandos não apenas para entender seus direitos, mas também para articular e defender esses direitos com conhecimento e confiança. A educação escolar deve, portanto, incluir não apenas a apresentação de informações sobre direitos, mas também o desenvolvimento de habilidades de comunicação e argumentação, para que os educandos possam reivindicar e defender seus direitos de forma convincente. Ao integrar tais discussões no currículo escolar e promover atividades interativas, como a exibição de vídeos e leitura de imagens, a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos.

A pedagogia dialógica de Freire, propõe um currículo flexível, relevante, centrado no que é conversado e construído coletivamente pelo educando e educador, respeitando culturas e experiências. A atenção se volta para as vivências e demandas dos educandos e não para a mera transmissão de conteúdo, possibilitando promover a crítica e a reflexão sobre a realidade dos mesmos. Como co-autores do processo de aprendizagem, a educação torna-se um ato de libertação, como afirma Freire (2022, p. 94): “[...] a educação libertadora, problematizadora não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos [...]”. Essa perspectiva enfatiza que o conhecimento deve ser construído em diálogo, permitindo que as experiências e a cultura dos educandos sejam reconhecidas, incorporadas ao processo educativo, transformando o currículo com objetivos personalizados, metodologias ativas, valorizando suas culturas, para relevância dos conteúdos, o retorno dos educandos, garantindo a diversidade e a inclusão.

Retomada as atividades, partimos da seguinte indagação: *o que mudou na vida do preso após a Declaração dos Direitos Humanos*. Sr. Cabeça, questionou a pouca ou quase ausência,

segundo ele, das visitas do pessoal dos direitos humanos na unidade prisional (UP), que eram mais frequentes, como também observou que pouco faziam por eles, mas que ainda servia de vigilância para os abusos que violam seus direitos, segundo esse educando, “[...] depois do massacre do Carandiru deu uma atenção maior aos problemas dos presídios, mas na verdade professora, nós é por nós e nós mesmos, só vem quando é interesse deles, não escutam o preso” (Depoimento de Sr. Cabeça, 2024).

Esta colocação desencadeou uma série de queixas por parte dos outros presentes, que concordaram com sua fala e endossaram os muitos desafios do dia a dia na prisão a exemplo do que lhes foi servido no almoço do dia. Sr. Gigante disse: “só pagam ovo cozido”. A expressão “pagam” quer dizer “servem”. Outros relataram a dificuldade de acesso dos familiares, a distância e o custo do transporte, além das despesas semanais com a feira trazida pelos familiares dos que têm visita toda semana, entre outras queixas.

É fundamental analisar as falas dos educandos, no que tange a negação de direitos dos privados de liberdade. Esta é uma questão complexa que reflete as falhas do sistema de justiça nas dificuldades enfrentadas, embora a LEP estipule que a execução penal visa a ressocialização do condenado. Na prática as dificuldades como falta de acesso a serviços básicos como citado pelo educando Sr. Gigante, exemplifica o que teóricos como Onofre, entre outros, defendem, ao enfatizarem que a falta da efetividade da LEP na proteção dos direitos dos privados, perpetua um ciclo de exclusão e marginalização. De acordo, Onofre (2007),

As prisões caracterizam-se como teias de relações sociais que promovem violência e despersonalização dos indivíduos. Sua arquitetura e as rotinas a que os sentenciados são submetidos demonstram, por sua vez, um desrespeito aos direitos de qualquer ser humano e à vida. Neste âmbito, acentuam-se os contrastes entre a teoria e a prática, entre os propósitos das políticas públicas penitenciárias e as correspondentes práticas institucionais, delineando-se um grave obstáculo a qualquer proposta de reinserção social dos indivíduos condenados (Onofre 2007, p 12).

A autora destaca como as prisões funcionam como espaços que promovem a violência e a despersonalização dos indivíduos. Ela critica a desconexão entre as políticas públicas de reintegração social e as realidades práticas vivenciadas pelos detentos, evidenciando um desrespeito aos direitos humanos e a dificuldade de promover uma verdadeira reinserção social.

Foucault (1987), também sobre o controle nas prisões destaca que a negação de direitos não apenas penaliza, mas também contribui para a desumanização dos indivíduos para além da privação de liberdade. Portanto, é essencial garantir o acesso à educação e aos direitos fundamentais no encarceramento.

Já Adorno (1991) ressalta, que:

Parte das crianças brasileiras praticamente criaram-se na rua, afastadas da família e da escola, ingressando no mercado de trabalho em condições desfavoráveis. Passando por um processo de formação de identidade sem o mínimo de apoio, acabam, muitas vezes, caindo na delinquência (Adorno, 1991, *apud* Onofre, 2011, p. 17).

É importante repensar a educação e a chamada (re) socialização de indivíduos, indivíduos marginalizados, especialmente aqueles que estiveram no cárcere. Se faz necessário uma educação de processo contínuo, mesmo em contextos adversos para os vulneráveis, em situações de abandono, sem apoio familiar e outras instituições, que ao serem excluídas da cidadania estão mais susceptíveis a permanecerem no meio criminal, envoltos nos estigmas e nas barreiras impostas pela sua dura trajetória de vida.

Foucault (1987), ao discutir a “mortificação do eu”, nos revela como as instituições penais não só punem o corpo, mas também visam despojar os indivíduos de suas próprias identidades, negando-lhes direitos fundamentais. Nesse sentido a educação é fundamental para resgate de indivíduos, tidos como marginalizados, encarcerados. A negação desses direitos fundamentais dentro da prisão de fato desumaniza e contradiz o processo educativo que deve incluir a escuta, a valorização da dignidade e o respeito à liberdade de expressão de todos.

A colocação do estudante quanto a ausência dos direitos humanos nas unidades prisionais, revela preocupação e descaso na supervisão das condições prisionais, evidenciada pela quase total falta de monitoramento e vigilância, segundo o mesmo, dos representantes dos direitos humanos às unidades prisionais. De certo que a frequência reduzida ou inexistente dessas visitas não apenas compromete a garantia dos direitos dos internos, mas também pode indicar uma falha sistemática na fiscalização e na proteção dos padrões mínimos de dignidade e justiça.

No Brasil, essa situação é constatada pelos estudos atuais, relatórios do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e da Defensoria Pública, que atualizam os dados das precárias condições das prisões brasileiras e a falta de acesso à educação e a outros serviços básicos, perpetuando assim uma política que ainda ignora os direitos humanos, desumaniza e valida a fala de Foucault sobre a negação de direitos.

Essas observações são endossadas pelo Tratado de Mandela, que estabelece regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos, que visam garantir condições humanas mínimas e justas no sistema penitenciário, promovendo o respeito aos direitos fundamentais dos presos. Sendo assim, a temática despertou ótimas discussões e esclarecimentos ao levantar

sérias questões sobre a eficácia do sistema, refletindo em uma possível negligência das autoridades responsáveis pela defesa dos direitos humanos nesses espaços.

Um outro momento aqui relatado nos faz refletir sobre a afirmação “de nós por nós e nós mesmos”. A expressão trazida pelo participante sr. Cabeça denotou sua compreensão de desassistência e omissão por parte da sociedade resultando em negligência, e um grande descrédito, pela perda da confiança no social ou até mesmo na credibilidade no outro. A força da carga emotiva, ao proferir tais palavras, transcende o peso do silêncio e nos permite utilizar a expressão “Síndrome do DES” para descrever uma sucessão de ocorrências, sentimentos e comportamentos arbitrários ao que se espera em uma sociedade “civilizada”, especialmente quando este indivíduo desprestigiado se encontra no cárcere. O que corrobora Elenice Onofre, quando diz:

Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres”, são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Pela condição de presos, seus lugares na pirâmide social são reduzidos à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados (Onofre, 2007, p.12).

A essência de experiências não muito felizes ao longo de uma vida sofrida, pode resultar indignação e dor pelo desprezo da falta de cuidados tão necessários para a construção e formação humana. Os muitos desafios e dificuldades diárias são relatados a exemplo com na fala do sr. Gigante ao se queixar da alimentação quando disse a exemplo do que lhes foi servido no almoço do dia. Quando diz: “só pagam ovo cozido”, isto é, uma oferta limitada do cardápio alimentar dos internos que pode ser vista como um reflexo de inadequação ou uma falta de compromisso com a qualidade do serviço oferecido. Dentre diversas preocupações e solicitações dos educandos, evidenciamos muitos pleitos que por vezes são descaracterizados e tratados como “meros queixosos.”

Num paradoxo entre os termos “preso queixoso”, jargão da prisão e o “indivíduo oprimido” de Freire, em contexto de opressão, ousou dizer que o primeiro é caracterizado como lamento rotineiro de sua situação estigmatizada e passiva, pela perspectiva do opressor. Diferentemente, o segundo na ótica do oprimido, busca resistir, lutar para compreender e transformar sua realidade por meio da ação por liberdade e justiça social.

Como resultado das experiências difíceis ao longo da vida de pessoas marginalizadas, a carga de indignação na fala de Sr. Gigante ao se queixar da alimentação, pode ilustrar

inadequação e negligência no trato aos apenados, revelando uma situação que vai além de uma simples questão alimentar. Nesse contexto, analisado por Paulo Freire enquanto à primeira vista, o termo “queixoso” é descrito como um lamento passivo, com vitimização, impotência e acomodação pela comunidade externa, o segundo no âmbito escolar busca emancipação. As queixas dos educandos, frequentemente tratadas como meros lamentos, devem ser vistas como clamores legítimos, pois merecem escuta ativa que possa lhes trazer dignidade. Novamente Freire nos convida a escutar essas vozes e a agir coletivamente, rompendo com o ciclo da opressão e promovendo um futuro mais justo e humano para todos.

Pela temática foi preciso acalmar os ânimos e voltar ao centro da discussão, iniciou-se uma sequência de jogos. Primeiramente foi distribuído e aplicado como atividade lúdica, um bingo de palavras com foco na escrita correta de palavras dos direitos mencionados durante a discussão da manhã, trabalhadas na oficina. Em seguida como atividade de fixação para uso de palavras e conceitos, um jogo de encaixe reciclado com isopor, gerou aprendizado interativo e envolvente com 08 tópicos e direitos para encaixe de sinônimos e ideias relacionadas aos mesmos. O jogo (figura 17), foi criado para promover um aprendizado interativo e envolvente. Os 08 tópicos principais, foram preparados e organizado para serem relacionados com sinônimos e conceitos próximos ao redor das peças principais. Os participantes não só associaram, refletiram como também, divertidamente, exerceram memorização e ampliação de vocabulário.

Figura 17: Imagem do jogo de palavras sinônimas

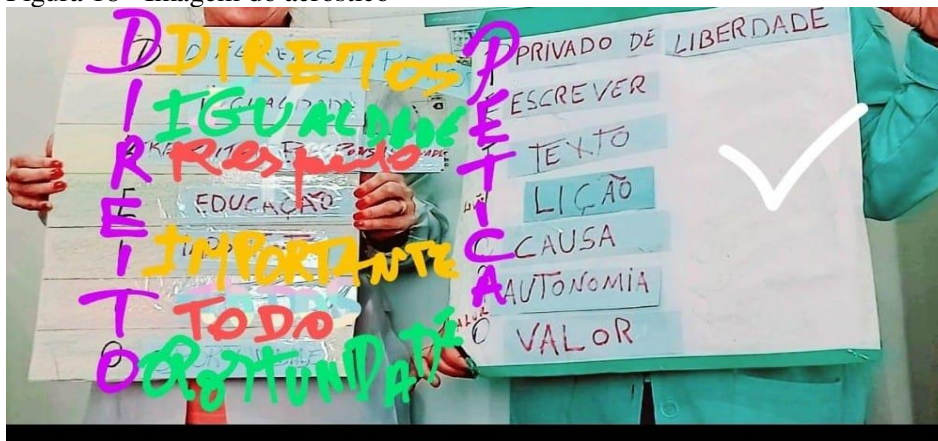


Fonte: Registro da autora, 2024.

Enfim, como última atividade, para finalizar, o grupo foi subdividido em dois subgrupos para construção de dois acrósticos um com a palavra direitos e outro com a palavra cidadania, porém o segundo grupo sugeriu a troca da palavra cidadania pela palavra petição para o acróstico. As sequências das palavras relacionadas então foram para e respectivamente:

DIREITO: Diferença, Igualdade, Respeito, Educação, Importante, Todos, Oportunidade.
PETIÇÃO: Privado de Liberdade, Escrever, Texto, Lição, Causa, Autoestima, Valor.

Figura 18 - Imagem do acróstico



Fonte: Registro da autora, 2024.

Os jogos são ferramentas eficazes para promover o entrosamento e a associação entre vocábulos, auxiliando os educandos na apropriação dos direitos constitutivos da cidadania. Tanto o bingo, como o jogo de encaixe reciclável de “palavras e conceitos” ou a construção do acróstico resultou em um caminho assertivo para a prática educativa, ao focarem na aplicação real dos conhecimentos, especialmente no acróstico que resultou mobilização ativa, sobre a troca sugerida pelos educandos para a palavra petição, ponto central desta pesquisa.

Ambos os jogos educativos, como o bingo e o acróstico, revelam-se afirmativos na promoção do entrosamento e na associação de palavras, permitindo que os educandos se apropriem dos conceitos fundamentais sobre cidadania. As interações verbais, ao longo das atividades, favoreceram a troca de ideias, nas exemplificações práticas nesta construção dialógica freireana. Ao participar dos jogos com afinco, os educandos se utilizaram da memória e também discutiram as implicações das palavras de modo crítico no contexto da cidadania.

Em relação a construção do acróstico, a palavra “petição” destacou a relevância da reflexão em grupo sobre seu valor e características centrais no pensamento crítico, na compreensão da sua realidade e busca por transformação futura. As associações de conceitos e discussões geraram interpretação, desenvolveram habilidades linguísticas e a compreensão mais aprofundada dos direitos e deveres dos privados de liberdade. Foi uma estratégia de conteúdo, mas também de formação crítica e ativa, em sintonia com os princípios da cidadania defendidos por Paulo Freire.

A construção do acróstico também exemplificou um processo de análise semelhante ao descrito por Freire, ao fragmentar a palavra em elementos significativos, como “pensamento

crítico” e “cidadania ativa”, promoveu uma reflexão sobre as dimensões sociais e políticas da petição, estabeleceu um vínculo semântico entre a palavra e o objeto que ela vem representar.

Para encerrar a oficina, foi solicitado um retorno dos educandos participantes para que destacassem ao menos um direito relevante e essencial que aprenderam durante as atividades dos quis ficou ressaltado que a privação de liberdade como único direito lhes cerceado.

Cada educando mencionou um direito, sendo os mais destacados: direito à defesa, uma assistência legal, serviços como atendimento médico, alimentação e direito a visitação. Além disso, destacaram a importância do respeito à dignidade humana, que deve assegurar condições mínimas de tratamento. Sr. Cabeça enfatizou que “a comunicação e a visita da família, é sagrado, professora!” Sr. Jovem acrescentou que o acesso à saúde e o direito de ir e vir é o que mais lhe destacava. Por fim, Sr. Ted ressaltou a educação e trabalho como forma de começar de novo. Ele disse: “Tô melhorando a cada dia.” Tais falas refletem a profunda importância do respeito à dignidade humana, a necessidade de vínculos afetivos que sustentam a dignidade, o desejo por liberdade e autonomia. Não menos importante, Sr. Ted faz ecoar a ideia de que a educação é um ato libertador, enaltecendo o que fora dito por Freire (2022), com clareza:

[...]educação como prática da liberdade. Trata-se, como veremos, menos de um axioma pedagógico que de um desafio da história presente. Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério — isto é, quando as toma por sua significação real — se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação (Freire, 2022, p. 12).

Nessa abordagem ele vê a liberdade não apenas como um ideal, mas como algo que deve ser conquistado historicamente pelos homens. Enfatiza ainda, a educação como uma prática que promove a liberdade, o que implica também reconhecer a presença da opressão e a necessidade de seguir lutando contra ela.

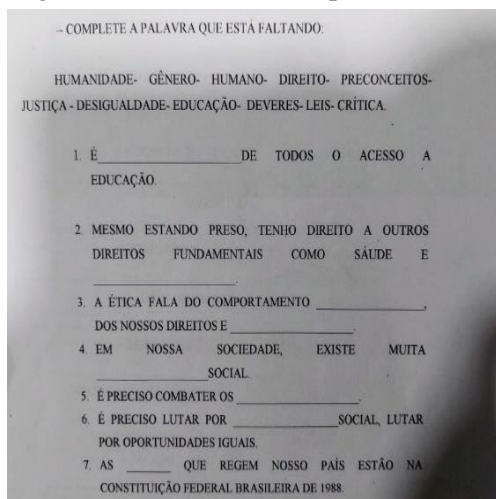
Terceira Oficina: tipologia da petição

No dia 14 de maio de 2024, foi aplicada a segunda oficina. O objetivo desta, foi conhecer as características essenciais da petição judicial, abrangendo sua tipologia, estrutura formal, uso da linguagem técnica e sua função social dentro do âmbito prisional. Busca-se aprimorar a habilidade gênero textual petição, visando potencializar a reflexão crítica para fortalecer a futura escrita de suas petições. A metodologia inclui uma discussão em grupo sobre o conceito e a importância das petições, a distribuição de modelos para análise e comparação dos elementos estruturantes, a importância de seguir uma estrutura bem definida do texto, que inclui

cabeçalho, corpo e conclusão, com o objetivo de garantir clareza e organização, além de uma atividade prática de comparação entre as versões da canção “Cálice” de Chico Buarque e do Rapper Criolo. Os participantes também construíram uma linha do tempo destacando a Constituição de 1988 e a Lei de Execuções Penais de 1984, para análise de contextos, promovendo uma reflexão crítica contextualizada necessária para a elaboração da petição. A avaliação final foi feita por meio de uma escrita simples ou desenho que sintetizasse os sentimentos e aprendizados da oficina.

A oficina do dia foi iniciada com um exercício de preenchimento de palavras (Figura 19) para conjecturar e recapitular conceitos fundamentais estudados na oficina anterior.

Figura 19 - Atividade Complete com a Palavra





Fonte: Registro da autora, 2024.

A figura 19 ilustra um conceito central da oficina, que foi a conexão entre diferentes ideias e a construção de um pensamento crítico coletivo, através da associação de frases e conceitos. Os participantes puderam visualizar como diversas perspectivas se inter-relacionam com as temáticas sociais. A discussão enriqueceu, fortaleceu o grupo e também facilitou a identificação de padrões de possíveis soluções pela ótica dos educandos a partir de suas próprias experiências.

Em seguida, na figura 20, a atividade de associação desses conceitos, possibilitou maior entendimento em relação as palavras aos conceitos estudados durante a oficina. As atividades de abordagem complementar e colaborativa foram fundamentais para fomentar o aprendizado em um ambiente mais dinâmico e reflexivo.

Figura 20 - Associativa de palavras e conceitos

APÊNDICE A
 Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos
 Colégio Estadual Dr. Berlimdo Mamede de Oliveira – Anexo
 Componente: Linguagens Turma: Tempo Formativo I – Etapas II e III
 Profa: Patricia Vasconcelos – Colônia Penal de Simões Filho-BA Turno: Matutino
 DATA ____/____/2024 NOME _____
 Reflexão e produção do pensamento crítico.

A. Relacione cada temática a uma frase e socialize sua reflexão com o grupo.

1. Pensamento crítico	()	Somos todos iguais perante a lei.
2. Religião	()	Vivemos o mundo pela velocidade da informação.
3. Política	()	O respeito é a base para as boas relações humanas.
4. Sociedade moderna	()	Homem não chora
5. Educação	()	Tenho tantas perguntas para suas respostas...
6. Machismo	()	O conhecimento liberta.
7. Feminista	()	A miscigenação é o traço forte do povo brasileiro.
8. Igualdade social	()	Todo homem é lobo de si mesmo.
9. Igualdade de Gênero	()	A sapiência trouxe luz à humanidade.
10. Igualdade Racial		
11. Ética	()	Igualdade de oportunidade, direitos e deveres iguais.
12. Justiça social	()	Os carros param nos sinais e a pobreza se revela presente.
	()	Toda vez que uma mulher se defende, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres.

Fonte: Registro da autora, 2024.

O exercício constou com duas partes: uma de completar as palavras e outra associativa de frases e conceitos como ilustram as figuras 19 e 20. Ambas foram essenciais para construir um pensamento crítico conjunto e sólido durante a nova oficina.

A primeira atividade foi distribuída para completar a escrita apenas da palavra e a segunda frases e conceitos, partindo das partes pelo todo, evoluindo gradualmente o pensamento numa sequência que pode ser analisada à luz do pensamento dialógico de Paulo Freire, que enfatiza a importância da dialogicidade nas experiências e conhecimentos, promovendo uma construção coletiva do saber. Os educandos reagiram com satisfação comprovada nas falas dos educandos Sr. Cabeça: “Eu realmente gostei da parte de completar as palavras, aprendi palavras novas como estigmatizado”. Sr. Ted: “Tem coisas que não sabia, aprendi agora”. Sr. Jovem: “Senti que me ajudou a pensar certas coisas da justiça”.

Cada depoimento dos educandos reflete essa prática dialógica. O Sr. Cabeça, ao mencionar que aprendeu novas palavras, mostra como a interação na atividade enriqueceu seu vocabulário e sua compreensão do mundo. Já o Sr. Ted, ao reconhecer que adquiriu novos conhecimentos, evidencia que a proposta foi assertiva em despertar sua curiosidade. Sr. Jovem, por sua vez, ao afirmar que a atividade o ajudou a refletir sobre a justiça, demonstra uma transformação crítica que Freire considera essencial para a mudança dos indivíduos e seu entorno.

Freire (1986, p. 76-77), afirmou: “Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas

para mudar.” Ele ressalta que os indivíduos não são meros espectadores passivos da história, mas podem ser agentes ativos, influenciadores e transformadores em seus contextos.

Assim, a experiência vivida durante a atividade não só promoveu aprendizado, mas também possibilitou refletir de modo crítico, características centrais da educação proposta por Paulo Freire. A prática dialógica aqui não apenas enriqueceu o conhecimento, mas também fomentou uma análise da realidade, alinhando-se aos princípios de uma educação libertária e transformadora.

As atividades “Complete com a Palavra” e “Palavra e Conceito” promoveram reflexão crítica e o desenvolvimento da linguagem, pois ao escolherem uma palavra-chave, ou sentido da temática social, os participantes exploraram seu significado, usos e implicações em um rico debate. O debate das atividades “Complete com a Palavra” e “Palavra e Conceito” possibilitou aprendizado através da palavração, construção da ideia de significante, forma sonora ou escrita de uma palavra e significado, no conceito ou ideia que essa palavra nos reporta. Em conjunto, exercitamos o uso adequado, a contextualização a partir de temáticas sociais que envolvem inclusão, justiça e diversidade. Os educandos exploraram os significados e as implicações dessas palavras, sempre compartilhando experiências pessoais próximas a sua cultura. A discussão sobre “inclusão” destacou a importância de se colocar no lugar do outro, enquanto tema “justiça” fomentou as desigualdades ao longo da história. A palavra “diversidade” promoveu a valorização das diferenças e repúdio a discriminação. Esse diálogo rico culminou em um aprendizado crescente, participativo de análises críticas das realidades sociais históricas de nossa sociedade, sensibilizando os educandos para questões mais ou menos complexas, muitas vezes negligenciadas por desconhecimento ou pela manutenção de um status quo.

As partilhas de experiências no estudo das palavras e adequação no manejo das mesmas ampliaram o entendimento e o vocabulário para novas interpretações na compreensão de conceitos e vocábulos específicos relacionados à temática do gênero textual petição. Os educandos facilmente preencheram e partilharam em tom de disputa de opiniões para o encaixe correto das palavras e ideias. A palavra “justiça” provocou um debate caloroso sobre desigualdades e a necessidade urgente de reparação e igualdade no sistema, reconhecida na fala do educando Sr. Oclinhos que disse; “Sempre foi assim e não muda” enquanto “diversidade” levantou reflexões sobre a valorização das diferenças, denotando sinais de empatia entre os presentes, nitidamente percebida na fala de Sr. Cabeça quando disse: “Nós é por nós mesmo”.

Esses diálogos, falas carregadas de sentimento, também proporcionaram uma análise crítica das realidades sociais, incentivando a construção de um pensamento mais reflexivo, a chamada consciência crítica freireana, pois trouxe a sensibilização para questões que, muitas

vezes, passam despercebidas, promovendo um aprendizado revelador e coletivo, na busca por mudança relembro Freire (2022):

[...] “Que fazer? A realidade é assim mesmo”, seria o discurso universal. Discurso monótono, repetitivo. [...]. Tenho o direito de ter raiva de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga, tal qual tenho o direito de amar. [...] O amanhã não é algo pré-dado, mas um desafio, um problema. A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face à negação de direitos de “ter mais” (Freire 2022. p. 73-74).

A raiva como motivadora no enfrentamento às injustiças, é um elemento poderoso na conscientização da luta por mudanças significativas, por não aceitar passivamente a condição que lhe foi simplesmente imposta. Paulo Freire nos conclama através dessa indignação bem direcionada, a ter consciência que podemos catalisar e transformar a dor em crescimento, lograr vitória sobre as injustiças e nos fortalecer, agindo no coletivo em prol da humanidade que há em nós, pois vale lembrar que o futuro não é predeterminado, ele é desafio a se enfrentar com coragem e determinação.

A experiência de recapitular conceitos a partir de temas sociais e expressões recorrentes da última oficina, esta foi uma estratégia fundamental para solidificação da compreensão adquirida através do pensamento crítico. A exemplo das palavras como 1. Pensamento crítico, 2. Religião, 3. Política, 4. Sociedade Moderna, 5. Educação, 6. Machismo, 7. Feminista, 8. Igualdade social; 9. Igualdade; 10. Igualdade Racial, 11. Ética e 12. Justiça Social e foram todas relacionadas às demandas conhecidas da sociedade.

Cada uma delas foi discutida pelo grupo e associadas a frases ditas na sociedade como: Somos todos iguais perante a lei; Vivemos o mundo pela velocidade da informação; O respeito é a base para as boas relações humanas; Homem não chora; Tenho tantas perguntas para suas respostas; O conhecimento liberta; A miscigenação é o traço forte do povo brasileiro; Todo homem é lobo de si mesmo; A sapiência trouxe luz a humanidade; Igualdade de oportunidade, direitos e deveres iguais; Os carros param no sinal e a pobreza se revela presente; Toda vez que uma mulher se defende, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres. Ao lerem algumas frases como “Homem não chora”, foi facilmente compreendida e identificada a temática.

O estudante Caramelo mostrou as lágrimas que fez numa tatuagem em seu rosto e completou dizendo que não era fraco e chorava de raiva pela dor que sentia naquele lugar.

Novamente a indignação ressurge nas palavras de Sr. Caramelo reforçando o pensamento freireano da indignação da realidade que não é inexorável. Sr. Caramelo e sua tatuagem externam a dor emocional como forma de expressão pessoal, registrando sua amarga

experiência que marca profundamente sua identidade. O choro de raiva indica conflito, sua luta interior e, pela forma com que a compartilhou com o grupo, não denota uma emoção positiva, mas uma reação veementemente forte ao estereótipo tradicional que preconiza a ideia de que os homens devem esconder suas emoções para manter uma imagem de força. A arte simbólica impressa no rosto do estudante, por sua fala, manifestou sua emoção de dor na luta interna pelo sofrimento que ele disse estar passando e que vai além dos padrões tradicionais de sua masculinidade.

O conceito da masculinidade hegemônica, impacta negativamente tanto homens quanto mulheres, pois perpetuam repressão emocional e desigualdades de gêneros. Connell (2013), nos faz rever conceitos e padrões de perfis que reprimem as pessoas, causando traumas e violências:

O conceito de masculinidade hegemônica formulado há duas décadas influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Esse conceito possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade e estudos críticos dos homens) (Connell, 2013 p. 241).

Esse estudo nos permite pensar uma análise crítica das relações de poder e das situações de gênero, destacando como a masculinidade é construída socialmente.

De fato, a estigmatização desafia constantemente os grupos especialmente os mais vulneráveis, como as prisões, na perpetuação de rótulos de normas tradicionais. Nesse sentido faz-se necessário uma educação crítica sobre gênero, na garantia da empatia, da valorização dos sujeitos e inclusão pela diversidade.

O fato dele chorar “de raiva” sugere intensidade e conflito. A dor, no contexto do cárcere não é apenas física, mas também emocional e psicológica.

Na sequência do estudo, a frase “Somos todos iguais perante a lei” gerou alvoroço. O estudante Cabeça disse: “Tá escrito errado, professora! Devia ser desigualdade, porque a justiça não vê a gente desse mesmo jeito.” A turma concordou e seguiu o estudo de nova afirmativa. O estudante Jovem analisou mais três frases seguintes e disse: “Já identifiquei a 1, pensamento crítico: O conhecimento liberta e a política, na 3 com O respeito é a base para as boas relações humanas, e a 5 Educação que é resposta pra muita coisa. Tenho tantas perguntas para suas respostas confere professora?” Os colegas da turma se alegraram e o cumprimentaram por sua expertise.

Essa etapa do debate na sala de aula, iniciado pela frase “Somos todos iguais perante a lei”, a partir do educando Sr. Cabeça nos levou a questionar a real aplicação dessa igualdade,

refletindo sobre a desigualdade na prática da prisão, conectando-se ao pensamento de Freire, que acredita na educação que provoque a conscientização dos mesmos às injustiças. Sr. Jovem, ao reconhecer as frases que ressaltam a importância do conhecimento, do respeito e da educação como respostas, nos demonstrou pensamento crítico ressaltado por Paulo Freire essencial para a formação do cidadão consciente quando este nos afirma que: “[...] porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens”, podemos concluir que educar é um ato de amor, portanto, é um ato de coragem. Sendo aqui ressaltada a importância de um ensino que forme pessoas mais informadas, autores de sua história. Assim, as falas foram emancipadoras, promoveram ricas reflexões, pois como ainda ressaltado por Freire (2022, p. 108): “Não é o silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Inicialmente, o alvoroço gerado pela frase “Somos todos iguais perante a lei” se deu quanto a indignação e choque de realidade expressa por sr. Cabeça com olhar e impostação de voz que revelou um ceticismo à prática de justiça: “desigualdade” em vez de “igualdade”. Sua observação é a realidade vivida por muitas pessoas que não recebem um tratamento igualitário. A percepção da justiça na fala do estudante sr. Cabeça questiona o sistema legal que pode agir muitas vezes de maneira injusta na aplicação das leis. Sua crítica é uma chamada para a reflexão do sistema de justiça quando o estudante disse com indignação: “Tá escrito errado, professora! Devia ser desigualdade, porque a justiça não vê a gente desse mesmo jeito”.

Os pensamentos sobre crítica à desigualdade social e a importância da educação para a transformação foram bastante interessantes, especialmente pelas falas como a do Sr. Cabeça que destaca a discrepância entre o ideal e o real da lei e da realidade vivenciada por muitos, ecoando seu entendimento quanto as injustiças percebidas ao seu redor. Sr. Jovem, ao mencionar que “o conhecimento liberta”, nos remeteu mais uma vez o oprimido de Freire que busca na educação meio de empoderamento e vitória frente às injustiças. Todas as reflexões ilustraram e casaram coletivamente o saber crítico fundamental para a formação do grupo.

À medida do entendimento e acertos uma onda de empolgação tomou o ambiente e a turma seguiu esclarecendo e deduzindo conceitos, no entanto foi preciso esclarecer as palavras feminista, miscigenação e sapiência, bem como o termo ética e religião. A primeira para diferenciar como ação positiva, um ativismo contra o machismo. A segunda palavra como resultado da fusão de povos, no Brasil específico pelos três povos originários, a sapiência como sabedoria e ética como respeito moral.

Foi necessário conceituar termos como "feminista", "miscigenação", "sapiência", "ética" e "religião" para buscar uma compreensão mais profunda e consciente das discussões sugeridas pelo baixo letramento aqui identificado e trabalhado nesse estudo. Essa prática do

diálogo promoveu uma atmosfera de concentração e respeito ao saber. Quanto a isso, Ferreiro (1985, p. 57) enfatiza que “a linguagem é uma construção social que se aprende e se transforma ao longo do tempo”, nesse propósito nomeamos e discutimos conceitos para a construção de relações sociais. Como fruto do esclarecimento dos termos, criamos assim as bases para fundamentar o processo par o pensamento crítico coletivo. Isso também é salientado por Ferreiro que argumenta que a educação deve ser um espaço de reflexão e diálogo, segundo a autora, “o conhecimento se constrói por meio da interação e da troca”.

A autora complementa que, a alfabetização [...] não provém de métodos de como ensinar a ler e a escrever, mas sim de como se aprende e destaca: “(re)constroem o conhecimento sobre a língua escrita por meio de hipóteses que formulam para compreender o funcionamento desse objeto de conhecimento” (Ferreiro, 1985, p. 57). E por fim a definição de conceitos se tornou uma ferramenta facilitadora na promoção do entendimento do processo ensino aprendizagem com empatia e compreensão mútua.

No quesito religião, a definição da mesma foi diferenciada pela professora da palavra religiosidade. A professora explicou a diferença entre ambas como a religião ser uma estrutura institucional, com dogmas, textos sagrados, líderes espirituais em uma comunidade de fiéis que seguem suas doutrinas. A exemplo citou o Cristianismo, Islamismo, entre outras. E a religiosidade como práticas e experiências espirituais individuais de expressão da fé e da devoção pessoal, independentemente de uma organização religiosa, como as de matrizes africanas. Esta atividade desenvolveu diversos aspectos educacionais, sociais e pessoais, trouxe grande participação, que fomentou uma disputa sadia para maior número de acerto e possíveis dúvidas da sequência dos números.

A necessidade de esclarecer conceitos simples para adultos com baixo letramento, revela muitas questões e vários desafios a partir de políticas públicas mais proativas e transformadoras, que não apenas atendam às necessidades imediatas das pessoas, mas ofereçam mais programas, acessibilidade que não limitem a participação das pessoas mais vulneráveis, pois a falta de educação (proficiência) contribui para a exclusão social.

O esclarecimento de conceitos simples para adultos com baixo letramento é fundamental para seguir promovendo a inclusão social. Magda Soares (2013, p. 45) ao argumentar que “a alfabetização deve ser vista como um processo de formação de indivíduos críticos e participativos” nos enfatiza a necessidade de políticas públicas mais proativas, que ofereçam acesso e se moldem às realidades desses sujeitos promovendo a inclusão.

A clareza na comunicação é fundamental para promover a participação cidadã no combate às persistentes desigualdades sociais e educacionais. É preciso mais investimento em

educação para que todos possam exercer seus direitos e deveres. Como evidenciamos pelo desconhecimento dos termos aqui esclarecidos.

Essa clareza no diálogo é realmente importante para a construção do cidadão, aqui em especial as pessoas em privação de liberdade, ausentes de informação, com limitado vocabulário, insuficiente estímulo familiar e formativo, mediante os diversos desafios de suas trajetórias diários, sociais e educacionais. Magda Soares (2013, p. 72) nos acrescenta: "a falta de entendimento sobre conceitos fundamentais pode limitar o exercício da cidadania e perpetuar a exclusão". Portanto, podemos concluir que é necessário investir em educação para que haja exercício pleno da cidadania, ao esclarecer os termos e conceitos, viabilizou-se compreensão de questões que afetam suas vidas.

Ainda nessa atividade, a frase "Os carros param nos sinais e a pobreza se revela" trouxe a experiência de sr. Ted que disse ter vendido no sinal e ser confundido com um assaltante por causa de sua cor de pele, ou ainda sua revelação de sempre ser perseguido ou monitorado em sua ida a um supermercado, o que denuncia e expõe as marcas do racismo estrutural. E que perguntou ao grupo: "Por que será que isso acontece? E ele mesmo respondeu: Porque sou negão, se fosse um playboy branco não ia ser assim". A turma ouviu o desabafo e se solidarizou com o colega.

Sr. Ted nos evidencia o racismo estrutural e suas manifestações cotidianas, claramente perceptível no tom de sua analogia que seguiu ressaltando o quanto pode afetar a autoestima e a sensação de injustiça entre indivíduos negros. Bell Hooks (2005, p. 4), ao afirmar que "o racismo não é apenas um problema individual, mas uma questão que permeia a estrutura da sociedade", descortina e releva a dimensão da temática no mundo. A fala do educando provocou pensar no quanto o racismo está enraizado nas estruturas sociais e políticas de nossa sociedade. Essas reflexões ajudam a compreender as experiências de discriminação vividas por sr. Ted e a necessidade de abordar coletivamente as causas do racismo para promover mudanças significativas na sociedade, o que permitiu recordar por seus colegas, as diversas formas de racismo velado presenciado ou vivido por eles.

Na comparação dele, sr. Ted negro retinto e seu colega Sr. Profissão perigo de pele bem clara, este afirmou ser diferente o tratamento a ambos. Evidenciamos que essa diferença de tratamento pode afetar o psicológico dos indivíduos com sentimento de injustiça e baixa autoestima. Essa fala nos remete a autora Flauzina (2017) pelo estudo de maior incidência de corpos negros na prisão e pela importância desse depoimento.

Vários autores discutem as questões raciais e sociais em um estudo de construção histórica que afeta os indivíduos. A exemplo de Sílvia Almeida (2018) defende que o racismo

vai além do preconceito individual, sendo uma estrutura histórica que organiza a sociedade e perpetua desigualdades, para ele essa construção impacta a autoestima e a percepção do que é justo para os indivíduos: “O racismo não é apenas um preconceito individual, mas uma estrutura que organiza a sociedade e perpetua desigualdades” (Almeida, 2018, p. 42).

O Sr. Cabeça disse em seguida que isso é comum e completou: “na comunidade periférica, pegar um negro, dar como preso e some”. A fala de Sr. Cabeça relacionou uma possível situação de violência policial e racismo ao contexto de comunidades periféricas, incluindo prisões arbitrárias e violência contra pessoas negras. A expressão “pegar um negro, dar como preso e some” sugere um cenário em que a polícia prende alguém de forma injusta e, posteriormente, essa pessoa desaparece ou é tratada de forma truculenta.

A truculência, violência policial por racismo nas comunidades periféricas, citada pelo Sr. Cabeça, relaciona o pensamento freireano, que discute como a opressão se manifesta nas relações sociais e trouxe à discussão pela ótica de Bell Hooks (1981, p. 11), quando também aborda a interseccionalidade do racismo e da violência. Ao abordar a opressão sofrida por mulheres negras, ressalta a frequente violência policial e o racismo institucional que se entrelaçam, perpetuando um ciclo de opressão que afeta desproporcionalmente as comunidades negras.

As experiências de discriminação enfrentadas por negros brasileiros, trazida na fala dos educandos, em suas comunidades, podem ser diretamente ligadas às críticas de Bell Hooks sobre a marginalização das vozes negras dentro do feminismo e em outros espaços sociais. Hooks argumenta que as perspectivas das mulheres negras são frequentemente desvalorizadas, e desacreditadas. Ela afirma: “As experiências de mulheres negras são muitas vezes vistas como um tipo de conhecimento inferior” (Hooks, 2019, p. 45). Essa desvalorização também se reflete na vivência dos negros nas comunidades brasileiras, onde a cor da pele determina não apenas inferioriza, na percepção social, mas também no tratamento recebido segundo a perspectiva no relato do educando. Lamentavelmente, as discriminações nas comunidades revelam um sistema de hierarquia racial que marginaliza indivíduos baseados em sua cor, sua aparência, destacando como a sociedade perpetua estigmas raciais que excluem em uma segregação histórica, acentuando a cor das prisões.

São todos fortes relatos contra o sistema de justiça e às práticas policiais pela ótica dos participantes. A reflexão se limitou a conjecturas de suas vivências de desigualdade social e racial. A pesquisadora seguiu perguntando o que enfim eles entendiam sobre pensamento crítico, a leitura do mundo, leitura dos livros, autonomia e direitos humanos. Foi preciso analisar por partes, mas o estudante Jovem de repente se antecipou e disse: “É o que a gente tá fazendo

aqui agora, professora. A leitura nos leva à sabedoria que nos traz o pensamento crítico pra ter autonomia e saber mais sobre nossos direitos e fazer a nossa petição”. A turma se alegrou, bem como a pesquisadora e bateram palmas. O destaque para a escrita das petições trouxe uma carga de emoção e empolgação para o grupo. Complementado na fala de sr. Ted que disse: “Ter autonomia para escrever minha petição e ir embora desse lugar”.

O empoderamento e reflexão crítica entre os participantes, favoreceu que se apropriassem do conhecimento como uma ferramenta de autonomia, resistência na luta contra seus desafios diários na prisão e na vida. As reflexões enriqueceram os conceitos de letramento e educação libertadora propostos por Paulo Freire, Magda Soares e Emília Ferreiro. Para Freire por enfatizar a importância da consciência crítica para a transformação social, visivelmente trazida na fala do educando Sr. Jovem sobre como a leitura leva à sabedoria e ao pensamento crítico, basilar. Esta pesquisa coadunou o processo educativo e seu ato libertário em muitos momentos aqui descritos, sendo este um deles, visto que, a partir do momento em que os educandos compreendem que a leitura e a escrita não são apenas habilidades mecânicas, mas ferramentas de intervenção na realidade, eles comprovam que nada foi feito em vão, pois se tornam agentes de sua mudança.

Sobre letramento, Soares e Ferreiro ampliam essa discussão ao abordarem como a prática da leitura e da escrita é fundamental para a inclusão social e argumentam que letramento vai além do domínio da técnica de ler e escrever, pois envolve também a capacidade de interpretar e agir no mundo real. Sr. Ted, ao expressa o desejo de ter autonomia para escrever sua petição e sair de um lugar de opressão, vivifica a proposta de ambas as autoras sobre a relação entre letramento e emancipação.

Nesse cenário efervescente de reflexões, a turma discutiu a escrita das petições como um momento de construção de identidade e luta por direitos essenciais, constitucionais. Isso reafirma que a prática da escrita pode ser um ato de resistência, de forma a reivindicar dignamente por justiça. Essa conexão, direitos humanos, leitura e escrita foi essencial para o desenvolvimento de do proposto regado e tão discutido por Freire, Soares, Ferreiro, dentre outros, destacando a relevância de uma educação que promova a autonomia e cidadania. A atividade de escrita das petições é compreendida como mais do que um exercício prático, mas também como forma de empoderamento para os educandos, que passam a se ver como protagonistas, agentes dessa mudança.

A criticidade da atividade provocou uma leitura de mundo e pensamentos muito enriquecedores a destacados na frase do estudante Jovem: “É o que a gente tá fazendo aqui

professora. A leitura nos leva a sabedoria que nos traz o pensamento crítico pra ter autonomia e saber mais sobre nossos direitos e fazer a nossa petição”.

A frase de Sr. Jovem — “A leitura nos leva à sabedoria que nos traz o pensamento crítico pra ter autonomia” — ecoa Freire sobre a educação como um processo de libertação, onde a leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para a construção da autonomia e da cidadania. Essa discussão como um todo se conecta profundamente com as ideias de Paulo Freire por enfatizar a importância da conscientização e da leitura crítica do mundo. Soares e Ferreira reforçam essa perspectiva sobre a relação entre alfabetização e empoderamento. Desse modo, ao compreender a prática da escrita das petições não apenas como um exercício, desenvolveram, através dela, a capacidade de analisar e avaliar informações com criticidade latente, não sendo apenas uma educação que informa, mas que também transforma.

Este momento em particular trouxe grande satisfação e alegria, pois se o estudante externou esse entendimento e o desejo de elaborar uma petição, compreendendo seu desenvolvimento, para aprimorar sua capacidade de analisar e avaliar informações, de forma lógica e com autonomia, ele poderá defender seus próprios direitos, sendo assim, um bom sinal que a prática educativa está se corporificando. Quando o momento de produção textual, gerou satisfação e alegria, foi um indicativo claro de que a prática estava se consolidando na essência de uma educação defendida por Freire, de não apenas transmitir conhecimento, mas fomentar a reflexão, crendo na ação em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

A leitura é encontrada apenas na escola, nos livros? O silêncio trouxe introspecção e a discussão sobre leitura isto revela e confirma que esta perpassa as fronteiras da escola e dos livros. Dando sequência, ao considerar a pergunta: “A leitura é encontrada apenas na escola e nos livros?” Pairou um silêncio no grupo, como que para maturar a resposta. Como bem destacou Franco (2005), é essencial que o pesquisador observe atentamente os símbolos, gestos, risos e até o silêncio, aqui observado como para indicação da introspecção que revela a complexidade do tema. Quebrando o silêncio. Sr. Cabeça disse veementemente não gostar de ler, mas sabia que é importante para não ser passado para trás, exclamou. Jogador e Itinga disseram ter dificuldade para entender algumas coisas.

Sr. Ted disse que a leitura faz uma diferença enorme no seu dia a dia na prisão, que a escola tem lhe ajudado a melhorar seu psicológico e favorece pensar coisas boas. “Não é questão de gosto é de precisão. Faz a diferença, olha pra mim”. A turma gostou de ouvir seu testemunho e aos risos agradeceu o café que é servido por ele no decorrer das aulas. O estudante riu com satisfação e disse em tom de brincadeira que quando sair da prisão abriria uma cafeteria.

O depoimento dos educandos, especialmente do Sr. Ted, ilustra a importância da educação como ferramenta de ressocialização e autodescoberta, altamente significativo em um contexto de privação de liberdade, corroborado por Sr. Cabeça ao reconhecer a leitura como uma necessidade para evitar enganos. Ambos nos revelam como a educação contribui, inclusive, para a sua saúde mental, reafirmando o pensamento do valor da educação como um direito fundamental, mesmo dentro do sistema penitenciário, a educação não deve ser vista apenas como uma obrigação, mas um direito constitucional, também, garantido entre os muros da prisão.

Essa visão dos educandos faz menção, ao que fora dito por Tymothy Ireland (2011), que o encarceramento priva as pessoas da convivência social normal, mantendo-as afastadas da sociedade. Em contrapartida, a educação pode ofertar aos educandos formação e esperança no futuro, através do estudo e da leitura, pelo conhecimento que lhes possibilite alcances inimagináveis para uma provável reintegração mais efetiva e digna. Ireland destaca essa ideia quando afirmar que:

A educação busca contribuir para a plena formação e a libertação do ser humano, enquanto o encarceramento visa privar as pessoas da convivência social normal e mantê-las afastadas do resto da sociedade. No entanto, ao perder a sua liberdade, a pessoa presa não perde o seu direito à educação e a outros direitos humanos básicos. Como componente fundamental do processo de ressocialização, a oferta de educação para a população carcerária – em geral, jovens com baixa escolaridade e precária qualificação profissional – não pode se restringir à escolarização e precisa ser articulada com outras ações formativas e assistenciais. (Ireland, 2011, p. 19)

Nessa perspectiva, o autor nos salienta que a educação para a população presa deve ir além da simples escolarização, pela necessidade de ações complementares, sejam formativas ou assistenciais por serem fundamentais para atender às demandas específicas dos sujeitos com baixa escolaridade ou nenhuma qualificação. Por consequência, a leitura e a educação se tornam instrumentos de libertação e autovalorização, permitindo que os indivíduos reflitam sobre suas vidas e aspirações, promovendo uma transformação que pode contribuir para sua reintegração social.

De fato, apesar do encarceramento, aos educandos deve ser garantida a efetivação desses direitos, muitas vezes negligenciados e que tanto podem contribuir para a saúde mental como para o desenvolvimento pessoal. Além de proporcionar conhecimento, a educação deve ser acompanhada de ações, programas de governo, que atendam às necessidades da EJA, promovendo oportunidade de uma verdadeira transformação.

Freire (1987, p. 93) afirma que “a escola deve ser um espaço de diálogo e reflexão, onde educadores e educandos trocam saberes e experiências”. Nesse sentido, a presença da escola nas prisões não apenas oferece um ambiente de aprendizado, também oferece partilha de saberes. Pelo processo educativo, os educandos confrontam, no campo das ideias, suas realidades, desenvolvem novas habilidades para o pós grades.

Este “renovo” em suas vidas, é muito importante. Pereira (2009) afirma que a educação é crucial para a formação do ser humano e que, para os presos, estudar pode dar um novo sentido às suas vidas, bem como ao se reabilitarem, eles podem usar os conhecimentos adquiridos para se reintegrar na sociedade. O autor enfatiza que a escola deve ser vista positivamente, incentivando os sujeitos a voltarem a estudar, já que muitos abandonaram a educação por diversas questões socioeconômicas e busca de trabalho. Sendo assim, a educação é realmente uma ferramenta vital para transformação e reintegração.

A fala de sr. Cabeça “para não ser passado para trás”, exaltou a necessidade de aprender e se desenvolver consciente. Voltando a fala “Não é questão de gosto é de precisão” O testemunho de Sr. Ted, é de ter encontrado na leitura uma forma de melhorar seu bem-estar psicológico e cultivar pensamentos positivos.

Lourenço Filho (2018) a partir de sua passagem no cárcere, se utiliza da escrita de forma a registrar sua experiência e revelar seus sentimentos de angústias e conquistas em relação ao cárcere. De maneira mais geral, ele fala sobre como a leitura no cárcere pode ser uma forma de ressignificação da experiência prisional, promovendo reflexão e construção de identidade. O autor destaca a importância da leitura dentro do ambiente penitenciário, pois argumenta que a leitura pode ser uma forma de resistência e autoafirmação para conhecimentos e novas perspectivas. Através da literatura, eles conseguem se conectar com outras realidades, desafiar a narrativa de desumanização imposta pelo sistema. A leitura, portanto, se torna uma ferramenta de empoderamento e humanização. Como externou Lourenço:

O que eu queria, naquele dia, era que alguém me escutasse e me tirasse da prisão. Não que eu deixasse de cumprir a pena, mas que ao menos me permitisse sair para estudar. Minha luta não era por fuga, ou pela evasão das responsabilidades penais, era simplesmente para ver cumprida uma questão legal em torno da garantia de acesso ao ensino e ter a oportunidade de sair para cursar a faculdade (Lourenço Filho, 2018, p. 129).

O desejo profundo expresso na fala por liberdade e educação, enfatiza a importância do acesso ao ensino mesmo em circunstâncias de privação de liberdade, pois revela uma luta não apenas por direitos individuais, mas por uma questão legal que garante a todos a oportunidade de estudar mesmo preso. Além disso, o desejo de ser ouvido indica a busca por reconhecimento

e apoio em um contexto de vulnerabilidade latente. Essa perspectiva dos direitos educacionais, ressalta a relevância do estudo, da leitura dentro do sistema prisional.

A resposta sincera de sr. Cabeça de não gostar de ler, foi importante para entender a relação de ter dificuldade ressaltada por Sr. Jogador e Itinga e até mesmo a necessidade ou até gosto de ler ditas por sr. Ted em “Não é questão de gosto é de precisão. Faz a diferença, olha pra mim”.

Mais uma vez a “leitura do mundo” por Paulo Freire, sendo fundamental para a “leitura da palavra”, pode ser aplicada nessa discussão devido a pouca instrumentalização da língua, conforme o depoimento dos educandos, Sr. Jogador e Sr. Itinga: “tenho dificuldade pra entender algumas coisas”, limitando a capacidade de interpretar e entender o mundo ao seu redor, tornando a ausência da leitura um grande desafio.

Realmente a leitura é uma ferramenta poderosa de alcance inimaginável em contextos de vulnerabilidade. Esse testemunho sublinha o valor da leitura no desenvolvimento pessoal e emocional do indivíduo, oferecendo uma perspectiva rica e de impactos imensuráveis. Que resalto “Faz a diferença, olha pra mim”. Uso acentuado da palavra “precisão” da leitura apontou o lugar de valor da leitura respondida pela maioria no questionário estruturado. Além disso, a conversa entre os participantes sobre a dificuldade em entender textos e A distinção feita entre gostar ou não de ler e a importância da leitura, é uma reação positiva ao entendimento do aprendizado da turma ao que compartilhou sr. Ted de sua experiência pessoal.

A fala de Sr. Ted coaduna plenamente com a afirmação de Soares (2003, p. 15), “Ler e escrever não são apenas habilidades individuais, mas práticas sociais que influenciam a construção do conhecimento e a formação de identidades”. Essa afirmação nos faz pensar as práticas profundamente enraizadas no contexto social e cultural em que vivemos, pois nos ajuda a entender que a leitura e a escrita não apenas facilitam a comunicação, proficiência, mas também moldam nossa forma de olhar e entender o mundo para interagir com ele.

Assim, também Soares (2020), aborda que essa defasagem não apenas compromete sua formação linguística, mas também os torna mais vulneráveis e excluídos da sociedade. Esse pensamento, enfatiza a importância de desenvolver competências que vão além da decodificação de palavras, quando afirma:

A leitura deve ser vista como um processo social e cultural, fundamental para a construção de significados e para a interação com o mundo. Portanto, a falta de uma leitura crítica e reflexiva não apenas prejudica a capacidade de compreensão, mas também limita a formação de cidadãos engajados e conscientes (Soares, 2020, p. 45).

Portanto, as perspectivas de Freire e Soares nos conduzem a concluir que a educação deve buscar formas de instrumentalizar os educandos, promovendo uma prática pedagógica que valorize tanto a leitura da palavra quanto a leitura do mundo. A escrita de suas petições é um começo para combater a alienação e fomentar o pensamento.

Seguindo ainda o tema leitura, a pergunta. “E se lê só nos livros?” A turma quis esclarecer que não, porque a vida também ensina e era preciso estar atento para entender seus recados. Sr. Ted disse: “A gente pensa o tempo todo, né isso? Então a gente lê”. Nesse momento um ouvinte disse: “Eu só obedeco, aprendi assim.” A professora lhe perguntou se sua mulher lhe mandasse fazer algo várias vezes, ele seguiria obedecendo ou pararia para pensar sua ação? O estudante contribuiu na oratória dizendo que talvez sim, questionaria sua mulher, mas pelo hábito obedeceria de imediato.

Nesse momento da discussão em torno da diferença entre seguir ordens e desenvolver um pensamento crítico pela fala do educando, nos remeteu Freire pela importância da reflexão crítica e da autonomia no processo de aprendizado, que é fundamental para o crescimento pessoal e a compreensão do mundo. Esse tema nos remete ao que fala Freire sobre os saberes existirem, não havendo nem mais nem menos saberes e nos lembra que o aprendizado envolve um diálogo e não se limita à obediência passiva. Em uma reflexão ativa sobre as coisas da vida e dos conhecimentos em geral, Freire sempre defende que a educação deve ser um processo de conscientização, nesse viés, os indivíduos se tornam pessoas atuantes com ações e decisões.

O fato de o estudante mencionar que “obedeceria de imediato” sugere uma tendência a aceitar as coisas como são, sem uma análise crítica. Indicando uma mentalidade mais passiva pela falta de hábito de questionar e refletir, contra a promoção do pensamento crítico e da autonomia. A turma riu e ao mesmo tempo permaneceu reflexiva.

Numa atitude contrária, ainda dentro da discussão, sr. Jogador disse que opinava para não deixar passar sua vez, Sr. Hollywood disse que o pensador tem que ter argumento e Sr. Ted complementou: “e depois concluir sozinho. Eu mesmo quero fazer minha própria petição para sair desse lugar”.

Essas falas ilustram a relevância do pensamento crítico e da autonomia no processo educativo trazida por Freire nos ensinamentos sobre o valor do diálogo no ensino aprendizagem. Essa construção coletiva de conhecimentos é essencial para a emancipação dos educandos.

A fala de Sr. Hollywood: “O pensador tem que ter argumento”, enfatiza a importância da argumentação e do pensamento crítico para que realmente a reflexão e a capacidade de argumentar permita aos educandos entenderem e questionar a realidade. O que Freire nos confirma: “A educação deve ser um ato de amor, de coragem, de humildade, mas também de

diálogo” (Freire, 1987, p. 92). Sr. Ted concluiu dizendo “E depois concluir sozinho. Eu mesmo quero fazer minha própria petição para sair desse lugar. ” Essa declaração nos alegra e reflete um desejo por autonomia. O desejo de “fazer minha própria petição” demonstra a busca pela liberdade e pela capacidade de tomar suas próprias decisões. Isso endossa a luta de Freire por uma educação não deve ser um ato de opressão, mas um caminho para a emancipação.

A resposta da turma de que não se aprende só nos livros, sugere uma reflexão quanto aos ensinamentos encontrados nos livros, mas também na fonte da vida cotidiana com suas experiências, ressaltada na frase “a vida também ensina”. De fato, o aprendizado não se limita à leitura de textos escritos, as lições do dia a dia, suas situações e desafios, oferecem também lições valiosas para compor entendimento do mundo e de si.

A afirmação “não se aprende só nos livros” trouxe o pensar de outros ângulos, não só pela leitura e escrita. John Dewey (1979, p. 78) em sua abordagem sobre a experiência prática, argumenta que esta é essencial para a aprendizagem significativa, afirmando que “a educação deve ser baseada em experiências reais”. Paulo Freire (1996, p. 77) complementa e destaca a importância do diálogo e da conscientização, enfatizando que “o conhecimento é construído através das interações com o mundo e não apenas pela absorção de conteúdos”.

Ambas as afirmações são amplamente respaldadas pelos autores que enfatizam a importância de experiências práticas e interações significativas dentro do processo educativo. Sendo assim, constatamos a aprendizagem rica a partir das falas dos educandos por experiências reais, que tornam o conhecimento mais relevante e aplicável no cotidiano. Freire complementa essa ótica quando destaca o papel do diálogo e da conscientização, perceptível no diálogo entre os participantes da pesquisa em suas interações e reflexões coletivas. De fato, como sugerido pelos autores, entendemos melhor o conceito de educação integrando teoria e prática e ressaltando que a vida cotidiana é uma fonte rica de aprendizado de nós mesmos e do mundo.

Essa ideia encoraja teoria e prática a atuarem concomitantemente para um aprendizado mais completo, enriquecido não apenas pela teoria, mas também pela prática de suas vivências, que de verdade se materializou em ler a tudo e a todos na fala de Sr. Ted quando disse: “A gente pensa o tempo todo, né isso? Freire (1996, p. 25) afirma que “a prática educativa, quando não é reflexiva, não é verdadeira prática”. Essa afirmação de Freire ressalta a necessidade de uma interação constante entre teoria e prática para um aprendizado mais significativo.

O pensamento constante e a tomada de decisões estão intrinsecamente ligados ao processo de conscientização mencionado por Freire. Ao refletir sobre nossas escolhas, não apenas avaliamos situações e consequências, mas também desenvolvemos uma compreensão crítica da do que está a nossa volta. Esse raciocínio é essencial na prática educativa reflexiva,

que Freire defende como fundamental para um aprendizado significativo. Esse processo de reflexão e análise, alinha-se a proposta de Freire de uma educação que não seja apenas transmissora de saberes, mas que promova transformação social.

Ao atuarem concomitantemente para um aprendizado mais completo, traz riqueza não apenas pela teoria, mas também pela prática de suas vivências, que de verdade se materializou em ler a tudo e a todos.

A discussão do estudante que contribuiu na oratória dizendo: “Eu só obedeco, aprendi assim.” Como um sinal de condicionamento ou subserviência, esta fala, provocou o grupo a pensar na ação, e imaginar que poderiam mudar sua postura e passar a questionar como contribuiu sr. Hollywood dizendo que o pensador tem que ter argumento e sr. Ted na fala: “e depois concluir sozinho. Eu mesmo quero fazer minha própria petição para sair desse lugar”, endossando o que Paulo Freire nos faz refletir em sua pedagogia crítica.

Por esse motivo essa busca por ação individual e reflexão crítica está profundamente alinhada com a pedagogia de Paulo Freire, que enfatiza que “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1996, p. 87). O pensamento ressalta que a transformação e mudança individual. Assim, o grupo foi incentivado a não apenas aceitar passivamente a autoridade, mas a se preparar melhor na construção de seu próprio caminho.

A fala do educando “Eu só obedeco, aprendi assim” reflete um condicionamento que o limita a essa postura de subserviência, isso instigou o grupo quanto ao questionamento sobre sua pouca atitude. Em contrapartida, a fala de Sr. Hollywood “o pensador tem que ter argumento”, destaca a importância da argumentação e da crítica, fundamentais para o desenvolvimento e questionamento essencial para desafiar a obediência cega e atuar no mundo.

Perante a afirmação do sr. Ted, “eu mesmo quero fazer minha própria petição para sair desse lugar”, este revela um desejo de autonomia e autoafirmação, marcado pela força da expressividade. Novamente Freire presente, na busca por ação individual e reflexão crítica.

Certamente as palavras e o conhecimento teórico fornecem uma base para interpretar e analisar experiências. O discernimento mais crítico possibilita uma leitura melhor para se fazer escolhas mais conscientes.

Freire (1982, p. 22) acredita que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade daquele”. Nesta afirmação Freire nos leva a entender que a experiência vivida pelos educandos não pode ser ignorada, é essencial para que possam interpretar e dar significado ao seu aprendizado. Suas experiências individuais contêm profundidade, especialmente quando os educandos reconhecem suas vivências na construção

desse conhecimento, eles notam pertencimento, se fortalecem de forma coletiva pela partilha de saberes tão valiosos a contribuir com a coletividade por suas diversidades.

Dando seguimento foi perguntado: Então quem lê mais sabe mais? Sr. Gigante disse: “Depende, se for das palavras concordo, mas se for da vida, já é diferente.” Sr. Cabeça disse: “mas pra entender melhor a vida as palavra ajuda, pra o cara não se deixar enganar”. O grupo encerrou a discussão se deu por satisfeito. A colocação de Sr. Gigante ao dizer: “Depende, se for das palavras concordo, mas se for da vida, já é diferente”, sugere que além de adquirir conhecimento, a sabedoria de vida é necessária para a compreensão da vida real. Sendo aqui refletida e ressaltada o valor da prática e das vivências por eles adquiridas. E que sr. Cabeça complementou, “mas pra entender melhor a vida as palavra ajuda, pra o cara não se deixar enganar”. Esse argumento valoriza a importância de ler as palavras para entender melhor a vida e evitar seus enganos.

Mais que ler é atuar politicamente. A alfabetização é vista por Freire como um ato político, pois forma os indivíduos a entender e questionar a realidade e isso implica que ler e escrever não são apenas habilidades, mas ferramentas de transformação social. Como analisa Freire ao escrever:

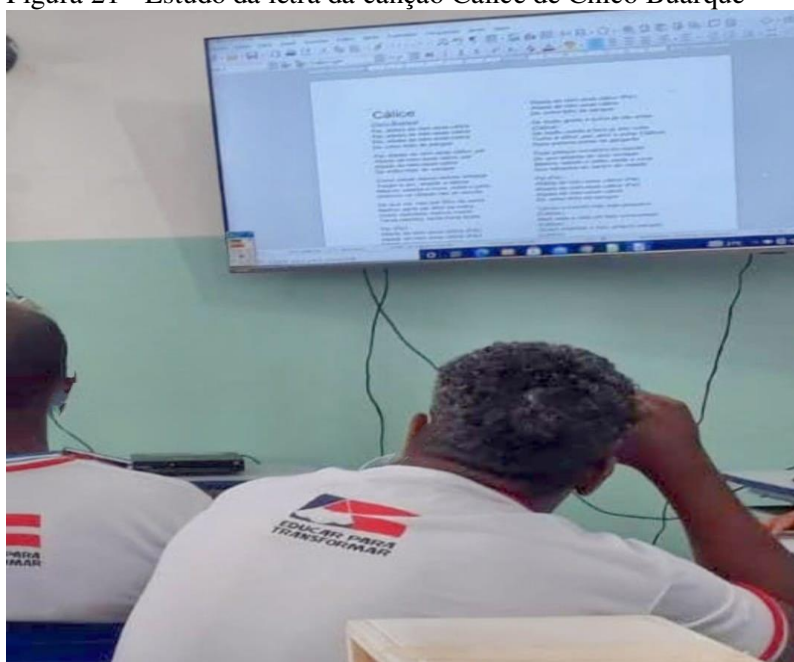
Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos educandos escondiam muito mais do que desvelam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra. Agora já não é mais possível texto sem contexto (Freire 1982, p. 35).

Com essa mudança de paradigma, a alfabetização de adultos se torna um espaço de resistência e emancipação. Em vez de serem meramente captos passivos de conteúdo, os educandos se tornam protagonistas, como nesta pesquisa por sua produção autoral na feitura de suas petições, evoluindo seu nível de proficiência resistindo na luta por justiça.

Obviamente, as palavras e o conhecimento teórico fornecem uma base para interpretar e analisar experiências. O discernimento mais crítico possibilita uma leitura melhor para se fazer escolhas mais conscientes. Finalizada essa etapa a oficina ficou de ser retomada no período da tarde, visto que a discussão se delongou com muitas participações. Ao retornar as atividades do dia, na parte da tarde, a oficina de número dois, após registro dos presentes e distribuição de uma merenda, a professora convidou a turma para acompanhar a letra da canção Cálice de Chico Buarque e um vídeo da versão Cálice como extensão da letra de Chico Buarque. A letra foi acompanhada em áudio e impressa para destaque de palavras, reflexão sobre o

contexto político da época, da temática da opressão no campo das ideias políticas e do comportamento da sociedade naqueles dias. Já versão do Rapper foi acompanhada em vídeo. Ressaltou-se a utilização de características e linguagem nas duas versões, bem como fez-se alusão apropriada a adequação ao contexto. Na análise comparativa das versões da canção "Cálice", o objetivo era assegurar coesão e coerência, utilizando conectivos que facilitem a comparação e o contraste de forma lógica evidenciados nos textos orais e escritos. A seguir a imagem (Figura 21) do momento de estudo da canção e acompanhamento da letra em diferentes mídias.

Figura 21 - Estudo da letra da canção Cálice de Chico Buarque



Fonte: Registro da autora, 2024.

A análise da letra da canção “Cálice” do músico e compositor brasileiro, Chico Buarque, e a extensão da temática da canção na atualíssima composição de Cálice pelo Rapper Criolo, propôs pensar o ontem e o hoje, trouxe comoção e uma reflexão profunda no comparativo de ambos os contextos de época. Para Freire, "a consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada". (Freire, 1967, p. 105)

Essas reflexões caracterizam a necessidade de si ter consciência crítica, que segundo Freire é a capacidade de perceber e entender a realidade como ela realmente é, levando em conta suas causas e contextos reais. Já a consciência ingênua é aquela que acredita que pode

interpretar os fatos apenas de acordo suas próprias ideias superficiais. Assim é preciso buscar compreender o mundo de maneira mais profunda e realista.

O vídeo da canção de resposta e homenagem a Cálice Chico Buarque, pelo rapper nordestino Criolo⁶, trouxe uma versão uma atualização do contexto político e social vivido pelo povo pobre das periferias. Todos assistiram em total silêncio e pairou uma carga de emoção durante a exibição do vídeo. Sr. Cabeça assistiu comovido e disse: “muito forte, professora, nesse mundo você pode ser prego, o que for, mas se você não tem isso aqui (apontou para a cabeça), você não tem nada. E, ao dizer isso, ele se levantou da cadeira com rompante. Seguiu dizendo: “O mundo dá valor ao dinheiro, mas você pode ter valor se tem uma mente brilhante, você passa a ter algum valor”.

A respeito da violência, Foucault (1979, p. 215), afirma: “a violência é sempre um produto de uma estrutura de poder”, destacando como as normas sociais e políticas legitimam algumas formas de violência, enquanto também deslegitimam outras, sugerindo que isso possa significar que as estruturas de poder não apenas regulam a violência, mas também conduzem a percepção que a sociedade tem dela, marginalizando uns e mantendo o status quo de outros.

A partir dessa análise, a fala do Sr. Cabeça reflete o símbolo de valor que tem o indivíduo na sociedade, concluindo que na sua opinião apesar da sociedade eleger o dinheiro, o verdadeiro valor pode vir do intelecto e da criatividade. Assim, a violência estrutural e o controle social que desvalorizam os indivíduos, perpetuam o status quo da sociedade, mas não se deve desprestigiar e silenciar as vozes que desafiam a ordem estabelecida.

Ao se levantar da cadeira, Sr. Cabeça usa um gesto de ímpeto para enfatizar a importância de sua fala. O ato físico demonstra o quanto ele acredita na relevância do que está dizendo e como a inteligência e o valor mental são fundamentais para ele.

Em seguida no trecho da canção “a ditadura segue meu amigo Chico”, “pai afasta de mim as biates (armamento bélico)”. O estudante sr. Oclinhos disse que nesse trecho: “se está pedindo a Deus paz, pois conta com a fé, esperança e com a sorte para se proteger da violência. Sr. Oclinhos disse ainda, que a música falava que a opressão e repressão não acabou na periferia. “E é verdade, gostei quando ele falou também que a poesia dele não tinha fronteira”. Sr. Cabeça completou dizendo que Chico Buarque deu valor a poesia do artista Criolo.

6 Criolo - versão Cálice / Chico Buarque - homenagem ao Criolo. 1 vídeo (2,47min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=utJENUg2NJ4>. Acesso em: jul./2024

A declaração do estudante sr. Oclinhos, destaca a fé como uma forma de proteção, defesa contra a violência nas periferias, nas comunidades. Essa crença religiosa conforta e também pode ser um mecanismo de resistência à insegurança.

No trecho “Há preconceito com o nordestino, homem negro, com o analfabeto, mas não há preconceito se um dos três for rico, pai”. Sr. Jovem disse que falava de desigualdade social e que o outro trecho “pois, na quebrada escorre o sangue” seria porque os pobres sofrem mais com a violência e vivem no meio de uma guerra.

Para Goffman (1988), as sociedades criam uma “teoria do estigma” para justificar a discriminação contra certos grupos de pessoas em nosso meio. Tal teoria ajuda a explicar por que algumas pessoas são tratadas como inferiores ou perigosas, embasados em características físicas, diferenças como raça, gênero, orientação sexual ou religiosa. Assim, as pessoas perdem a empatia pelas outras, faccionando grupos, perpetuando a desigualdade, estrutura de poder e preconceito. Quando afirma: [...] construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças (Goffman, 1988, p. 15).

A fé trazida na fala de Sr. Oclinhos, nesse contexto, pode nos oferecer um senso de a resistir à discriminação e o preconceito por meio da proteção emocional, divina que desafia as narrativas de inferioridade e estigmas sociais. A fé pode servir como um escudo, único recurso para enfrentar essas dificuldades.

O trecho destacado por sr. Jovem, “Há preconceito com o nordestino, homem negro, com o analfabeto, mas não há preconceito se um dos três for rico, pai, pois na quebrada escorre o sangue”, refletiu o preconceito enraizado e seletivo na sociedade e a valorização da riqueza. Ele mostra que a discriminação recai sobre grupos de marginalizados, mas ressalta que esse preconceito diminui significativamente quando essas pessoas possuem riqueza e o escorrer do sangue são vidas ceifadas por puro preconceito, destacado na expressão “na quebrada escorre o sangue” [...] aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam (Freire, 1970, p. 15).

Em seguida foi solicitado que pensassem na palavra cálice, qual sentido teria nas duas canções. Um estudante ouvinte disse ser o cálice de Jesus, já Sr. Cabeça disse: “você vê e não pensa, assiste televisão e não entende, é pra mandar calar e o sangue tá no lugar do vinho”. A turma ouviu curiosa e atenta a essa afirmação pelo tom sério em que foi colocada. O vídeo foi considerado muito forte por todos pela triste realidade conhecida por muitos ali.

Nesse momento nasceu outra fala potente para reflexão coletiva, nas palavras de Sr. Cabeça ao pensar a palavra cálice. Sr. Cabeça parece refletir mais aprofundado e critica o modo

como as pessoas muitas vezes não observam, interpretando melhor a realidade que lhes é apresentada. Quando ele diz “você vê e não pensa, assiste televisão e não entende”, está sugerindo que as pessoas muitas vezes se limitam a consumir informações passivamente, sem realmente refletir sobre o que estão vendo ou escutando. De fato, o chamado senso comum limita o pensamento ao superficial, não buscando entender o significado maior das coisas.

É grandioso ver uma reflexão crítica dessa natureza, o que denota nitidamente a percepção de senso crítico do Sr. Cabeça, mesmo a partir da análise no um senso comum, pois ao criticar a superficialidade com que muitos dos seus colegas, observam e interpretam a realidade pela tela da TV. Essa percepção se afina ao que Freire enfatiza sobre a importância da consciência crítica e da reflexão profunda na educação. O mesmo reitera que a educação deve ser um ato de liberdade, promovendo a capacidade de questionar, refletir e agir ao afirmar: “A educação é um ato de amor, por isso é um ato de coragem” (Freire, 2018, p. 76). Portanto, a análise do Sr. Cabeça revela a necessidade urgente de cultivar uma visão crítica, extremamente importante para uma compreensão aprofundada do mundo ao redor.

A discriminação e a violência que afeta diretamente os menos favorecidos, trazidas nas falas de sr. Jovem e do Sr. Cabeça, podem ser tomadas como uma resposta ao cenário descrito pelo Sr. Jovem, enfatizando que, apesar dos preconceitos e das injustiças sociais, o verdadeiro valor pode e deve ser encontrado na capacidade intelectual do indivíduo e não apenas no ouro ou cobre que possa reter na Terra. Enquanto Sr. Cabeça defende que o valor real está na mente e na inteligência, Sr. Jovem critica a tendência da sociedade de valorizar mais o dinheiro e o status do que as verdadeiras qualidades pessoais. Ambos destacam diferentes aspectos da valorização na sociedade. A inteligência versus status social.

A frase do sr. Cabeça “o sangue tá no lugar do vinho” tem uma carga simbólica e significado mais profundo, não deve ser visto como algo meramente decorativo ou como gesto religioso. Como forma de visualizar em anos momentos da ditadura no Brasil, foi construída uma linha de tempo na lousa dos anos ditadura militar aos dias atuais com informações recordadas e trazidas pela professora com participação dos educandos que destacaram acontecimentos de registro de suas próprias memórias sobre o que ouviram do tempo da ditadura e sua própria linha do tempo.

O passeio na história política do Brasil com destaque aos anos da Constituição de 1988 e das reformas jurídicas de 1984 que a precederam, trouxe um panorama da época com marcos na restauração da democracia e na proteção dos direitos humanos. A sugestão de criação de uma linha de tempo permitiu a reflexão e localização temporal de cada participante. A exemplo da fala do estudante Sr. Cabeça nascido em 1984, ano emblemático tanto para a Lei de

Execuções Penais quanto para o movimento Diretas Já. “eu nasci nesse ano”, surge uma conexão temporal pertinente entre seu nascimento e as mudanças políticas da época e um processo importante de conscientização democrática para compreender um pouco melhor como as reformas de sua época de nascimento influenciam o presente momento.

Apesar de ressaltado o muito que ainda há para se realizar, esse entendimento valorizou os avanços conquistados quanto as lutas oriundas dos movimentos sociais, berço do surgimento da EJA. Essas reflexões caracterizam a necessidade de uma educação centrada na criticidade, longe da passividade, do senso comum, para que as pessoas sejam mais conscientes e críticas sobre o que consomem e interpretam ao seu redor. Nessa perspectiva Freire nos faz refletir profundamente sobre a realidade social e política, bem como analisar estruturas e práticas, não nos limitando a meros expectadores e transmissores de informações. Sejam “agentes” ativos, perdão do trocadilho, os educandos privados de liberdade preferem dizer, atores atuantes, questionando as injustiças e as combatendo no campo das ideias.

Para uma análise do contexto ressaltado nas duas versões, coloquei na lousa os anos de 1964 a 1985 e trabalhamos momentos importante da história a partir das datas de nascimentos dos educandos, conforme Quadro 5. O objetivo era criar um paralelo e localização histórica e pessoal que chegasse na Constituição de 1988 e a Lei de Execuções Penais de 1984.

Quadro 5 - Régua de destaque dos anos de Repressão e Ditadura Militar no Brasil

1964	1967	1968	1969	1974	1979	1984	1985	1988
1990	1992	1994	1996	1998	2000	2019		
2024								

Fonte: elaborado pela autora, 2014

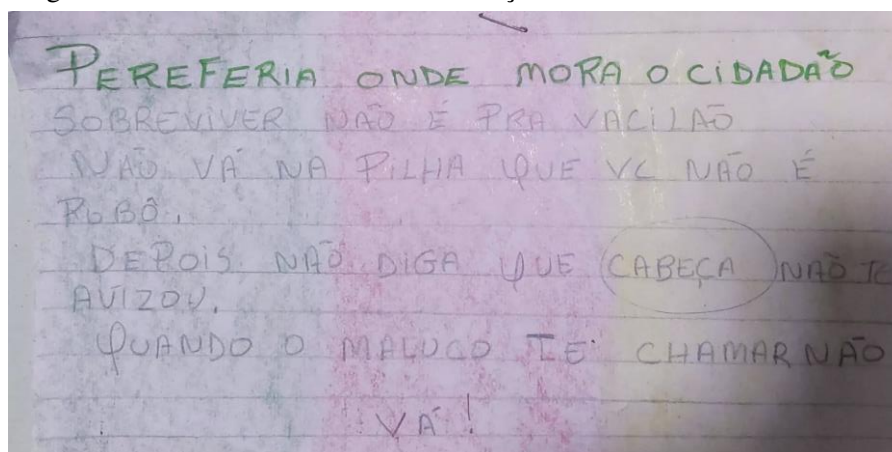
A grande maioria disse desconhecer os fatos e recordar apenas de Collor para os dias atuais. Lembravam das trocas das moedas e dos caras pintadas, lembravam do Massacre no Carandiru, da Pandemia, além dos últimos governos dos presidentes Lula, Presidenta Dilma, Temer e Jair Bolsonaro. Recapitulamos alguns fatos como 1990 eleições diretas com Fernando Collor de Melo após fim da ditadura. Os problemas econômicos e um processo de impeachment por corrupção que veio logo em seguida. A eleição de Fernando Henrique Cardoso e a implementação do Plano Real para controlar a inflação no Brasil e sua reeleição para a presidência. O estudante sr. Cabeça recordou que o Brasil foi campeão na copa dos Estados Unidos em 1988, sendo derrotado pela França e que só veio a vencer novamente em 2002 na Coreia do Sul contra a Alemanha. A turma ficou agitada ao falar de futebol. A professora

retomou a palavra e recordou também que a Constituição Brasileira é de 1988 e que a Lei de Execuções penais é de 1984.

A proposta de um passeio na história política do Brasil com destaque aos anos da Constituição de 1988 e das reformas jurídicas de 1984 que a precederam, trouxe um panorama da época com marcos na restauração da democracia e na proteção dos direitos humanos. A sugestão de criação de uma linha de tempo permitiu a reflexão e localização temporal de cada participante. A exemplo da fala do estudante sr. Cabeça nascido em 1984, ano emblemático tanto para a Lei de Execuções Penais quanto para o movimento Diretas Já. “eu nasci nesse ano”, surge uma conexão temporal pertinente entre seu nascimento e as mudanças políticas da época e um processo importante de conscientização democrática para compreender um pouco melhor como as reformas de sua época de nascimento influenciam seu momento atual.

Foi solicitado a turma pela oficina do dia, uma escrita livre de um sentimento ou desenho. Segue uma escrita (Figura 22) que expressa a finalização da atividade.

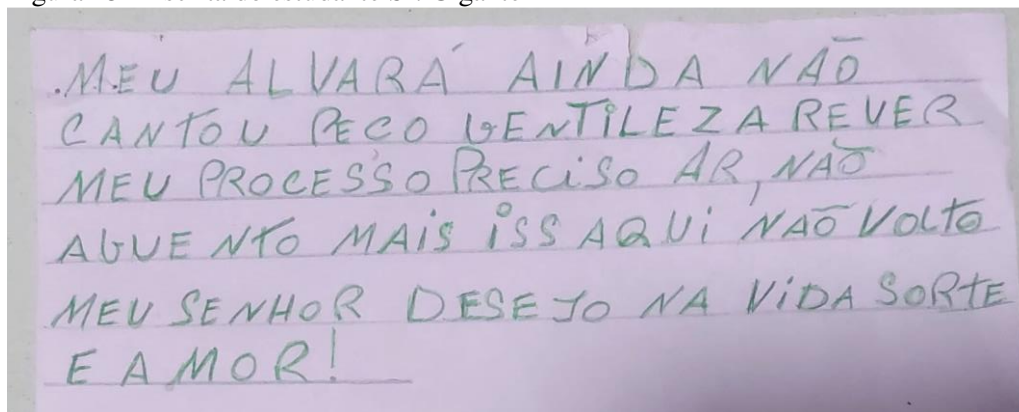
Figura 22 - Escrita do estudante Sr. Cabeça



Fonte: Registro da autora, 2024.

A frase na figura 22, destaca a luta diária e os desafios que as pessoas enfrentam nessas comunidades. Sugere que apenas aqueles que têm determinação e coragem conseguem lidar com as adversidades. As palavras escritas na figura 23, do Sr. Gigante expressam um desejo profundo de liberdade e a frustração de estar preso.

Figura 23 - Escrita do estudante Sr. Gigante



Fonte: Registro da autora, 2024.

O educando Sr. Gigante, ao escrever “sorte e amor”, mostra o desejo por coisas positivas, essenciais nesse clamor de uma chance de recomeçar.

Quarta Oficina: aspectos teóricos e práticos de petições

A quarta oficina, foi aplicada no dia 17 de maio de 2024 e teve como objetivo formação dos participantes no entendimento e na produção de petições judiciais, segue abordando suas características, estrutura, linguagem e função social, além de explorar os direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade. O conteúdo abrange desde a definição e elementos essenciais da petição até a importância deste documento no sistema judicial, para produção textual dos participantes, promovendo a prática através de atividades lúdicas e desafiadoras. A metodologia inclui discussões em grupo, exercícios de escrita e construção coletiva de glossários, com o intuito de aprimorar a produção textual e a compreensão dos direitos dos educandos. A avaliação é feita por meio de um exercício reflexivo, onde os participantes identificam e contextualizam palavras-chave relevantes para o tema abordado, consolidando o aprendizado e a aplicação prática dos conceitos discutidos.

Logo de início visando potencializar a reflexão crítica sobre esse gênero textual específico, distribuí um exercício impresso e o introduzi dizendo: “Agora que você já sabe o que é uma petição, vamos pensar nos elementos que a compõem, isto é, elementos ou informações que são essenciais em uma petição, a quem devemos endereçar e qual o primeiro passo. Escrevi na lousa as perguntas para início da discussão no grupo: a. Quais os elementos ou informações são essenciais em uma petição? b. A quem se deve endereçar uma petição? c. Quais direitos e deveres das pessoas em privação de liberdade que você conhece? d. Qual o passo inicial para peticionar?”

O estudante Jovem se antecipou e disse que a letra c, do exercício, tratava das regras que tinham que seguir na cadeia e dos direitos à saúde, alimentação e visita que não poderiam lhes faltar. O Sr. Cabeça destacou, sua insatisfação com a má qualidade do serviço na alimentação, na falta de material como fardamento para o preso, escassez de recursos escolares e do péssimo kit de higiene que lhes é fornecido. A turma concordou com ele. Nesse instante a professora retomou a fala e seguiu com a pergunta: “A quem se deve endereçar uma petição?” A maioria respondeu ao juiz. De fato, foi refletido que na petição, é essencial identificar quem está fazendo a solicitação (o autor) e quem vai receber e avaliar a petição (a autoridade responsável). O Sr. Ted disse: “mas tem pedido que deve ser mandado para a casa primeiro (unidade prisional)”. De fato, foi esclarecido que a depender da solicitação, a exemplo do trabalho na prisão, o diretor da unidade é quem deveria ser acionado. A professora ainda ressaltou que é muito importante ao solicitar que seja feita explicação da sua condição, do que lhe aconteceu e por que a petição está sendo apresentada de forma bem detalhada e direcionada. Além disso, deve-se incluir argumentos legais que justifiquem o pedido, usando referências a leis, regulamentos ou decisões judiciais relevantes. A petição deve conter um pedido específico dirigido à autoridade responsável. Finalmente, é necessário incluir assinaturas, data e local para registro e validação da petição (Figura 24).

Figura 24 - Imagem da Atividade Elementos da Petição



Fonte: Registro da autora, 2024.

Nesta imagem o estudante lê e seleciona os elementos necessários para início da estrutura de uma petição e relaciona as ideias sobre direitos e deveres trazidas na discussão. As insatisfações citadas pelos educandos como fardamento, alimentação, assistência jurídica, entre outros, ajudaram a pensar nos direitos e deveres dos internos e especialmente, o passo inicial para começar o processo, na sugestão de escrever um simples pedido de namoro que introduziu

de modo sutil a compreensão e o como criar uma petição para tratar de questões, pleitos diversos relacionados aos direitos dos indivíduos, e em especial, dos indivíduos em situação de privação de liberdade. Como se tratava de um longo passo a passo, foi distribuído um quadro com a descrição de cada elemento da petição que iriam construir gradativamente

Quadro 6 - Elementos da Estrutura de Petições

Elementos da Petição	Descrição
Identificação das partes	Especificação do autor da petição e de quem vai recebê-la (a autoridade responsável).
Descrição detalhada dos fatos	Informações e explicação clara dos fatos e do porquê está sendo feita.
Fundamentos legais	Argumentos para sustentação jurídica do pedido, com referências das leis, normas ou decisões relevantes.
Pedido ou solicitação	Solicitação clara e direcionada à autoridade responsável
Assinaturas, data e local	Registros para validação da petição.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Ao ver o quadro a turma se colocou a querer iniciar de imediato a escrita, mas a professora fez alusão que as construiriam por etapas, sempre passando à limpo e percebendo a necessidade de ajustes e intervenções específicas. Foi distribuída a atividade um para relacionar os vocábulos, vocativos, pronomes de tratamento e expressões de cordialidade úteis em uma petição e lhes foi dado cinco minutos para relacionarem os termos. A turma preencheu em um tom de disputa, sendo externado raciocínio e dúvida entre as palavras digníssimo e ilustríssimo. A professora disse que a diferença era bastante sutil, ilustre dá ideia de alguém com autoridade maior status social. Já digníssimo, disse exaltar admiração, respeito e consideração pelo indivíduo em questão. O estudante Caramelo observou que nas audiências percebe uma postura de altivez nas autoridades. Sr. Cabeça disse que era para passar a ideia de poder sobre os demais. “É a linguagem deles lá, pra mostrar força!”

A atividade provocou nos educandos discutir a leve diferença entre os vocábulos “digníssimo” e “ilustríssimo”, em um raciocínio crítico que vai além do senso comum. Como por exemplo quando Sr. Caramelo, nota a postura ativa das autoridades nas audiências em que já esteve, e Sr. Cabeça quando afirma que essa linguagem visa mostrar força, demonstrando uma compreensão da dinâmica social envolvida na linguagem do poder. Essas percepções se alinham novamente a Paulo Freire, ao argumentar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire 1982, p.11). Neste instante a leitura do mundo se refletiu nas discussões, demonstrando que eles estão começando a si conectar aos aspectos linguísticos em suas

realidades sociais e culturais provocadas nas atividades propostas. Sem contar com a grande interação entre os mesmos revelando um processo de construção do conhecimento coletivo.

Saviane (2013, p.45), destaca a importância do senso comum na formação do pensamento crítico, ele enfatiza que o senso comum é uma forma legítima de conhecimento, que deve ser respeitada e analisada criticamente. Assim, os educandos, demonstraram um avanço significativo na reflexão sobre a linguagem compreendendo sua função social, sendo capazes de reconhecê-la em contextos formais, mas também o quanto a escolha das palavras pode influenciar as relações de poder.

A dificuldade de utilizar formalidade no texto e até mesmo de usar expressões de docilidade com cordialidade são pequenas barreiras a serem transpostas para além da grafia. As atividades práticas favoreceram identificar os elementos essenciais, direcionar corretamente uma petição e conhecer os direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade, iniciar o processo de petição por partes com a noção de começo, meio e fim sempre seguindo com rigor e respeito à escrita em um tom de cordialidade.

Foi distribuído um caça palavras para de maneira lúdica e recreativa buscar fixar e reconhecer vocábulos. As palavras selecionadas foram: Excelentíssimo (a), Senhor Juiz, Ilustríssimo (a), doutor (a), Senhor (a), respeitável, caro (a) prezado (a), Diretor (a) todas como possibilidade de uso na introdução do pedido, solicitação ou petição. O estudante Hollywood disse ter ouvido que a Comarca de Simões Filho teria agora uma juíza. Os educandos praticaram a atividade em silêncio sem precisar auxílio. Em seguida foi solicitada a separação dos vocábulos formais e informais dando início a construção de um mine glossário de expressões e pronomes de tratamento formal, informal, cordiais ou afetuosos, inclusive com títulos de autoridades para melhor adequação e introdução de uma petição. A construção foi feita na lousa de forma coletiva. Surgiram a expressão prezado amigo, prezada professora, Caro amigo, querida professora, sr. João, dra. Patrícia, prof. Oliveira. A turma também recebeu um exercício simples de fixação distribuído com frases que pediam o preenchimento do vocativo mais adequado mais ou menos formal e que foi respondido e socializado com correção na lousa sem maiores problemas.

Durante a atividade, a interação entre os educandos foi marcada por uma troca intensa de ideias e uma saudável disputa sobre as melhores abordagens, onde de forma respeitosa aos pensamentos de cada um, de modo participativo, o grupo trouxe suas perspectivas. Ao longo de toda a atividade, o ambiente colaborativo foi regado a opiniões, resultando em uma fusão de ideias com ricas análises que fortaleceram o trabalho coletivo, apresentando como a diversidade de pensamentos enriquece o aprendizado e aprimora o resultado.

Trabalhada esta etapa, foi então sugerida aos educandos uma tarefa individual de produção escrita curta e a socialização dessa escrita livre de um pequeno pedido de namoro de três a cinco linhas. A princípio, a turma denotou engraçado se fazer tal pedido nos dias atuais. Contudo, fizeram alusão às suas próprias experiências amorosas. Alguns disseram nunca ter feito tal pedido, outros não saberem com o fazer, uns se reportaram bem no início, mas mudaram o tom de pedido para uma ordem no meio da escrita, também demonstraram pouca familiaridade no uso com palavras de cordialidade. Sr. Cabeça disse que o pai de sua primeira esposa não era de acordo com o seu casamento e disse para sua filha: “você quer, então vá viver com seu ladrão”. A estrutura de um simples pedido de namoro movimentou a turma a entender a clareza, a objetividade e a simplicidade da escrita essenciais para o pedido simples e para a formalidade de uma petição judicial, com introdução, desenvolvimento e conclusão. Em ambos os textos a mensagem deve ser bem compreendida.

As falas dos educandos ilustram espontaneidade e interatividade características da oralidade como exemplificado ao afirmarem "Nunca fiz tal pedido" ou "Não sei como fazer", são demonstrações de uma comunicação natural, que permite de maneira, que cada um compartilhe algo verdadeiro e presente na ideia de oralidade marcada por uma estrutura simples e menos formal, como ressalta Marcushi (2019, p. 32), ao enfatizar que “as conversas informais exemplificam o valor linguístico da oralidade”.

Por outro lado, a dificuldade de alguns educandos em elaborar tal pedido de namoro, de modo mais estruturado, nos revela a diferença e distanciamento entre a oralidade e a escrita. Esta última exige maior controle sobre o conteúdo e a forma ao ser apresentada. Marcushi (2019, p. 33) destaca que “ a escrita, por exigir maior controle, salienta a valorização da comunicação entre os homens”, aqui o autor dá ênfase a importância de se desenvolver habilidades de escrita para garantir clareza e organização nas interações.

Os textos foram socializados com o grupo, quanto a estrutura da mensagem e seu valor semântico, em tom humorado percebendo o que lhe faltava de forma construtiva e respeitosa sem provocar frustrações e promovendo um ambiente positivo de colaboração. As escritas foram recolhidas para observação individual quanto a ortografia. Alguns textos transcritos a seguir, foram observados os desafios de grafia, acentuação e concordância, destacado no quadro 7 a seguir.

Quadro 7 - escrita dos participantes

Educando	Escrita
Sr. Cabeça	“Dr João gostaria de desculpar uma questão em relação a sua filha. Dr João gostaria de pedir a mão de sua filha em casamento. O senhor concederia a mão de sua filha? Sim ou não?”
Sr. Jogador	“Senhó Jose gostaria de té uma conversa seria com sua pessoa sobre meu futuro. Estou querendo uma vida melho pra minha família e eu e sua filha estamos si gostando Gostaria de pedi uma oportunidade de namora com Vitória. O senhor altorizeria?”
Sr. Reloginho	“Bom dia meu sogro. Com todo respeito gostei de sua filha e vou pedi senhor a mão dela para namorar com ela. Breve vamos noivar.”
Sr. Jovem	“Caro sr. David, venho através desta carta lhe pedir com todo respeito, a mão de sua filha em namoro. Tenho em consciência o dever, a responsabilidade que terei com a minha amada. E com a sua permissão, irei ser um genro de compromisso, respeitador e lutarei pelo futuro melho para sua filha. Agradeço sua atenção. Atenciosamente, Jovem, 20/05/24, Salvador, Ba.”
Sr. Velocidade Máxima	“Prezado senhor Antônio, atraves dessas palavras venho pedir a mão de sua filha em namoro. Respeitosamente peso a comprienção do senhor de mim conceder esa oportunidade. Minha inteção são as melhores com sua filha.”
Sr. Gigante	“Pezada Senhora Paula esto muito feliz pela senhora ter deixado eu ter ficado com o grande amor da minha vida que me deu duas filhas lindas. Muito obrigada senhora Paula. Quero pedir a mão dela em casamento, cuidarei muito bem dela, mas isso se a senhora permiti.”

Fonte: elaborada pela autora, 2024

A socialização dos pedidos, foi bem recebida e o desejo de iniciarem suas escritas denotou um grande engajamento. A correção individual e reescrita com observações na grafia, acentuação e concordância de “erros” recorrentes, para correção coletiva, despertou o desejo de fazer mais e melhor nos educandos. Essa prática nos reporta ao que diz Marcushi (2008):

É óbvio que se a escola tem como missão primária levar o aluno a bem desenvolver a escrita, capacitando-os a desenvolver textos em que os aspectos formal e comunicativo sejam bem conjugados, isso não deve servir de motivo para ignorar os processos da comunicação oral. A razão é simples, pois desenvolver um texto escrito é fazer as vezes do falante e do ouvinte simultaneamente (Marcushi, 2008, p.53).

Este pensamento destaca a importância de integrar a comunicação oral e escrita no processo educacional. Ouvir os educandos foi fundamental, pois isso não só valoriza suas vozes e experiências, mas também fornecem um entendimento mais profundo de seus sentimentos e ideias a respeito.

Soares (1996) salienta ao dizer que é preciso fazer intervenções de acordo com as hipóteses de apropriação do sistema de escrita de cada aluno e incentivar a reflexão de cada educando sobre suas próprias respostas, mas sempre respeitando o processo de

desenvolvimento da criança e considerando todo o seu percurso. A aquisição da escrita é um processo complexo que envolve o desenvolvimento de diversas habilidades, conforme apontam Moraes (2012) e Ferreiro e Teberosky (1979). O aprendiz perpassa por diferentes etapas, na elaboração de hipóteses e compreendendo os princípios do sistema de escrita, até alcançar a autonomia. De verdade entender essas etapas é essencial para criar estratégias pedagógicas de leitura e escrita.

Ao estimular a transcrever seus pedidos, do oral para a escrita formal, a prática os ajudou a perceber a relação entre as duas formas de comunicação, sua coexistência. Paulo Freire (1996), afirma que educar envolve valorizar a voz do estudante e criar um ambiente de reflexão, esta visão comunga com as propostas das autoras acima, pois defendem intervenções baseadas nas hipóteses para apropriação da escrita de cada educando. Notadamente enfatizam a necessidade de considerar a trajetória individual de ensino de cada um, estimulando consequentemente sua autonomia e crescimento.

Esse processo de transcrição permitiu que desenvolvessem suas habilidades de escrita, seu pensamento crítico, organizando suas ideias. Como salientado por Marcushi, a escrita, então, se torna uma extensão da sua capacidade de se expressar oralmente, promovendo a consciência de que ambos os modos de comunicação são complementares, vistas como um continuum que envolve a escuta ativa e a valorização das vozes dos educandos. Esse ciclo de ouvir, refletir e escrever enriquece a experiência educacional, tornando-a mais significativa e inclusiva. Freire que enfatizava a leitura e a escrita serem processos complementares e interdependentes na formação do indivíduo, de certo atentou para o ciclo de ouvir, refletir e escrever como forma de enriquecimento da experiência educacional mais significativa e inclusiva, pois ele acreditava que ler o mundo — ou seja, entender a realidade e o contexto em que se vive — é tão importante quanto ler e escrever palavras, dando ênfase a uma perspectiva de uma educação crítica, fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Quanto aos erros de ortografia e uso da linguagem revelam uma série de dificuldades que os educandos enfrentam na escrita. Os erros ortográficos, como “descultir” em vez de “discutir” e “té” em vez de “ter”, demonstram confusões comuns entre palavras semelhantes. Além disso, palavras como “melho” e “pedi” ilustram a necessidade de uma melhor compreensão das regras ortográficas.

Observamos nas produções dos educandos que apesar da comunicação ser um processo complexo e, mesmo quando as pessoas falam de forma “errada”, estas, por vezes, conseguem se entender. Soares (2002, p. 45), aborda e discute como a comunicação vai além da correção gramatical, a autora enfatiza a importância do contexto social e cultural nessa compreensão

mútua e tão defendido por Freire sobre a educação como um instrumento de diálogo e conscientização dos indivíduos.

A falta de concordância também é um ponto importante a ser destacado. A frase “uma conversa seria com sua pessoa” deve ser corrigida para “uma conversa séria com sua pessoa”, evidenciando a necessidade de trabalhar a gramática em sala de aula. Outro exemplo é “minha inteção são as melhores”, que deve ser “minhas intenções são as melhores”, mostrando a confusão com o plural e a correta grafia. Além disso, alguns erros refletem problemas de clareza na comunicação. A expressão “genro de compromisso” poderia ser reescrita para “genro comprometido”, aumentando a compreensão. Faz-se necessário promover uma comunicação, mas clara com uma interação mais rica, facilitando o processo de aprendizagem e desenvolvimento da autonomia dos educandos. Espera-se, que estes, sejam capazes de serem sujeitos de suas próprias histórias, essencial para a pedagogia defendida por Paulo Freire, que valoriza e ressalta a importância de cada indivíduo ser capaz de agir de forma autônoma e consciente significativamente.

Essa metodologia de significados, proporcionou maior proximidade com a terminologia jurídica essencial para a comunicação no campo do Direito. O desafio de caça-palavras com pronomes e termos jurídicos, ofereceu uma abordagem interativa e envolvente para a fixação de conceitos, enquanto o jogo da memória associou palavras aos seus significados e promoveu a memorização para melhor compreensão dos termos jurídicos. A ludicidade facilitou a assimilação dos conteúdos essenciais nesta fase de construção das petições.

Encerramos o turno da manhã, para dar continuidade no princípio da tarde, desse mesmo dia, com as observações da escrita individual e reescrita do pedido de namoro. No retorno, foram destacados alguns “erros” mais frequentes de acentuação e ortografia um por um em suas carteiras a medida que se apresentaram para o encontro da tarde.

Após a devolutiva, para iniciar a organização e sistematização das partes envolvidas na futura petição, foi solicitado o preenchimento de dados pessoais e informações sobre a demanda. Os educandos preencheram o que foi possível, deixando apenas alguns dados em aberto como número de processo e o artigo de combinação para verificação posterior com o servidor da área do direito na unidade, o policial penal Amarildo Monteiro, que gentilmente e com anuência da direção, da unidade prisional, acessou estes dados para fins da pesquisa em questão, como mostra a figura 25, para recolha de dados pessoais.

Figura 25 - Ficha de Dados Pessoais

CDBMO _____ Data: _____
 Profa Patricia
 Para a construção da identificação das partes.
 Nome completo _____
 Endereço. Rua _____
 n° _____ Cidade _____ Estado _____ CEP _____
 Mãe _____
 Pai: _____
 Processo: _____
 Demanda: _____
 Dados Legais: Art. 41 incisos XIV como combinação art. _____

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Após preenchimento da ficha e finalizando, foi pedido uma avaliação da oficina do dia em palavra-chave do grau de importância do direito nessa oficina. Das palavras-chave escolhidas pelos educandos, estas refletem uma rica diversidade de entendimentos sobre a importância do direito em suas vidas e na sociedade. Educandos como Sr. Caramelo e Sr. Jogador destacaram a relevância das “Regras” e “Regras do Jogo”, sugerindo que compreendem o direito como um conjunto de normas que regem a convivência social. Sr. Reloginho enfatizou o “Aprender”, sinalizando uma abertura para a educação e a conscientização sobre os direitos.

Sr. Cabeça trouxe à tona “Conhecimento-Direitos humanos”, indicando uma percepção sobre a relevância dos direitos humanos no fortalecimento da cidadania. Por outro lado, Sr. Gigante mencionou “Justiça – cega”, refletindo uma crítica à imparcialidade do sistema judicial, enquanto Sr. Ted abordou a “Sociedade injusta”, revelando preocupações sobre as desigualdades sociais.

A visão de Freire sobre a importância da conscientização nos direitos e suas responsabilidades, para que lhes permitam questionar, desafiar e transformar o seu redor, pode ser notada nas falas pela necessidade de se conhecer e entender, as normas sociais, regras que são fundamentais para se ter uma participação mais ativa e crítica. Eles reconheceram as normas como fundamentais em uma visão pragmática do direito. Bem como sugeriram que a educação é uma ferramenta para a conscientização desses direitos, confirmando a perspectiva da educação, como um meio de liberação e força com base no diálogo.

Em menção aos “Direitos humanos” na fala de Sr. Cabeça, sublinha -se a importância da dignidade e da equidade, refletindo a necessidade de uma vida mais justa, um tema caro a Roberto da Silva que também se preocupa com a formação de uma consciência crítica em relação às desigualdades e aos direitos humanos em desdobramento com as ideias de Freire.

Sr. Velocidade Máxima e Sr. Itinga, ao falar sobre “Lutar – Preconceito” e “Guerrear – Direito”, expressaram uma vontade de ação e resistência contra injustiças. Sr. Profissão Perigo destacou a “Desigualdade”, enfatizando uma questão central nos debates contemporâneos. Sr. Jovem, ao referir-se à “Lei – Constituição”, aponta a importância das leis fundamentais que regem o país. Sr. Hollywood e Sr. Oculinhos, ao mencionarem “Interesses” e “Sistema judicial”, respectivamente, sugerem uma reflexão sobre como os interesses pessoais e coletivos interagem com o direito e o funcionamento da justiça.

As falas dos educandos, refletem um desejo de ação e resistência contra injustiças, o que claramente se remetem ao pensamento de conscientização e luta contra a opressão como formas de emancipação dos sujeitos. As falas de “lutar contra o preconceito” e “guerrear pelo direito” conclamam Freire por falarem em desigualdade centro de muitas discussões, nas reflexões sobre “interesses” e o “sistema judicial” pela complexa relação entre interesses individuais e coletivos. Todas essas vozes se inter-relacionam, promovem a reflexão crítica, base do pensamento de Paulo Freire, pilar dessa pesquisa.

Essas palavras-chave, coletadas na oficina, mostram não apenas o aprendizado sobre o direito, mas também as aspirações e desafios percebidos pelos educandos, apontando para a necessidade de continuar promovendo diálogos sobre justiça e os direitos das pessoas. Estas respostas refletem uma percepção da importância do direito, destacando tanto sua função essencial quanto suas limitações. Termos como “Regras do Jogo” e “Lei – Constituição” traduzem a visão do direito como um conjunto de normas que regulam a sociedade. O destaque para “Conhecimento-Direitos Humanos” e “Sistema Judicial” acentuam a administração da justiça. No entanto, expressões como “Sociedade Injusta”, “Lutar – Preconceito” e “Desigualdade” revelam um olhar consciente, crítico sobre as possíveis falhas e desafios presentes no sistema jurídico, o que exige uma percepção e luta constante contra as desigualdades e preconceitos.

Quinta Oficina: petições: características, tipos e estruturas

No dia 20 de maio de 2024, uma nova oficina iniciou estruturada para aprofundar um pouco mais o entendimento dos participantes sobre a petição judicial, abrangendo suas características, tipos, estrutura. A oficina teve como objetivo focar no estudo de características, estrutura, análise de códigos de demandas, mudanças no judiciário, cálculo de pena e possíveis benefícios a serem solicitados pelos participantes ao aplicarem esses conhecimentos na construção de suas petições. A análise detalhada de códigos relevantes e aspectos práticos do

processo judicial é essencial para a feitura dos textos. A metodologia foi utilizada, garantindo que as demandas dos participantes sejam atendidas, promovendo uma experiência rica e interativa, combinando atividades de caça-palavras, jogo da memória, reescrita de introduções, demandas e solicitações importante para se entender o direito penal que envolve a análise dos tipos de crimes, suas respectivas penas e uma enquete sobre a oficina quanto ao aprendizado e o grau de engajamento dos educandos.

Como abertura dos trabalhos foi trazida como destaque, a importância de se lutar, da valorização dos sonhos na canção Lutar pelo que é meu de Charlie Brown Jr, bastante conhecida dos educandos. Foi destacado o refrão: “... o melhor presente Deus me deu. A vida me ensinou a lutar pelo que é meu [...]” O educando Jovem disse que nunca desistirá de sonhar e acreditar que em breve sairá dali para seguir uma vida melhor. A turma como um todo se posicionou confiante e esperançosa. Sr. Ted disse: “quero sair pra matar a saudade da família”, Sr. Itinga disse sonhar com o gosto da liberdade, sr. Reloginho disse: “quero ir para o aniversário de meu filho na rua”. Sr. Ted disse que gostaria de pedir audiência especial, mas sabe que atualmente já não “vence”, isto é, não concedem. Sr. Cabeça disse que já não acredita mais em muita coisa, mas que não deixou de sonhar.

Pensemos a partir das falas dos educandos a EJA multicolor, repleta de sonhos e esperanças de uma vida melhor, bem como a escola para além de um lugar de formação e transformação, mas conquista de sonhos. Arroyo (2006, p. 22) nos apresenta o retrato da EJA que segundo ele “não é qualquer jovem e qualquer adulto. São jovens e adultos com rostos, com histórias, com cor, com trajetórias sócio étnico-raciais, do campo, da periferia”. Tamanha diversidade, infelizmente sofre exclusão e traz consigo a bagagem um potencial inexplorado para construção de um futuro mais digno, feliz de um sonho conquistado. Arroyo (2006) afirma sua visão sobre a importância de considerar a trajetória do estudante quando afirma: “A educação de jovens e adultos deve ser um espaço de construção de conhecimentos que respeite a história de vida dos educandos” (Arroyo, 2006, p. 45).

Nessa oficina, nitidamente é percebida entre os educandos a dificuldade em compreender o vocabulário jurídico ou simples textos relativos aos seus processos, que cria uma barreira para se desenvolver uma noção crítica sobre o sistema judicial e sua própria condição enquanto preso e cidadão do mundo. Certamente, Freire defenderia a implementação de práticas pedagógicas na educação em prisões, aqui em destaque, que promovam a compreensão ativa e crítica da linguagem jurídica, possibilitando que os privados de liberdade se tornem atuantes na luta por justiça. Imaginemos Freire a legitimar a educação em prisões pela perspectiva particularmente relevante em contextos de encarceramento, onde a educação

pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar os educandos a refletirem sobre suas situações, promovendo a conscientização e mudança: “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (Freire 1987, p.20).

Um outro fator crucial novamente observado é a instrumentalização linguística agora no acesso à justiça, em defesa de uma educação dialógica, pois como salientado por Freire, é importante a interação entre educador e educando para construir conhecimento, sempre com partilha de saberes. O que nos leva a crer que em relação ao acesso à justiça, este deveria ser facilitado, acessível para atender as necessidades dos indivíduos e desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica do sistema judicial. Isso fica bem claro na fala do estudante. Sr. Cabeça quando disse que já não acredita mais em muita coisa, mas que não deixou de sonhar. Esta fala evidencia o que foi dito pelo professor Roberto da Silva na citação da ideia de percepção e a postura das pessoas privadas de liberdade em relação aos seus direitos e aos órgãos de justiça.

As experiências vivenciadas durante as fases policial e judicial cristalizam na pessoa a percepção de que a polícia, a justiça e a prisão não sejam instituições confiáveis e de que seus eventuais direitos não serão gratuitamente reconhecidos se adotar posturas meramente passivas (Silva, 2001, p.26).

A canção Lutar pelo que é meu de Charlie Brown Jr apenas com o refrão: “... o melhor presente Deus me deu. A vida me ensinou a lutar pelo que é meu” trouxe a reflexão para o campo dos sonhos, esperança e crença na vida após o cárcere.

As falas dos educandos revelam uma gama de sentimentos sobre sonho e esperança. Sr Jovem e Itinga expressaram um forte desejo de mudança positiva, acreditando que sairão em breve para uma vida melhor, bem como anseiam a liberdade. Sr. Reloginho também manifesta esperança ao querer estar presente e participar do aniversário de seu filho. Por outro lado, Sr. Ted e Sr. Cabeça, demonstram uma combinação de esperança e desesperança. Sr. Ted, apesar de seu desejo de reencontrar a família, está ciente de que suas chances de obter liberdade são pequenas, mas está esperançoso. Já sr. Cabeça, por sua vez, expressa um ceticismo geral sobre a eficácia dos sonhos, mas ainda mantém algum grau de esperança. Como Freire (1970, p. 94), afirma: “sem esperança, o oprimido não pode ser capaz de lutar”. Ele ressalta a importância da esperança como propulsora de transformação, mesmo diante dos desafios e das decepções. A relação entre ceticismo e esperança, denota uma força que pode contribuir para a ação e a busca por mudança de vida. Freire nos lembra que é na esperança que reside a possibilidade de um futuro mais libertador, que ela exerce sobre todos, mesmo aos mais céticos, como no caso do

educando Sr. Cabeça, que ainda mantém algum grau de esperança, a força necessária para seguir na luta por seus sonhos.

Essas declarações mostram como a desesperança pode coexistir com o desejo de sonhar, revelando o turbilhão das emoções humanas diante das dificuldades. Seguido desse momento, logo no início da oficina, o Sr. Amarildo servidor, policial penal e licenciado em direito, com a anuência da casa, fez uma participação especial que trouxe uma grande dose de empatia e esclarecimentos essenciais para a elaboração das petições. Ele apresentou um panorama das recentes mudanças no judiciário e detalhou o perfil dos internos na Colônia de Simões Filho. Sua fala cativou a sala, que recebeu novos ouvintes que acompanharam atentamente suas explicações.

Enquanto alguns internos estavam desinformados sobre os fatos apresentados, outros aproveitaram a oportunidade para questionar sobre a implementação das mudanças e como essas questões os afetariam. Especialmente sobre a possível extinção das saídas temporárias, que seriam restritas apenas para estudo, surgiu uma preocupação quanto à contradição, dado que apenas um percentual reduzido de presos pode usufruir dessa oportunidade. Isso levanta questionamento sobre a equidade e a eficácia dessa medida, por limitar possibilidade de reintegração e benefícios a uma fração mínima da população carcerária, sem considerar o impacto sobre os demais internos e a eficácia geral do sistema de saídas.

A respeito do controle e poder nas instituições sociais Foucault (1977, p. 140), afirma que: “as instituições exercem um controle que não apenas penaliza, mas também exclui, perpetuando desigualdades e limitando a vida”. A preocupação expressa dos educandos sobre a restrição das saídas temporárias a uma fração da população carcerária desinformada das mudanças no judiciário, se ancora à luz das ideias de Michel Foucault sobre controle e poder nas instituições sociais que penaliza, exclui os sujeitos, muitas vezes, de maneira invisível como àqueles que não têm acesso à informação sobre suas condições legais. Assim, a falta de transparência e compreensão sobre as mudanças no judiciário pode resultar em um ciclo de exclusão e limitação de benefícios.

Observamos que a participação especial do Sr. Amarildo Monteiro (Figuras 26;27) nesta oficina foi muito importante, pois nos trouxe esclarecimentos essenciais para a elaboração das petições, para a construção dos fatos e do direito, além de um panorama das mudanças atuais no judiciário brasileiro e ajudou no detalhamento do perfil dos educandos participantes para análise de suas demandas, bem como validou falas e fez alguns exemplos de cálculos adequando aos possíveis artigos de combinação juntamente com o art.41 inciso XIV do direito de redigir suas próprias petições.

Figura 26 - Imagem da Participação do Policial Penal - Sr. Amarildo Monteiro.



Fonte: Registro da autora, 2024.

Figura 27 - Registro da Atividade com a Participação do Sr. Amarildo Monteiro.



Fonte: Registro da autora, 2024.

A imagens registram a colaboração entre a educação e a assistência jurídica na UP, destacando a relevância dessa parceria na promoção do conhecimento, na defesa dos direitos. A foto também exemplifica de maneira didática o cálculo de pena realizado pelo servidor. A presença do servidor, que fez e elucidou alguns cálculos, com base no documento e fala dos educandos, trazendo os artigos de combinação, isto é, os artigos que são aplicados em conjunto para resolver um caso específico de acordo com o perfil da maioria dos educandos, se para progressão, livramento condicional, saída temporária, carta de emprego, entre outras.

Os participantes praticaram a escuta atenta para identificar códigos legais na atividade jogo da memória de termos judiciais e significado jurídico. A turma se portou curiosa e com várias perguntas a serem respondidas com base em seus processos. O servidor precisou se retirar por compromisso de trabalho e nós agradecemos sua preciosa colaboração.

Com lastro no pensamento, que afirma: “a educação autêntica... se faz de “A” com “B”, mediatizada pelo mundo”, a experiência foi importantíssima para a formação de educandos privados de liberdade e a partilha de saberes. Esta abordagem centrada no diálogo, possibilitou fortalecimento do espaço pela reflexão crítica, com valorização de vozes potentes com desenvolvimento da consciência crítica sobre suas realidades desafiando os preconceitos.

“A educação autêntica, repitamos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo[...].” (Freire, 1987, p.54).

Toda empatia e cuidado aos casos específicos dos educandos, fortaleceu ainda mais a relação de respeito construída pelo servidor que o separa da farda mesmo fazendo uso dela durante a consultoria. Cada demanda analisada direcionou melhor os códigos legais para encaminhamento das petições e construção de seus argumentos que sucederam gradativamente.

Com o avanço da hora, foi preciso retomar no turno vespertino. Ao retornarmos, iniciamos a tarde com um caça palavras de demandas peticionais com palavras como: uso do nome, detração, remição pelo trabalho, remição pelo estudo, saída temporária, livramento condicional, prisão domiciliar, visita social, transferência, indulto, visita íntima, etc. Em seguida de posse dos dados e demandas, em uma folha modelo, preencheram a introdução de seus dados para então rascunhar a narrativa detalhada, o contexto da situação que se encontra de forma breve que justifique seu pedido.

Esta etapa, bastante delicada, exigiu um esforço significativo para organizar as ideias, para fornecer suporte adequado e oferecer doses de incentivo contínuo, a fim de garantir que todos se mantivessem engajados e evitassem a desistência. O educando sr. Gigante pediu para parar e fazer depois, pois disse não estar com humor. As situações reais de seus processos mexeram com o emocional e despertaram desânimo entre alguns educandos. Notadamente, o abalo emocional chega a afetar o físico, o educando e sr. Reloginho manifestou sintomas de suor frio, pediu para ir ao banheiro. Permite e o aguardei. Já Sr. Gigante permiti que continuasse no próximo encontro, e segui recolhendo as tarefas de introdução do texto e assessorando os demais educandos.

Por se tratar de mais que códigos legais, e sim, de vidas humanas, o silêncio, o suor frio dos educandos sr. Gigante e sr. Reloginho, ao falarem de suas realidades, denotaram o quanto fatores emocionais irmanam desânimo, medo ou desesperança. Claramente identificado nos educandos sr. Gigante que pediu para parar e fazer depois e o estudante sr. Reloginho que manifestou sintomas de suor frio e pediu para ir ao banheiro. As situações descritas refletem como questões emocionais profundamente entrelaçadas com os processos legais, podem impactar significativamente no estado mental dos educandos privados de liberdade.

A questão emocional nos convida a pensar sobre as emoções, destacando a importância na habilidade de considerar e gerir nossos próprios sentimentos e dos outros. Goleman (1995, p. 34), enfatiza que essa competência é crucial para o bem-estar e o sucesso em diversas áreas da vida. A partir da compreensão das estruturas neurológicas que influenciam essas emoções, podemos cultivar habilidades emocionais que beneficiem tanto a nós quanto aos que nos cercam. Essa capacidade nos permite não apenas entender e regular nossas reações emocionais, mas também lidar melhor com as interações sociais.

Ao manifestar sintomas físicos como suor frio e a necessidade de se ausentar, observamos como o estresse e a ansiedade podem impactar emocional e fisicamente, pois mais do que apenas aspectos técnicos ou legais eles tocam diretamente nas vidas humanas, com todas as suas complexidades. O silêncio ou a decisão de se afastar temporariamente pode ser uma forma dos educandos tentarem encontrar algum alívio ou espaço para processar o impacto emocional do momento. Esses exemplos mostram que fatores emocionais podem influenciar os processos educacionais e o quanto o reconhecimento e gerenciamento desses aspectos devem ser tratados com afetividade e adequação pelos educadores em suas práticas educativas especialmente em prisões. Não podemos negligenciar com saberes necessários e primordiais a formação do ser inclusive entendendo sobre as influências da afetividade em todo esse processo” (Leite e Gazoli, 2012, p.3).

Ao concluir a produção inicial, os educandos foram convidados a avaliar a oficina com base na motivação e na participação dos participantes, utilizando uma escala de 0 a 10. Essa avaliação visava medir a eficácia do aprendizado, o engajamento e o grau de interesse no tema abordado. O resultado da enquete sobre a oficina foi quanto ao aprendizado e o grau de engajamento dos educandos. As notas foram altas tanto para o aprendizado quanto para o engajamento. Isto é bom sinal, de impacto positivo, o que não impede de haver um maior aperfeiçoamento em especial nas dinâmicas e mídias tecnológicas para maximizar a participação geral.

Sexta Oficina: características, tipos de petições

A sexta oficina realizada no dia 21 de maio, foi voltada para o aprimoramento da argumentação e produção textual relacionada a petição para fundamentação dos fatos, enfatizando a clareza, coesão e coerência na escrita. A oficina seguiu com o objetivo de ensinar as características, tipos, estrutura, linguagem e função social das petições judiciais, além de aprimorar a argumentação e a clareza textual com algumas conjunções usadas para conectar

orações ou partes de orações, estabelecendo relações de oposição, adição ou conclusão. O conteúdo abrangeu desde a identificação dos elementos essenciais das petições até a prática de produção textual, incluindo a reescrita com fundamentos legais apropriados. A metodologia envolveu leitura e análise de exemplos, exercícios de argumentação, produção, revisão de textos e avaliação das atividades construídas. Assim, a produção do dia foi de se construir narrativas que demonstrassem um desenvolvimento, explicação, motivação, fundamento para os fatos explicitados pelos mesmos, para o corpo do texto de sua própria petição, realizando em seguida a reescrita e o acréscimo do fundamento legal, conforme o Art. 41, Inciso XIV, dos fatos e do direito.

Para início dos trabalhos, foi distribuída uma atividade impressa com respostas de múltipla escolha, leitura e reflexão para ajudar na construção do pensamento com coerência e lógica. Os participantes tiveram um tempo para responder e depois socializarem para correção e reflexão coletiva. As afirmações e evidências a cada questionamento, possibilitaram identificar, razão, situação possível similaridade, exemplos, opiniões para construção de seus argumentos de forma lógica, organizando um pensamento mais persuasivo. Esta atividade não apenas incentivou a prática de diferentes formas de argumentação, mas também ajudou os participantes a adaptar seus argumentos a diversos contextos e situações, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e construtivo dentro da sala de aula.

A atividade constou de sete questões para leitura e reflexão, fixação escrita e aplicação correta de termos corriqueiros nas petições em curso. Conforme apresentado no quadro 8.

Foram estudados demandas e termos do jurídico como base nos direitos: por direito constitucional, por assistência jurídica, médica, por pena individualizada, por audiência especial, material, religiosa, pecúlio, contato externo, saída temporária, por visita social e íntima, direito a progressão de regime, livramento condicional, detração de pena, atestado de pena, revisão criminal, remição de pena: trabalho e práticas educativas.

Quadro 8 – Construção argumentativa

Pergunta	Possível Argumento	Objetivo
1. O que é argumentar	a) Afirmação, defesa de uma posição. b) Justificar diálogo e debate c) Raciocínio crítico d) Persuasão	Identificar a questão específica que pretende abordar e esclarecer o motivo da petição
2. O que é necessário incluir na introdução da sua petição?	a) apresentar apenas contextualização do caso. b) ser detalhista logo de início. c) informar a Identificação das partes e declarar claro qual o pedido.	Ter clareza e objetividade no pedido.

Pergunta	Possível Argumento	Objetivo
3. Qual seu objetivo principal? (Sua demanda)	a) livramento condicional. b) pleito por trabalho. c) saída temporária. d) prisão domiciliar. e) progressão de regime. f) remição. g) outro.	Conhecer a demanda do educando. E o que pleitear.
4. O que demonstra o início da argumentação?	a) demonstrar verdade no seu pleito. b) reconhecendo com sinceridade e humildade. c) mostrando compromisso com a mudança. d) com apelo emocional. e) considerando suas próprias características.	Construir fundamentos sólidos.
5. Qual a sua justificativa do pedido?	a) simples ajuda b) merecimento c) desejo d) necessidade	Ser convincente e não contraditório.
6. Você deve fortalecer sua argumentação repetindo o pedido ao final da petição.	a) sim, acrescentando uma razão ou prova concreta. b) sim, com um testemunho, ou declaração. c) sim, por meu atestado de boa conduta.	Fortalecer sua argumentação e reiterar o pedido.
7. Qual é a importância dessa petição para você, você acredita no que está solicitando?	a) acelerar a solução do meu processo. b) impacto emocional c) sim, meu argumento transmite convicção sincera. d) sim, apenas pela fé em Deus. e) sim pelo artigo que se respalda na lei.	Compreender o grau de valor da petição. Argumentar com autenticidade.

Fonte: Elaboração da Autora, 2024.

Os educandos fizeram referência ao já estudado nas oficinas anteriores, com destaque ao pensamento crítico e a explicações recebidas no campo do jurídico. As discussões foram cada vez mais interessantes com novos pensamentos, análises, questionamentos em uma crescente leitura do mundo e quizá de si mesmos. Como por exemplo, na discussão sobre os direitos humanos, os educandos refletiram sobre a importância da inclusão e da equidade, ressoando com as ideias de Paulo Freire na luta por direitos. Em outro momento, fizeram análise crítica das estruturas de poder e como essas influenciam suas vidas no interior da prisão pela perspectiva do oprimido, alinhando-se com a crítica de Freire à opressão. Uma prática rica que fortaleceu o pensamento crítico da turma e reforçou o diálogo na prática educativa de viés.

A pergunta: o que é argumentar? Fomentou sinônimos como falar sobre algo, se tem razão, discutir, apresentar, explicar e justificar. Ao ouvir a todos que se manifestaram salientei a diferença entre explicar e justificar especialmente no contexto do cárcere. Aproveitei a oportunidade de agradecer de público o empenho e participação de todos durante várias oficinas seguidas, principalmente por saber das possíveis mudanças repentinas que os processos

jurídicos os acometem como transferências e liberações. A turma demonstrou uma satisfação mútua. Segui explicando porque agradei imediatamente e justifiquei meu comportamento pela possibilidade de talvez não ter outra oportunidade no futuro, devido a rotatividade dos processos judiciais que os acometem de uma noite para o dia.

Desse modo expliquei com clareza, ajudando a entender como ou por que algo acontece. Justificar é apresentar razões e argumentos para defender uma decisão ou ação. Reforcei a justificativa por se fazer necessário devido a rotina da prisão. Assim, enquanto a explicação busca clareza e compreensão, a justificação busca defender e validar escolhas. Explicar conta como e porquê, mas justificar vai além de apresentar razões e argumentos para defender uma decisão ou ação, valida o ato ou ação necessária.

Segui dando novo exemplo: quando se trata de um crime, explicar envolve detalhar como ocorreu o evento e as circunstâncias envolvidas. Por outro lado, justificar um crime significa tentar encontrar razões para aprovar ou minimizar a gravidade do ato e geralmente isso não é aceito pela justiça, pois não muda os fatos, nem a natureza do crime. Enquanto explicava o semblante de Sr. Cabeça mudou. Pairou um silêncio. Ele se pronunciou dizendo: “eu mesmo fui crime hediondo, a senhora sabe né, professora?” Eu disse ter escutado durante a oficina sobre as demandas e confessei ter refletido quanto a esse momento da pesquisa em que se revelava um pouco mais do perfil judicial do educando em privação e que para os profissionais da educação, desde sua inscrição da matrícula, não lhes compete conhecer o histórico criminal para que não corram o risco de fazer qualquer juízo de valor. O histórico a que se dedicam é a sua trajetória escolar, resgate de sua identidade, formação enquanto indivíduo, cidadão do mundo. Esclarecido o fato, eu disse que até onde passei a ter conhecimento, nada mudou e lhe estendi a mão. A turma seguiu respondendo coletivamente as questões e principalmente se apropriando dos termos e falas que mais se adequavam à sua realidade.

Esse momento, em particular, evocou intensa conscientização, tanto por parte do educando, quanto por mim, enquanto professora, pois se harmoniza com os conceitos de Paulo Freire sobre a reflexão crítica evidenciada na fala do Sr. Cabeça, pelo reconhecimento de suas próprias ações, bem como pelo silêncio que se seguiu dentro de um contexto de pensamento mais amplo, por implicações dessa consciência, e, ainda, pela responsabilidade em ser educadora no espaço da prisão e ser também um ser inconcluso. Como Freire (1996) afirma: “[...] o inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão próprio da experiência vital. Onde há vida há inacabamento [...]” (Freire 1996, p. 29). Esse chamado “inacabamento humano” por Freire, remeteu-me crescimento, uma autorreflexão

significativa enquanto educadora, por perceber a forte conexão que trouxe aprendizado não apenas acadêmico, mas também emocional. Durante a autorreflexão, pude reconhecer minha própria vulnerabilidade e desafio.

Essa autorreflexão e a ampliação da percepção pelo educando, de profunda autocrítica, foi uma confrontação da própria identidade, ao refletir sobre si mesmo e ao reconhecer sua falha e seu tipo de crime. Uma reflexão de percepção do mundo, que promoveu uma introspecção dolorosa, que acredito ter sido necessária para a evolução pessoal. Freire (1994, p.38) elucida: “Ao se conscientizar, o homem se torna capaz de transformar a sua realidade. Essa transformação é, antes de tudo, uma transformação de si mesmo.”

O esclarecimento da diferenciação entre explicar e justificar com a demonstração de preocupação do educando Sr. Cabeça ao dizer: “eu mesmo fui crime hediondo, a senhora sabe né, professora?” O episódio revelou uma complexidade emocional e introspecção do educando que é um privado de liberdade, conhecedor de sua condena por seu passado criminoso, onde ele não está apenas confessando um ato grave, mas também expondo uma ferida interna e uma sensação de culpa e vergonha diante de alguém a quem considera em um contexto de respeito ou autoridade. O educando enfatizou a conexão entre a consciência crítica e a capacidade de transformação, refletindo a ideia de Freire que a liberdade e a mudança pessoal surgem da reflexão sobre si mesmo e o mundo. Como também Freire (1968, p. 88) sustenta que “Liberdade é um ato de consciência, e só se pode ser livre se se está consciente[..]”.

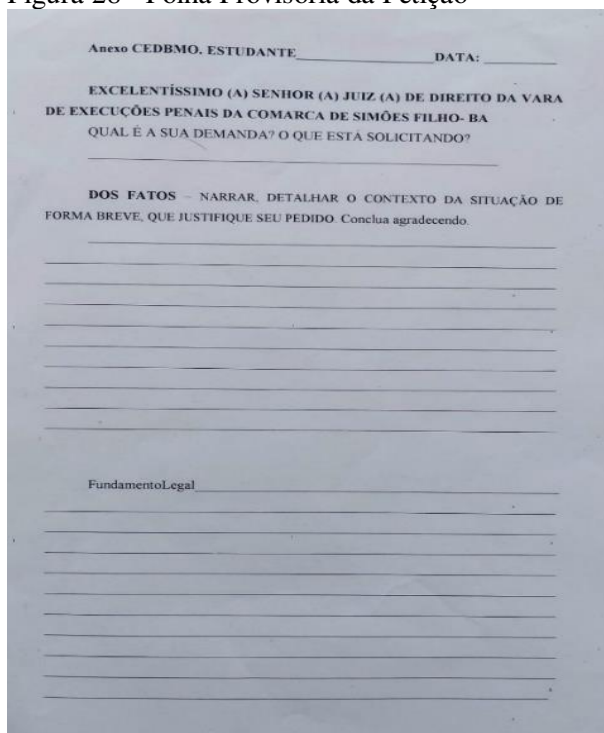
O olhar de preocupado de sr. Cabeça com meu juízo enquanto professora e aqui pesquisadora, refletiu uma inquietação quanto a sua avaliação e condução dos trabalhos após essa sua revelação. A necessidade de questionar se algo mudaria a partir dali.

Ao responder que os processos e histórico criminal não são manipulados pelos profissionais da educação, e que apesar do fato de ter conhecido um pouco mais da sua realidade, a relação de afetividade não sofreria mudança, sendo que confessei ter refletido sobre o fato. Empaticamente lhe estendi a mão acreditando na valorização e transformação do ser humano por meio da educação. Nesse momento observei a expressão de alívio e gratidão fortalecendo a relação diante de novos desafios.

Seguindo a atividade, os educandos perceberam que existem diferentes tipos de argumento para cada situação e que toda petição deve, além da argumentação, ter a fundamentação legal para justificar o seu pedido. Foi distribuído para melhor visualização de suas escritas e etapas desenvolvidas, até o momento, uma folha provisória para acompanhamento e ajustes individuais ao longo da construção da petição até a transcrição definitiva. Pedi que a nominassem e datassem para recolher ao final da manhã.

A Figura 28 da folha provisória para início da escrita da Petição serve de construção ordenada da introdução da petição, fundamental, pois estabelece o contexto e a finalidade do pedido, permitindo compreensão da questão central desde o princípio. Apresenta o problema de modo claro e coerente com empatia, gerando credibilidade, destacando com definição o objetivo e a fundamentação prática bem elaborada da introdução.

Figura 28 - Folha Provisória da Petição

A imagem mostra um formulário para a elaboração de uma petição. No topo, há campos para "Anexo CEDBMO. ESTUDANTE" e "DATA:". Abaixo, o texto endereça o "EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SIMÕES FILHO- BA" e pergunta "QUAL É A SUA DEMANDA? O QUE ESTA SOLICITANDO?". Segue-se a seção "DOS FATOS - NARRAR, DETALHAR O CONTEXTO DA SITUAÇÃO DE FORMA BREVE, QUE JUSTIFIQUE SEU PEDIDO. Conclua agradecendo.", com várias linhas para a resposta. Abaixo, há a seção "FundamentoLegal" com mais linhas para a fundamentação.

Fonte: Elaboração da Autora, 2024.

A discussão com o grupo os fez perceber que precisavam trabalhar seu poder de convencimento de forma coerente e lógica, bem como também deixar fluir seu natural, pois a escrita é autoral. Falar da família foi o que mais se destacou, do imenso desejo de estar em casa, ter uma rotina recorrente, ser apoiado e apoiar seus entes queridos. A questão emocional, é um dos maiores desafios enfrentados pelos participantes na repetitiva rotina da instituição prisional.

A intranquilidade constante e ansiedade pela oportunidade de experimentar novamente uma vida fora da prisão, de ouvir seu nome no gradil, induz a baixa autoestima, senso de indignidade e falta de confiança em si mesmos. Conseqüentemente, a maior demanda foi para o livramento condicional e prisão domiciliar, no entanto, não basta ter boa conduta é preciso estar dentro das exigências, do tempo de cumprimento de pena a depender do processo que reponde. Sr. Ted disse ter um histórico de bom comportamento dentro da prisão e tempo de pena, porém seu processo estava atrelado a outra pessoa e isso o impedia de receber o benefício. Disse que só agora poderia fazer seu pedido. Onofre critica as condições do sistema penal, que

muitas vezes perpetuam a marginalização e a exclusão social. Em suas reflexões, ela defende que a justiça deve ser orientada pela dignidade humana, promovendo alternativas ao encarceramento e assegurando que todos tenham oportunidades reais de reconstruir suas vidas. O estudo de Onofre (2007), em sua visão da educação escolar nas prisões acredita na reabilitação dos presos, mesmo reconhecendo que a vida nas prisões é complicada e cheia de contradições. O que sugere Sykes (1999), corrobora no entendimento dessa realidade, destacando para um olhar imparcial considerando as diferentes perspectivas. A prisão vista de diferentes maneiras, opiniões e experiências de que está dentro dela. Desse modo possamos entender melhor como a educação pode impactar a vida dos educandos no processo de reintegração.

As experiências dos educandos, focando nas ansiedades e desafios são vivos com a narrativa de Sr. Ted que ilustra, apesar da boa conduta, a burocracia e as restrições legais podem frustrar a esperança de reintegração à sociedade.

Sr. Oclinhos estava apreensivo por ter uma situação pendente na casa e passaria por uma Oitiva em breve. A oitiva na prisão refere-se ao procedimento pelo qual um detento é ouvido ou interrogado por autoridades, como policiais, para esclarecer fatos sobre seus conhecimentos, testemunho ou envolvimento em um crime, sendo parte importante do processo na administração da justiça. Sr. Profissão Perigo disse que a ausência de infrações disciplinares ou participação ativa, assumida pelo interno, comprometeu seu cálculo de tempo na prisão. São os chamados PAD (Processo administrativo).

Esta profunda conexão emocional que os participantes sentem em relação às suas famílias e à vida fora da prisão, é notada pelas bruscas mudanças de humor, a constante da saudade e da necessidade de apoio que lhes afetam a autoestima. A pressão constante da intranquilidade e a ansiedade em relação à reintegração social destacam a complexidade do processo desde a adaptação e a convivência com o sentimento de indignidade que se torna significativo. A busca por alternativas como o livramento condicional e ou a prisão domiciliar, demonstra o desejo de liberdade, mas também revela a rigidez das exigências legais que condicionam essas oportunidades, boa parte dos participantes tem impeditivos.

As falas dos participantes, como as do Sr. Ted e do Sr. Oclinhos, ilustram as dificuldades enfrentadas na busca por benefícios legais, evidenciando que mesmo com um histórico de bom comportamento, fatores externos, como a ligação a outros processos, podem obstruir o acesso à liberdade. A apreensão do Sr. Oclinhos em relação à sua Oitiva reflete a tensão que os internos sentem ao lidarem com procedimentos que podem afetar diretamente suas chances de reintegração, o que era perceptível no seu estado de humor. Vale ressaltar que com as novas

mudanças no judiciário, estas se tornaram ainda mais rigorosas, dificultando o ganho de benefícios. Essa observação condiz com a menção do Sr. Profissão Perigo sobre a importância da boa conduta e da ausência de infrações, ressaltando como a administração prisional utiliza esses critérios para calcular o tempo de cumprimento de pena. Assim, a interação entre fatores emocionais, legais e administrativos se tornam cruciais para entender a trajetória dos internos e suas aspirações por uma vida nova.

Ballone (2003) afirma, ao descrever que os afetos depressivos da mesma forma que os expansivos, podem aparecer como uma resposta a situações reais, através de uma reação vivencial depressiva, quando diante de fatos desagradáveis, aborrecedores, de frustrações e perdas. Assim os câmbios de humor e as intranquilidades do contexto, nas interações sociais, influenciam os processos de desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento das atividades propostas, notada nas falas.

No retorno, no princípio da tarde, sr. Oclinhos disse ter que se ausentar para ir à oitava e sr. Cabeça foi chamado na grade pelo policial penal na presença da enfermeira para entrega de medicação. A professora aguardou pacientemente para retomar as reflexões e foi assistindo um ou outro estudante em sua escrita mais adiantada. Ao lerem o trecho do material que pedia que completassem. “Estou ciente dos _____ que enfrentarei para superar as dificuldades e preconceitos ao sair do cárcere”. Sr. Jovem disse (desafios), sr. Caramelo disse (das lutas) e sr. Cabeça completou os (estereótipos), ne, professora? O estudante Cabeça frisou a palavra, pois é bastante debatida em sala ao chamarem eles de “ladrão” e não pelo nome. Na escola, a chamada no gradil é acompanhada e combatida pela professora veementemente. Sr. Ted riu e disse: “ai de quem chamar a escola aberta ladrão! A professora corrige logo. Você estudante matriculado, a escola aberta!” Sr. Velocidade Máxima disse: “Isso quando ela não Canta na grade”.

A turma riu e foi conduzida a voltar para a leitura. Sr. Jovem e sr. Jogador disseram ao mesmo tempo na frase “Sou um homem por hora _____ de liberdade, mas sou um sujeito de _____.” (preso /mas um sujeito de direitos). Sr. Reloginho respondeu na questão seguinte que havia penas de um regime mais duro e outro mais leve. Sr. Ted disse: nunca mais quero ir para a Cadeia Nova, tô fora da novinha”. Ressaltando diferença do regime semiaberto da Colônia do tipo de regime de pena mais severo aplicado na Cadeia Nova, que é o regime fechado. A avaliação final da oficina incluiu uma escrita simples, permitindo que os participantes opinassem e argumentassem sobre a experiência do dia. Essa atividade fez uso de algumas palavras de ligação de uso comum em petições judiciais. Como: além disso, por fim,

contudo, entretanto, todavia, para ajudar na sustentação das premissas apresentadas de suas alegações e foi distribuído num quadro de sugestão de palavras.

Cada estudante finalizou sua tarefa no seu ritmo e a turma foi se despedindo. Os educandos preferiram externar sua opinião na oralidade e a professora registrou em áudio, conforme apresentado no quadro 9 a seguir:

Quadro 9 - Respostas dos Educandos sobre a oficina.

Educando	Resposta
1. Sr. Caramelo	“Muito boa, acredito que vai dar certo, tenho fé.”
2.Sr. Reloginho	“Cada dia aprendo mais, a gente aprende muita coisa.”
3.Sr.Gigante	“Tô confiante, não vou esquecer da senhora, tô sempre aqui.”
4.Sr. Cabeça	“Não falto.”
5.Sr. Ted	“Eu sou outra pessoa, estudar, aprender tem sido muito bom pra mim. Tô mais calmo.”

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

As respostas dos educandos revelaram um panorama diversificado a respeito da importância da oficina de petições em suas vidas. As falas expressam uma confiança e um otimismo profundos em relação a feitura de suas petições, refletindo a crença de que isso pode trazer resultados positivos. Além de demonstrar compromisso com o aprendizado e sua evolução pessoal, enfatizando a importância do apoio recebido, revelam um reconhecimento do valor das relações construídas no ambiente escolar significativas.

Muitos expressaram uma visão positiva e esperançosa, destacando o aprendizado como uma experiência rica. Por exemplo, na fala de Sr. Ted: “Eu sou outra pessoa, estudar, aprender tem sido muito bom pra mim. Tô mais calmo” mencionando uma transformação pessoal significativa, refletindo como o estudo o ajudou a se sentir mais calmo e a se tornar “outra pessoa”. Isso indica que a pesquisa e a educação não apenas promoveram conhecimento, mas também contribuiu para o desenvolvimento emocional e psicológico dos educandos. Segundo Onofre (2007, p. 19):

Nesse sentido, a frequência às atividades escolares justifica desde o desejo de aprender, de buscar passatempo, até a busca de um parecer positivo nos exames criminológicos que possibilite a sua saída da prisão. Mesmo não tendo consciência da função histórica da escola e de seu papel na construção da cidadania, seu objetivo, ao frequentá-la, é “acatar as regras da casa”, visando a buscar todas as alternativas possíveis para abreviar sua estada na unidade prisional ou a conseguir benefícios e ser encaminhado para os presídios semiabertos. (Onofre, 2007, p. 19)

A autora analisa as motivações dos educandos, isso se deve ao fato de que o envolvimento escolar pode influenciar positivamente os exames criminológicos e benefícios. De fato, inegavelmente, a remição de pena é o primeiro atrativo.

Onofre (2007), segue analisando e aborda a função da educação em contextos prisionais, ressaltando as tensões entre o sistema de punições, os objetivos de “ressocialização” e questiona: Diante dos dilemas e das contradições do ideal educativo e do real punitivo, de tantos fatores que obstaculizam a formação para a vida social em liberdade, longe das grades, cabe perguntar: o que pode fazer a educação escolar por trás das grades? (Onofre, 2007, p. 14)

Isso sugere uma reflexão sobre como as práticas educativas podem contribuir para a formação de indivíduos. Para Gadotti (1993), a contradição da pedagogia no ambiente prisional, onde o educador enfrenta conflitos e riscos. Nesse cenário, a educação não é apenas uma ferramenta de formação, mas uma oportunidade de ressignificação da vida para os educandos, desafiando a despersonalização e a violência sistêmica. A escola na fala dos educandos é um lugar de possibilidades que pode oferecer uma alternativa contra a marginalização desde o chamado no gradil: “Escola aberta, ladrão!” “LADRÃO, NÃO!” Combatido veementemente pela educadora.

Segundo Mello (1987, p.90), a importância da escola na prisão reside em sua capacidade de transformar o encarcerado em um homem “[...] informado e participante do mundo em que vive, adquirindo consciência crítica que favorece a capacidade de questionar e problematizar o mundo, condição necessária para a prática social transformadora.” Assim, a educação escolar contribui não apenas individualmente, mas também para a construção coletiva consciente. De fato, a importância da escola na prisão é confirmada nas respostas dos educandos e no meio fluido das atividades desenvolvidas. Assim, emergindo contra a prisionalização e em prol da construção de novas oportunidades para pessoas que buscam de reconstruir suas vidas com a tão sonhada liberdade.

Por outro lado, algumas falas, como a de sr. Gigante: “Tenho tido dias ruins, mas gosto de estar nas aulas”, apontam para a realidade de dias difíceis, evidenciando que, apesar dos desafios, a presença da escola na prisão é valorizada. Essa dualidade nas respostas sugere que, enquanto uns estão imersos em um otimismo renovado, outros enfrentam grandes lutas pessoais, mas seguem perseverantes. A frase dita por Sr. Hollywood: “Acho que saio antes, mas valeu”, ressalta que apesar de sua condição, ainda assim, valorizou a experiência da aprendizagem, sendo um dos primeiros a finalizar. Assim, as respostas coletivas ressaltaram

não apenas a relevância da pesquisa, mas também a complexidade das experiências de aprendizagem, que envolvem tanto momentos de superação quanto de desafios.

A resposta de que “Cada dia aprendo mais” e “A gente aprende mais coisa” reflete um sentimento crescente e de valorização das oficinas, enquanto “Tenho fé, foi boa” e “acho que saio antes, mas valeu” demonstraram fé, mesmo diante das adversidades ou limitações linguísticas que possam ainda persistirem por um tempo. De fato, escrever não é tarefa fácil. As petições autorais por melhores que fossem, levaram consigo características próprias de seus autores, e marcas do nível de proficiência que se encontram uns em trânsito e outros com avanços significativos. Pensando nos avanços, refletimos conscientização segundo o que diz Freire,

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos convidamos para analisá-lo [...] A conscientização não pode existir fora das práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 1980, p.26).

Cada petição refletiu a individualidade e o nível de proficiência de seus autores, revelando suas experiências, que enfatiza a importância da ação-reflexão de cada um e da análise crítica da realidade que fazem a medida do estudo e sua produção, pois o autor penetrou na essência do que estava sendo abordado. Isso confirma o que fora dito por Paulo Freire que a conscientização não existe isoladamente; ela se manifesta nas práxis, promovendo um aprimoramento contínuo.

Sétima Oficina: produção de petição judicial

A oficina realizada no dia 24 de maio de 2024, seguiu sobre escrita da petição judicial, teve como objetivo principal a formação dos participantes sobre as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial, promovendo o aprimoramento da argumentação e da compreensão textual. O conteúdo abordado incluiu a definição e estrutura das petições judiciais, os diferentes tipos de petições, e a linguagem formal necessária para sua elaboração. Metodologicamente, a oficina iniciou com uma introdução teórica sobre os conceitos fundamentais e seguiu com atividades práticas, como a continuação e reescrita de petições, focando na inclusão de conectivos finais e na argumentação. A avaliação foi realizada por meio da análise crítica das petições produzidas, considerando a conferência dos fatos e

fundamentos legais, além de um feedback final sobre o desenvolvimento das habilidades dos participantes.

Fiz a devolutiva das primeiras escritas com correções individuais e na lousa, destacando os “erros” mais corriqueiros chamando a atenção dos educandos, que se debruçaram na produção. A turma solicitou apoio a cada revisão de seus textos, sempre conferindo ponto a ponto, dos fatos, a base legal e a argumentação apresentada, além de adicionar um desfecho adequado às suas petições. Alguns educandos como os senhores Itinga, Jogador, Gigante, Reloginho, Oclinhos e Caramelo necessitaram de maior assistência, já os demais, senhores Cabeça, Ted, Velocidade Máxima, Jovem, Profissão Perigo e Hollywood foram mais independentes. A atividade envolveu toda a manhã e a reescrita de trechos em uma folha provisória. Já apresentada desde a quinta oficina para melhor acompanhamento e padronização da escrita formal. Enfatizei ao corrigi-las, a importância da argumentação sólida e da clareza na produção textual.

Também foram apresentados, alguns conectivos para ajudar a estruturar o texto, a melhorar a clareza da conclusão e reforçar a persuasão. A exemplo de: portanto, diante do exposto, em razão do exposto, tendo em vista jurisprudência e os princípios legais aplicáveis, pleiteia-se a concessão da medida requerida, desse modo, e considerando a evidência apresentada, assim sendo, em face dos argumentos demonstrados, por conseguinte, entre outros.

Outrossim, na despedida, demonstrar formalidade e respeito é fator crucial, encerrando a petição de maneira adequada. A exemplo como: respeitosamente, agradeço antecipadamente pela atenção e consideração dispensadas, meus respeitos, confiante de que a decisão será proferida com a devida justiça e, diante dos argumentos apresentados e desenvolvimento ao longo da petição, cabe pleitear que o pedido seja deferido agradecer e acrescer o desfecho formal. Os conectivos ajudaram a criar uma transição clara e lógica para o desfecho da petição, reforçando a coerência do texto e a persuasão.

Esta oficina foi continuidade da escrita da petição e agregou o uso de conectivo final, bem como, realizou exercícios de escrita e revisão para ajudar a internalizar as regras e a reconhecer erros. Foi detectada nas correções individuais de suas reescritas, que usaram formas verbais incorretas e suprimiram letra, equivocaram-se no plural de palavras, na separação de sílaba, precisando de intervenção para revisar a concordância entre sujeito e verbo e praticar nova reescrita. A prática de exercícios práticos pontuais e correção coletiva, na lousa, foi uma estratégia comum e assertiva.

Referindo-se aos “erros”, estes foram vistos como oportunidades de aprendizado. É o que nos acrescenta La Torre (2007), pois ao em vez de vê-los como falhas, este sugere que

devemos analisá-los, entender suas causas e usar essa reflexão para crescer e melhorar. Ele defende que os erros são parte fundamental do processo de desenvolvimento pessoal e profissional. La Torre sobre erros gramaticais, nos afirma que existem “erros” mais “errados” do que outros e explica que a noção de “erro” vai além da língua e está relacionada à posição social da pessoa, que é acusada de falar “errado”. Para La Torre, a violência maior é exigir que a pessoa fale “certo” sem que o Estado lhe forneça as condições mínimas de acesso à educação, à leitura, à escrita e à cidadania plena.

Ao final dos exercícios foi solicitada uma avaliação da oficina em termos da eficácia no desenvolvimento e quanto aos educandos na sua autoavaliação das habilidades desenvolvidas. Para garantir a precisão e a profundidade dessa autoavaliação, orientei os educandos a abordarem o processo com bastante seriedade e rigor.

Como análise crítica na construção das petições, obteve-se um feedback final de cada estudante que responderam individualmente:

Sr. Caramelo: "O pensamento da rua impacta meu psicológico."

Sr. Jogador: "Não falta a um único dia."

Sr. Reloginho: "Gosto de passar o dia na escola."

Sr. Cabeça: "Entender e expressar meus pensamentos traz conforto."

Sr. Gigante: "As oficinas me aproximam da rua e da minha família."

Sr. Ted: "O aprendizado é fundamental para minha remição."

Sr. Itinga: "Me sinto mais de bôa."

Sr. Profissão Perigo: "As lições boas superaram as ruins."

Sr. Jovem: "Utilizei a oficina como um momento de reflexão."

Sr. Hollywood: "As horas passadas na oficina são as melhores do dia."

Sr. Oclinhos: "Tive avanços em algumas áreas, mas enfrentei desafios em outras."

Assim podemos ver que a avaliação da oficina, foi vista de maneira bastante positiva pelos educandos, que compartilharam suas experiências e reflexões sobre o aprendizado proporcionado. Cada comentário revelou um pouco da transformação que a atividade gerou em sua rotina. Sr. Caramelo expressou como o “pensamento da rua” impacta seu psicológico, ressaltando a importância da oficina para lidar com esse aspecto, o que culminou em uma nota alta tanto para a oficina quanto para sua autoavaliação. Sr. Jogador, por sua vez, destacou seu compromisso com as aulas, afirmando que não falta a um único dia, o que demonstra a relevância da oficina e da escola em sua rotina. Sr. Reloginho, ao afirmar que gosta de passar o dia na escola, reforçou a ideia de que o ambiente escolar se tornou um espaço de conforto e aprendizado em sua vida.

Realmente, durante as discussões, refletirmos sobre como os ensinamentos de Freire que se aplicam à nossa realidade na EJA em prisões. Para os educandos aprender significados e conceitos, foi poder também ressignificar o olhar, o diálogo. Através das oficinas formativas partilhamos conhecimento e também nos tornamos ativos pela prática do fazer pedagógico. Como Gondim (2003) salienta que a valorização dessa abordagem de uma compreensão profunda e crítica, aproxima teoria e prática, aumentando nosso compromisso com a transformação social. Exemplificadas nas falas dos educandos, Sr. Ted: “O aprendizado é fundamental para minha remição.” Sr. Jovem: “Utilizei a oficina como um momento de reflexão. E Sr. Gigante: “As oficinas me aproximam da rua e da minha família.” Essas falas expressam a essência da aplicação dos ensinamentos de Freire na EJA, em especial a EJA em prisões, pois refletem a importância do aprendizado como um processo transformador e a prática do diálogo e da reflexão, fundamentais na abordagem libertadora, denotando a conexão, os ganhos que vão além do aprendizado tradicional.

Sr. Cabeça trouxe uma reflexão bem profunda, mencionando que o entendimento e a capacidade de expressar seus pensamentos trazem conforto, apesar de suas desconfianças e experiências enquanto privado de liberdade. Sua autoavaliação foi positiva, indicando um reconhecimento de suas melhorias nesse processo. Sr. Gigante, ao relatar que as oficinas o aproximam da rua e de sua família, enfatizou a conexão social e emocional que a atividade proporcionou, embora tenha mencionado uma necessidade administrativa em relação à documentação imediata.

Nestas falas os educandos abordaram a importância da expressão e da conexão social para ambos. O Sr. Cabeça, por exemplo, reconhece que a capacidade de entender e comunicar seus pensamentos, traz conforto, já Sr. Gigante enfatizou sua conexão com o externo em detrimento com ajuda das oficinas. Dois desafios importantes de vencer a desconfiança das questões administrativas e a busca por pertencimento para superar a opressão na prisão. Freire (1970) aborda a superação da opressão ao enfatizar a importância da conscientização e do diálogo na libertação dos oprimidos, mesmo no contexto da prisão, pois segundo ele, é ato de liberdade, que possibilita a superação das opressões.

Freire (1970, p.26) argumenta que “[...]A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos [...]”. Assim apesar das condições adversas, como na prisão, vislumbram saída pela busca do conhecimento e emancipação do oprimido, pois acredita que os oprimidos não sejam apenas objetos da opressão, mas sujeitos ativos em sua luta. Ainda nesse pensamento,

Pereira (2019) elucida que a educação nas prisões deve ser vista como uma ferramenta para a reintegração dos presos no retorno à sociedade. Essa educação não só visa melhorar a vida dos presos, mas também proporciona novas oportunidades, especialmente no mercado de trabalho.

Outro ponto salientado foi quando sr. Ted compartilhou a importância do aprendizado para sua remição, destacando como a educação e a sabedoria adquirida têm sido fundamentais em sua vida durante o cárcere. Sua avaliação em dez, tanto da oficina quanto de seu desenvolvimento pessoal, reflete a transformação significativa que ele relatou vivenciar. Sr. Velocidade Máxima também expressou um sentimento de bem-estar e progresso na escola, demonstrando como o ambiente favoreceu seu aprendizado desde então.

A esse respeito, a remição de pena nas prisões, é um direito garantido do preso a reintegração social e muito cobiçada por eles. Ela é atrativa por seu benefício que diminui o tempo de encarceramento, proporcionando uma perspectiva de liberação mais rápida, entre outros benefícios, pois possui um valor simbólico e prático por proporcionar uma sensação de controle e esperança ao se engajarem em atividades de ricas partilhas, valorização do ser, elevação da autoestima e bem-estar psicológico. Pontos essenciais, especialmente em ambientes de desumanização e a desesperança. Desse modo, a remição de pena é, de fato, um direito essencial para a reintegração social do preso, oferecendo uma oportunidade de redução do tempo de encarceramento e promovendo uma perspectiva de esperança e controle sobre a própria vida.

Conforme Pereira (2018, p. 237) destaca: “defendemos a educação no espaço da prisão como um direito humano inalienável da pessoa presa e que, a depender de como essa educação esteja sendo planejada nos Planos Estaduais de Educação em Prisões (PEEPs), instituídos pelo Decreto 7.626/2011, haverá mudanças substanciais”. Essa afirmação acentua a importância da educação nas prisões como um direito fundamental e dá ênfase ao papel dos PEEPs para a transformação dessa realidade. “A remição mesmo tendo esse caráter ideológico salvacionista, possui também uma dimensão reintegradora dos presos à sociedade agregada a uma sensação de direito garantido, que para os presos ajuda a suportar o período de reclusão e afastamento da sociedade e dos entes familiares” (Santos; Pereira, 2021, p.228).

Sr. Itinga simplificou sua experiência ao dizer que se sente “mais de bôa”, usou uma gíria, que sugere uma sensação de leveza e satisfação em participar das atividades. Sr. Profissão Perigo fez uma observação sobre a qualidade do que aprendeu nas oficinas, enfatizando que as lições boas superaram as ruins, o que reflete uma postura otimista em relação à educação no espaço da prisão. Sr. Jovem utilizou a oficina como um momento de reflexão, evidenciando a profundidade do impacto emocional que teve nesses dias.

As falas dos educandos refletem experiências positivas, emotivas e transformadoras em um ambiente escolar na prisão. A sensação de leveza e satisfação, o otimismo, valorização do seu aprendizado e o paralelo entre reflexão e emoção. Os depoimentos têm em comum a valorização das experiências adquiridas nas oficinas pedagógicas, crescimento pessoal e avanços no aprendizado. Desse modo não podemos ignorar as complexidades, dos desafios e emoções dos educandos no contexto da vida no cárcere. Freire (1982, p. 26) corrobora ao dizer que: “A neutralidade da educação, de que resulta ela entendida como um quefazer puro, a serviço da formação de um tipo ideal de ser humano, desencarnado do real, virtuoso e bom, é uma das conotações fundamentais da visão ingênua da educação”.

O reconhecimento das emoções no processo educativo é essencial para que os indivíduos resgatem suas identidades e se sintam motivados. A educação deve considerar não apenas os aspectos cognitivos, mas também suas dimensões emocionais. Desse modo a educação não é neutra, pois é influenciada por valores, ideologias e práticas sociais, preparando os indivíduos para serem mais críticos, conscientes e atuantes. Vale ressaltar as influências internas da prisão que impactam e exercem mudanças de humor nos educandos.

Sr. Hollywood considerou as horas passadas na oficina como as melhores do dia, reforçando a ideia de que essa experiência é valorizada por ele. Por fim, Sr. Oclinhos apresentou uma visão mais complexa, reconhecendo que teve avanços em algumas áreas, mas também enfrentou desafios em outras. Contudo, ele destacou o aprendizado significativo que teve ao fazer sua petição, falar e escrever, mostrando a importância das habilidades práticas adquiridas.

Todos esses comentários e avaliações demonstraram que a oficina não só contribuiu para o desenvolvimento acadêmico, mas também teve um impacto profundo nas vidas pessoais e emocionais dos educandos, permitindo um espaço de aprendizado e crescimento coletivo.

Consideramos que a autoavaliação dos educandos demonstrou um forte vínculo com a escola e um reconhecimento significativo dos benefícios educacionais e emocionais que ela oferece. Muitos educandos destacaram um alto nível de engajamento e satisfação com o ambiente escolar, visto em “Não faltou um dia” e “Gosto de passar o dia na escola.” O impacto positivo da escola e em sua saúde mental favoreceu o desenvolvimento dito em “a escola fez minha cabeça melhorar” e “me sinto muito melhor aqui aprendendo na escola”, refletem uma valorização do aprendizado e uma sensação de bem-estar através das práticas escolares identificada quando Freire (1987, p.36), nos diz: “Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento”.

O termo “engajamento” utilizado por Paulo Freire é ser militante, refere-se à participação ativa na educação e na vida, onde buscam uma aprendizagem transformadora, com

consciência e troca de saberes. O engajamento partilha ideias, traz empoderamento para lutar de forma atuante juntos a suas comunidades no seu tempo na prisão.

A autoavaliação também revelou desafios que podem impactar a experiência escolar dos educandos. Questões pessoais e externas, como “o pensamento da rua abala meu psicológico”, indicam que fatores externos não favorecem a produção por afetar o estado emocional dos educandos, sua concentração. Além disso, a preocupação com o jurídico, como “Falta protocola meu documento” exige uma atenção adicional em gerir e gerenciar conflitos em torno da credibilidade das ações.

Por fim, há uma reflexão crítica e uma consciência das dificuldades do processo de aprendizagem. Comentários como “uma parte melhorei, outra piorei” mostraram uma percepção equilibrada de suas próprias experiências. É importante reconhecer tanto avanços quanto suas fragilidades linguísticas para serem trabalhadas a posterior desenvolvimento. A valorização da participação em atividades práticas, deve ser sempre motivada como a de fazer petições e desenvolver habilidades de comunicação ativa úteis, uma forma de promover emancipação dos sujeitos, enquanto educandos da EJA em prisões.

Oitava oficina: análise da produção das petições

Após a sétima oficina pedagógica realizada, a turma de educandos da EJA das séries iniciais na Colônia Penal de Simões Filho, BA, teve a oportunidade de aprimorar a argumentação e a compreensão dos textos na produção de suas petições. As atividades foram planejadas para revisar os elementos da petição, a importância da argumentação e da clareza na escrita. O objetivo principal desta última oficina foi analisar as produções dos educandos, enfocando no acréscimo do desfecho no corpo do texto. Além disso, os educandos foram incentivados a reavaliar e fazer ajustes em suas petições após uma nova releitura. A metodologia combina aulas teóricas com atividades práticas, incluindo a produção e revisão das petições. Por fim, uma tarefa final e uma entrevista foram realizadas para avaliar a compreensão e a argumentação dos educandos, culminando na transcrição final da escrita autoral em uma folha definitiva.

Nesta oficina, os educandos participaram mais uma vez com afinco e corrigindo possíveis distorções da escrita, seja: na ortografia, grafia das palavras, clareza ou coesão de sua produção autoral completa para ser transcrita na folha definitiva.

Verdadeiramente, nesta última oficina, os resultados obtidos mostraram no ambiente, uma carga de forte emoção demonstrada pelas reações dos educandos ao finalizarem a escrita definitiva para entrega das petições. Como na fala se de Sr. Cabeça, que destacou a importância da autonomia na luta para enfrentar as dificuldades e citou a investigação administrativa na unidade prisional a que será submetido. Seu testemunho trouxe à tona o tema da superação dos momentos difíceis, de desânimo e destacou o papel da escola nesse contexto, que lhe servia de apoio emocional.

A importância da autonomia, conforme destacou o educando Sr. Cabeça, ilustra bem o pensamento, que, esta, é essencial para o processo de libertação e fortalecimento dos sujeitos, e, especial os educandos em privação de liberdade. O respeito à autonomia e à dignidade de cada indivíduo é fundamental porque está ligado aos direitos humanos e à ética nas relações sociais. Não se trata de um favor, mas sim de um reconhecimento do valor essencial que cada pessoa tem. Quando afirma que a autonomia é um imperativo ético, dizemos que todos têm o direito de tomar decisões sobre suas próprias vidas e de serem tratados com dignidade e respeito, independentemente de suas situações. Como salienta Freire (2002):

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão (Freire, 2002, p.31)

Assim, que não transgridamos, à autonomia, esta implica em considerar que cada indivíduo possui conhecimentos, experiências e capacidades que devem ser valorizadas. Negar essa autonomia é desumanizar a pessoa.

Ainda, na força da palavra do Sr. Profissão Perigo, ao entregar sua petição, este emocionou a todos e com lágrimas nos olhos, disse: “vai!” Exaltando com esperança o grito, encorajando os demais colegas. A combinação dessas emoções trouxe paz e harmonização em um ambiente tão intranquilo. A concretização do documento gerou reações únicas e memoráveis no espaço de sala de aula. O momento é explicado na fala de Wallon (1954):

A afetividade é um domínio funcional cujo desenvolvimento é dependente da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação recíproca que impede qualquer tipo de determinação no desenvolvimento humano, tanto que a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência, em que a escolha individual não está ausente (Wallon 1954, p. 288).

Wallon, nos esclarece que os seres humanos, são afetados e respondem aos elementos externos como os gestos, olhares e atitudes de outras pessoas, objetos, que nos chama atenção, informações que recebemos do meio e que por sensações internas como medo, alegria e fome, entre outros, chamamos de afetividade, sendo esta decisiva para o desenvolvimento humano.

As manifestações de cada educando, ao finalizar e entregar sua petição, trouxe além da carga emotiva, a sensação de dever cumprido de algo valioso e que parecia inatingível. Um misto de intenso alívio, orgulho e êxtase que fez com que todo desafio valesse à pena.

Soares de certo nos ancora o pensamento ao enfatiza a importância da afetividade no processo de letramento. O aprendizado da leitura e da escrita não se dá apenas por meio de técnicas, mas também por meio das relações afetivas previstas entre educadores e educandos.

Para Kleiman (2005, p. 5) letramento é “um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. Porque a escrita está em todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana”. Destaca ainda que as relações sociais, interpessoais e afetivas não se dissociam da produção de sentidos por parte do sujeito no ensino aprendizagem.

Wallon amplia a compreensão no processo ensino aprendizagem e nos fornece elementos para uma reflexão quando afirma:

A escola não pode esquecer que toda prática verdadeiramente pedagógica tem por finalidade o desenvolvimento da pessoa e fortalecimento do eu. Sua intenção, portanto, tem de ser levar o aluno a fortalecer sua autoestima, ter confiança em si, e nos outros ter respeito próprio. E, assim fortalecido pode ser solidário em suas relações (Wallon, 2011 p. 85).

Wallon defende uma educação que priorizar o desenvolvimento emocional e social do educando, não apenas o acadêmico, mas que considera as necessidades emocionais e sociais dos mesmos.

Desse modo, percebemos que a afetividade cria um ambiente seguro e motivador, essencial para que os educandos se sintam mais à vontade para se desenvolver e crer, como exemplificado no grito de “vai!” ecoado pelo Sr. Profissão Perigo. Assim sendo, é propícia ao processo de letramento, a interação entre aspectos cognitivos e emocionais, ambas a favor do aprendizado. Deve ser considerado suas experiências, suas emoções, pois a construção de significados vai além do simples acúmulo de informações. Freire (1996), afirma:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que sugere que nossas experiências e contextos emocionais influenciam diretamente a forma como nos relacionamos com o conhecimento. Dessa forma, a relação afetiva estabelecida com os objetos de conhecimento, como a linguagem, é

fundamental para um verdadeiro letramento, que não se limita à decodificação de palavras, mas envolve a compreensão crítica do mundo (Freire, 1996, p. 73).

Ao se sentirem acolhidos percebem sua importância na sala de aula, uma boa mediação favorece a sua permanência pela forma significativa no conduzir da relação entre o sujeito e o espaço e o objeto de conhecimento, perpassando para a aprendizagem. Nesse quesito da relação do sujeito e o objeto, Leite (2006, p. 18) reitera que: “A qualidade da relação que se estabelece entre sujeito-objeto é também de natureza afetiva e depende da qualidade das histórias de mediações vivenciadas pelo sujeito em relação ao objeto, no seu ambiente cultural, durante sua história de vida.”

Permaneci até o final da manhã acompanhando os educandos individualmente e os liberei com a promessa de à tarde retornarem para a entrevista final. Ao retornarem no início da tarde, o processo transcorreu de maneira tranquila, sem imprevistos e com a mesma atmosfera positiva, em um misto de satisfação e alívio por finalizarem aquela rotina de vários encontros com todo o grupo unido.

5.2 A PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO GÊNERO PETIÇÃO

Findando as oficinas, partimos para a aplicação da entrevista coletiva com os educandos, que ocorreu no período da tarde da última oficina, foi um processo que transcorreu de maneira tranquila, sem imprevistos e com a mesma atmosfera positiva. Todos reunidos, expliquei que as respostas das questões das entrevistas seriam registradas em gravações de áudio. Da entrevista coletiva as falas dos educandos revelam uma variedade de anseios e expectativas em relação ao projeto educacional sobre leitura e escrita, refletindo suas motivações pessoais e aspirações futuras.

Organizamos e analisamos as falas a partir de categorizações temáticas correspondentes as próprias questões abertas (Quadro 10), sendo que a interpretação sempre a partir de autores presentes nos capítulos teóricos.

Quadro 10 - Questões/categorização da entrevista coletiva

Questões abertas	Categorização
O que significou esse processo de construção de petições jurídicas para vocês?	Ampliação da educação como elemento principal das oficinas no gênero textual petição
Quais as dificuldades que vocês tiveram durante as oficinas?	Dificuldades de aprendizagens na construção da petição

Questões abertas	Categorização
Vocês acreditam que é possível a partir destas oficinas reivindicar seus direitos através de petições?	A petição como possibilidade real de busca por direitos
O que vocês esperam conquistar a partir desta aprendizagem sobre petição?	Esperanças a partir da aprendizagem sobre petição
Que sugestões vocês dariam para aprimorar as oficinas sobre petição?	Mudanças esperadas em relação as oficinas

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Apresentamos a seguir as análises conforme categorização proposta no quadro 10, vejamos:

5.2.1 Ampliação da Educação como Elemento Principal das Oficinas no Gênero Textual Petição

De acordo com Freire (1987), a escola deve ser um local de troca entre todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, promovendo debates e reflexões, sendo um espaço importante para a aquisição de conhecimento e socialização entre indivíduos com experiências diversas assim como as prisões. Dessa forma, o fazer pedagógico se adapta à realidade do educando, valorizando suas vivências, potencializando seus saberes e novos significados.

A educação em prisões para além da formação, é também uma ferramenta fundamental para a reintegração social de pessoas encarceradas, conforme ressaltam diversos autores, como Onofre, Silva, Julião e Pereira. Onofre (2007) aborda as atividades educativas como uma alternativa positiva para ocupar a mente dos indivíduos em situação de privação de liberdade, é uma forma de abordagem e de resistência às pressões negativas do sistema penitenciário, que muitas vezes perpetua a criminalidade em vez de promover a reintegração social do indivíduo. Ao oferecer educação e atividades construtivas, a escola se torna uma ferramenta fundamental para oferecer novas oportunidades, promovendo um caminho de possibilidades na busca por uma vida melhor. Como afirma Onofre (2011):

Na prisão, o espaço escolar se apresenta como possibilidade. A escola é um local diferenciado, representando valor e possibilidade de resistência, e, no limite, a possibilidade de formação. Os monitores percebem transformações em seus educandos, sejam elas relacionadas à aquisição da leitura e da escrita, o que é bastante significativo na prisão (e fora dela), uma vez que possibilita ler e escrever cartas aos familiares ou mesmo acompanhar melhor o processo penal; [...] Onofre (2011, p. 144).

A autora acrescenta:

Não há como negar a eficácia do papel da educação escolar no resgate da liberdade do aprisionado. A educação é um direito que assegura a condição de ser humano, pois a partir dela se constrói o laço de pertencimento à sociedade, à palavra, à tradição, à linguagem, à transmissão e à recriação da cultura, essenciais para a condição humana [...] Onofre (2011, p. 282).

Silva (2011) salienta reflexões sobre o papel da remição na prisão, que não sejam meras formalidades, sem devido suporte tanto para o trabalho quanto para o estudo, pois podem tender a fortalecer mecanismos de controle e estigmatização, especialmente em relação aos presos condenados por crimes hediondos. Portanto, o autor defende a necessidade de uma abordagem mais abrangente e eficaz, que considere as condições do ambiente prisional para que a remição efetivamente contribua para mudança.

Assim como a remição pelo trabalho não foi precedida nem acompanhada de nenhuma providência eficaz no sentido de organizar o ambiente e as condições para o trabalho dentro da prisão, a remição pela Educação também corre o risco de sofrer da mesma precariedade e virar mera moeda de barganha e de troca, introduzindo mais um mecanismo de retroalimentação da cultura prisional [...] Silva (2011, p. 91).

Julião (2011), acredita que a mudança na cultura da prisão só será efetivada por meio da institucionalização de políticas educacionais que priorizam a educação como ferramenta de reinserção social. Ele enfatiza que programas educativos no sistema penitenciário são fundamentais para capacitar os detentos, reduzir a reincidência e promover uma transformação social mais ampla, contribuindo melhor para a sociedade. Ao afirmar: “Acredito que somente pela institucionalização nacional de políticas de educação para o sistema penitenciário, principalmente priorizando ações educacionais como programas de reinserção social, se conseguirá efetivamente mudar a atual “cultura da prisão” Julião (2011, p. 218).

Por sua vez, Pereira (2022) enfatiza que a garantia do direito à educação no sistema prisional é uma obrigação do Estado, não sendo um favor ou caridade. Diz ser essencial que não haja apenas a presença de salas de aula, mas que estas ofereçam uma educação de qualidade, capaz de promover o aprendizado educacional. É algo crucial para que os presos possam se reintegrar à sociedade de maneira digna e produtiva após cumprirem suas penas, possibilitando-lhes a realização de seus sonhos e construção de um futuro melhor. Ao afirmar e validar as falas que se seguem.

[...] A garantia desse direito pelo Estado não pode ser vista como um favor imerecido, ou uma caridade, mas como um dever. Não basta também garantir

esse direito legal no sentido de aberturas de salas de aulas ou escolas nos estabelecimentos penais, sem a qualidade necessária que garanta efetivamente o ensino-aprendizagem, os sonhos libertários dos presos de conquistar, pós-cumprimento da pena, uma maior e melhor inserção social e produtiva. [...] Pereira (2022, p. 23-55).

A educação é vista pelos participantes da pesquisa, como um caminho para um futuro mais promissor e significativo, por exemplo, Sr. Caramelo diz que: “espero tudo. Acho muito bom”, expressando um otimismo. Sr. Jogador afirmou: “acalma a mente e aprende também”, enquanto Sr. Reloginho destacou que “ajuda a desenvolver a mente e aprender”. Sr. Cabeça desejou “saber mais palavras diferentes” e Sr. Gigante quer “aprender mais a ler e a escrever”, apontando para um aprendizado mais profundo. Sr. Ted expressou que “espero aprender leitura e escrita pra ser alguém no futuro”, e Sr. Velocidade Máxima deseja “melhorar e seguir mais tempo na escola”, enfatizando a relação entre aprendizado e oportunidades. Sr. Itinga mencionou: “me distraio, aprendo coisas novas”, e Sr. Profissão Perigo anseia por “mudança” através da leitura. Sr. Jovem destacou que “trabalha o pensamento crítico”, enquanto Sr. Hollywood disse: “ganho muito mais na escola”. Por fim, Sr. Oclinhos espera “ter mais entendimento”, sinalizando uma busca por um conhecimento mais profundo. Essas respostas coletivas retratam um quadro rico de expectativas, desde o desenvolvimento pessoal até a aspiração por mudanças em suas vidas.

As falas dos educandos revelaram uma consciência sobre o aprendizado, especialmente em leitura e escrita, na compreensão e defesa de seus direitos, empoderamento e o desejo de compreender melhor os processos legais.

Quadro 11 - Depoimentos/analise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Reloginho	“claro, com fé”	indicando uma crença na eficácia do aprendizado
Sr. Cabeça	mencionou que “sim, porque tem palavra na escrita judicial que eu não entendo”	evidenciando a necessidade de compreender termos legais.
Sr. Gigante	quer “saber mais sobre o assunto”	demonstrando sede aprender
Sr Ted	ressaltou: “sim porque é muito importante uma petição para meu processo”	conscientização da ação, sublinhando a relevância prática desse conhecimento.
Sr. Velocidade Máxima	disse: “sim porque participo de um assunto do meu interesse”	o que mostrou um envolvimento ativo.

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Itinga	expressou: “de verdade acredito”	refletindo uma confiança no processo
Sr. Profissão Perigo	destacou: “com isso tudo posso aprender os meus direitos”	sinalizando uma busca por empoderamento.
Sr. Jovem	acrescentou que “existe uma possibilidade e é nosso direito”	reforçando a noção de que a educação é fundamental para a cidadania
Sr. Hollywood	mencionou: “sim, mas talvez eu já tenha ido antes”	sugerindo uma experiência prévia
Sr. Oculinhos	afirmou: “sim várias em conhecimento e o modo de falar”, o que indica um desejo de melhorar sua comunicação	o que indica um desejo de melhorar sua comunicação

Fonte: elaborada pela autora

As respostas coletivas dos participantes refletem uma consciência crítica sobre a importância da educação como ferramenta de empoderamento e reivindicação de direitos, em consonância com Freire que enfatiza que o aprendizado deve ser um ato de reflexão e ação na construção da autonomia e a conscientização dos indivíduos oprimidos. Exemplificada na fala de Sr. Cabeça ao expressa a dificuldade em compreender os termos legais, ou quando o Sr. Profissão Perigo busca entender seus direitos, ambos demonstram a necessidade de uma educação que não apenas transmita conhecimento, mas também provoque criticamente. Ao envolver-se ativamente, Sr. Velocidade Máxima ressoa o sujeito ativo no ensino aprendizagem defendido por Freire, enquanto Sr. Jovem reforça a noção de que a educação é um direito fundamental e essencial para a construção da cidadania. Todas as vozes revelam um desejo coletivo por um aprendizado que liberta, conscientiza nos princípios freireanos da educação crítica e que deseja mudança.

5.2.2 Dificuldades de aprendizagens na construção da petição

Sobre o que os incomoda ou dificulta ao lidar com documentos legais. As falas dos participantes revelam uma ampla frustração com a complexidade da linguagem jurídica, destacando a dificuldade em compreender "palavras difíceis" que atuam como barreiras significativas.

Quadro 12 - Depoimentos/análise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Caramelo	ao dizer “usar menos palavras difíceis porque eu não entendo”,	destacando a complexidade da linguagem jurídica.
Sr. Jogador	também sente essa dificuldade, afirmando: “tenho muita dificuldade de entender”.	Reconhecimento da pouca habilidade.
Sr. Reloginho	refletiu que “tenho muitas, demoro, mas aprendo”	reconhecendo suas lutas, mas mantendo esperança.
Sr. Cabeça	ênfaticamente que “as palavras difíceis em todos os aspectos jurídicos”	Estabelece como um obstáculo
Sr. Gigante	deseja “saber mais e entender sobre o assunto de fato”	indicando uma busca por clareza.
Sr Ted	mencionou que “incomoda tanto o conhecimento da escrita como da leitura, mas tô bem melhor”,	refletindo um progresso pessoal
Sr. Velocidade Máxima	apontou que “às vezes dificulta o entendimento”	reconhece a dificuldade
Sr. Itinga	vai além ao afirmar: “quase tudo”.	demonstrando uma frustração generalizada
Sr. Profissão Perigo	identificou sua dificuldade específica: “aprender os códigos penais”.	autoconhecimento
Sr. Jovem	admitiu: “meu advogado é quem faz, só observo”,	mostrando uma dependência do profissional.
Sr. Hollywood	mencionou que “a gente tenta, sabe algumas coisas”	expressando um esforço mesmo diante das dificuldades
Sr. Oclinhos	relatou que “palavras que não sei o que significa, são um grande desafio”	ênfaticamente a falta de compreensão

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

Enquanto alguns, como Sr. Caramelo e Sr. Jogador, expressam descontentamento com a dificuldade de entendimento, outros, como Sr. Reloginho e Sr. Ted, mostram uma atitude positiva e sinalizam progresso no aprendizado. Muitos, como Sr. Gigante e Sr. Hollywood, demonstram um desejo de entender melhor o sistema, embora a dependência de advogados, como recomendado pelo Sr. Jovem, evidencie a falta de autonomia. Em conjunto, essas vozes sublinham a necessidade urgente de simplificação da linguagem jurídica e de maior letramento, para facilitar a compreensão e o acesso ao conhecimento jurídico.

No aprendizado de leitura e escrita. Muitos enfrentam barreiras como a falta de prática, distrações e dificuldade de concentração, o que compromete seu progresso. No entanto, também há um reconhecimento da importância da paciência e da busca por estratégias para superar essas dificuldades.

Quadro 13 - Depoimentos/análise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Caramelo	mencionou que “muitas coisas tenho pouca leitura”	indicando que a falta de prática é uma barreira significativa
Sr. Jogador	destacou sua paciência, afirmando: “sou paciente, aí aprendo”	mostrou uma abordagem positiva diante das dificuldades
Sr. Reloginho	refletiu que “tenho muitas, demoro, mas aprendo”,	reconhecendo suas lutas, mas mantendo esperança em si.
Sr. Cabeça	salientou: “se não sei o significado, pode comer mosca”	evidenciando como a falta de compreensão implica seu aprendizado
Sr. Gigante	admitiu que “tenho dificuldade de presta atenção na aula”,	sugere dificuldade de concentração.
Sr Ted	Identificou distrações como um problema, dizendo: “quando alguém tira minha atenção tenho muita dificuldade”.	dificuldades em manter o foco e a concentração,
Sr. Velocidade Máxima	mencionou sua “dificuldade de concentração”	Percepção de sua fragilidade linguística.
Sr. Itinga	reconheceu: “tenho dificuldade pra ficar parado”,	Dificuldade de concentração
Sr. Profissão Perigo	afirmou: “não tenho na dúvida pergunto a pro”	demonstrando uma estratégia prática em busca de clareza.
Sr. Jovem	descreveu-se como “muito acelerado”	impaciência pode ser um obstáculo
Sr. Hollywood	ao dizer “vou devagar e sempre	mostrou ser mais cauteloso.
Sr. Oculhos	apontou que “a falta de compreensão de alguns colegas na sala, porque distrai”	também é um desafio, que pode influenciar seu desempenho

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

As falas dos educandos refletem várias barreiras e estratégias para o aprendizado da leitura e escrita, a falta de prática como um obstáculo significativo, mas também destacam uma postura positiva, ressaltando a importância da paciência para aprender, apesar das dificuldades, mantém esperança como dito por Sr. Reloginho que embora demore, consegue aprender. O Sr. Cabeça enfatiza a importância da compreensão, além de que a falta de significado pode melhorar o aprendizado. O Sr. Gigante e Sr. Ted compartilham suas dificuldades de concentração e distrações, todos fatores que também impactam qualidades em seu processo de aprendizagem. Juntos, esses testemunhos ilustram um panorama de muitos desafios, mas também resiliência.

As falas denotaram diversas barreiras para o aprendizado, desde a dificuldade de concentração até a necessidade de um ambiente mais favorável, reflete o olhar, da importância

de se respeitar as individualidades, de se ter um ambiente de aprendizado mais favorável ao processo e promover assim um diálogo inclusivo nas práticas pedagógicas.

5.2.3 A petição como possibilidade real de busca por direitos

Sobre como acreditam que o projeto vai auxiliar na defesa de seus interesses revelam um otimismo em relação ao aprendizado jurídico. As respostas coletivas refletiram um sentimento de esperança e fortalecimento, ressaltando como a educação pode ser uma ferramenta poderosa na defesa de direitos como mostra o quadro 13, abaixo:

Quadro 14 - Depoimentos/análise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Caramelo	destacou que isso acontece “com ajuda da professora”	mostrando a importância do apoio pedagógico.
Sr. Jogador	acreditou que vai “entendendo melhor as coisas”,	indicando que a clareza no conhecimento é essencial para sua autonomia
Sr. Reloginho	expressou um desejo de “aprender cada dia mais sobre a lei”	refletindo uma busca contínua por conhecimento.
Sr. Cabeça	observou que “já melhorou bastante, eu não sabia das palavras e já ensino pra outros”	sinalizando não apenas seu progresso pessoal, mas também seu papel como disseminador de conhecimento.
Sr. Gigante	mencionou que “vou entender porque eles me trouxeram pra esse lugar”	sugerindo uma conexão mais profunda com sua situação.
Sr Ted	ressaltou: “aprendendo para que nossa defesa seja legal e aprovada”	mostrando que a educação é vista como um meio para garantir direitos.
Sr. Velocidade Máxima	acredita que o aprendizado o ajuda a “pensar na minha situação e que posso melhorar”	demonstra uma relação direta entre educação e empoderamento.
Sr. Itinga	declarou que isso o ajuda “a guerrear melhor”	ênfase na noção de luta e defesa pessoal.
Sr. Profissão Perigo	destacou: “a lutar melhor pelos meus direitos”	ênfase na noção de luta e defesa pessoal.
Sr. Jovem	expressou que isso o capacita “a reivindicar meus direitos”,	reforçando a ideia de cidadania ativa.
Sr. Hollywood	falou de um “pouco mais a cada dia”	destacando um progresso gradual.
Sr. Oclinhos	disse que: isso vai “facilitar meu entendimento com as coisas”,	sinalizando que o conhecimento jurídico pode desmistificar e tornar mais acessíveis questões legais.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

Sr. Caramelo destacou que isso acontece “com ajuda da professora”, mostrando a importância do apoio pedagógico. Sr. Jogador acreditou que vai “entendendo melhor as coisas”, indicando que a clareza no conhecimento é essencial para sua autonomia. Sr. Reloginho expressou um desejo de “aprender cada dia mais sobre a lei”, refletindo uma busca contínua por conhecimento.

O otimismo dos educandos em relação ao aprendizado jurídico reflete a visão da educação como um ato de emancipação pelo diálogo, a importância do apoio pedagógico, mencionado por Sr. Caramelo, e a busca constante pelo conhecimento, destacada na fala do Sr. Reloginho, todos mostram que a educação não é apenas uma acumulação de informações, mas impulso essencial para a ação cidadã. Nessa ordem, esse pensamento é corroborado por Soares, quanto ao domínio da linguagem além da apropriação de técnicas de leitura e escrita pela construção de significado prático que se manifesta nas reflexões de Sr. Jovem e Sr. Oclinhos, que percebem o conhecimento jurídico como um meio de desmistificar questões legais e capacitá-los a reivindicar seus direitos dentro do cárcere. As expressões têm cunho de esperança e fortalecimento, apresentadas coletivamente e ilustram como a educação pode inspirar transformação.

O conteúdo jurídico na defesa de seus direitos como base para o aprendizado na EJA em prisões sugere uma prática educativa que pode empoderá-los, tornando-os agentes ativos em suas realidades, guiados por Freire a acreditar que o verdadeiro aprendizado deve ser acessível e significativo, promovendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a formação de cidadãos críticos e conscientes. Assim, as experiências compartilhadas refletem a essência da pedagogia, onde a educação é uma ferramenta poderosa para a emancipação para a vida.

Quanto ao aprendizado da leitura e escrita, vemos nas falas que se seguem que a pouca habilidade linguística é uma barreira significativa:

Quadro 15 - Depoimentos/análise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Caramelo	mencionou que “muitas coisas tenho pouca leitura”	indicando que a falta de prática é uma barreira significativa
Sr. Jogador	destacou sua paciência, afirmando: “sou paciente, aí aprendo”	o que mostrou uma abordagem positiva diante das dificuldades
Sr. Reloginho	refletiu que “tenho muitas, demoro, mas aprendo”	reconhecendo suas lutas, mas mantendo esperança.
Sr. Cabeça	salientou: “se não sei o significado, pode comer mosca”	evidenciando como a falta de compreensão implica seu aprendizado.

Sr. Gigante	admitiu que “tenho dificuldade de presta atenção na aula”	sugere dificuldade de concentração.
Sr Ted	dizendo: “quando alguém tira minha atenção tenho muita dificuldade”	identificou distrações como um problema.
Sr. Velocidade Máxima	mencionou sua “dificuldade de concentração”	Consciência e autoavaliação.
Sr. Itinga	reconheceu: “tenho dificuldade pra ficar parado”	dificuldade de aprender.
Sr. Profissão Perigo	afirmou: “não tenho na dúvida pergunto a pro”	demonstrando uma estratégia prática em busca de clareza
Sr. Jovem	descreveu-se como “muito acelerado”	indicando que sua impaciência pode ser um obstáculo, ansiedade, fator emocional.
Sr. Hollywood	ao dizer “vou devagar e sempre”	demonstrou cuidado e perseverança.
Sr. Oculinhos	apontou que “a falta de compreensão de alguns colegas na sala, porque distrai”	desafio, que pode influenciar seu desempenho.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

Apesar de algumas falas ressaltarem a pouca habilidade linguística, outras falas são afirmativas, como a do Sr. Reloginho ao refletir sobre suas dificuldades de aprendizado como “tenho muitas, demoro, mas aprendo”, demonstrando o reconhecimento da luta, mas mantendo-se esperançoso em vencê-la. Nessa perspectiva da esperança, a abordagem crítica e dialógica da educação, altamente, se propõe vencer pela valorização do ser, dando importância a alfabetização e ao letramento em contextos sociais variados, como a prisão, ressaltando que a educação deve ser inclusiva e adaptada às realidades dos educandos.

Por outro lado, sobre a psicogênese da língua escrita as falas enriquecem a ideia de que a aprendizagem precisa ser entendida como um processo ativo e reflexivo de inclusão, alinhando-se ao diálogo proposto por Freire e defendida por Soares. Essa interseção entre as ideias desses teóricos evidencia a necessidade de uma prática educativa que não apenas transmite conhecimentos, mas que também promove uma reflexão crítica sobre a realidade social, contribuindo para a formação dos sujeitos.

A conexão entre a psicogênese da língua escrita e as ideias de Freire e Soares ressalta a importância de um aprendizado ativo e reflexivo. Nesse contexto, as respostas que evidenciam barreiras, como a falta de atenção e a necessidade de um ambiente de aprendizagem mais favorável, refletem a realidade enfrentada por muitos dos educandos nas unidades prisionais. Essas dificuldades não apenas limitam a aprendizagem, mas também mostram a urgência de práticas educativas que transcendem a mera transmissão de conteúdo. Desse modo, ao

promover uma reflexão crítica sobre suas condições sociais ou educacionais, podemos possibilitar um espaço para a inclusão.

As falas dos educandos sobre como acreditar que o projeto vai auxiliar na defesa de seus interesses, revelam um otimismo em relação ao aprendizado jurídico. O apoio pedagógico também é destacado como fundamental para esse processo que ajuda a promover o entendimento e a busca por clareza no conhecimento é vista como essencial. A autonomia dos educandos e o desejo de aprendizagem contínua, inspira motivação o progresso pessoal e compromisso que pode se estender a ensinar outros tantos a se aprofundar no entendimento das leis, disseminando o conhecimento para além de sua própria evolução.

A feitura das petições inspirou e materializou possibilidades afirmando que fora dito por Paulo Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 2022, p.47). Nessa frase, o autor sintetiza a ideia de que o processo educativo deve ser colaborativo, todos trabalhando juntos para construir conhecimento. Assim de fato a autonomia é essencial para que os educandos se tornem cidadãos mais conscientes.

Alinhando-se com os princípios defendidos por Nelson Mandela, Roberto da Silva em prol da dignidade da vida humana no cárcere. As declarações dos educandos, a seguir, refletem profunda relação entre a educação, o empoderamento e a luta pelos direitos humanos.

Quadro 16 - Depoimentos/análise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Caramelo	destacou que isso acontece “com ajuda da professora”	mostrando a importância do apoio pedagógico.
Sr. Jogador	acreditou que vai “entendendo melhor as coisas”	indicando que a clareza no conhecimento é essencial para sua autonomia
Sr. Reloginho	expressou um desejo de “aprender cada dia mais sobre a lei”	refletindo uma busca contínua por conhecimento.
Sr. Cabeça	observou que “já melhorou bastante, eu não sabia das palavras e já ensino pra outros”,	sinalizando não apenas seu progresso pessoal, mas também seu papel como disseminador de conhecimento.
Sr. Gigante	mencionou que “vou entender porque eles me trouxeram pra esse lugar”,	sugerindo uma conexão mais profunda com sua situação.
Sr Ted	ressaltou: “aprendendo para que nossa defesa seja legal e aprovada”	mostrando que a educação é vista como um meio para garantir direitos.
Sr. Velocidade Máxima	acredita que o aprendizado o ajuda a “pensar na minha situação e que posso melhorar”	demonstra uma relação direta entre educação e empoderamento.

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Itinga	declarou que isso o ajuda “a guerrear melhor”	noção de luta e defesa pessoal.
Sr. Profissão Perigo	destacou: “a lutar melhor pelos meus direitos”, ambos	ênfase na noção de luta e defesa pessoal.
Sr. Jovem	expressou que isso o capacita “a reivindicar meus direitos”	reforçando a ideia de cidadania ativa.
Sr. Hollywood	falou de um “pouco mais a cada dia”	destacando um progresso gradual.
Sr. Oclinhos	isso vai “facilitar meu entendimento com as coisas”	sinalizando que o conhecimento jurídico pode desmistificar e tornar mais acessíveis questões legais.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

A luta por entendimento e emancipação como menciona Sr. Gigante, destacando que a consciência crítica é fundamental, na luta por garantia e efetivação de direitos constitucionais. Isso foi frisado na fala de Sr. Ted ao destacar informação e conhecimento como essenciais para a defesa legal. Bem como o autoconhecimento na voz de Sr. Velocidade Máxima, que o ressalta como meio de melhorar sua vida.

Por lentes como as de Mandela e Silva, as afirmações dos educandos, de se sentir capacitado para reivindicar seus direitos, reflete a ideia de cidadania ativa, tão importante na formação do cidadão atuante na sociedade. Por fim, o Sr. Hollywood destaca que o progresso é gradual, ressoando com a ideia de que a transformação é um processo contínuo que requer persistência. Juntas, essas falas mostram como a educação não só ilumina as realidades pessoais, mas também capacita os indivíduos a lutarem por mudanças significativas em suas vidas e quiçá na sociedade.

Nelson Mandela (Krolak, 2019, p. 5) reforçou a sua compreensão da centralidade da dignidade humana ao afirmar que: “Ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado em suas prisões. Uma nação não deveria ser julgada pela forma como trata os seus cidadãos das classes mais elevadas, mas os das menos elevadas.”. (Torres, *apud* Ireland. 2019)

Essas respostas refletem um sentimento de esperança e fortalecimento, ressaltando como a educação pode ser uma ferramenta poderosa na defesa de direitos. Como nos ilumina Freire (1979, p.84): “A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo”. Essa ideia de autonomia pelo conhecimento e pela conscientização de fato possibilita mudança em suas vidas e nas comunidades.

Já sobre como o projeto pode ajudá-los na defesa de seus interesses, enfatizando a importância do aprendizado jurídico, muitos educandos reconheceram que o apoio pedagógico

é fundamental, e expressaram a vontade de entender melhor as leis para se tornarem mais autônomos e preparados.

De fato, o projeto pode desempenhar um papel crucial na defesa dos interesses dos educandos, especialmente ao enfatizar a importância do aprendizado jurídico. Muitos reconhecem que o apoio pedagógico é fundamental para que possamos entender melhor as leis, tornando-se mais autônomos e mais preparados para enfrentar novos desafios. Diante desse contexto, a inclusão do gênero petição como conteúdo EJA nas prisões se torna essencial e faz boa parceira no combate ao precário letramento na Colônia Penal. A petição é uma ferramenta extremamente poderosa, pois permite ao educando expressar suas demandas, motivar-se e auxiliar outros educandos a reivindicarem seus direitos, com produções autorais simples, mas carregadas de simbologia, conhecimento e beleza como diria Dr. Paulo Freire.

Com o lastro legal, de acordo com o artigo 41, inciso XIV, da Lei de Execução Penal (LEP), o direito de “pleitear e apresentar reclamações” é garantido ao preso. Historicamente as inúmeras cartas de Mandela ilustram esse ato por suas petições escritas nos anos de prisão em prol de direitos nas lutas por justiça e igualdade, o que nos impulsiona e reforça a importância de capacitar os educandos para aprender a utilizar esse instrumento legal. Ao aprender a confeccionar suas próprias petições, os educandos não apenas desenvolvem habilidades práticas linguísticas, mas também se tornam mais conscientes de seus direitos e do funcionamento do sistema jurídico brasileiro. Estimo que o valor da autonomia de suas produções vá além do letramento, transponham as grades, representem um grito de esperança por dignidade em ambiente tão árido, contribuindo no currículo da educação em prisões das instituições na validação de direitos assegurados por lei.

5.2.4 Esperanças a partir da aprendizagem sobre petição

O aprendizado da escrita correta de petições possui um valor prático e real, sendo fundamental para compreender os mecanismos legais nos trâmites dos processos prisionais. Além de sua utilidade, essa prática carrega consigo uma esperança profunda, que fortalece e estimula os indivíduos não apenas a se tornarem mais preparados a defender seus direitos e interesses, mas também a serem ouvidos na construção de sua própria justiça. A prática de redigir petições permite conexões com o sistema jurídico e o meio externo em favor de mudanças significativas, tanto no nível pessoal quanto na coletividade.

O quadro a seguir apresenta depoimentos dos educandos que expressam sentimento de esperança na feitura de suas petições.

Quadro 17 - Depoimentos/análise dos educandos

Educandos	Depoimentos	Análise
Sr. Caramelo	expressou uma visão espiritual ao afirmar: “meu futuro quem sabe é Deus e no projeto nota 10, muita informação”	destacando a importância do aprendizado como ferramenta de transformação.
Sr. Jogador	desejou “ir pra casa com minha família”	mostrando um anseio por estar com a família.
Sr. Reloginho	compartilhou um desejo simples e significativo: “passar o aniversário de meu filho na rua”	valorizando momentos familiares.
Sr. Cabeça	vislumbrou um futuro ativo ao dizer: “minha visão do futuro, eu Cabeça fazendo minha petição”	sinalizando querer ser ator atuante de sua história.
Sr. Gigante	quer “ter mais sabedoria e escrever melhor”	evidenciando um desejo de aprimoramento.
Sr Ted	mencionou: “me vejo aprendendo cada dia mais”	refletindo um otimismo em sua trajetória escolar.
Sr. Velocidade Máxima	expressou “quem sabe aprender mais lá fora e de verdade mudar”,	apontou esperança de uma vida melhor.
Sr. Itinga	“pra sair daqui”	demonstrando um desejo urgente de liberdade.
Sr. Profissão Perigo	destacou a igualdade, afirmando: “com isso tudo eu aprendo que todos nós somos iguais”	sugerindo uma conscientização social importante.
Sr. Jovem	expressou o sonho de “fora daqui com meu negócio próprio”	desejo de autonomia e êxito pós cárcere.
Sr. Hollywood	almeja “de novo com minha liberdade”	enfatizando a importância da liberdade
Sr. Oclinhos	afirmou que isso “pode me ajudar a sair daqui”	refletindo a esperança de que o aprendizado seja um caminho.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

O esperar coletivo pela educação é visto pelos educandos como um caminho para o fortalecimento do ser e suas conquistas na construção da cidadania. Por exemplo, na fala do Sr. Caramelo ao expressar uma visão espiritual “meu futuro quem sabe é Deus”, bem como deu nota dez ao projeto. Apesar de atribuir ao divino essa prática ser assertiva, também reconheceu a ideia de que a busca pelo conhecimento liberta, por ser uma ferramenta de transformação para anseios e desejos simples, como o de estar com a família, festejar o aniversário do filho na rua, valorizando momentos longe da prisão como o fez Sr. Reloginho e como sonhou o Sr. Cabeça, ao visualizar um futuro ativo na fala: “minha visão do futuro, eu Cabeça fazendo minha petição”, sinalizando querer ser ator atuante de sua história.

As respostas dos educandos reportam aos princípios da educação crítica de Freire de que a educação deve ser um processo contínuo de descoberta trazidas nas falas de alguns

educandos como Sr. Ted ao mencionar: “me vejo aprendendo cada dia mais”, refletindo um otimismo em sua trajetória escolar, bem como de transformação na fala de Sr. Velocidade Máxima de mudar sua realidade por meio da educação reforçada na urgência fala do Sr. Itinga em frisar “ pra sair daqui”, demonstrando um desejo urgente de liberdade. Assim também a conscientização social do Sr. Profissão Perigo, que reconhece a igualdade entre todos, que complementa essa visão de Freire. Desse modo corporificando que a educação deve ser um espaço de emancipação, onde os indivíduos não buscam apenas conhecimento, mas também desenvolvem uma consciência crítica sobre sua condição social. As falas dos educandos indicam busca por liberdade e justiça social, convergindo com a proposta de Freire de que a educação deve servir como um meio para a transformação da sociedade e a construção de uma nova realidade para todos.

As reflexões dos educandos se alinham a pensamento de Paulo Freire sobre conscientização e a importância da educação crítica como forma de promover a reflexão e mudança da realidade individual e coletiva, vista na fala de Sr. Gigante pelo desejo de “ter mais sabedoria e escrever melhor” demonstrando uma busca por conhecimento para uma compreensão mais profunda do mundo. Os educandos Sr. Hollywood que almeja “de novo com minha liberdade”, enfatizando a importância da liberdade e Sr. Oculinhos que afirmou: “isso pode me ajudar a sair daqui”, ambos destacam a esperança de que o aprendizado seja um caminho.

De modo geral, todos transmitem um forte desejo de mudança e uma visão positiva sobre o futuro, ancorada na educação, sua transformação pessoal e no que refletimos a seguir com Freire (1979):

Se o homem é capaz de perceber-se, enquanto percebe uma realidade que lhe parecia “em si” inexorável, é capaz de objetiva-la, descobrindo sua presença criadora e potencialmente transformadora desta mesma realidade. O fatalismo diante da realidade, característico da percepção distorcida, cede seu lugar a esperança. Uma esperança crítica que move os homens para a transformação. (Freire, 1979, p.27)

Nesse trecho Freire sugere que a autoconsciência do ser humano permite uma nova forma de interação com a realidade, o sujeito se percebe, isto é, quando toma consciência de si mesmo e de sua posição no mundo, este começa a perceber a realidade e essa percepção traz um novo entendimento sobre as mesmas, permitindo que se possa ver como construções sociais com independência. Ao considerar essa dinâmica, a pessoa se torna consciente de que tem capacidade de influenciar e alterar essas realidades. Essa nova compreensão traz empoderamento.

Ao relatar como se sentiram ao ver sua petição finalizada transmitiram um forte senso de realização e esperança. Sr. Caramelo expressou feliz, “me arrisco escrever com vontade de aprender mais”, mostrando que o sucesso no projeto aumentou sua motivação. Sr. Jogador compartilhou sua alegria: “feliz, gosto muito da escola”, destacando o impacto positivo do ambiente educacional. Sr. Reloginho se sente “animado pra fazer mais”, refletindo uma empolgação em continuar aprendendo. Sr. Cabeça mencionou: “quero aprender mais”, indicando sede de conhecimento. Sr. Gigante se mostrou “feliz achando útil”, reconhecendo a aplicabilidade do aprendizado.

Essas falas reforçam um forte sentimento de realização, esperança e motivação, ressaltando a importância da educação como ferramenta de transformação, mostrando como a experiência os impulsiona a saber mais, numa demonstração do oprimido que quer se tornar protagonista de sua própria história com sede de saber. Nesse sentido, as declarações dos educandos também ilustram a ideia de um ambiente acolhedor, atrativo que valoriza alegremente a participação ativa, fomenta a curiosidade e a vontade de continuar aprendendo, num aprendizado constante.

As falas seguiram confirmando esse entendimento, Sr. Ted resumiu suas emoções ao dizer: “sem palavras, muito satisfeito”, o que demonstrou um profundo sentimento de realização. Sr. Velocidade Máxima afirmou: “alegre, com esperança”, sinalizando uma visão otimista para o futuro. Sr. Itinga se sente encorajado, dizendo: “arrisquei, vai dá certo”, o que mostrou uma disposição para enfrentar novos desafios. Sr. Profissão Perigo se revelou “muito emocionado, muito tempo nessa vida”, destacando a importância desse momento em sua trajetória.

A riqueza de emoções que, segundo Wallon, são essenciais para a construção da identidade e das relações sociais, o Sr. Ted trouxe na expressa satisfação, destacando a importância de momentos significativos e Sr. Velocidade Máxima ao manifestar sua alegria e esperança, despejou emoções positivas que não apenas impactam seu estado interno, mas também contagiaram os que estavam presentes. Essa disposição de emoções revela coragem, confiança em suas capacidades e a crença em um futuro. Vale ressaltar que as experiências vividas moldam a identidade do ser e que essas expressões de emoção são mais que emoções, são pessoas em estágio de crescimento pessoal e coletivo. Como afirma Wallon (2008): “a afetividade constitui um papel fundamental na formação da inteligência, de forma a determinar os interesses e necessidades individuais do indivíduo. Atribui-se às emoções um papel primordial na formação da vida psíquica, um elo entre o social e o orgânico” (Wallon, 2008, p.73).

Desta forma, podemos entender que essa relação entre sentimentos e cognição mostra que a aprendizagem não é apenas um processo racional, mas também emocional. Assim, as emoções funcionam como um elo que integra as experiências.

Todas as respostas demonstraram um forte impacto emocional e uma renovação de esperanças, mostrando que a educação pode ser um agente transformador na vida desses jovens, como Sr. Jovem ao expressar que está “animado e confiante”, refletindo um fortalecimento da autoestima. E mais ainda quando Sr. Hollywood revelou uma surpresa positiva: “feliz, nem acreditei que consegui”, enfatizando o valor da conquista. Por fim, sr. Oclinhos disse: “feliz gostando das atividades. Que essa atividade possa levar pra vida”, indicando que o aprendizado tem potencial para impactar seu futuro.

Nesse propósito, Freire (1992) nos convida a refletir a esperança e a ação ao afirmar:

Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica, é por isso que não há esperança na pura esperança, nem tampouco se alcança o que se espera na esperança pura, que vira, assim, espera vã. [...] (Freire1992, p. 5).

A esperança, como necessidade ontológica, isto é, fundamental à própria existência humana, requer ação para se materializar no mundo real. Sem prática, ela permanece apenas um desejo abstrato, incapaz de gerar mudanças significativas. As falas dos educandos demonstram desejo de luta para haver concretude. A prova disso foi ao verem suas petições finalizadas, pois revelaram um profundo senso de realização e esperança viva. Muitos expressaram alegria e motivação, destacando os logros do projeto que fortaleceu seu desejo de aprender mais.

Essa experiência elevou a autoestima, os encorajou a enfrentar novos desafios, sinalizando que a educação é um agente transforma (dor). Como nas falas de Sr. Caramelo que sintetizou seu nível de satisfação dizendo: “tudo”, Sr. Jogador que também expressou sua satisfação geral, mas adiciona que gostaria de “mais ajuda pra entender mais”, mostrando um desejo maior. Sr. Reloginho destacou “a explicação da professora”, ressaltando a importância do ensino claro e acessível. Sr. Profissão Perigo expressou satisfação ao dizer que gostou “de ver meu documento feito”, o que simbolizou um marco importante para ele. Sr. Jovem valorizou “pensar sobre os assuntos”, mostrando que a reflexão é uma parte essencial do aprendizado. Essas respostas mostram que os educandos encontraram valor em diferentes aspectos das oficinas, reforçando a importância de um ensino diversificado mais agregador.

Freire (1992) nos valida ao dizer:

O educar se registra conhecendo os objetos, descobrindo o que é capaz de conhecer, observando à observação dos significados em cujo processo vai se tornar também significativo. Mais do que ser educando por causa de uma razão qualquer, o educando precisa tornar-se educando assumir-se como sujeito cognoscente e não como incidência do discurso do educador. Nisto é que reside, em última análise, a grande importância política do ato de ensinar. Entre outros ângulos, este é um que distingue uma educadora ou educador progressista de seu colega reacionário (Freire 1992, p. 24).

Assim segundo Paulo Freire a educação deve ser um processo de autoconhecimento e construção crítica, pois o sujeito é capaz de questionar e criar significados ao em vez de ser apenas um receptor passivo de informações. Os depoimentos dos educandos validam essa abordagem que valoriza a autonomia do educar no ato de ensinar, promovendo o pensamento crítico em uma dimensão política significativa que empodera os sujeitos.

Sendo assim a respeito do que aprenderam, revelaram um impacto profundo na sua compreensão e confiança em questões jurídicas. Muitos destacaram a utilidade real, isto é, prática do conhecimento, como de reconhecer a importância de se defender melhor, aumento na autoestima e na conscientização sobre direitos, estando mais informados e empoderados. Essas respostas na coletividade de experiências, refletem como o aprendizado jurídico não apenas amplia o conhecimento, mas também os fortalecem. Nos depoimentos isso fica evidente: Sr. Ted mencionou: “aprendi coisas que faz diferença aqui”, sugerindo que o aprendizado teve relevância direta em seu contexto. Sr. Velocidade Máxima acrescentou: “aprendi mais do jurídico”, enfatizando o aprofundamento no conhecimento legal. Sr. Itinga destacou que “fiquei sabendo mais do meu caso”, mostrando um aprendizado específico e relevante para sua situação fora da prisão. Sr. Profissão Perigo sentiu-se “confortável, bem”, indicando que o conhecimento trouxe um pouco de segurança emocional. Sr. Jovem afirmou que “a gente ganha mais confiança”, refletindo um impacto positivo, autonomia, o Sr. Oclinhos mencionou que “me senti mais informado sobre meus direitos”, reforçando a ideia de empoderamento através da educação. Todas essas respostas denotaram a importância do aprendizado jurídico na vida desses educandos em privação de liberdade, contribuindo para sua confiança e fé na ação desenvolvida.

O impacto das oficinas em suas vidas revelou um conjunto de reflexões sobre crescimento pessoal, esperança, desejos de acreditar em seus sonhos e continuar estudando. Essas respostas mostraram que as oficinas têm um impacto significativo, promovendo autoconfiança, esperança no futuro. Por exemplo, o depoimento do Sr. Cabeça “só em estar aqui já faz a gente sentir melhor”, sublinhando a importância do ambiente escolar. Sr. Gigante mencionou que “se tiver uma resposta, dá uma esperança”, enfatizando o papel do aprendizado

em trazer otimismo. Sr. Ted destacou que “aprendi a escrever melhor”, mostrando um avanço prático que impacta sua vida. Sr. Velocidade Máxima disse que a participação o levava a “pensar no futuro fora daqui”, sinalizando uma visão de progresso. Sr. Jovem expressou um desejo de “acreditar nos meus sonhos”, mostrando um fortalecimento da autonomia. Todas essas falas sugerem um crescimento na capacidade de tomar decisões informadas. Percebe-se que as oficinas tiveram um impacto positivo e significativo, promovendo esperança, autoconfiança e uma visão de futuro mais promissora através da escrita de petições.

5.2.5 Mudanças esperadas em relação as oficinas

Sobre melhorias nas oficinas mostraram uma combinação de satisfação e sugestões construtivas, expressaram contentamento com a estrutura atual, mas propõem a inclusão de mais jogos e filmes para tornar as atividades mais dinâmicas. Apreciaram a duração das oficinas e o respeito pela hora da Rampa. Valorizaram as atividades propostas e enfatizaram a importância de atividades em grupo. Alguns pediram mais tempo para realizar as tarefas. Essas respostas revelam que, embora a maioria esteja satisfeita, há oportunidades para aprimorar a experiência e torná-la ainda mais enriquecedora com possíveis melhorias nas oficinas apresentam uma mistura de satisfação e sugestões de forma construtiva. Como dito na fala de sr. Caramelo quando afirmou: “não mudaria nada”, indicando contentamento com a estrutura atual. Sr. Jogador sugeriu a inclusão de “jogos educacionais”, sinalizando uma busca por métodos de ensino mais dinâmicos. Sr. Reloginho concordou que “desse jeito está bom”, reforçando a ideia de que a experiência é satisfatória. Sr. Cabeça propôs “mais filmes e jogos”, mostrando um desejo por variedade nas atividades. Sr. Gigante mencionou que o “tempo pra mim foi bom”, destacando que a duração das oficinas funcionou para ele. Sr. Ted expressou que gosta de “jogos e da roda com música”, sugerindo que elementos lúdicos são valiosos para sua aprendizagem. Sr. Velocidade Máxima, assim como Sr. Caramelo, não vê necessidade de mudanças, afirmando “nada”. Sr. Itinga sugeriu apenas “o horário da função”, indicando que um ajuste na programação poderia melhorar sua experiência. Sr. Profissão Perigo gostaria que as oficinas “deviam ser mais vezes”, apontando para uma demanda por mais frequência nas atividades. Sr. Jovem propôs “fazer mais atividades de grupo”, enfatizando a importância da colaboração. Sr. Hollywood destacou a necessidade de “mais tempo para fazer as atividades”, refletindo a ideia de que a extensão do tempo pode enriquecer o aprendizado. Por fim, Sr. Oculinhos disse acreditar que “cada vez fica melhor”, indicando uma percepção positiva sobre a evolução das oficinas.

Ainda das respostas na entrevista coletiva sobre a continuidade das oficinas, esta revelou um forte desejo de que elas permaneçam no futuro. Muitos expressaram, claramente, seu interesse, e reafirmaram seu apoio. Destacaram a importância das oficinas para outros educandos, evidenciando uma preocupação com a comunidade. Manifestaram entusiasmo sugeriram até uma expansão das atividades. As respostas refletem um sentimento de gratidão e valorização, indicando que as oficinas não apenas contribuíram para o aprendizado individual, mas também tiveram um impacto positivo na comunidade escolar como um todo. Exemplificada nas falas: Sr. Caramelo que afirmou: “sim gostaria”, demonstrando um interesse pela continuidade. Sr. Jogador complementou: “sim, é muito bom”, ressaltando a qualidade da experiência. Sr. Reloginho simplesmente disse “sim”, indicando um apoio direto. Sr. Cabeça destacou que as oficinas “são muito importantes para outros educandos”, mostrando preocupação com a comunidade. Sr. Gigante afirmou: “sim, bastante”, enfatizando sua vontade. Sr. Ted expressou entusiasmo ao afirmar: “com certeza, a gente só agradece”, reforçando o impacto positivo que as oficinas tiveram em sua vida. Sr. Velocidade Máxima confirmou: “sim, com certeza”, enquanto Sr. Itinga e Sr. Profissão Perigo simplesmente disseram “sim”, ambos demonstrando apoio. Sr. Jovem destacou: “sim, muito bom”, valorizando a ação. Sr. Hollywood e Sr. Oclinhos também afirmaram: “sim”, sendo que Sr. Oclinhos acrescentou que “tem que ter mais”, sugerindo um desejo de mais oficinas.

5.3 PERCEPÇÃO DA PESQUISADORA-DOCENTE SOBRE AS OFICINAS

A pesquisa interventiva pedagógica, segundo Pereira (2022, 2024), busca não apenas descrever processos pedagógicos, mas as interações que se passam entre discentes e docentes, como forma de avaliar toda a ação e investigação que correu, sendo o diário de campo do pesquisador um dos elementos mais subjetivos e importantes para que ocorra a análise. Nesse aspecto, vamos trazer as nossas inferências de como percebemos o processo de ensino-aprendizagem das oficinas.

Para Paulo Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. ” (Freire,2022, p.47). É a partir dessa perspectiva de estimular o educando a explorar, questionar e construir seu próprio entendimento que esta pesquisa vem analisar o processo de aprendizagem dos participantes em relação ao letramento jurídico e ao entendimento de petições considerando vários aspectos fundamentais.

Minha jornada como professora pesquisadora me levou a uma reflexão mais profunda sobre minha prática pedagógica ao longo dos anos, especialmente com os privados e liberdade.

No início, categorizo minhas ações de sala de aula como rasas e predominantemente instintivas, impulsionadas por uma intuição, especialmente no que tange a alfabetização de adultos. Fui me moldando na busca do conhecimento formal, mas também no aprendizado diário com partilhas primorosas. Contudo, algo me faltava, mesmo consciente de meus esforços, faltavam o epistemológico das bases filosóficas e teóricas que sustentam essa visão mais abrangente do papel de professora em prisões. Como sujeito inconcluso, foi ao me debruçar nos estudos, especialmente durante o Mestrado Profissional na Educação de Jovens e Adultos-MPEJA que avancei e percebo o divisor de águas nessa minha trajetória docente.

As concepções Freireanas ressaltaram em mim a importância do ato de ensinar, do valor do diálogo, da escuta ativa, de perceber as demandas dos meus educandos para melhor desvelar com eles um mundo de possibilidades apesar dos desafios e especificidades do ambiente escolar na prisão. Ao aplicar suas ideias, a educação em prisões fluiu com maior pertencimento regada a emoção, reflexão e construção coletiva de novos saberes. A pesquisa vem celar e fortalecer o meu fazer pedagógico na Colônia, empoderando os educandos com suas produções autorais, questionando suas realidades e reivindicando efetividade de direitos constitucionais.

A cada atividade por oficina fui percebendo a evolução dos educandos, bem como minha grata satisfação ao ver corporificar na prática desses ensinamentos no avanço do aprendizado das petições. Por exemplo, discutir e compreender o vocabulário jurídico, foi: termos técnicos mais corriqueiros, jargões jurídicos utilizados nos contextos e estrutura das petições compreendendo as partes pelo todo como introdução, fundamentação, pedido e conclusão dentro de uma lógica identificando os principais argumentos e o conceito de premissas na sua produção foi essencial. Isso colaborou bastante para a evolução dos educandos aplicando na prática os ensinamentos de Freire no aprendizado das petições.

A forma clara e coerente na expressão dos fatos e de seguir um padrão de regras na elaboração da apresentação dos acontecimentos, foi feita de modo gradual, pouco a pouco elegendando informações relevantes no contexto da petição controlando ansiedade na narrativa.

No desenvolvimento argumentativo para os educandos construir e sustentarem suas narrativas nas petições, as estratégias como uso de jogos pedagógicos e discussões e palavras e conceitos, construção de acróstico e glossário favoreceram de forma leve apreender e fixar conceitos e a grafia correta das palavras. A cada oficina, as estratégias foram aplicadas de forma habilidosa e complementares na sucessão das mesmas, proporcionando maior facilidade e desempenho. Percebi que a autoavaliação e avaliação de cada oficina, também favoreceu a conscientização de como os participantes da pesquisa avaliaram seu próprio trabalho, além do retorno produtivo de suas produções.

Quanto aos “erros” mais recorrentes, durante a construção das produções, ao serem corrigidos e salientados de forma genérica, facilitaram sem traumas, aos educandos receberem críticas construtivas à medida de suas produções parciais para reescrita. A utilização de ferramentas tecnológicas, diferentes mídias para análise e apresentação de modelos de petições ou abordagem visual de temas práticos da sociedade, proporcionou dinamismo na aplicação da intervenção e fomentou belas discussões.

Para ampliar o aprendizado e promover maior atrativo na EJA em prisões, é essencial que se disponha de recursos como livros didáticos adequados, vídeos, jogos educativos e interativos, materiais audiovisuais, uma biblioteca diversificada com diferentes mídias e tecnologia, para que tornem o aprendizado mais envolvente e com variedade na oferta. A inclusão de novas tecnologia, como tabletes com conteúdo online, atividades práticas, como oficinas educativas diversas, terapêuticas, criativas, impulsionariam o fazer pedagógico que atualmente manipula minimamente outras mídias, mais antigas, utilizando-se basicamente de reciclados. A diversificação de recursos estimularia os cinco sentidos, revelando talentos e fortalecendo a autoestima dos educandos no desenvolvimento de suas habilidades. A sugestão de promover debates, integrar disciplinas em projetos interdisciplinares e estabelecer parcerias com instituições de ensino e ONGs, seriam formas de se trazer e experimentar novas práticas que reforçam a reflexão crítica, contribuindo para vencer o dia a dia na prisão com leveza, contribuindo para um futuro pós cárcere.

A participação dos educandos e suas vivências trouxeram para perto das discussões, conteúdos epistemológicos constatados na prática, propiciando a oportunidade de corporificar conceitos em contextos reais na sala de aula. As discussões sobre os direitos humanos, direitos e deveres dos presos, estudo dos principais marcos históricos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o surgimento da lei de execuções penais (LEP) de 1984 e seus impactos sociais, transformaram a sala de aula em um espaço vibrante de reflexão e engajamento. Os debates, a partilha de saberes e suas vivências conectaram teoria e prática, incorporando conteúdo em um diálogo enriquecedor, que poderá ser estendido a outras disciplinas que não apenas linguagem, como ciências, matemática, artes e outros, com reflexões filosóficas, diversidade e cultural. Todos conectando e facilitando a compreensão de temas complexos, como desigualdade e discriminação, regados a promoção de uma consciência crítica sobre a realidade das prisões.

Essa abordagem interdisciplinar, que integra linguagens, ciências sociais e reflexões filosóficas, promovem a construção de um conhecimento maior e mais significativo no âmbito da privação de liberdade. Os projetos de intervenção como a pesquisa em questão, revelam o

valor da presença escolar no espaço da prisão e a urgência de se ensinar conteúdos práticos, de acordo a demanda dos educandos encarcerados. É necessário se adequar preparando os indivíduos para atuarem de forma consciente e responsável em defesa dos seus direitos assegurados legalmente. Essa transformação na prática educacional reafirma a importância de um aprendizado que valoriza a diversidade e a inclusão.

O nível de engajamento e participação foi respectivo à faixa etária dos participantes. Os dois educandos mais velhos da turma, se destacaram na retrospectiva de fatos de décadas anteriores com maior propriedade, porém, mesmo os mais jovens, fizeram registros importantes com traço em suas memórias mais recentes. As mudanças nas leis, práticas jurídicas, atualizações de informações foram elencadas e consideradas. Lembranças mais subjacentes como o futebol não deixaram de ser trazidas, denotando a manipulação das massas pelas mídias.

Assim, para fornecer uma base sólida para analisar o aprendizado dos educandos em relação ao letramento jurídico e ao entendimento de petições, as provocações contribuíram para identificar áreas de força e também de necessidade de melhoria.

Percebemos que todos os educandos têm contato com textos jurídicos, mas há uma grande variabilidade na compreensão desses textos. A metade dos educandos precisa de auxílio significativo para entender o conteúdo jurídico, outra parte não compreende claramente os textos. O processo de aprendizado dos educandos privados de liberdade em relação ao letramento jurídico revela uma situação desafiadora, mas também adequada ao contexto do cárcere, atraindo a atenção da maioria e uma grande aceitação por parte da comunidade presa. Embora todos tenham afirmado ter contato com textos jurídicos, a compreensão desses materiais é desigual, isto é, quando interpretam a mesma informação de maneiras variadas, levando a diferentes entendimentos.

A maioria dos educandos admite precisar de auxílio para entender o conteúdo jurídico, pois indicam uma dificuldade significativa em interpretar e aplicar as informações. Outros relataram igualmente não conseguir entender claramente os textos, sugerindo que a dificuldade da linguagem jurídica é um grande empecilho a ser considerado na compreensão dos textos, evidenciando algo significativo a ser corrigido. A diferença na forma de interpretar os textos destaca a necessidade de utilizar mais estratégias pedagógicas, para melhorar a eficácia do letramento jurídico entre esses educandos, pois é essencial implementar as intervenções, direcionando os recursos didáticos reciclados ou adaptados. A capacidade de entender textos demonstra que a inclusão e o suporte adequado podem ajudar a tornar a educação mais inclusiva.

As oficinas mostraram que a maioria dos educandos tem pouco domínio da língua ou comete erros frequentes, o que a priori impactou desfavoravelmente a compreensão e a

produção de textos jurídicos. Apenas uma pequena parcela conseguia se expressar bem. Isso indicou que era crucial trabalhar o desenvolvimento da comunicação escrita e oral, a partir da escuta e partilha ativa desses educandos.

Os educandos podem ser divididos entre aqueles que têm muita dificuldade e aqueles com entendimento razoável dos textos. Sendo que na prática o “razoável” muitas vezes é dito como forma de proteção e orgulho. Isso sugeriu um trabalho de conscientização e desconstrução de preconceitos, uma vez que sabemos que o déficit é fruto de políticas públicas deficitárias. Se fez necessário criar novas estratégias de leitura para uma compreensão mais profunda dos textos jurídicos, como forma de alcançar um entendimento mais claro e uniforme.

Verdadeiramente, a maioria dos educandos não tem conhecimento ou experiência prática com petições, o que exigiu no decorrer das oficinas, um aprendizado prático do letramento jurídico básico, seguindo um passo a passo sem se apressurar. Foi observado na análise das respostas às perguntas sobre direitos e justiça que a maioria dos educandos entende, direitos constitucionais como algo que está na lei ou na constituição, mas há também uma percepção de que esses direitos são apenas teóricos, estão no papel. Isso reflete uma compreensão meio duvidosa da falta de clareza sobre a aplicação real desses direitos na prática.

Um elemento importante é que a metade dos educandos já precisou invocar algum direito, mostrando algum engajamento com a prática de seus direitos ou por força das circunstâncias de sua privação de liberdade. A fala de estar esperando ou ter esperança, dita por alguns, pode indicar uma falta de confiança ou compreensão de como invocar seus direitos. Assim como as falas ou jargões religiosos ditos por outros, são comumente utilizados como alternativas para responder ao desconhecido. Segundo Freire (1992, p. 5), “[...] esperança é uma necessidade ontológica”. Esta frase de Freire nos sugere que a esperança é fundamental, essencial para o desenvolvimento da existência humana.

Nesse desenvolvimento, os educandos viram os direitos principalmente como uma ferramenta para proteção e defesa, como também perceberam que eles ajudam a combater injustiças de acordo seus propósitos, aprendendo diferentes níveis de compreensão sobre a função social dos direitos.

A análise da atividade “Pedido de Namoro” solicitada na escrita simples de no mínimo três linhas, permitiu revelar as habilidades linguísticas dos educandos, especialmente se eles têm pouca experiência com escrita formal ou com o uso de linguagem social mais polida. Os aspectos semânticos e gramaticais como clareza e coerência, na forma como o estudante organiza seus pensamentos e expressa suas intenções pode indicar seu nível de compreensão.

Um simples pedido de namoro bem estruturado pode mostrar que o aluno consegue comunicar suas ideias de maneira compreensível e partir para uma produção mais formal no futuro.

O uso de linguagem formal mais apropriada, ajudou a construir adequadamente um tom respeitoso e considerado. Outro uso foi o das regras gramaticais básicas, a exemplo da concordância verbal e nominal, uso de pronomes e preposições. O vocabulário escolhido no pedido pode destacar onde o aluno precisava de maior intervenção. A escolha das palavras pode revelar a amplitude do seu vocabulário, sinal de maior proficiência linguística.

Ainda sobre a solicitação informal de um pedido de namoro, foi possível observar a aplicação de princípios semelhantes aos que fundamentam a elaboração de petições judiciais mais formais. Esses princípios, como clareza, respeito, bem como objetividade são cruciais também na construção de documentos formais. Seus pleitos como solicitações de trabalho na unidade prisional, entre outros. Portanto, essa compreensão facilitou para a transição da elaboração da escrita formal, pois escrever pedidos, mesmo que simples, permitiu aos educandos praticar a estruturação de textos.

Organizar suas ideias de forma lógica, é essencial para qualquer tipo de produção textual. Aprender a expressar-se é importante, especialmente de maneira respeitosa, sendo um exercício prático para a vida em sua comunicação diária seja escrita ou oral, dentro ou fora do espaço prisional.

A adequação da linguagem ao contexto pode mostrar seu entendimento sobre a importância de considerar o sujeito ao qual se reporta, sendo assim foram muitos os ganhos, além de permitir ao professor orientar mais especificamente seus educandos. Freire (2022) em uma de suas falas emblemáticas, a respeito da força da palavra, destacou esta ser um instrumento de transformação e conscientização, afirmando que “a palavra é ação.” Desse modo, nos diz que a escrita pode ser uma ferramenta poderosa na construção de relações interpessoais. Nas atividades, os erros ortográficos predominaram sobre os erros gramaticais, sugerindo que os educandos podem se beneficiar de mais foco em ortografia e revisão de texto para melhorar a clareza e a precisão em suas comunicações daquilo que já aprenderam.

Por fim, a pesquisa comprovou áreas críticas de desenvolvimento para os educandos privados de liberdade, especialmente na compreensão e prática de textos jurídicos, habilidades de comunicação e conhecimento sobre petições. As lacunas identificadas nas avaliações práticas e teóricas devem ser abordadas para melhorar a eficácia do letramento jurídico e o entendimento geral dos direitos de todos os cidadãos. A análise do perfil dos educandos da EJA revelou características importantes para a compreensão de suas especificidades e desafios.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa de intervenção pedagógica na educação em prisões partiu da seguinte questão norteadora: *De que maneira um processo de intervenção pedagógica no gênero textual petição potencializa o desenvolvimento da proficiência linguística dos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, na construção autônoma de petições no exercício de seus direitos? As respostas possíveis a tal questão, são:*

a) investigação revelou que a ação pedagógica no gênero textual petição, não apenas promoveu habilidades e conhecimentos, mas também favorecem a construção de identidades positivas, desenvolveu práticas de escrita e o entendimento dos direitos no acesso à justiça entre outros desdobramentos. A petição como um gênero textual foi um instrumento linguístico que proporcionou aos educandos autonomia na escrita a partir de um pensamento argumentativo no âmbito do jurídico.

b) a pesquisa também identificou novos desafios para os profissionais da educação em prisões em inovarem suas práticas pedagógicas com base nas necessidades linguísticas de seus educandos, gerenciando aspectos de cunho emocional e estrutural da rotina na prisão. De fato, para garantir a eficácia da implementação, é essencial abordar essas dificuldades e ajustar a intervenção conforme necessário tanto na dinâmica escolar quanto institucional nas intersetorialidades. Ao aparecer, com uma abordagem cuidadosa e informada dos direitos, a inclusão do gênero petição contribui positivamente para a proficiência e emancipação dos educandos privados de liberdade, melhorando suas perspectivas e possibilidades de um pouco mais do entendimento sobre sistema jurídico, que compõe a base das regras e normas em uma sociedade democrática.

c) a abordagem freireana foi posta em prática e os resultados indicam avanços e fortalecimento dos direitos dos cidadãos, contribuindo para garantir o papel da educação em prisões de servir como um instrumento de mudança e inclusão social que une educação, justiça e direitos humanos. A utilização de metodologias participativas, com base na dialogicidade freireana, foi enriquecedora, contribuindo para o fortalecimento do grupo dos participantes e comunidade como um todo. Dessa forma, a obra de Freire não apenas enraíza esse trabalho, como ilumina a prática da educação em prisões pelo seu poder catalizador de mudanças significativas e esperança no futuro.

d) quando os educandos completaram e entregaram suas petições, eles vivenciaram e compartilharam emoções intensas. Foi sentida a manifestação clara da afetividade em ação. Um sentimento de pertencimento e realização, a percepção de ter conquistado algo valioso por

seus esforços, que resultaram em uma grande satisfação, alívio, orgulho e êxtase, do bem-estar, pelo desafio superado. Esse misto de sentimentos é um reflexo direto da afetividade, da sistematização e produção final que se dá inicialmente por se fazer conhecer, notar, enxergar o outro.

e) quanto a professora-pesquisadora, pode-se afirmar que as experiências no tocante a execução pedagógica das oficinas possibilitou uma compreensão mais aprofundada das estratégias para a transição entre os níveis de proficiência Silábico/Alfabético e Alfabético. Observei um avanço significativo, com três educandos progredindo do nível inicial para o trânsito e nove do trânsito para o nível alfabético. Essas conquistas evidenciam a eficácia da prática educativa adotada e a importância da personalização do ensino a partir das demandas dos educandos, atendendo suas necessidades individuais. A contextualização das atividades tornou-se mais relevante e estimulou a motivação entre os educandos, destacando a necessidade de um letramento e alfabetização mais integrados, indissociável na prática pedagógica da Colônia, sempre respeitando a realidade dos educandos e suas especificidades, promovendo avanços, autonomia na aprendizagem das petições no ensino da leitura e escrita.

f) um desdobramento concreto foi que a prática de petições passará a compor nosso currículo escolar na área de linguagens dentro da Colônia Penal de Simões Filho, BA e se estenderá ao fundamental II, tendo em vista a procura e questionamento de outros educandos ao corpo docente da unidade. Quanto ao direito solicitado dos internos para protocolar as 12 petições, apenas quatro delas foram encaminhadas e as demais permaneceram como produção de sala de aula, por possuírem representação jurídica particular, sendo por questões éticas de incumbência desses profissionais.

g) como proposição, o gênero textual petição deve estar no currículo da EJA para pessoas em privação de liberdade, pois traz vantagens significativas tanto no âmbito semântico e social quanto no educacional. Semanticamente, o ensino de petições enriquece o vocabulário dos educandos e aprimora suas habilidades de escrita e argumentação. Isso é crucial, pois a capacidade de redigir documentos legais e administrativos oferece uma ferramenta poderosa para expressar e reivindicar direitos de forma clara e estruturada. A relevância e adequação do ensino aprendizagem de petições, pode beneficiar o desenvolvimento de habilidades práticas de fortalecimento dos saberes dos participantes. Esse processo identifica possíveis desafios, e supostamente ajustes no currículo de cada unidade prisional (UP) de acordo suas especificidades, geográfica, culturais ou institucionais.

Reforçamos que a inclusão do gênero “petição” no currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é altamente relevante por várias razões. Primeiramente, as petições são

documentos fundamentais no contexto jurídico que permitem aos privados reivindicar seus direitos e se comunicar formalmente com instituições. Ensinar a elaboração de petições dá formação aos educandos para lidar melhor com situações legais, promovendo o fortalecimento e a cidadania ativa tão necessária, como disse Freire.

A prática de escrever petições desenvolve habilidades importantes, como a clareza na comunicação, a organização de ideias e a argumentação. Essas competências são essenciais não apenas no contexto jurídico, mas também em diversas áreas da vida. A inclusão do gênero petição, também reflete uma abordagem prática próxima ao contexto do privado de liberdade, permitindo que os educandos relacionem o conteúdo com suas experiências pessoais e desafios enfrentados na busca por justiça e direitos na prisão.

Esse conhecimento prático e específico não só melhora a comunicação dos educandos, mas também os capacita a participar de maneira mais efetiva no sistema jurídico e administrativo. Socialmente, aprender a escrever petições pode promover um sentimento de poder e capacidade para realizar algo maior, que é essencial para a conquista de sua identidade social. A ampliação desse gênero textual nas práticas educativas, aproxima os educandos de entendimentos legais, podendo impactar positivamente sua autoestima e seu estado psicológico. A aprendizagem desse gênero textual pode ser integrada de forma a enriquecer outras áreas do conhecimento, desenvolvendo habilidades importantes como pensamento crítico, análise e organização das informações que recebem. Além disso, a implementação dessa intervenção, como tudo, exige novos desafios aos professores, profissionais da educação em prisões pela constante renovação da prática pedagógica.

Esses dados sugerem que a intervenção pedagógica deve se concentrar em ortografia, concordância, clareza na comunicação e a construção de frases mais coesas, oferecendo aos educandos as ferramentas necessárias para aprimorar suas habilidades de escrita e expressão de suas ideias.

O grupo enfrenta desafios relacionados a leitura e escrita, pouca compreensão do texto, leitura e decodificação limitadas, e muitos demonstram erros fonéticos na escrita, indicando um nível alfabético inicial. Alguns, educandos como “Jovem” e “Hollywood” e Sr. “Cabeça”, que apresentam uma melhor compreensão em relação aos demais, ainda precisam de apoio. Essa diversidade nas habilidades, ratifica a necessidade de intervenção pedagógica diferenciada, que possa atender às especificidades de cada aluno e promover avanços na leitura e na escrita.

A identificação de um vocabulário limitado em vários casos também aponta para a importância de atividades que ampliem o repertório linguístico desses educandos como a da construção de um glossário solicitado no exercício impresso que constava de desafio de caça-

palavras com pronomes, termos jurídicos e um jogo da memória para associar termos aos seus significados e acompanhado na lousa pela turma. Vale ressaltar que apesar da valorização da escrita, cabe expressar as emoções para além das linhas através da oralidade, bem como o domínio dessa habilidade para que assim possam ocupar outros espaços sociais além de egressos do sistema ou privados de liberdade.

Verificamos ainda desdobramentos significativos no processo com o retorno das petições, a partir dos relatos apresentados pelos educandos através de seus familiares, trazendo ânimo e incentivo para outros estudantes, demonstrando uma repercussão extremamente positiva, que contribuiu para uma maior mobilização das partes envolvidas e uma intensificação da sensibilização diante das questões expostas. Tais depoimentos se mostraram fundamentais para evidenciar a relevância das medidas adotadas no respeito a ética profissional e protocolos necessários, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das condições e desafios enfrentados.

A pesquisa intitulada " A CONSTRUÇÃO AUTÔNOMA DE PETIÇÕES POR PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO, BAHIA: UMA PESQUISA DE NATUREZA INTERVENTIVA" foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, após análise detalhada dos aspectos éticos e metodológicos apresentados, foi aprovada conforme parecer de número 6.814.424. A pesquisa está em conformidade com a condução ética de estudos envolvidos.

Enfim, a pesquisa revelou, através das reflexões e resultado das produções autorais das petições dos educandos, uma prática educativa assertiva, viável com objetivo claro de construção, transformação e mudança, não sendo apenas uma reprodução de habilidade ou técnica no fazer pedagógico, mas que ao aprimorar a execução do fazer docente, contribui com satisfação, para o desenvolvimento e valorização da pessoa em privação de liberdade no combate a desumanização e negação de direitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **A música que todos deveriam saber a letra**. 1 vídeo (4,41min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H_qP2vx4Sk. Acesso em: jul./2024
- BALLONE, G. J. **Afetividade**. Disponível em: <http://psiqweb.med.br/cursos/afet.html>. Acesso em: ago./2024
- BARATA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal**. Rio de Janeiro: Revan. 2002.
- BARRETO, Maria das Graças Reis. **Relatório de pesquisa projeto político pedagógico para educação em prisões: outras estratégias para outro sujeito de direito**. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão e Tecnologias Aplicadas À Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.
- BARRETO, Maria das Graças Reis; DIAS, Newdith Mendonça. **Políticas de Educação em prisões do estado da Bahia: constituição de um novo plano estadual**. Plurais Revista Multidisciplinar, v.6, n.1, p. 155-170, jan./abr. 2021.
- BRASIL. Diário Oficial da União (BR). **Lei de Execução Penal Lei n. ° 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, 13 de julho de 1984.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/22827-censo-demografico-2022.html>
- CAPES – **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 20 fev. 2024
- CONNEL, Robert W.; JAMES W. Messerschmidt. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>. Acesso em: ago. 2024
- DAMIANI, Magda Floriana; ALVES, Clarice Vaz Peres. **A Tomada de Consciência acerca de aspectos que envolvem a produção de textos escritos: Um estudo intervencionista**. Revista Escrita. Ano 2014. Número 19. ISSN 1679-6888. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23572/23572.PDF>.

DAMIANI, M. F.; ROCHEFORT, R. S.; CASTRO, R. F. de; DARIZ, M. R., & PINHEIRO, S. S. (1). **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. Cadernos De Educação, (45), 57-67, 2013 – Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i45.3822> - Acesso em: 20 jan. 2024.

DEWEY, John. **Democracia e educação: uma introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Editora MacGraw-Hill, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/40124449/John_Dewey_Educacao_e_Democracia. Acesso em:

DE LA TORRE, Saturnino. **Aprender com os erros: o erro como estratégia de mudança**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2007

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a Redefinição da Identidade das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial-Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zaar, 2022

FRANCO, Maria Laura P. B. Análise de conteúdo. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FERRAZ, Janaína de Aquino; RIBEIRO, Ormezinda Maria; ALVES, Scheyla Brito. **Módulo II: Aspectos Gerais da Redação Oficial**. Brasília: CEAD-UNB, 2010.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. 2. ed. São Paulo: Editora Scipione, 1985.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2. ed. Brasília: Brado Negro, 2017. 186p.

FOUCAULT M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 10.ed Rio de Janeiro: PAZ E TERRA,1992

GADOTTI, M. **Palestra de encerramento**. In: MAIDA, M. J. D. (Org). **Presídios e educação**. São Paulo: FUNAP, 1993.pp121-148.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2001.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Cammarosano. **Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade**. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 52, p. 1-19, e17100, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17100>. Acesso em: 08 de fev de 2024.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: Pioneira, 1988.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria que transforma a forma de ser e viver**. São Paulo: Objetiva, 1996

HORA, Fábio Carvalho da. **É Tudo Nosso e Nada Deles: O Ensino de História e as Produções de Sentido para os Educandos da EJA no Sistema Penal de Salvador**. Dissertação de Mestrado. UNEB. Campus 1. 2022.

IRELAND, Timothy D. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2714/2452>.

JEFFREY, Debora Cristina (Org.). **A Educação de Jovens e Adultos: questões atuais**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 103-121.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A Ressocialização Através do Estudo e do Trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Escola na ou da Prisão?** *Cad. Cedes, Campinas*, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan.-abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 Fev de 2024.

LOURENÇO FILHO, Samuel. **Além das Grades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nota Terapia, 2018.

LOURENÇO FILHO, Samuel. **O Presidiário e a Segunda Chance**. Disponível em <https://meuprofessorcnm.com/segundachance/>. Acesso em 06 de outubro de 2023.

MARCUSHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**

MARCUSHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**: São Paulo: Parábola, 2008

MELLO, G. N. **Educação escolar–paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez, 1987.

ONOFRE, E. M. Cammarosano. **A Educação Escolar Entre As Grades**. São Carlos: Editora Edufscar, 2007 p.11-28.

ONOFRE, E. M. Cammarosano. **A prisão: instituição educativa? Educação, escolarização e trabalho em prisões**: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano. Cadernos Cedes, Campinas, v. 36, p. 43-59, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000100001>. Acesso em: 10 set. 2023.

ONOFRE, E. M. Cammarosano. **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e suas práticas educativas**. São Carlos: Editora Edufscar, 2011. p 47-73.

ONOFRE, E. M. Cammarosano. **O papel da escola na prisão: saberes e experiências de educandos e professores**. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar childhood & philosophy, rio de janeiro, v.7, n. 14, jul.-dez 2011, pp. 271-297. issn 1984-5987

PAIVA, Jane. **Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos**, Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JnTxCJz53HN7zKPK7JMyDR/?lang=pt> Acesso em: 18 jan. 2024.

PEREIRA, Antônio. **Análise de dados, o tendão de aquiles da pesquisa interventiva nos mestrados profissionais em educação**: por quê?. #Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/6228>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PEREIRA, Antônio. **A educação em prisões e a formação dos profissionais do sistema prisional**: uma análise a partir dos Planos Estaduais de Educação em Prisões. Revista Contemporâneo, São Paulo, n. 17, p. 1-29, 2018b.

PEREIRA, Antônio. **A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011.

PEREIRA, Antônio. **Currículo e formação de educadores sociais na pedagogia social: relato de uma pesquisa-formação**. Revista Profissão Docente On Line, Uberaba, v. 13, n. 29, p. 9-35, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/545/731>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa de intervenção em educação**. Salvador: EDUNEB, 2019.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa interventiva nos mestrados profissionais em educação: fundamentos e possibilidade prática.** *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, São Caetano do Sul, v. 6, n. 12, p. 37-52, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8069/3633. Acesso em: 22 dez. 2021.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa Prática e Pesquisa Aplicada em Educação: Reflexões epistemo-metodológicas.** *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 20, 10598, 2023. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10598>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PEREIRA, Antônio. **Prática de EJA em prisões: um Prometeu acorrentado?.** *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 23–55, 2022. Disponível em: <https://ser.ufu.br>. Acesso em:

PEREIRA, A.; SANTOS, D. A.; SOUZA, N. J. **A educação em prisões e os conteúdos étnicos raciais: uma reflexão a partir do Projeto A Cor do Brasil.** *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, Salvador, v. 2, n. 4, p. 148-161, jul./dez. 2020.

PEREIRA, A.; SANTOS DE SOUSA, L. **Pesquisa interventiva em Educação de Jovens e Adultos: Primeiras aproximações de estudo à luz da Análise Cognitiva (AnCo).** *Revista Cocar*, [S. l.], n. 26, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9066>. Acesso em: 5 out. 2024.

PEREIRA, A; ALVES, É. V; SANTOS, J. Z; SILVA, M. R. F. A. M. **A pesquisa interventiva na construção do conhecimento de um mestrado profissional em educação: primeiros apontamentos de uma investigação.** *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, FURG. Vol. 16 Nº 32, Jan - Jun. de 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/14853>.

RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **A pedagogia social nas implicações prisionais e práticas escolares intramuros: reflexões de um estudo no estado do Paraná.** *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], n. 48, p. 71–94, 2019. DOI: 10.5585/eccos.n48.11549. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11549>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SANTOS, Alcimar Meirelles; PEREIRA, Antônio. **A educação de jovens e adultos em prisões: os sentidos da escolarização para os presos da penitenciária Lemos Brito, Salvador, BA.** *Revista Comunitárias*, v. 5

SANTOS, Juliana; PEREIRA, Antônio. **As questões étnico-raciais na educação e docência em prisões: percepção docente em intervenção pedagógica.** *Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, UESB, 2022.

SAVIANI, D. **Educação: senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1980.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 32. Ed – Campinas, SP: Autores Associados. 1999.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. (Coleção memória da educação).4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. (Coleção educação contemporânea).10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Roberto da. **A remição de pena pela educação no congresso nacional**. In: E. M. C. Onofre, & A. L. Lorenço. *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas* (Vol. I, pp. 81-118). São Paulo: São Carlos, 2011.

SILVA, Roberto da. **Educação não pode ser usada para esvaziar prisão**. Entrevista por: Vanessa Fajardo, portal G1, São Paulo G1, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/07/educacao-nao-pode-ser-usada-para-esvaziar-prisao-diz-professor-da-usp.html>

SILVA, Roberto da. **Fundamentos Epistemológicos para uma EJA Prisional no Brasil** in: Revista Brasileira de Execução Penal. Brasília, v. 1, n. 1, p. 59-76, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/49>. Acesso em:

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org). **Diálogos na Educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Revista Pátio – Revista Pedagógica, 2004/2023.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, Magda. **Discurso recebido durante a entrega do Prêmio Almirante Álvaro Alberto**. 2015.

SOARES, Magda. **Ler e escrever: uma abordagem sociocultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/26/outros-textos//semagdsoares.doc>>_____, Magda Becker. Leitura e escrita. 26ª Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1998.

SOARES, Magda Becker. **Prêmio FUNDEP/1989**. Revista Educação, Belo Horizonte (10): 76-78, dez. 1989.

SOARES, Magda. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia-Foundation, 2017]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Magda_Soares. Acesso em:

SYKES, Gresham M. **The Society of Captives: a study of a maximum security prison.** New Jersey: Princeton University Press, 1999.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos e Plano de Ação para o Futuro.** V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha, 14-18/jul., 1997.

VYGOTSKY, Lev. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70, 1995

WALLON, Henri. **Les milieux, les groupes et la psychogenèse de L'enfant. Enfance,** Paris, v. 4, n° 3, p.287-296, mai/oct. 1954.

WALLON, Henri. **L'évolution psychologique de l'enfant.** Paris: Collin, 1986.

APÊNDICE A: PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA (UNEB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - MPEJA.**

**PROJETO DE INTERVENÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL DR. BERLINDO MAMEDE DE OLIVEIRA
ANEXO: COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO-BA – TURNO: MATUTINO
TURMA: TEMPO FORMATIVO I - ETAPAS II E III**

COMPONENTE: LINGUAGENS

PROFA.: PATRÍCIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

SALVADOR - BA

2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	03
2. OBJETIVOS GERAIS.....	04
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	04
4. JUSTIFICATIVA.....	04
5. METODOLOGIA.....	06
6. ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS TEMÁTICAS.....	66
7. CRONOGRAMA.....	69
8. REFERÊNCIAS.....	70

1. INTRODUÇÃO

A proposta tem uma relação direta com os fundamentos que intentam as chamadas boas práticas, bem como refletir e intervir diante dos comportamentos, avanços e dificuldades observadas cotidianamente nos educandos para que a aquisição e entendimento de nossa língua materna na competência de leituras do mundo de si e da escrita com fruição numa perspectiva científica. Uma prática profissional educativa que envolva e realize reflexões necessárias à melhoria ou aprimoramento dos saberes e carências trazidas no cotidiano da sala de aula na prisão.

A proposta de oficinas pedagógicas com ampliação do gênero textual petição, propõe a construção de conhecimentos para a escrita de petições judiciais como prática de liberdade. Inicialmente, sugere-se a aplicação de um questionário para coleta de dados de proficiência com alguns saberes iniciais essenciais, seguido de uma dinâmica de “Chuva de Ideias” como complementação e estímulo a coleta oral e entrevista coletiva ao final para avaliação da intervenção. Este trabalho, tem a intenção de oferecer aos educandos da Colônia Penal de Simões Filho Bahia uma avaliação diagnóstica, importante para a construção de momentos de aprendizado mais adequado, respeitando o ritmo e a condição de cada estudante no processo ensino aprendizagem, detectando pontos fortes e fracos que facilitam ou dificultam sua formação educacional no alcance de seus direitos.

Os sujeitos beneficiados diretamente foram homens com idades entre 22 e 40 anos, nos níveis silábico-alfabético e alfabético. A amostra mínima da pesquisa foi de 5 a 10 educandos, considerando a alta rotatividade dos processos judiciais que ocorrem paralelamente ao contexto educacional. na Colônia Penal de Simões Filho.

Indiretamente, também serão beneficiadas as famílias dos internos, a comunidade prisional, os servidores envolvidos diretamente e indiretamente no processo de reintegração, e a sociedade em geral. Isso contribuirá para a luta no combate às desigualdades e resgate de sua cidadania.

Preocupada em como melhor otimizar e ampliar a prática pedagógica na alfabetização e letramento de adultos da Colônia, pensei de que maneira um processo de intervenção pedagógica dialógico de letramento jurídico em gênero petição potencializaria a educação (proficiência) dos educandos na Colônia Penal de Simões Filho, Bahia?

Este projeto é oriundo da experiência profissional na modalidade EJA, enquanto educadora na rede pública estadual de ensino e das inquietudes pessoais, quanto à crescente demanda de educandos EJA, em particular EJA prisional. Nesse segmento, temos comprovação

dos índices de pouco aproveitamento e letramento por fatores socioeconômicos e culturais, condicionantes e replicadores de uma política de exclusão dos chamados “invisíveis” da sociedade.

2. OBJETIVO GERAL

O objetivo deste projeto é aplicar uma ação pedagógica no gênero textual petição como possibilidade de impulsionar a proficiência linguísticas dos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, BA, na construção autônoma de petições jurídicas no exercício de seus direitos.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver e aplicar um projeto de intervenção pedagógica fundamentado na abordagem dialógica freireana;
2. Analisar o processo de aprendizagem dos educandos em relação ao letramento jurídico e ao entendimento de petições;
3. Avaliar o impacto da intervenção para futura incorporação do gênero textual petição no currículo de ensino da EJA com pessoas em privação de liberdade.

4. JUSTIFICATIVA

No desenvolvimento de atividades educativas ao longo de sete anos como professora regente no tempo formativo I, etapas II e III em sala multisseriada na educação escolar formal do Sistema Prisional do Estado da Bahia, no distrito de Palmares em Simões Filho, na educação em prisões, pude perceber a constante incidência do analfabetismo e o letramento funcional na unidade prisional em que atuo. Além dessa carência, também notei que muitos fatores externos interferem na dinâmica e devem ser considerados importantes nas suas especificidades materiais e imateriais, para proporcionar um satisfatório processo ensino-aprendizagem nessa modalidade.

A exemplo, podemos observar a grande rotatividade dos presos, a morosidade dos processos judiciais ruídos de comunicação, desesperança, dúvidas, incertezas e incredulidade nas ações do jurídico e até mesmo do processo pedagógico e suas benfeitorias. Dos vários exemplos observados no passar dos anos, cresceu em mim, o desejo de alargar estender a oferta pelos bons resultados de boas práticas como a que relato a seguir, o que me faz acreditar e perseverar na pesquisa em questão como forma de contribuição para minimizar as discrepâncias

e reincidência no crime desses sujeitos de direito.

A relação entre alfabetização, letramento e conhecimentos prévios dos educandos devem ser considerados. Os educadores devem adequar a utilização dos espaços numa abordagem educacional que favoreça efetivamente o processo de conhecimento do aluno e a relação de respeito uns com os outros. Além disso, é preciso sistematizar e estabelecer uma rotina educacional com aquisição de novos instrumentos pedagógicos, métodos e estratégias de ensino, além da convicção, por parte dos educadores do potencial de cada aluno e contagiante crença em si mesmos para garantir um maior envolvimento por parte dos educandos.

No livro *A Importância do Ato de Ler*, Paulo Freire trata do quão fundamental o aluno saber o significado profundo das palavras e não somente decodificá-las e reafirma que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”. Esse não é um tratamento simples e fácil, mas de imensa riqueza ao tratar com educandos que estão em privação da liberdade de circular na sociedade, de ir e vir – que estão fisicamente aprisionados. No entanto, devem participar efetivamente da pesquisa e se apropriar dos resultados desta de forma a contribuírem de forma justa, afetiva e efetiva, reafirmando o que aponta Freire: “o povo tem que ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não objetivo da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele” (Freire, 1998, p.21).

Pensando em como melhor otimizar e ampliar a prática pedagógica na alfabetização e letramento de adultos da Colônia, é que surge a questão de investigação: De que maneira uma intervenção pedagógica dialógica de letramento jurídico com ampliação em gênero textual petição em redação oficial jurídica, possibilitaria aos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, BA desenvolver competências e habilidades linguísticas capazes de impulsioná-los a reivindicar seus direitos quanto ao trânsito de seus processos judiciais?

O trabalho justifica-se pela necessidade de se ter inclusão e cidadania pela aquisição da palavra, resgate da identidade do homem apenado e luta para efetivação de direitos. Assim, acreditamos ser relevante a pesquisa de letramento jurídico em prisões para construção da escrita na perspectiva de ampliação textual do gênero petição.

Esta proposta de intervenção, dignifica, abre horizontes, traz mudança de vida através da educação. A garantia de projetos como esse nas escolas em prisões, é vitória da luta de personalidades como Paulo Freire e outros educadores no trato com o povo simples, trabalhadores comuns, de uma realidade dura, carente de livros e respeito humano. Para estes educadores, essa luta é constante e deixa um legado de referencial teórico e prático na formação de homens cidadãos.

5. METODOLOGIA

Introduzir gênero textual petição em indivíduos com baixo letramento jurídico e proficiência linguística das séries iniciais, exige uma abordagem metodológica prática e acessível, adequada e estimulante do pensamento crítico com rigor pedagógico. Neste sentido, uma estratégia eficaz consiste em iniciar o processo com uma contextualização relevante, utilizando vivências e ideias próprias como ponto de partida. A motivação é fomentada ao encorajar os participantes a explorarem suas realidades cotidianas, memórias pessoais e narrativas simples.

Para promover o engajamento e estimular a criatividade na expressão, a inserção de atividades práticas torna-se fundamental. O emprego de jogos de palavras e quebra-cabeças oferece um meio lúdico de desenvolver habilidades e assimilar conceitos, proporcionando uma abordagem mais dinâmica e participativa. Além disso, a leitura interativa, acompanhada de discussões sobre textos simples, emerge como uma estratégia valiosa para a prática da compreensão e expressão da escrita futura.

A utilização de recursos visuais, como imagens, revela-se uma ferramenta eficaz ao incentivar os participantes a descreverem ou criarem narrativas a partir de uma imagem específica. Este método facilita a expressão oral, preparando as bases para futuros exercícios de escrita simples. Ao adotar uma abordagem metodológica que integra elementos práticos, interativos e visuais, é possível criar um ambiente propício para o desenvolvimento das competências redacionais em indivíduos com baixo letramento.

O processo é fortalecido com o retorno construtivo, modelagem dos textos por suas características, símbolos, estrutura, a partir de exercícios de textos modelos graduais que introduzem as habilidades redacionais em passos pequenos e progressivos para fixação. O envolvimento ativo com discussões, seja por meio de debates orais e pequena escrita individual ou grupo, espera-se promover a prática das habilidades escritas.

Estimular autoconfiança e a autoestima dos educandos é fator essencial para um aprendizado bem-sucedido. Existem vários autores que abordam o tema de oficinas pedagógicas em suas obras. Paulo Freire e sua pedagogia crítica, enfatiza a importância da prática reflexiva e da participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem. Ana Maria Saul no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, Celso Antunes com diferentes estratégias pedagógicas entre outros. Cada abordagem e enfoque varia de autores para explorar diferentes perspectivas para obter uma compreensão mais abrangente do tema das oficinas pedagógicas.

Segundo (Paviani; Fontana; 2009) as oficinas pedagógicas desempenham um papel crucial desenvolvendo com base teórica o conhecimento através da prática.

A escolha de uma oficina pedagógica baseada nessa perspectiva, oferece benefícios consideráveis ao desenvolvimento das práticas redacionais em contextos de privação de liberdade, contribuindo para a formação crítica, emancipatória e humanizadora dos participantes.

A abordagem de Paulo Freire, centrada na educação libertadora e crítica, propicia um ambiente de aprendizado que valoriza o diálogo e a participação ativa dos participantes. Ao contextualizar o ensino de redação com as experiências de vida dos educandos, essa abordagem torna o aprendizado mais significativo, relacionando-o diretamente à sua realidade. Além disso, ao promover a conscientização crítica, as oficinas estimulam os participantes a refletir sobre suas circunstâncias, promovendo uma compreensão inicial das estruturas dos textos oficiais que possam contribuir para entender trâmites e encaminhamentos da situação de seus processos judiciais.

O enfoque no fortalecimento, é uma característica valiosa especialmente para pessoas privadas de liberdade, pela autonomia e valorização de seu potencial ao aprimorarem suas práticas redacionais com possíveis oportunidades pós-liberação agregadas ao sonho de liberdade. O respeito à dignidade de cada indivíduo cria um ambiente educacional que reconhece a importância única de cada participante, independentemente de sua situação legal, promovendo, assim, um respeito mútuo entre pesquisador e participantes.

No espaço físico da sala de aula, foi explorado pelos educandos, diferentes linguagens e ampliado o gênero textual petição, construído por etapas e discutido nas reflexões a cada oficina com seu respectivo objetivo de formação do dia e conteúdo de escrita em destaque. As tarefas sugeridas ao grupo, foram aplicadas com adequação na abordagem, visto que se tratou de uma classe multisseriada. A recolha das atividades e impressões da oficina do dia, foram feitas ao término de cada encontro para análise, correções e novas orientações para avanço futuro e coleta geral de dados desta pesquisa.

As tarefas contextualizadas foram, de reconhecimento fonológico, no uso das onomatopéias, ou na associação de imagens, de cópias simples, interpretação ou produção textual.

Quadro de objetivo e conteúdo do primeiro encontro que antecedeu a aplicação das oficinas formativas pedagógicas.

ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS

DADOS GERAIS
COLÉGIO ESTADUAL DR. BERLINDO MAMEDE DE OLIVEIRA –ANEXO COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO -BA TURMA: TEMPO FORMATIVO I ETAPAS II E III TURNO: MATUTINO - COMPONENTE: LINGUAGENS. PROFA.: PATRÍCIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

QUADRO DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS			
1	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
1	Identificar o perfil e grau de conhecimento de gênero textual petição e níveis de compreensão dos participantes. Analisar as demandas educacionais para intervenção	Questionário Diagnóstico Perfil e Grau de Conhecimento de gênero petição Temáticas sociais por Pessoas Privadas de Liberdade na Colônia Penal de Simões Filho, BA	Diálogo com os participantes sobre a natureza da pesquisa e o propósito do questionário de pesquisa e dinâmica. Discussão e instruções para os participantes responderem às perguntas. Distribuição do questionário entre os educandos. Aplicação do questionário e dinâmica complementar “Chuva de Ideias” Momento de avaliação da aplicação expressos através da oralidade, escrita ou desenho simples.

OFICINAS			
2	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	<p>Promover a reflexão dos educandos privados de liberdade, fornecendo-lhes compreensão básica do sistema legal, seus direitos individuais constitucionais, o processo judicial e a importância do acesso à justiça.</p> <p>Ampliar a discussão sobre tópicos relevantes para a pessoa privadas de liberdade na Declaração dos Direitos Humanos</p>	<p>Sistema legal, direitos individuais, acesso à justiça e o funcionamento das petições judiciais no contexto prisional pelo Art. 41 da LEP.</p>	<p>Coleta de respostas do grupo das seguintes perguntas:</p> <p>1A. O que é um direito constitucional?</p> <p>2B. Você já precisou invocar algum direito seu em alguma situação específica?</p> <p>3C. Na sua opinião, qual é a função ou propósito de um direito na sociedade?</p> <p>4D. Qual é a importância de aprender sobre os direitos e como fazer reivindicações?</p> <p>5E. Você poderia mencionar alguns exemplos de direitos que as pessoas têm?</p> <p>6F. Quais são os direitos constitucionais garantidos às pessoas privadas de liberdade?</p> <p>7G. Qual o único direito negado a pessoas privadas de liberdade?</p> <p>8H. Já ouviu falar da Declaração dos Direitos Humanos?</p> <p>9I. O que tinha mudado na vida do preso após a Declaração dos Direitos Humanos?</p> <p>Exibição do vídeo da canção sobre Direitos Humanos</p> <p>Distribuição de temas de diferentes situações sociais para identificação dos direitos dos cidadãos.</p> <p>Desafio: bingo de palavras do direito e jogo de encaixe de palavras e conceitos. Tarefa: crie acróstico com as palavras: direito e cidadania.</p> <p>Avaliação da oficina: escreva ao menos um direito constitucional, relevante e essencial que você destaca que aprendeu nesta oficina.</p>

3	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	<p>Conhecer as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial.</p> <p>Aprimorar habilidades e adequação de comunicação.</p> <p>Potencializar a reflexão crítica do gênero textual petição no contexto da prisão</p>	<p>Petição judicial: Características, tipos e estrutura, linguagem e função social.</p> <p>Uso de conectivos mais usuais.</p> <p>A canção Cálice de Chico Buarque na versão do Rapper nordestino Criolo da periferia de São Paulo.</p>	<p>Discussão em grupo:</p> <p>a. O que é uma petição?</p> <p>b. Por que as petições são importantes no contexto legal?</p> <p>Distribuição de modelos de petição, pedido, convite para identificação coletiva e socialização da comparação de diferentes tipos de elementos estruturantes adequados ao pleito.</p> <p>Atividade: Ouça e compare a letra Cálice de Chico e a de Criolo. O que mudou? Socialize sua opinião com a turma.</p> <p>Desafio: construção de uma linha de tempo histórica com destaque para a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de execuções Penais (LEP) de 1984 que a precede.</p> <p>Avaliação da oficina: escrita simples ou desenho de um sentimento.</p>

4	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	<p>Conhecer as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial.</p> <p>Conhecer tópicos relevantes sobre os Direitos e Deveres da pessoa privada de liberdade e suas demandas.</p>	<p>Petição judicial: características, tipos e estrutura, linguagem e função social.</p> <p>Direitos e Deveres dos Privados de Liberdade</p> <p>Uso de Pronomes</p>	<p>Discussão em grupo:</p> <p>a. Quais os elementos ou informações são essenciais em uma petição?</p> <p>b. A quem se deve endereçar uma petição?</p> <p>c. Quais direitos e deveres das pessoas em privação de liberdade que você conhece?</p> <p>d. Qual o passo inicial para peticionar?</p> <p>Atividade 1: relacione os vocábulos, vocativos, pronomes de tratamento e expressões de cordialidade para uma petição.</p> <p>Atividade 2: busque vocábulos de forma lúdica e recreativa no caça palavras.</p> <p>Desafio: construção coletiva de um mine glossário de expressões e pronomes de tratamento formal e informal para introdução de uma petição.</p>

	<p>Aprimorar a produção Textual.</p>		<p>Tarefa: produção e socialização: escrita livre e individual de um pequeno pedido de namoro de três a cinco linhas.</p> <p>Produção: escrita da introdução com dados pessoais.</p> <p>Avaliação da oficina: Desenhe ou escreva duas palavras-chaves pelo grau de importância do direito para você nessa oficina.</p>
--	--------------------------------------	--	--

5	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	<p>Conhecer as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial.</p> <p>Facilitar o entendimento da estrutura e funcionamento das petições judiciais.</p>	<p>Petição Judicial: características, tipos e estrutura, linguagem e função social.</p> <p>Avaliação das atividades construídas pelos educandos.</p> <p>Termos Judiciais</p> <p>Código dos artigos demandados.</p>	<p>Reflexão do refrão da canção Lutar pelo que é meu de Charlie Brown Jr.</p> <p>Estudo de termos judiciais e seus significados, elencando um pequeno glossário de termos jurídicos.</p> <p>Desafio: caça palavras de pronomes de tratamento e termos judiciais mais corriqueiros.</p> <p>Atividade 1: jogo da memória de termos judiciais e significado jurídico.</p> <p>Escuta atenta das demandas dos participantes e identificação dos códigos demandados.</p> <p>Produção: reescrita da introdução, demanda e solicitação.</p> <p>Avaliação da oficina e de sua autoavaliação pelo grau de motivação do tema e sua participação de 0 a 10.</p>

6	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	<p>Conhecer as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial.</p> <p>Aprimorar a</p>	<p>Petição judicial: características, tipos e estrutura, linguagem e função social.</p> <p>Código Penal, Tipos de Pena e Mudanças no</p>	<p>Atividade: leitura e raciocínio de frases e conteúdos argumentativos.</p> <p>Produção: construção individual, desenvolvimento argumentativo dos fatos por suas demandas</p> <p>Nova reescrita e acréscimo do fundamento legal Art. 41 Inciso XIV com palavras de ligação comumente utilizadas em petições para introduzir dos fatos e do direito.</p>

	argumentação e compreensão de textos com clareza, coesão e coerência. Aprimorar a produção textual	Judiciário Brasileiro. Avaliação das atividades construídas pelos educandos	Avaliação da oficina por escrita simples. Opine, argumente.
7	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	Conhecer as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial. Aprimorar a argumentação e compreensão de textos. Aperfeiçoar a produção textual.	Petição judicial: características, tipos e estrutura, linguagem e função social. Conjugação verbal Avaliação das atividades construídas pelos educandos. Revisão e correção.	Verificação e conferência dos fatos e fundamento legal e argumentação com acréscimo do desfecho. Tarefa: continuação da escrita da petição. Utilização de conectivo final adequado ao raciocínio ou argumentação apresentada ao longo do texto. Produção: reescrita geral em folha provisória. Avaliação da oficina e sua avaliação de desenvolvimento.

8	Objetivo	Tema/conteúdo	Procedimentos
	Conhecer as características, tipos, estrutura, linguagem e função social da petição judicial. Aprimorar a argumentação e Compreensão de textos.	Petição judicial: características, tipos e estrutura, linguagem e função social. Avaliação das atividades construídas pelos educandos	Tarefa: continuação, revisão final com acréscimo do desfecho no corpo do texto. Produção: finalização da escrita autoral em folha definitiva. Tarefa 2 : Entrevista

	Aperfeiçoar a produção textual.		
--	---------------------------------	--	--

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PERÍODO DE APLICAÇÃO E CONCLUSÃO DA PESQUISA	MARÇO A JULHO 2024
APLICAÇÃO DAS OFICINAS TEMÁTICAS E COLETA DE DADOS	MARÇO A MAIO
TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	JUNHO
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO	JUNHO
REVISÃO E CORREÇÃO	JULHO

REFERÊNCIAS

BAHIA, Conselho Estadual de Educação –CEE N° 43, de 14 de julho de 2014. Dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade EJA, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução n° 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

BRASIL, Lei de Execução Penal Lei n. ° 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, 13 de julho de 1984.

BRASIL, Lei n. ° 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei n. ° 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

BREGLIA F, FREJTMAN F, SARFÓ V. **Sociedade civil e educação pública nos presídios: questões para reflexão. O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas.** São Carlos: EDUFSCAR, 2011.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

FOUCAULT M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

GATTI, Bernardete. (Coord.), BARRETO E.S.S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009

LOURENÇO FILHO, Samuel. **Além das Grades**. 1. ed. Rio de Janeiro: NotaTerapia, 2018.

LOURENÇO FILHO, Samuel. **O Presidiário e a Segunda Chance**. Disponível em <https://meuprofessorcnn.com/segundachance/> Acesso em 06 de outubro de 2021.

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

COLÉGIO ESTADUAL DR. BERLINDO MAMEDE DE OLIVEIRA –ANEXO

COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO -BA

TURMA: TEMPO FORMATIVO I ETAPAS II E III

TURNOS: MATUTINO - COMPONENTE: LINGUAGENS.

PROFA.: PATRÍCIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

Questionário Diagnóstico sobre o Perfil e Grau de Conhecimento de Textos de Redação Oficial por Pessoas Privadas de Liberdade CPSF-BA.

Parte 1: Informações Pessoais

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Seu maior tempo de estudo foi na: infância () juventude () dias atuais ()
4. Há quanto tempo você está privado de liberdade? _____
5. Há quanto tempo você está afastado de atividades escolares? _____
6. Qual seu grau de instrução?
() Médio completo () Médio Incompleto () Fundamental Completo
() Fundamental Incompleto () Não Alfabetizado
7. Você tem o hábito de ler regularmente? () Sim () Não
8. Com que frequência você lê?
() Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Raramente () Nunca
9. Você se considera um bom leitor ?
() Sim, sou muito bom. () Sim, sou bom. () Mais ou menos. () Não
10. Qual é a importância que você atribui à leitura no seu cotidiano na prisão?
() Pouco Importante, () Muito Importante, () Extremamente Importante.
11. Você escreve com frequência? () Sim () Não
12. Com que frequência você escreve?
() Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Raramente () Nunca
13. O que você prefere fazer na escola:
() jogos pedagógicos () participar de desafios () atividade oral
() atividade escrita () trabalho de grupo () trabalho individual

Parte 2: Conhecimento Geral sobre Textos de Redação Oficial

14. Você já teve contato com documentos oficiais, como atestados, ofícios, memorandos ou petições judiciais? () Sim () Não

15. Como você faz para entender a leitura dos documentos oficiais de seus processos?

- () Não consegue entender claramente.
- () Consegue entender facilmente.
- () Precisa de auxílio de outras pessoas.

16. No diálogo com autoridades do jurídico, qual seu nível de desempenho na comunicação?

- () Participa, com limitações.
- () Tem dificuldade de comunicação e entendimento dos termos legais.
- () Tem pouco domínio da língua, comete muitos erros.
- () Compreende e se expressa bem na maioria das situações.
- () Pode participar de conversas mais complexas.
- () Pode cometer alguns erros, mas geralmente é compreensível.
- () Tem um domínio amplo da língua, comete poucos erros.
- () Pode comunicar-se facilmente em uma variedade de situações.

17. Como avalia seu entendimento de textos oficiais, como por exemplo documentos legais, durante o tempo que está na prisão?

() Confortável e confiante. Consigo compreender claramente as informações e os procedimentos relacionados a textos oficiais, como documentos legais.

() razoável, embora às vezes possa encontrar dificuldades em compreender alguns termos ou conceitos específicos.

() tenho muita dificuldade em interpretar termos complexos e frequentemente necessito de assistência para entender as informações contidas nesses documentos.

18. Você sabe o que é um atestado? () Sim () Não () mais ou menos

19. Você sabe o que é um ofício? () Sim () Não

20. Você sabe o que é um memorando? () Sim () Não

21. Você sabe o que é uma petição judicial? () Sim () Não

Parte 3: Comentários Adicionais

Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre seu conhecimento ou experiência com documentos oficiais? () Sim () Não

Comente:

"Valorizamos muito a sua opinião. Obrigada por participar. "

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA

COLÉGIO ESTADUAL DR. BERLINDO MAMEDE DE OLIVEIRA –ANEXO

COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO -BA

TURMA: TEMPO FORMATIVO I ETAPAS II E III

TURNO: MATUTINO - COMPONENTE: LINGUAGENS.

PROFA.: PATRÍCIA CARLA VASCONCELOS GALDINO

Roteiro de Entrevista para Pessoas Privadas de Liberdade em Projeto de Intervenção Pedagógica: Alfabetização, Letramento e Empoderamento Jurídico

1. Anseios e Expectativas:

A. O que você espera aprender com este projeto educacional sobre leitura e escrita?

B. Você acha que isso pode te ajudar em questões relacionadas à justiça?

2. Frustrações e Desafios:

A. O que te incomoda ou dificulta ao lidar com documentos legais?"

3. Descrenças e Obstáculos:

A. O que te faz pensar que pode ter dificuldade em entender ou escrever bem quando está aprendendo?

4. Esperanças e Empoderamento Jurídico:

A. Como você acredita que este projeto vai auxiliar na defesa dos seus interesses?"

5. Visão de Futuro e Reinserção Social: E sobre o futuro, como você vê o que está aprendendo sobre a lei nesse projeto?

Este roteiro busca compreender as perspectivas e desafios enfrentados pelos participantes do projeto, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias educacionais que atendam às suas necessidades específicas, enquanto promovem o empoderamento e a busca por seus direitos constitucionais.

Obrigada por participar.

ANEXOS**ANEXO A: OFÍCIO AO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS –
SIMÕES FILHO, BA**

EXCELENTÍSSIMO (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SIMÕES FILHO BAHIA.

Eu, Patrícia Carla Vasconcelos Galdino, venho respeitosamente perante Vossa Excelência, na qualidade de professora da Rede Estadual do Estado da Bahia, lotada no Anexo do Colégio Estadual Dr. Berlindo Mamede de Oliveira, situado na Colônia Penal de Simões Filho, Bahia, com regência na educação em prisões da modalidade EJA Educação de Jovens e Adultos. Em nome dos educandos, homens privados de liberdade, matriculados nas Etapas II e III da alfabetização e nas séries iniciais da referida Colônia, venho com alegria participar e expor à Comarca uma ação de escrita peticional autoral realizada por doze estudantes. Esta ação é uma mostra por mim desenvolvida, decorrente da pesquisa do MESTRADO PROFISSIONAL DO PROGRAMA –MPEJA/UNEB, intitulada LETRAMENTO JURÍDICO NA EJA EM PRISÕES: O DIREITO PETICIONAL NA AMPLIAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO, BAHIA, realizada na Unidade de Simões Filho, devidamente autorizada e concernente ao princípio da constitucionalidade e ao direito do preso de redigir petições, em consonância com o artigo 205 da Constituição Federal e do art.41, inciso XIV da Lei de Execuções Penais.

A pesquisa em questão visa compreender como um processo de intervenção pedagógica de letramento jurídico em ampliação do gênero textual petição pode impulsionar o desenvolvimento linguístico dos educandos da Colônia Penal de Simões Filho, Bahia.

O foco no letramento em petição judicial, indica uma aplicação prática e contextualizada das habilidades de leitura e escrita, numa intervenção pedagógica dialógica, que sugere uma abordagem de ensino de construção compartilhada de crescimento para compreender, produzir e interagir no fazer social a partir do contexto que estão inseridos.

A ampliação do gênero textual, do tipo petição para pessoas privadas de liberdade, proposto numa perspectiva Freiriana, possibilita instrumentalizá-los no letramento jurídico inicial, no viés de suas demandas de compreensão de textos e solicitação de direitos como sujeitos ativos, protagonistas de suas próprias histórias.

A contemplação da potencial parceria entre a Educação e o Judiciário no contexto pedagógico, inspira a promoção da aplicabilidade concreta dos dispositivos legais que asseguram ao detento o direito de se expressar através de petições, conforme preconizado



pela legislação brasileira. Ademais, propõe-se a inculcar a responsabilidade ética e a capacidade argumentativa, estimulando, assim, o exercício da cidadania ativa no âmbito público dos direitos e benefícios legais.

No contexto do ambiente estudantil da Colônia de Simões Filho, esta investigação ganha especial relevância na melhoria do entendimento da informação, letramento e nível de proficiência na educação, interação entre os direitos individuais, o sistema penitenciário, o futuro egresso, no exercício da cidadania para efetivação dos direitos fundamentais constitucionais.

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, garantindo que mesmo aqueles que se encontram privados de liberdade tenham assegurados os seus direitos fundamentais, conforme determinado pela Constituição Federal e pela legislação, acredito na indispensabilidade de uma atuação conjunta entre os setores educacional e judiciário. Essa sinergia promove não apenas a ressignificação do ambiente prisional como espaço de reinserção, mas também reforça os pilares da democracia, pautados na justiça e na igualdade de direitos para todos os cidadãos.

Diante do exposto, peço a Vossa Excelência que ao tomar ciência dessa iniciativa, avalie a ação educativa e nos acolha com seu olhar apurado nas atenções necessárias para garantir que não haja quaisquer prejuízos ou danos para as prerrogativas dos estudantes/internos em conformidade com a lei, bem como um melhor desenvolvimento conjunto.

Certamente, a colaboração desta Comarca será fundamental para o sucesso desta pesquisa e para o avanço na compreensão e promoção dos direitos dos indivíduos privados de liberdade através da parceria da educação, justiça e direitos humanos.

Agradeço profundamente pela atenção dispensada a esta iniciativa de estudo e análise educacional.

Respeitosamente,

Simões Filho, 22 de agosto de 2024



Prof. Patrícia Carla Vasconcelos Galdino